

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

*Neivalda Freitas de Oliveira*

**Rua Chile**

CAMINHO DE SOCIABILIDADES, LUGAR DE DESEJOS,  
EXPRESSÃO DE CONFLITOS: 1900-1940.

**DOUTORADO EM HISTÓRIA**

São Paulo-SP  
Julho. 2008

***Neivalda Freitas de Oliveira***

**Rua Chile**

CAMINHO DE SOCIABILIDADES, LUGAR DE DESEJOS,  
EXPRESSÃO DE CONFLITOS: 1900-1940.

DOUTORADO EM HISTÓRIA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História sob orientação da Professora Doutora Maria Odila Leite da Silva Dias.

São Paulo-SP  
Julho, 2008

Oliveira, Neivalda Freitas de

Rua Chile caminho de sociabilidades, lugar de desejos, expressão de conflitos:  
1900 -1940 / Neivalda Freitas de Oliveira – São Paulo, 2008.  
XX0 p.

Tese (Doutorado em Historia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

Orientador: Profª. Drª. Maria Odila Leite da Silva Dias.

1. Bahia - Historia. 2. Sociabilidade – Poder. 3. Rua Chile – Salvador, Bahia. 4.  
Cidade do Salvador, Bahia – Urbanização. I. Pontifícia Universidade Católica de São  
Paulo. II. Dias, Maria Odila Leite da Silva. III. Título.

CDU 711 (814.21)

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

---

---

Aos meus filhos dedico este trabalho  
e o meu amor irrestrito!

## **Agradecimentos**

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que através do Programa de Capacitação de Docentes (PROCAD) viabilizou financeiramente esse trabalho, meus agradecimentos. Aos Núcleos das Universidades Federal de Uberlândia e Estadual Paulista/Campus Assis, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que, juntamente com o Núcleo Cultura, Poder e Memória da UCSal. concorreram ao PROCAD. Ao Governo da Universidade Católica do Salvador, na pessoa do Professor José Carlos Almeida da Silva, por ter confiado e apoiado o Núcleo.

Todos os transtornos não foram suficientes para afastar a importância de projetos como este. As missões PROCAD proporcionaram discussões que consolidaram temáticas, organizaram projetos, oportunizaram debates teóricos e metodológicos com professores de larga experiência acadêmica. O convênio solidificou os Núcleos incentivou a pesquisa, aproximando-a da graduação; investiu na divulgação de trabalhos através de publicações, seminários e palestras, possibilitou a qualificação docente.

Como membro do Núcleo Cultura, Poder e Memória, ao longo dos últimos cinco anos, minha tarefa mais importante era produzir um texto que me proporcionasse o título de doutora. Obtive licença para me afastar das atividades docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Universidade Católica do Salvador. Sou grata a essas Instituições de Ensino Superior, aos colegas que me substituíram, aos meus alunos pelo apoio.

Entendia que essa incumbência não poderia ser cumprida como um fardo. Apesar das questões que envolviam o afastamento da minha cidade, da minha família, do meu trabalho, tentei fazer o curso com muita satisfação. Assim, cheguei a São Paulo como uma aluna típica, cheia de vontade de aprender, de aprofundar meus estudos, de fazer amigos... Encontrei uma turma receptiva, de gente feliz!

Fomos alunos das Professoras Doutoras Denise Bernuzzi de Sant'Anna, Maria Antonieta Antonacci, e Maria Odila Leite da Silva Dias, o que para mim foi um bem sucedido encontro. A relação da turma com as competentes mestras proporcionou discussões sobre os textos de Homi BHABHA, Stuart HALL, Richard SENNET, Richard HOGGART, dentre outros, em convivências sem mistério. Produzimos aulas formidáveis, sem o peso e a monotonia em que, muitas vezes, o meio acadêmico se transforma.

Às minhas queridíssimas professoras curvo-me pela amizade, pelas conversas acadêmicas, indicação de referências, e pela paciência em me ouvir inúmeras vezes. À professora Maria Odila, minha orientadora, pela confiança e liberdade para construir meu trabalho.

Aos meus colegas de turma, muito obrigada, por dividirem o frio paulistano, os almoços, as saudades, os textos, os livros, os filmes, as cervejas... Especialmente Adilson, Cristina, Ilias, Leandro, Luiz e Roberto.

Passado o primeiro ano, a pesquisa foi aprofundada e para tal contei com a valiosa colaboração de André Freire, Karina Leão e Lilliane Brito. Aos três o reconhecimento de que vocês já têm o espírito investigativo necessário ao bom historiador.

Aos técnicos de todas as instituições pesquisadas. A Marina Salomé pelas leituras, revisões de texto e normas técnicas, desde quando esse trabalho ainda era projeto.

Agradeço a vários colegas/mestres que me incentivaram, indicaram fontes e referências, e me ajudaram a conduzir o Curso de História com Habilitação em Patrimônio Cultural, da UCSal. Foram eles: Professores Afonso Florence, Cândido da Costa e Silva, Carlos Augusto Lima Ferreira, Charles D'Almeida, Ericivaldo Veiga, Julio Braga, Luis Moreira Simões, Ruy Deiró, Rinaldo Leite, Wellington Castellucci; Professoras Cecília Moreira, Maria José Andrade, Márcia Maria Barreiros, Rosali Fernandes, Vilma Nascimento, Virginia Barreto, dentre muitos outros.

Agradeço especialmente a Natacha Craidi: muito mais que uma secretária competente.

Aos meus informantes, novos e velhos amigos, muito obrigada!

Ao longo desses cinco anos me deparei com muitos dos meus fantasmas interiores, perturbadores, ferozes, capazes de causar grandes estragos! Só amigos sinceros e a família poderiam me fazer ultrapassá-los.

Amigos como Venétia Durando Braga, leal, paciente, que me tolerou no frio de São Paulo, nas choradeiras pela falta de bolsa, nas discussões acadêmicas, nas saudades e lembranças dos entes queridos, na cozinha, nas faxinas do apartamento... Venétia, uma historiadora como poucas, de generosidade incontestável... Raimundo e Hermes sempre disponíveis para ouvir e aconselhar. Minha comadre Nara, que nas minhas viagens olhou pela minha casa, pelos meus filhos; esteve sempre a postos para fazer o que eu faria.

Aos meus filhos, Hillas e Breno, e meu companheiro Poti meus agradecimentos e minhas desculpas. Sei que vocês não se acostumarão com minhas ausências, no entanto, já entenderam que ora ou outra invento estudar mais um pouco. Foi assim no mestrado, foi assim no doutorado! Continuará assim? Quem sabe?... Obrigada pela compreensão!

Acredito que minha opção de vida também seja fruto da forma com que meus antepassados conceberam as suas próprias; reconheço na história deles o meu presente. Três mulheres moldaram-me física e espiritualmente: D. Eulina, agora na memória, D. Neide e D. Estelita, na presença e nos cuidados constantes. A elas sou grata por me fazerem entender que o pragmático não se opõe ao imponderável; são apenas formas de ver, lidar ou explicar a vida.

Seguramente, deixei de citar várias pessoas. Agradeço a elas da mesma forma, pois sei que muito torceram para que o trabalho fosse bem sucedido.

Sou agradecida, por fim, às energias oriundas da terra, da água, do ar, do metal, do fogo, dos vegetais, dos animais... que se transformam em forças, e me fazem entender, a todo momento, porque um espaço de reflexão nos revela a luz.

## Resumo

O logradouro lateral ao Palácio dos Governadores passou a chamar-se Rua Chile no dia 18 de julho de 1902. A partir daquele momento, ele não adquire outro nome ou um perfil mais importante. Traçada na planta trazida de Portugal por Luiz Dias, em 1549, esse logradouro sempre abrigou imóveis residenciais e comerciais, além de ser estratégico no trânsito de pessoas e mercadorias. Uma Rua como outras em Salvador de 1900 a 1940, mas que ostentava importância na interpretação da sociabilidade dos soteropolitanos. A pretensão deste trabalho é apreender a formação sócio-espacial, os sentidos de lugar, os significados, os aspectos visíveis e as representações do espaço, através da vida comezinha de homens e mulheres, residentes ou visitantes da cidade de Salvador na primeira metade do século XX. O enfoque é a Rua Chile, mas a busca está na modernização da face urbana da capital, nas características, nas condições, nas práticas e nos conflitos dos soteropolitanos.

Palavras-chave: Bahia – História; Sociabilidade – Poder; Cidade do Salvador, Bahia – Urbanização; Rua Chile – Salvador – Bahia .

## ABSTRACT

The street located laterally to the Palace of Governors was named Rua Chile on July 18, 1902. Since then it never received another name, neither a more important profile. Sketched on the plan brought from Portugal by Luiz Dias, in 1549, this street always held residential and commercial real estates, besides having a strategic location for the transit of both people and merchandise. A Street like so many others in Salvador from 1900 to 1940, holding however great importance in the interpretation of sociability by the local inhabitants or 'soteropolitanos'. This work aims to apprehend the social-spatial formation, the senses of location, meanings, visible aspects and space representations, through the common lives of men and women who lived or visited the city of Salvador during the first half of the 20<sup>th</sup> century. The focus is on Rua Chile, however the search is in the modernization of the capital's urban face, its characteristics, conditions, practices and conflicts of its inhabitants also called 'soteropolitanos'.

Key-words: History – Bahia; Sociability - Power; Salvador City - Urbanization; Rua Chile – Salvador City - Bahia.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – A Mulher de Roxo na Rua Chile, [196-]. Jornal A Tarde.

Figura 02 – A Mulher de Roxo na Rua Chile, [196-]. Jornal A Tarde.

Figura 03 – Mapa do Brasil. [www.yamahamusical.com.br](http://www.yamahamusical.com.br).

Figura 04 – Mapa da Bahia. Guia Internet, 2000.

Figura 05 – Mapa de Salvador. Guia Quatro Rodas on-line.

Figura 06 – Centro Antigo. Desenvolvido pelo Guia Quatro Rodas on-line, destacando a Rua Chile.

Figura 07 – Planta da Cidade do Salvador, 1549.

Figura 08 – Planta da Cidade-Fortaleza, 1551.

Figura 09 – Planta da Cidade-fortaleza – expansão norte, 1556.

Figura 10 – Bilhete Postal. 1900. Coleção Ewald Hackler.

Figura 11 – Coleção do Museu TEMPOSTAL.

Figura 12 – Festa em homenagem aos Chilenos. Rua Chile, 1902. Acervo da Fundação Gregório de Matos.

Figura 13 – Festa em Homenagem aos Chilenos. Rua Chile, 1902. Acervo da Fundação Gregório de Matos.

Figura 14 – Festa em homenagem aos Chilenos. Rua Chile, 1902. Acervo da Fundação Gregório de Matos.

Figura 15 – Festa em homenagem aos Chilenos. Rua Chile, 1902. Acervo da Fundação Gregório de Matos.

Figura 16 – Bandeiras Entrelaçadas. Diário da Bahia, 25 de julho de 1902. Ed. Comemorativa à passagem da Esquadra Chilena.

Figura 17 – Cidade da Bahia. 1905.

Figura 18 – Rua Chile, [191-]. Acervo de Correio da Bahia.

Figura 19 – Núcleo central, destacando a Rua Chile. PLANDURB. Acervo Fundação Mario Leal Ferreira. Prefeitura Municipal do Salvador. OCEPLAN, [198-]. Grifo nosso.

Figura 20 – Avenida Sete de Setembro. Trecho de São Pedro. Acervo do Centro de Documentação da Coelba. [191-]

Figura 21 – Largo de São Pedro. 1926. Coleção Ewald Hackler

Figura 22 – Salão Elegante. Rua Chile. Coleção Ewald Hackler

Figura 23 – Rua Nova das Princesas. 1913. Coleção Ewald Hackler

Figura 24 – Biblioteca Pública e Edifício Coqueijo – década de 20. Coleção Toscano de Brito

Figura 25 – Fachada da Grande Fábrica de Cestas, na Rua da Misericórdia. 1902. Coleção Edward Hackler

Figura 26 – Rua Chile depois do alargamento e com o imóvel de n. 2 demolido. Coleção Ewald Hackler

Figura 27 – Rua Chile. 1917. Coleção Ewald Hackler

Figura 28 – Instantâneos das ruas. A Tarde. 27 de abril de 1914

Figura 29 – Feira de Água de Meninos. Final do século XIX. Coleção Ewald Hackler

Figura 30 – Ladeira e Igreja do Bonfim. 1921. Coleção Ewald Hackler

Figura 31 – Em primeiro e segundo plano instantâneos da saída da matinée do Cine Ideal; no último saída da missa da Igreja da Piedade. Revista A Bahia. V. 1, abril e junho de 1915.

Figura 32 – Campeonato de Futebol. 1906. Coleção Ewald Hackler.

Figura 33 – Avenida Sete. 1922. Coleção Ewald Hackler.

Figura 34 – Avenida Sete de Setembro. Acervo da Coelba. [192-]

Figura 35 – Fonte Nova. Subida da Ladeira dos Galés. Acervo da Coelba. [192-]

Figura 36 – Largo da Soledade. Acervo da Coelba, [192-]

Figura 37 – Largo do Teatro. Acervo da Coelba, [192-]

Figura 38 – Vista da Praça Castro Alves e Rua Carlos Gomes. Acervo da Coelba, [192-]

Figura 39 – Rua Chile, [192-]. Fotografia Bahia. Acervo do Museu dos Postais - TEMPOSTAL. Coleção Antônio Marcelino

Figura 40 – Terreno Bico de Ferro. Esquina da Rua Chile. Jornal de Notícias, 1922

Figura 41 – Plano do Tabuão. Acervo da Coelba. [192-]

Figura 42 – Plano Inclinado Gonçalves. Acervo da Coelba. [192-]

Figuras 43 – Passadiço de acesso ao Parafuso. Parte alta. Coleções Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Figuras 44 – Passadiço de acesso ao elevador do Parafuso. Parte alta. Coleção Edwald Hacker

Figura 45 – Elevador da Conceição, visto do mar. 1900. Internet

Figura 46 – Construção da parte superior do Elevador Lacerda. Final da década de 20. Acervo Coelba

Figura 47 - Construção da parte inferior do Elevador Lacerda. Final da década de vinte. Acervo Coelba

Figura 48 – Elevador Lacerda, nos dias da sua inauguração. Parte inferior. Acervo da Coelba, 1930

Figura 49 – Elevador Lacerda, nos dias da sua inauguração. Parte superior. Acervo da Coelba, 1930.

Figura 50 – Parte baixa do Elevador da Conceição. Final da década de 20. Acervo Coelba.

Figura 51 – Parte interna do terminal do Elevador da Conceição. Lojas de Artesanato. Final da década de 20. Acervo Coelba.

Figura 52 – Linha Férrea no Subúrbio Ferroviária. Acervo Coelba. Década de 30.

Figura 53 – Igreja da Sé. Pintura de Diógenes Rebouças.

Figura 54 – Croqui proposto pelo Engenheiro Eurico Coutinho. Revista do IGHB, n. 59, 1933.

Figura 55 – Campo Grande. Festa ao 2 de Julho, 1901. Coleção Ewald Hackler.

Figura 56 – Rua Chile durante o dia. Acervo Coelba. [190-].

Figura 57 – Rua Chile à noite. Acervo Coelba. [194-].

Figura 58 – Edifício de no. 08. Rua Chile.

Figura 59 – Anúncio no Jornal de Notícias. Acervo da Biblioteca Central do Estado da Bahia.

Figura 60 – Rua Chile. [193-]. Acervo da Coelba.

Figura 61 – Rua Chile. [195-]. Acervo da Coelba.

Figura 62 – Rua Chile. Pierre Verger [1946?].

# SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
Configurações do Lugar: um olhar a partir das escalas	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
O engrandecimento da capital da Bahia: remodelação, melhoramentos e construção	<b>87</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	
O texto humano que projeta a modernidade	<b>126</b>
<b>CAPÍTULO 4</b>	
Língua, cérebro ou coração?	<b>168</b>
<b>CAPÍTULO 5</b>	
Considerações finais	<b>220</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>225</b>
<b>FONTES</b>	<b>237</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>267</b>

A especificidade de um lugar é continuamente reproduzida, mas não é uma especificidade resultante de uma história longa, internalizada. Há várias fontes dessa especificidade – da singularidade do lugar. Há o fato de que as relações sociais mais amplas, nas quais o lugar se encaixa, são também geograficamente diferenciadas. A globalização (na economia, na cultura ou em qualquer outra coisa) não acarreta simplesmente a homogeneização. Ao contrário, a globalização das relações sociais é uma outra fonte (da reprodução) do desenvolvimento geográfico desigual e, assim, da singularidade do lugar. Há a especificidade do lugar que deriva do fato de que cada lugar é o centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais. Há o fato de que essa mesma mistura em um lugar pode produzir efeitos que poderiam não ocorrer de outra maneira. Finalmente, todas essas relações interagem com a história acumulada de um lugar e ganham um elemento a mais na especificidade dessa história, além de interagir com essa própria história imaginada como o produto de camadas superpostas de diferentes conjuntos de ligações tanto locais quanto com o mundo mais amplo<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Doreen MASSEY. Um sentido global do lugar. In: Antônio A. ARANTES (Org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 185.

E' assim a Bahia, vista de fora, vista de realce. Agreste, retrograda, inhospita.

Mas, a Bahia é como os bahianos. Retrahida, concentrada, em virtude de seu atavismo brasílico, que é o fundo latente das suas reservas moraes e da sua indole immutavel, a Bahia conserva materialmente, como os bahianos conservam socialmente, o commedimento nas suas expansões affectivas e acolhedoras. Para conhecer a Bahia, é preciso transitar nas suas arterias: para tocar a affeição do bahiano, é preciso tocar suas fibras cordiaes, no orgão mais intimo da sua vida physica e moral. O bahiano, como o gentio, não usa convenções hypocritas, não mente á sympathia do proximo, aproxima-se quando communga, estima quando preza.

[...] Canta-se muito essa canção:

Ai! Eu queria  
Ir uma vez a Bahia!  
Ai Eu queria  
Ir uma vez lá na Bahia!  
Para ver aquelle povo  
De que fallam tanto bem  
Dar um abraço nos bahianos  
E nas bahianas tambem...<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> AROEIRA, Peixoto de Mello. *A Bahia e um forasteiro carioca*. Jornal A Tarde, 24 de abril de 1930.

A cidade que tão bem conhecíamos mudou. Essa constatação se repete no decorrer de gerações, sempre nova, sempre imperiosa. É comum a lembrança de avós, pais, tias, tios recordando saudosos outra cidade, a mesma, que de tão transformada lhes escapa...

É comum um cheiro sutil e passageiro, uma imagem fugidia ou o ambiente de um fim de tarde cinzento trazerem num relance a sensação de uma situação vivida, tal como a *Madeleine* proustiana, metáfora do *insight* captado por Walter Benjamin para falar desse passeio interno por nossas lembranças involuntárias suscitadas repentinamente<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> BRESCIANI, Maria Stella. A Cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 2, p. 09, 2004.

[...] a conveniência da imagem idealizada está bem evidente na expressão “corpo político”, como condição da ordem social. O filósofo João de Salisbury talvez tenha formulado a definição mais simples e liberal desse conceito, ao declarar, em 1159, que “o estado (*res publica*) é um corpo”. Ele quis dizer que um governante funciona como um cérebro humano; seus conselheiros, como coração; os comerciantes são o estômago da sociedade; os soldados, suas mãos; camponeses e trabalhadores manuais, seus pés. Trata-se de uma imagem hierarquizada, segundo a qual a ordem social parte do cérebro, órgão do governante. João de Salisbury vinculou a forma do corpo humano à forma da cidade, cuja cabeça situava-se no palácio ou na catedral; o estômago, no mercado central; pés e mãos, nas casas. Por conseguinte, as pessoas deveriam mover-se vagarosamente na catedral, posto que o cérebro é um órgão reflexivo, e mais depressa no mercado, já que a digestão se processa como uma fagulha no estomago<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> SENNETT, Richard. *Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. São Paulo: Record, 2001. p. 22.

“E’ assim a Bahia, vista de fora, vista de realce. Agreste, retrograda, inhospita.

Mas, a Bahia é como os bahianos. Retrahida, concentrada, em virtude de seu atavismo brasílico, que é o fundo latente das suas reservas moraes e da sua indole immutavel, a Bahia conserva meterialmente, como os bahianos conservam socialmente, o commedimento nas suas expansões affectivas e acolhedoras. Para conhecer a Bahia, é preciso transitar nas suas arterias: para tocar a affeição do bahiano, é preciso tocar sua fibras cordiaes, no orgão mais intimo da sua vida physica e moral. O bahiano, como o gentio, não usa conveções hypocritas, não mente á sympathia do proximo, aproxima-se quando communga, estima quando preza.

[...] Canta-se muito essa canção:

Ai! Eu queria  
Ir uma vez a Bahia!  
Ai Eu queria  
Ir uma vez lá na Bahia!  
Para ver aquelle povo  
De que fallam tanto bem  
Dar um abraço nos bahianos  
E nas bahianas tambem...”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> AROEIRA, Peixoto de Mello. *A Bahia e um forasteiro carioca*. Jornal A Tarde, 24 de abril de 1930.

## Considerações Iniciais

Ao longo da pesquisa para elaboração da minha dissertação de mestrado um “canto de sereia” levou-me a paisagens e conflitos sócio-culturais, que de alguma forma moldaram novos interesses em pesquisar a história da cidade fundada por Tomé de Souza.

Quando comecei a pensar em me preparar para o doutoramento, imaginava pesquisar a Cidade do Salvador a partir da Península de Itapagipe, suas experiências e os modos de vida representativos do forjar ser soteropolitano.

Dentre as múltiplas atividades cotidianas no segundo semestre de 2001, discutimos com alguns membros do Núcleo Cultura, Poder e Memória<sup>2</sup>, a possibilidade de elaborarmos um trabalho de intervenção na Avenida Sete de Setembro, que teria como título *A face encoberta: o casario comercial do Centro Histórico de Salvador*. O interesse era o de promover investigação e intervenção no patrimônio edificado naquela área da cidade, com participação de outros campos de conhecimento como engenharia, arquitetura, museologia, arte, comunicação.

Paralelo às discussões do trabalho, esse mesmo grupo apontou a necessidade de marcar o Centenário da Rua Chile com uma investigação. Foi proposto, então, ao Governo da Universidade Católica de Salvador, onde leciono, que se fizesse um programa na TV Universitária alusivo à data. Aceito, iniciou-se um pequeníssimo levantamento.

Nesta época, voltei à minha dissertação de mestrado<sup>3</sup> que versava sobre os processos de distrato de casamento como representações e práticas de gênero, em Salvador, entre 1890 e 1920, para encontrar a Rua Chile. Revi homens e mulheres soteropolitanos passando, vivendo, e relacionando-se

---

<sup>2</sup> Esse Núcleo estabeleceu-se em torno das preocupações de estudo de seis professores do Curso de História da UCSal e, atualmente conta com 16 professores e 12 alunos. Em conjunto com Núcleos da PUC/SP, UFU e UNESP/Assis participou de programa de cooperação acadêmica.

<sup>3</sup> Aqui duas explicações fazem-se necessárias. Primeiro deslindar as práticas e representações de gênero vividas na Rua Chile não era o ponto central da dissertação. Segundo, as ações observadas na dissertação não se restringiam àquelas das camadas mais abastadas da sociedade soteropolitana. Lá eram buscadas as práticas e representações dos sujeitos, que tratavam e distravam casamentos e separações, nas várias camadas e grupos sociais.

naquela Rua, como as senhoras Carolina Kiappe e Armetica Dias dos Santos, mulheres de elite e/ou de grupos emergentes, que

[...] mesmo que não fossem às compras, gostavam de olhar as vitrines da Rua Chile, urbanizada, em 1903. Esta era uma das ruas de maior movimento da cidade, pois aí estavam localizados os principais cafés, lojas, casas de chá etc. Entretanto, consumir não era tudo. Olhar “a última moda”, encontrar-se com os “conhecidos”, estar a vista de outros, flertar etc., fazia parte da sociabilidade<sup>4</sup>.

Retornei à Rua com olhos mais apurados. Pude perceber outras tantas nuances, principalmente os usos e abusos perpetrados pelos sujeitos naquele espaço cidade, mais ainda, nas Freguesias da Sé e da Conceição da Praia, o “Centro Velho”<sup>5</sup>. Também, reencontrei a Rua Chile das minhas memórias, das intermináveis visitas às vitrines, que minha avó insistia em apreciar: Duas Américas, A Moda, Lido, Clark, Adamastor, Joalheria David, Casa Alberto; ou daquelas que ela contava ter visto: Buffoni, Chapelaria Mercouri, A Perola.

Parecia que a voz educada, anasalada e infantil de Florinda, a Mulher de Roxo soava nos meus ouvidos, dizendo: “ – *Professora, me dê um trocado para eu comprar meu almoço*”.



Figura 01 e 02 – A Mulher de Roxo na Rua Chile, [196-].  
Jornal A Tarde.

<sup>4</sup> Neivalda Freitas de OLIVEIRA. *Representações e práticas de gênero em distratos de casamentos, Salvador, 1890 a 1920*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP. São Paulo: 1999.

<sup>5</sup> O que aqui estamos considerando Centro Velho corresponde ao sítio histórico da cidade e que, posteriormente, foi chamada de Freguesias da Sé e da Conceição da Praia.

Logo veio a imagem daquela mulher, alta, corpulenta, vestida de freira, de noiva, de rainha, ou no seu “chambre” de veludo roxo, dando voltas na vitrine central da loja *Sloper*, esmolando, suscitando medo nas crianças, causando repulsa nas senhoras bem vestidas, servindo de chacota para os moleques que passavam.

Outros tipos característicos vieram à memória: Jaime Figura e Careca<sup>6</sup>. Recordei das comemorações cívicas, religiosas e populares: o “desfile do Caboclo” no dia 2 de Julho - Independência da Bahia, os protestos da ‘Nova República’; procissões Senhor Morto, Nossa Senhora da Ajuda, Corpus Christi; o carnaval com o desfile dos “cavalheiros de Bagdá”, dos “Internacionais”; Copa do Mundo de 1970, dentre outros. Todos típicos e significativos porque estavam na Rua Chile.

O desejo de estudá-la foi tomando força, mas ainda tinha idéia fixa na Península. Num dos retornos a Salvador, vindo da Universidade Estadual de Feira de Santana, em companhia do Prof. Júlio Braga, esse fez o possível e o impossível para me convencer que trabalhar com a Rua Chile seria muito melhor; afinal, não havia muitos estudos sobre essa famosa artéria da cidade. Fui para casa pensativa, cheia de dúvidas. E aquela vontade de estudar a Rua Chile foi se sobrepondo à outra.

Como é do ofício do pesquisador, fui buscar amparo em outros trabalhos acadêmicos. Logo encontrei o texto de Philippe Willemart<sup>7</sup>, e seu questionamento sobre o charme do centro. Willemart pergunta a razão desse afã em recuperar<sup>8</sup> os centros das cidades. É ele mesmo quem responde que todo centro foi, um dia, a parte mais elegante da cidade; lá estavam as melhores lojas, os primeiros bancos, os teatros, os cinemas, os restaurantes e hotéis, e, sobretudo, era de lá que a cidade se fazia ouvir; lá existem regras, símbolos, hierarquias e significados a serem decifrados.

Uma cultura a ser entendida. Tomando as idéias emprestadas de Raymond WILLIAMS (1986), uma experiência ordinária que institui significados

---

<sup>6</sup> Jaime Figura é um antigo guardador de carros; Careca é o proprietário da mais famosa banca de revistas, que fica no passeio do prédio da Câmara e Cadeia.

<sup>7</sup> Philippe WILLEMART. *Urbanismo e inconsciente em São Paulo*. Leitura. Publicação Cultural da Imprensa Oficial do Estado – São Paulo, 19 n. 12, dez. 2001. p. 38-50.

<sup>8</sup> Recuperar não só seu patrimônio físico, mas suas lembranças.

aos atos comezinhos e aos modos de vida, que envolve maneiras de lutar, de toda e qualquer sociedade em um determinado momento histórico. O crescimento das cidades e o aumento de sua complexidade tornam mais difícil esta tarefa. Só é possível, assim, desenredar as relações culturais se se levar em consideração que esta é expressão da experiência humana.

Tais digressões remeteram-me aos discursos de Carlos Torres, Nelson Gallo, Jorge Amado que, respectivamente, nas suas memórias, definiam a rua como *língua, cérebro e/ou coração*. Era considerada *língua* porque sobre tudo aí se falava, e logo se constituía verdade, moda, formas coletivas de expressão. Rua Chile *cérebro* – nela se conformavam as idéias sobre a cidade; filosofava-se, idealizava-se, conjeturava-se, planejava-se, tramava-se, na Rua Chile. Dizia-se *coração* porque “nela se exhibe toda gente”<sup>9</sup>; era a propulsora do oxigênio que agitava todas as veias e artérias da “Cidade da Bahia”.

As idéias dos autores se complementavam, ao tempo que me aproximaram indelevelmente da Rua Chile. O cenário/ator/objeto do trabalho, então, passou a ser, definitivamente, esta Rua, que de forma diversa marcou, e continua marcando, os sujeitos e a cultura da cidade do Salvador, ao longo da história.

Aquela pequeníssima averiguação para a TV Universitária precisou ser transformada em trabalho sistemático de investigação acadêmica. Ficou claro que o interesse de fundo era articular categorias referentes à história, memória, cultura, cidade, cotidiano, experiência. Essa escolha, obviamente, não foi aleatória. Busquei me cercar de textos teóricos e de fontes.

Seguindo o exemplo de Rosali Braga Fernandes em *Las políticas de la vivienda en la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular en el caso del Cabula*<sup>10</sup>, tratei de abraçar documentos que possibilitassem identificar o espaço, o convívio, as tensões, os contrastes, as sociabilidades, as representações, as práticas, os vários campos de possibilidades sócio-culturais, vividos e exercidos na Rua Chile.

Busquei a cartografia, a imagem plana do lugar. Procurei mapas na tentativa de visualizá-lo.

---

<sup>9</sup> Jorge AMADO. *Bahia de Todos os Santos*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

<sup>10</sup> Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Barcelona, em 2001.



Figura 03 - Mapa do Brasil.  
www.yamahamusical.com.br



Figura 04 - Mapa da Bahia. Guia Internet. 2000.

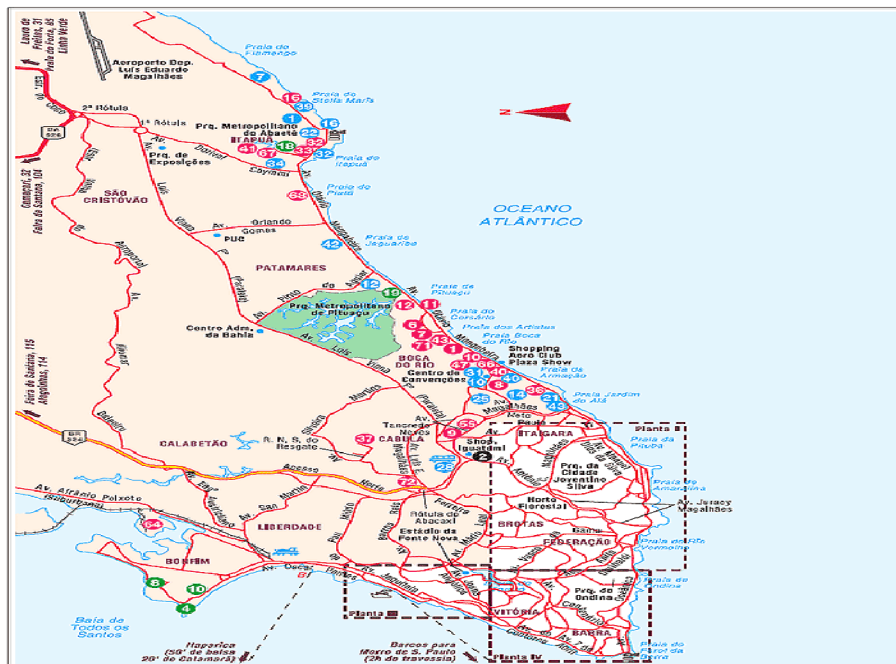


Figura 05 - Mapa de Salvador Guia Quatro Rodas on-line.



Figura 06 – Centro Antigo. Desenvolvido pelo Guia Quatro Rodas on-line, destacando a Rua Chile. (Grifo nosso).

Porém, não são suficientes para compor a apreensão sobre o lugar, ou me deixar enxergar as pessoas, a história e suas temporalidade, alvo principal da pesquisa. Após me debruçar sobre a imagem plana encontrei o artigo de Alberto Heráclito Ferreira Filho em que ele elabora um inventário dos estudos recentes de História na Bahia. O autor afirma que, tradicionalmente, os trabalhos produzidos aqui se debruçaram sobre a escravidão, e que, ultimamente<sup>11</sup>, vêm preocupando-se em investigar a República e suas características, a partir de temas que envolvem relações de gênero, movimentos sociais, representações de saúde e doença, trabalho, cidade, dentre outros<sup>12</sup>.

Buscando os textos citados por Alberto Heráclito, deparei-me com dissertações e teses produzidas em História e Ciências Sociais, que remetem a cidade do Salvador como recorte espacial, preocupando-se, subsidiariamente,

<sup>11</sup> A partir da década de 90 do século XX.

<sup>12</sup> Tratar sobre a cidade não é novidade para as Ciências Sociais. A Antropologia, a Geografia, a História, só para citar alguns exemplos, têm pesquisas memoráveis que dão conta das relações dos cidadãos, da estrutura urbana, dos conflitos da complexidade de viver, estar e morar em cidades. No entanto pude perceber a quase inexistência de trabalhos acadêmicos que tratem a cidade como espaço de sociabilidades, que entendam a vida urbana, e que tomem a cidade como documento, como fonte.

com o espaço, o lugar, valores e experiências dos sujeitos históricos construídos e constituídos em ambientes específicos.

Aqueles estudos não têm como objeto central da pesquisa a experiência da vida urbana, exceto a tese de doutoramento *Sobrevivência e tensões sociais: Salvador, 1890-1930*, de Mário Augusto da S. Santos, defendida em 1982, na Universidade de São Paulo; e a dissertação de mestrado de Rinaldo Leite intitulada *E a Bahia civiliza-se... ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana: Salvador, 1912-1916*, defendida em outubro de 1996, e que se constituíram como referência para todos os estudos sobre a cidade do Salvador.

O trabalho de Mário Augusto Silva dos Santos, na década de oitenta, busca paradigmas locais para as lutas sociais na Primeira República. Esse trabalho referencial tem como objetivo as tensões sociais geradas pelo sobreviver na cidade. O texto de Rinaldo César Nascimento Leite, discute o trabalho higienizador da reforma seabrista e a tentativa de civilizar e modernizar esse espaço urbano.

Outras teses e dissertações produzidas em diferentes áreas de conhecimento devem ser ressaltadas. Uma delas é *Las políticas de la vivienda en la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular en el caso del Cabula*, de Rosali Braga Fernandes, já referida, que trata do processo urbano de um bairro popular da cidade do Salvador, observando os papéis desempenhados pelos diversos agentes que atuam na construção da morfologia urbana da cidade e as contradições e disparidades entre os diversos grupos sociais.

*Europa, Francia y Bahía: la difusión y adaptación de los modelos urbanos europeos*, de Eloísa Petti Pinheiro discute os modelos de reformas urbanísticas no Brasil identificando as influências do urbanismo europeu nos processos, estratégias e reformas na cidade do Salvador, através da análise de sua história, é outro exemplo.

A dissertação de mestrado intitulada *O parafuso: de meio de transporte a cartão postal*, de Gláucia Maria Costa Trinchão contribui para o entendimento da Rua Chile, quando apresenta a construção da história urbana, particularmente para a história da cidade do Salvador. Ao relacionar o equipamento urbano – Elevador Lacerda, o sujeito social e o espaço construído, compreendo a cidade, seu transporte urbano, seus trabalhos de modernidade e sua identidade, tendo a

considerar que os transportes coletivos em Salvador são marca definitiva do modelo republicano de sociedade, coletividade, ordem e progresso, e da ação administrativa de implementação da modernidade.

Também a tese *Forma urbana: cidade-real & cidade ideal*, elaborada pelo por Antonio Heliodório Lima Sampaio trata da “forma-urbana”, articulação entre teoria e prática acadêmica. Possibilita entender os processos de acumulação e a lógica, que comprometem as ações urbanísticas do Estado, numa perspectiva espaço-temporal, as etapas marcantes do urbanismo; as mudanças urbanas de Salvador e seus trabalhos teóricos; os movimentos acadêmicos, que interferem na urbanização da cidade da Bahia como: Semana de Urbanismo, EPUCS, EUST e PLANDURB<sup>13</sup>, dentre outros.

Embora não enfocando a vivência e a experiência urbana, algumas dissertações e teses produzidas pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFBA. possuem entre seus objetivos de pesquisa estudar os “[...] processos, formas de estruturação, projeção e apropriação dos assentamentos urbanos; análise histórica dos diferentes processos de estruturação e transformação das cidades, assim como de suas concepções, representações e idealizações”<sup>14</sup>, dentre outros, e se constituem texto de referência para as pesquisas em História.

Tais discussões foram de grande relevância, para o trabalho que se está apresentando; no entanto, aqui se quer compreender os conflitos e contradições expressos no ideal de urbe modernizada e nas vivências e experiências dos sujeitos soteropolitanos. Para tanto, é necessário enfatizar que algumas vezes, a modernidade pode ser entendida e utilizada como trabalho de dominação, principalmente se quer destruir as amarras de fixação social dos sujeitos, se quer apagar a memória, se quer afastar a história, como no modelo “bota a baixo”.

Teses e dissertações que não tem como chão a cidade do Salvador foram consultadas. Essas tomam como tema as feições urbanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis. São elas: *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*, produzida por

---

<sup>13</sup> Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador, Estudo de Uso do Solo e Transporte, Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador.

<sup>14</sup> UFBA. Faculdade de Arquitetura. Informativo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Salvador: 2002.

Hermetes Reis de Araújo; *Os cariocas estão mudando de cidade sem mudar de território: Augusto Malta e a construção da memória do Rio de Janeiro*, de Regina da Luz Moreira; *Rio de Janeiro, cidade alma: o relato de uma construção simbólica*, dissertação de Adriano Rosa da Silva; *Cartões postais: fragmentos da memória familiar*, dissertação de Verônica Pimenta Velloso; *A construção da imagem da nação brasileira pela foto-documentação: 1940-1999*, tese de Maria Beatriz de Vasconcellos Coelho; *Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana, São Paulo 1890/1915*, de Heloisa de Faria Cruz.

Além desses estudos algumas outras obras são referências para o trabalho. São exemplos de livros, frutos de teses e dissertações: *Mendigos, moleques e vadios*, de Walter Fraga Filho; *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*, de Paulo Santos Silva; *1932: Imagens construindo a História*, de Jeziel De Paula; e, *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*, de Fraya Frehse.

Livros como *Memórias da Sé e Este progresso demolidor*, de Fernando Rocha Perez foram utilizados. O primeiro se refere à demolição da antiga igreja, suas causas e conseqüências; o segundo fornece elementos importantes sobre a memória dos soteropolitanos, os espaços públicos e suas mudanças.

A obra *Rio Vermelho*, de Ubaldo Marques Porto Filho, ao tratar deste bairro litorâneo, em verdade, vai buscar a cidade do Salvador como um todo. Esta é uma obra que, através da memória de baianas de acarajé, moradores e ex-moradores, comerciantes, freqüentadores da Igreja, bares, padarias, mercearias, festejos e *footings* evidencia a memória do lugar.

*Dez freguesias da cidade do Salvador*, de Anna Amélia Nascimento é um clássico que se refere aos aspectos sociais e econômicos da história da cidade, a partir das suas dez freguesias urbanas. Dentre outras, a referida obra tem o mérito de apresentar vasta documentação referente à cidade do Salvador nos séculos XVIII e XIX.

Em *Cidade e região no Estado da Bahia*, Bárbara e Sylvio Silva abordam, as transformações da Bahia e suas perspectivas. Trabalham os aspectos urbano e regional, demonstrando as tendências dessas mudanças; ressaltam o processo de urbanização e as novas hierarquias urbanas, expressivas na organização/reorganização espacial.

Outro conjunto de obras imprescindíveis são as de Milton Santos. Destaco *O centro da cidade do Salvador*. Como afirma o prefácio de Pierre Monbeig (1959), o autor quer “*compreender as relações complexas entre homens e a natureza, entre o passado e o presente*”<sup>15</sup> do centro velho da cidade. É de suma importância, visto que é representativa do pensamento intelectual sobre Salvador, no período do recorte temporal do trabalho, podendo, em alguns momentos, ser obra de referência e, em outros, ser tratada como fonte.

Entre os artigos consultados, podem ser citados: *A locomoção da cidade através dos tempos*, de Carlos Alberto Carvalho, palestra publicada pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. O autor trata dos meios de locomoção na cidade do Salvador, indo do cavalo até as marinetes<sup>16</sup>; refere-se às ruas do centro velho, e dá ênfase à implantação dos ‘modernos’ meios de transporte, como o Plano Inclinado Gonçalves e o Elevador Lacerda. É possível observar nesta obra que todos esses meios eram testados, implantados e exibidos na Rua Chile, demarcando, assim, sua importância.

*Lei e política: a construção dos territórios urbanos*, de Raquel Rolnik, ocupa-se da regulação urbana e da sua desconstrução perpetrada pelos habitantes da cidade de São Paulo. Esse texto contribuiu na formulação do trabalho, pois traz a discussão entre o planejamento idealizado e a execução possível diante de relações sociais concretas.

Os artigos *A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização e vida urbana*, de Lúcia Silva<sup>17</sup>, e *Cidade, memória e experiência ou o cotidiano de uma cidade do Pará nas primeiras décadas do século XX*, de Franciane Gama Lacerda<sup>18</sup>, publicados na revista *Pesquisa em História*, foram importantes.

No primeiro a autora afirma:

Afinal, a luta pelos espaços da cidade é social e se explicita de forma diferenciada ao longo do tempo. Historicizar essas lutas supõe recuperar as experiências dessa população, dando-lhe vida ao mesmo tempo que encarnando os conceitos que possibilitam resgata-las.

---

<sup>15</sup> Página 13.

<sup>16</sup> Tipo de transporte coletivo de bagageiro no teto, motor dianteiro.

<sup>17</sup> 2003, p. 56.

<sup>18</sup> 2003, p. 199/224.

Assim, analisar a rua, as casas, a igreja, a cidade é compreender a multiplicidade de tramas sociais, temporalidades dessas relações, características da sociedade, representações sobre a cidade, territorialização, dentre outras.

O segundo trata das várias formas de viver, expressar e compreender as experiências sociais de Castanhal, no Pará, em especial a Rua da Frente, onde se aglutinava os sujeitos, e se volta á memória da cidade. Semelhante a Rua Chile, pode ser entendida como “circulação e vanguarda dos acontecimentos da cidade”.

No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia pude ainda pesquisar as revistas daquela Instituição que tratam da cidade e das áreas no entorno da rua estudada. Nesta busca, destaquei dois artigos: *A locomoção da cidade através dos tempos*, de Carlos Alberto de Carvalho e *Theodoro Sampaio e o petróleo*, de R. Magalhães Jr. Esses são relevantes para compreender o problema de pesquisa aqui enunciada, porque tratam da implementação dos transportes em Salvador, especialmente no centro da cidade, e porque versam sobre as mudanças de rumo da economia da Bahia, que influenciam a cidade do Salvador.

Na perspectiva da história, e sobre cidade, considero importante, para elaboração do trabalho, os textos: *Permanência e ruptura no estudo das cidades*, de Maria Stella Bresciani, e *Urbanismo: olhando a cidade agindo na sociedade*, de Luiz César de Queiroz Ribeiro, que tratam à cidade relacionando-a as questões urbanísticas, buscando entender suas mudanças de interpretação e de identidades. Não posso deixar de mencionar os livros *A Cidade na História*, Lewis Mumford; *A Dimensão Oculta*, Edward T. Hall; *Carne e Pedra*, Richard Sennet; *A Imagem da Cidade*, de Kevin Lynch; *A cidade-exposição*, Heloisa Barbuy; *50 anos de urbanismo*, Consuelo Novais; *O tempo das ruas*, de Fraya Frehse.

Buscando compreender a Rua Chile através das memórias dos que lá estiveram na primeira metade do século XX, procurei romancistas e memorialistas como Antônio Vianna, sua filha, Hildegardes Vianna, Afrânio Peixoto, Carlos Torres, Cyro de Matos, Geraldo Inácio de Loyola, Sodré Martins, Jorge Amado, Nelson Gallo, e Oleone Coelho Fontes.

Em *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios*, Jorge Amado, o verbete Rua Chile lembra que há proximidades e distanciamentos no viver urbano da Rua:

Pelas cinco horas da tarde a rua está repleta. Comerciantes, advogados, médicos, políticos, funcionários, quando repartições, escritórios e bancos fecham as portas, vêm para os passeios, onde desfilam as famosas, ali permanecem na falta do que fazer. Demoram-se em grupos ruidosos, no comentário das novidades, dos boatos políticos, das últimas notícias, nas piadas às mulheres – olhares lânguidos, palavras doces. A vida alheia é passada em revista, a má língua trabalha. Igual ao que acontece em todas as cidades, numa rua igual, apenas o baiano é mais tranqüilo, mais descansado, o tempo é mais lento, não corre com tanta pressa como no Rio ou em São Paulo. Felizmente<sup>19</sup>.

Entendo como ele que outras ruas ou outras sociabilidades têm características muito próximas das que se procura observar na Rua Chile. Assim, esses outros lugares podem levar, também, a propostas de estudo e trabalho; contudo, a Rua Chile possui cores, cheiros, pessoas, sentimentos, experiências, identidades que, por certo, levam a tipos específicos de indagações.

Considera-se que os espaços não são, ou não têm identidade coesa, coerente, mas um *sentido particular de lugar*, que é marcado, significado, construído, compreendido e expresso nas relações sociais. Ao tratar da Rua Chile evoco os sujeitos, as memórias, as imagens produzidas por eles. Encontra-se uma via de mão dupla. Ao olhar a Rua Chile se está observando a sociedade soteropolitana que produziu a rua; ao passo que a rua, só será entendida através da sociedade. Espaço e sociedade não são tratados aqui como coisas apartadas que, em algum momento, serão reunidas, mas se está admitindo uma formação sócio-espacial<sup>20</sup>.

Para realizar o trabalho percorri várias instituições, em busca de documentação. Na investigação de ações e concepções de planejamento urbano para Salvador, concebendo essas como intervenções dos poderes constituídos, procurei os trabalhos sobre modernização, intervenção e seus discursos.

Nos documentos guardados no Mosteiro de São Bento busquei os ofícios litúrgicos e documentos da inspetoria geral de higiene, na tentativa de entender como a Igreja interferia na territorialização de Salvador. Também

---

<sup>19</sup> Jorge AMADO, *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios*. 1986, p. 77-78.

<sup>20</sup> Tal qual o conceito formulado por Milton Santos: a organização espacial constitui parte integrante de uma dada sociedade.

procurei, nas revistas<sup>21</sup> publicadas naquele Mosteiro, como era apresentada e representada a Rua Chile.

Na consulta a órgãos ligados ao planejamento urbano do Estado da Bahia e da cidade do Salvador: CONDER – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador; OCEPLAN – Órgão Central de Planejamento; SEPLANTEC – Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, e Arquivo Público Municipal, encontrei em seus acervos planos e trabalhos de desenvolvimento urbano, mapas e plantas da cidade.

O processo de modernização<sup>22</sup> ocorrido nas cidades brasileiras promoveu uma corrente de dependências, que colaborou com a propagação de exemplos de intervenções urbanas, mas que não permitiram o rompimento com a tradição, marcada pela importação de modelos, a princípio portugueses e depois ingleses e americanos. Persegui as contradições e os padrões de intervenção em prol de uma dada modernidade, como aquela proposta como demolição, bota a baixo, reconstrução, abertura de avenidas, em contraposição a idéias culturais, formas de ver, viver e sentir pouco modificadas.

A idéia de promover o progresso a todo custo dominou não só os poderes constituídos, como a intelectualidade de maneira geral e, principalmente, a imprensa. Isso não quer dizer que a unanimidade dos baianos queria, entendia e gostava de todas as mudanças que se processavam.

Documentos como esses estão nas mais variadas instituições<sup>23</sup> que guardam a memória na Bahia. De 1895 a 1997 circularam os jornais: A Bahia, A Hora, Bahia Hoje, Cenário, Correio de Notícias, Correio da Bahia, Cidade do Salvador, Correio da Manhã, Diário da Tarde, Diário de Notícias, Diário da Bahia, Era Nova, Estado da Bahia, Gazeta do Povo, O Imparcial, Jornal Moderno, Jornal da Bahia, Jornal de Notícias, Jornal dos Esportes, A Manhã, O Democrata, Orla, O Tempo, Tribuna da Bahia, A Tarde, dentre outros. Na tentativa de consultá-los,

---

<sup>21</sup> Tomei a Revista A Paladina do Lar como fonte.

<sup>22</sup> Tratar a modernidade parece ser demais perigoso nos dias atuais, principalmente se considerarmos que suas conexões conceituais mais confundem que esclarece, pois pode ser entendida como positiva (nova, inovação, mudança, transformação) ou como negativa (volúvel, alienada do passado, desestabilizadora). No entanto, não é à busca do sentido de modernidade ou da modernização, dos espaços que buscamos, mas, por certo, as mudanças urbanas observadas estão relacionadas ao pensamento ideológico vigente no ocidente e aos processos de racionalização.

<sup>23</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca Central do Estado, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Jornal A Tarde, dentre outros.

pude observar que, na maioria das instituições, o acervo está em estado precário, e em outras está fora de uso. Os exemplares em melhor situação e de maior número para o período foram A Tarde e o Diário de Notícias, nos quais a pesquisa se concentrou, não descartando a utilização de outros.

Seguramente, este não é um trabalho que pretenda realizar uma história da imprensa, mas como o interesse repousa na história social e cultural dos sujeitos, da rua e de suas relações, o material tipográfico é enriquecedor para o estudo. Pela condução teórico-metodológica escolhida não se utilizará fontes jornalísticas para *resgatar o fato histórico*<sup>24</sup>, mas essas serão tratadas como manancial de expressão crítica produzidas por uma parcela específica da população, que apresenta fotos, desenhos, os quais com as palavras deixam aflorar aspectos imbricantes das relações da história, da imagem e da linguagem. Longe de uma análise de conteúdo, o olhar sobre o jornal busca a historicidade.

A revista *A Bahia* publicava no dia 20 de junho de 1915, o artigo “*As matinées `chics´ do cinema `Idéal´*”, onde o autor fala da genialidade do inventor do “cinematographo” e da boa inspiração do proprietário do cinema mais bem freqüentado da cidade. Aborda, ainda, a presença de homens e mulheres<sup>25</sup> nas apresentações. Sobre as mulheres, afirma que, lá (no cinema) encontram passatempo e lugar apropriado para mostrarem os *encantos de suas toilettes e de sua formosura*. Dos homens, diz que rapazes, senhores e idosos, do grupo mais educado e elegante da cidade freqüentam o Cinema Ideal, que empolga e entretém os sujeitos. Por certo, este veículo se refere às camadas economicamente mais ricas da população soteropolitana. No correr da pesquisa fui a procura de documentos, que retratassem a vida de outras camadas sociais.

Sobre fotografias, cinema e programação artística na cidade é possível encontrar várias revistas que se ocupam desses assuntos: Artes e Artistas, A Renascença, A Única, A Luva, A Bahia Chic, Revista da Bahia, A Bahia Ilustrada. Algumas dessas tinham suas redações e escritórios na Rua Chile.

O chamado “centro da cidade” sempre atraiu fotógrafos e cinegrafistas; assim, o acervo áudio-visual referente à Rua Chile é muito grande. Existem fotografias espalhadas por vários arquivos e centros de documentação, a exemplo do Instituto Geográfico e Histórico, do Arquivo Público Municipal, da Companhia

---

<sup>24</sup> O olhar não estará voltado para a direção da realidade ou da verdade.

<sup>25</sup> Foto publicada na Revista Bahia Ilustrada.

de Energia Elétrica - COELBA<sup>26</sup>, dentre outros. Também é possível encontrar rico acervo de imagens em coleções particulares como a de Nelson Cadena<sup>27</sup>. No que se refere a figuras animadas e filmes, o Arquivo Público Municipal possui coleção importante.

Na revista *Artes da História e Outras Linguagens* (Projeto História n. 24), Yara Aun Khoury, ao traduzir o texto *O historiador e a fotografia*, de Anne Marie Granet-Abisset, assim como o artigo *Metamorfose dos olhares fotográficos sobre a cidade*, de Jean-Claude Lemagny, publicado na mesma revista, no n.18 (Espaço e Cultura), confirmam minha intenção e interesse em dar ênfase ao acervo fotográfico.

A partir deste e de outros textos<sup>28</sup> entendi que cada cultura impõe sentidos e significados às fotografias, e esses são revelados quando apreciados o contexto, o caráter organizacional e as diversas experiências que margeiam a foto. A fotografia, seguindo o norte teórico, é entendida como lugar de produção de sentidos que não se restringe somente à posse ou ao uso dos objetos e sensações e sim à formatação sócio-cultural. Não basta, assim, saber os sentidos ou as motivações subjetivas do autor; é necessário tomar a imagem como 'enunciado', conduzindo à busca da biografia, da carreira, da trajetória das imagens.

Ulpiano B. Menezes propõe tratar da visualidade como parte integrante da vida social e dos processos sociais, mais do que evidenciar as fontes visuais. A premissa ou pretensão de se fazer uma história visual deve ser a de estudar a sociedade com todos os seus componentes, seu funcionamento e suas transformações. Para tanto, mesmo utilizando as fontes visuais, não se pode desprezar outro tipo de fontes, ainda que nenhuma delas seja considerada a principal. Assim, a prioridade são os diálogos entre a *plataforma de articulação* – a base empírica, e a *problemática histórica*, sendo os acervos visuais vetores para a tradução das experiências e transformações da sociedade, pois o objeto

---

<sup>26</sup> A Companhia Elétrica do Estado da Bahia – Coelba possui um arquivo histórico que guarda a vida institucional, a distribuição de energia elétrica, a força na iluminação, no transporte e na telefonia dentre outros, ao tempo em que revela a vida da Província, do Estado e da Cidade do Salvador, as relações entre o poder público e a iniciativa privada.

<sup>27</sup> O jornalista e publicitário Nelson Cadena possui coleção com mais de seis mil reproduções e fotografias, a maioria delas copiadas de jornais e revistas.

<sup>28</sup> Eduardo PAIVA (2004), Pedro VASQUEZ (2002), Borris KOSSOY (2001 e 2002), Carlos José dos SANTOS (2003), Alberto MANGUEL (2001).

de qualquer pesquisa que toma por base o conhecimento da História é sempre a sociedade.

O estudo que se quer fazer a partir da fotografia, inspira-se, também, na afirmação de M. Foucault, em *Vigiar e punir*: "[...] O poder se articula diretamente sobre o tempo, realiza o controle dele e garante sua utilização". Tempo e poder evidenciam o espaço frente aos contextos mais amplos, na ocasião em que sugere a particularização do lugar. Na trama que busco perceber a Rua Chile, o tempo é um valor de extrema significação; no que se refere ao uso da fotografia como fonte, não se pode perder a perspectiva da importância que esta tem no dimensionamento do poder e na sua própria produção.

O tratamento dado à imagem neste trabalho caminha para a construção discursiva, que precisa ser historicizada, percebida e lida historicamente, vasculhada nas suas linguagens, técnicas, conceitos e valores da época. Um bom exemplo é o foto-jornalismo, em que está representada a dimensão do tempo técnico, da produção, da significação social, baseados na pluralidade e na diversidade com que consegue se inserir nos setores de recepção.

Além das fotografias, é pertinente pensar nos depoimentos orais, fontes importantes para deslindar o cotidiano da Rua Chile. Muitos foram aqueles que já exercitaram suas memórias recordando aquele trecho da cidade do Salvador. Para elaboração deste trabalho iniciei a consulta oral pela publicação *Salvador era assim*, volumes 1 e 2, produzida pelo Instituto Geográfico e Histórico. Lá encontrei falas de sujeitos que viveram a Rua Chile.

Ouvir as pessoas<sup>29</sup> é mais uma escolha metodológica. Isso não quer dizer que optei por um fazer história que privilegia a camada menos aquinhoadada da população, ou grupos que não tiveram visibilidade na história; tão pouco a busca de histórias de vida. A oralidade aqui aparecerá como fonte histórica, não menos e não mais importante que os documentos manuscritos, documentos impressos ou iconográficos. Respeitando as especificidades das fontes orais, o desejo é o diálogo entre as fontes, reconhecendo as múltiplas influências a que estão submetidos os grupos sociais.

---

<sup>29</sup> Pessoas aqui representadas por homens e/ou mulheres de idades diferentes, profissões variadas, moradores de Salvador ou visitantes, vendedores ou clientes das lojas; transeuntes; indivíduos que viram e vivenciaram a Rua Chile.

A investigação dos *entre-lugares* e das suas múltiplas identidades, por certo é trabalhada a partir de mapas, documentos produzidos pelos poderes Executivo, Legislativo e/ou Judiciário, memorialistas, pela oralidade, que evidencia a constituição da memória e seu contínuo processo de conflito e negociação.

Assim, trabalha-se a memória como produto das relações sociais exercidas pelos sujeitos históricos, que incorporam ou rejeitam seletivamente os acontecimentos, as experiências, as lutas sociais, as práticas cotidianas – o vivido<sup>30</sup>, que na Rua Chile se expressa como costumes, modismos, festas, reivindicações populares, namoros, flertes, práticas familiares e religiosas; formas de comércio e de trabalho – enfim, ações dos sujeitos soteropolitanos.

O estudo que tem como eixo fundamental a preocupação com os modos de constituição da vida urbana, e pretende revelar a Rua Chile como parte importante da constituição do estar, viver e ser soteropolitano de 1900 à década de 40, também centrou atenção nos documentos guardados na Associação Comercial da Bahia, na Biblioteca da Bahiatursa<sup>31</sup>, Centro de Estudos Baianos, Biblioteca do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, Biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesses órgãos encontramos registros comerciais, livros de atas da Associação Comercial, fotografias, catálogos informativos sobre a cidade, documentos sobre o Patrimônio Histórico Artístico da cidade do Salvador, livros e revistas.

No Arquivo Público Municipal foi possível consultar o Ementativo Cronológico das Leis, Livros de IPTU, Caixas de Requerimentos, acervo fotográfico, na tentativa de analisar as posturas para a Rua Chile, e compreender a contraposição entre norma e vida cotidiana.

Livros de notas do Município de Salvador (Livros de Tabelionato), Plantas da Cidade, boletins estatísticos do Estado e processos da Seção Judiciária Criminal, foram encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia que me possibilitaram fazer inferências quantitativas e qualitativas sobre a vida da cidade do Salvador, do Estado da Bahia, e da Rua Chile, compreendendo os dados estatísticos econômicos e de população, encontrar a face plana da cidade, e procurar atos de conflito praticados na Rua.

---

<sup>30</sup> Segundo Edward Thompson, experiências culturalmente construídas e reconstruídas.

<sup>31</sup> Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia S/A.

Assim como os médicos, advogados, arquitetos e engenheiros faziam-se ouvir através de proposições e reivindicações aos poderes constituídos, interferindo nas leis e normas do Município e do Estado, os outros sujeitos da cidade, ao tencionarem com esses poderes, criam estratégias que lhes fazem ganhar identidade e visibilidade. Por isso, foi feito um levantamento no Arquivo da Câmara Municipal com o intuito de buscar a tensão entre as ações coletivas e as ações legais. É preciso deixar claro que não se quer aqui tratar o discurso normativo por si, mas contrapondo-o às estratégias da população, que buscam contestar a implantação da modernidade imposta, agarrando-se ora a modelos tradicionais, ora a modelos novos, porém autóctones.

Ainda na tentativa de encontrar os sujeitos que freqüentavam a Rua Chile, foi procurada a Biblioteca do Instituto Feminino da Bahia, onde se encontram revistas dedicadas ao público feminino. Esta Instituição, por ser especializada em documentos sobre mulheres e relações de gênero, também possui coleção de fotografias de famílias, homens e mulheres, em diversas situações sociais, e variados lugares da cidade do Salvador, inclusive na Rua Chile.

Edgar S. De Decca, no prefácio do livro *1932: imagens construindo a história*, de Jeziel De Paula escreve:

Nesse momento, verdadeiramente, começa e ganha consistência o trabalho do historiador. Ele não é um colecionador de documentos, nem aquele que sabe contar uma boa história, mas alguém que consegue captar a realidade do passado a partir de pistas e sinais, muitas vezes, fugidios. A história por isso mesmo, é operação de conhecimento e não rememoração, nem tampouco compilação de fontes documentais, e muito menos um anedotário interessante.

A cada busca pelas fontes, a cada leitura, a cada análise dos documentos, fotografias, jornais, entrevistas, o cientista social impregna-se do objeto pesquisado. Ao mesmo tempo se envolve e é envolvido pelos elementos, sujeitos e lugares. As fontes produzem muitas viagens, em diálogo com o historiador. São nesses diálogos que proponho embarcar – nas originadas pelas fontes do trabalho, nas imagens e imaginário sobre a Rua Chile.

O recorte temporal da pesquisa está posto entre 1900 à década de 40. No início do século, em 1902, a Rua Chile ganha essa toponímia, também é um momento significativo para a cidade e para o País com a implementação das novas diretrizes republicanas. Ao longo deste período nos deparamos com a reforma urbana, a demolição da Igreja da Sé, a I<sup>a</sup> Semana de Urbanismo e a criação do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador – EPUCS.

A modernidade, a partir de 1930, é marcada em Salvador pelas pontuais obras erguendo edifícios entre as construções antigas, nas áreas já consolidadas da cidade. São exemplos objetivos que tentam definir o processo de mudança, contrapondo-se aos sinais dos tempos históricos<sup>32</sup>: Hospital Santa Terezinha, Hospital das Clínicas; Estádio Otávio Mangabeira; Ed. Caramuru, Ed. Sulamérica; Instituto de Cacau da Bahia, Ministério da Fazenda; Palace Hotel, Hotel da Bahia; Associação Atlética da Bahia, Clube Baiano de Tênis; Instituto Normal da Bahia, Escola Parque; dentre outros.

A Rua Chile vai aparecer neste contexto como aquela que representará a aglutinação dos vários territórios, aproximando, fisicamente, os sujeitos, porém, segregando-os em novos papéis, novas representações, novas identidades.

Fixo o marco final do trabalho na década de 40 por ser essa a época em que os soteropolitanos começam a expressar através de jornais, a melancolia das mudanças e a decadência da Rua Chile. A despeito de também ser considerado período culminante da Rua, havia aqueles que não mais a reconheciam por todos os seus usos, reformas e modernidades, como na notícia do Jornal A tarde de 26 de janeiro de 1937 onde lê-se:

Outro problema a ser resolvido entre nós é a do tráfego na rua Chile. Tardes há em que o movimento nessa via pública é intenso. E os transeuntes, aqueles que por ali passam em busca de suas obrigações.

[..]

Outro habito estranho é o de se colocar peças de roupas nas janellas de certas pensões e hotéis da Rua Chile.

Ou no mesmo jornal no dia 03 de junho daquele ano.

---

<sup>32</sup> Cujas singularidades não escondem a segregação dos espaços.

Era a rua Chile, na sua exploração mundana nas tardes de sabbado.

O repórter viu tudo isto, que para elle teve significação, desinteressante das coisas banaes.

No período escolhido para a pesquisa, encontra-se a convivência do *glamour* e da decadência<sup>33</sup>, da modernidade e da tradição, da família e da boemia, do comércio, dos consultórios, dos escritórios, das construções, das ações, das representações, das identidades.

Para além do marco de tempo, outras justificativas se apresentam quando do início da elaboração do trabalho. A primeira delas relaciona a carência de estudos em história sobre o tema. Perceber que a Rua Chile é tradição, modernidade, pensamento e voz – *cérebro, língua e/ou coração*, que faz-nos perceber a interligação entre o que é imóvel, móvel e semovente na cidade, e que expressam as fronteiriças relações entre esta, a cultura e o poder, pareceu-me justificar a vontade de elaborar o trabalho apresentado.

Entender que o espaço, a rua, os imóveis e tudo o que é vivido neles, como signo sócio-cultural, impregna nas ações e memórias, ao tempo em que se perpetua nos criadores – os sujeitos sociais<sup>34</sup>; querer estudar a Rua Chile como espaço cheio de significados, criados através de ações e memórias dos soteropolitanos e visitantes da cidade da Bahia; e, ansiar apreender a cidade como espaço de projeção social, espaço de luta, onde se inscrevem ações de pessoas e grupos, traduzindo-se em conflitos e contradições entre as problemáticas sócio-espaciais<sup>35</sup>, justifica a proposta de trabalho.

Como ensina Dominick La Capra: “Ler e escrever constituem dois aspectos imbricantes da inevitável relação entre historiador e a linguagem”. Assim, mesmo sabedora que este trabalho não é literatura, como método de escrita, utilizei recursos que conduziram a passeios, a aventuras que aparecerão

<sup>33</sup> O declínio de prestígio da Rua, a partir da década de 60, é atribuída ao processo de descentralização político-econômica, a transferência do setor administrativo estatal para a Avenida Paralela, e à instalação dos primeiros shopping centers. Deve-se ressaltar que naquela década se inaugura diferentes rumos políticos, sociais e econômicos para o Brasil, e em particular para a Bahia.

<sup>34</sup> Ana FERNANDES; Marco A GOMES; Heliódório SAMPAIO. *A constituição do urbanismo moderno na Bahia (1900-1950): construção institucional, formação profissional e realizações*. MAU. Faculdade de Arquitetura. UFBa. Salvador: 1993. Obra não editada; circulação restrita.

<sup>35</sup> CASTELLS, 1983; LEFEBVRE, 1991; KOWARICK, 1994.

como arranjo ou caminho, e não como resultado. Aqui busquei levar em consideração a impossibilidade de dissociação da História com outras áreas de conhecimento, como a geografia, a literatura, a matemática, dentre outras, como forma de pensar discursos, linguagens em fronteiras.

Aderi, também, às idéias de Henri Lefébvre, quando em *Espacio e política* (1976) argumenta que o espaço não deve ser compreendido por si só ou de forma absoluta, sem levar em consideração a sua relação com as práticas sociais; da mesma forma que não pode ser entendido apenas como fruto da sociedade. Ele é mais que isso, ultrapassa o físico e a produção social; é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. Tal paradigma consigna a idéia de que as relações dialéticas que gravitam entre as formas espaciais e os processos históricos moldam os grupos sociais e o espaço organizado pelas pessoas, ao tempo em que condiciona a sociedade, divide com esta a concepção dos processos de existência e de reprodução social.

João do Rio, no seu esgotado livro – *A alma encantadora das ruas* pode ajudar a descortinar o foco que se quer iluminar: o espaço, os sujeitos e a sociedade que vive a rua, tecem imagens, exercem e exercitam saberes e poderes. Ele escreve:

A rua faz as celebridades e as revoltas, a rua criou um tipo universal, tipo que vive em cada aspecto urbano, em cada detalhe, em cada praça, tipo diabólico que tem, dos gnomos e dos silfos das florestas, tipo proteiforme, feito de risos e de lágrimas, de patifarias e de crimes irresponsáveis, de abandono e de inédita filosofia, tipo esquisito e ambíguo com saltos de felino e risos de navalha, o prodígio de uma criança mais sabida cética que os velhos de setenta invernos, mas cuja ingenuidade é perpétua, voz que dá o apelido fatal aos potentados e nunca teve preocupações, criatura que pede como se fosse natural pedir, aclama sem interesse, e pode rir, francamente depois de ter conhecido todos os males da cidade, poeira d'oiro que se faz lama e torna a ser poeira – a rua criou o garoto!<sup>36</sup>.

A Rua Chile criou meninas, meninos, senhores, senhoras, transeuntes, viajantes, trabalhadores... São eles que viveram, viram, memoraram e

---

<sup>36</sup> 1997, p. 02.

resignificaram no tempo a rua. Se antes de observá-los vamos olhar o lugar, não estamos apartando-os – todos são partes inseparáveis de um mesmo elemento.

Como a pretensão é fazer história das relações, é necessário encontrar na Rua Chile os meninos e meninas de que fala João do Rio. Na tentativa de materializá-los vasculhei a documentação de Registros de Batismo<sup>37</sup> dos anos de 1909 a 1913, das Paróquias da Penha, Vitória, Santo Antonio Além do Carmo.

Seis registros chamam atenção, não por serem muito diferentes dos demais, ao contrário, por delinearem o perfil comum dos soteropolitanos. Os escolhidos foram o de Josephina, com um mês de idade (em março de 1910), filha legítima de José Joaquim Catão e Olisa Rosa de Oliveira; o de Jesuíno, com sete meses de idade, em janeiro de 1910, filho natural de Maria Vectaliana de Cerqueira, ambos registrados na Paróquia da Penha, que corresponde à região da cidade baixa. Área litorânea, distrito industrial, que servia de residência para pessoas de baixos rendimentos, como pequenos comerciantes, comerciários, industriários, pescadores, artesãos, trabalhadores do porto e dos estaleiros, funcionários de serviços, dentre outros.

Na Paróquia da Vitória, área norte, que desde o final do século XIX, abriga casarões de famílias mais abastadas, de negociantes, capitalistas, promotores público, artistas, funcionários públicos do alto escalão, bacharéis, professores, e pessoas que viviam de rendas. Era também a localidade mais bem servida de saneamento e de equipamentos públicos. Foram selecionados os registros de Alipida, nascida a 13 de outubro de 1909, filha natural de Maria do Carmo; e o de Clóvis, nascido a 21 de novembro de 1909, filho legítimo de Antonio Ferreira Bastos e Ritta da Silva Bastos.

Nos assentamentos da freguesia de Santo Antonio Além do Carmo optei pelo registro de Estella, nascida a 01 de julho de 1908, filha legítima de Zacharias José Teixeira e Isaura da Silva Teixeira; e o de Francisco, nascido a 04 de outubro de 1909, filho natural de Theodora Maria da Conceição. Esta acolhia a camada média, formada por artistas, negociantes, funcionários públicos, caixeiros, militares, bacharéis, médico, dentre outros. Um dado importante que diz

---

<sup>37</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador. Livros de Registros de Batismo – Penha, Vitória e Santo Antonio Além do Carmo. 1907 a 1911.

respeito a essa área é a grande concentração de sujeitos de cor, pardos, libertos e escravos de segunda geração, até o final do século XIX<sup>38</sup>.

Absorvendo as idéias de Michel de Certeau, os trato como observadores e caminhantes. Tendo experimentado o viver em Salvador, em áreas espacial e socialmente diferentes, as pessoas arroladas viram e vivenciaram as modificações urbanas de modo distinto. São indivíduos que conhecem a cidade não de ouvir dizer ou de observar, mais por estarem presentes, por terem convivido, por resistirem às mudanças! Suas vidas não apareceram em outras fontes pesquisadas, eles são sujeitos e personagens da história da cidade. Como tantas outras pessoas materializarão os comportamentos mais comuns dos soteropolitanos.

A Rua, as pessoas – suas ações, as experiências que atravessam a Rua Chile e a cidade do Salvador, de 1900 à década de 40 estão expostas em cinco capítulos.

No primeiro, ***Configurações do lugar: um olhar a partir das escalas***, tento investigar as articulações que os espaços assumem, o sentido regional e local, sem perder a perspectiva de que, no período estudado está mesclado o internacional e o nacional. A busca é discutir as escalas geográficas presentes, o espaço que é Salvador e a Rua Chile. As escalas, aqui, serão tratadas como origem de processos sociais, quando descartam as assimetrias de poder inerentes ao discurso social mais tradicional. A escala, o lugar, a festa, os sujeitos são observados como tradutores da diferença e da singularidade social, na definição e delimitação das fronteiras de identidade. Para tanto, são utilizados fotografias, jornais, memorialistas e mapas.

No segundo capítulo, ***O engrandecimento da capital da Bahia: remodelação, melhoramentos e construção*** fico atenta para os diferentes discursos sobre a modernização da cidade e sua reurbanização. A produção de sentidos do lugar pressupõe o cruzamento de ações, imagens construídas e reconstruídas que formam um *outro espaço*. Assim, este capítulo ocupa-se da primeira década do século XX, buscando a modernidade pretendida para a cidade e para a Rua. Nesse período, as obras de alargamento, alinhamento e

---

<sup>38</sup> Segundo a obra *Dez Freguesias da Cidade de Salvador*, de Ana Amélia Nascimento, as freguesias (depois distritos) correspondentes a essas Paróquias; agrupavam vasta diversidade de categorias sociais. Aqui estamos levando em consideração que tais perfis não estão modificados severamente até o final da primeira década do século XX.

asfaltamento, iluminação pública, instalação de esgotos, além dos conflitos políticos são alvo da análise. Os jornais, as fotografias, os livros de IPTU tratam de uma aura moderna, face vanguardista de Salvador e da Rua Chile. Mas na busca do terceiro espaço se encontra a contradição entre ser reduto de uma vida conservadora, tradicional e executar as mudanças sociais, culturais e urbanas.

**O texto humano que projeta a modernidade: construção de identidade e diferença** é o título do terceiro capítulo, cujo foco recai sobre a década de 20; as imagens construídas e reconstruídas no processo de identificação e diferenciação das pessoas, a partir das configurações dos novos perfis de gênero; nova organização do sistema escolar; novo aparelhamento das empresas; expressão de lazer, trabalho, dentre outros. Para tanto foram utilizados jornais, fotografias, memórias e dados censitários. Nossa preocupação principal é a de perceber a sócio-espacialização da cidade, assim como as produções de diferença em momentos de transformação do espaço. A pretensão não repousa apenas no recorte físico, mas nos sentidos e imagens construídas e produzidos na e sobre a cidade do Salvador, nos primeiros anos do século XX. Se por um lado, para se entender Salvador, a rua Chile e suas dinâmicas, é necessário articular o local, o regional e em algumas vezes a escala nacional, por outro, é preciso igualmente debruçar-se sobre a sua história cotidiana, cujo desenrolar é constituído tanto por diversas lógicas temporais como pela vida comezinha, de homens e mulheres comuns.

Nunca é tarde para voltar a tratar sobre a questão motivadora da tese e que dá título ao quarto capítulo: **Língua, cérebro ou coração?** O que isso significa? Inspirada em *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*, de Richard Sennet, pude perceber que as cidades e seus projetos urbanos se desconectaram do corpo humano, porém as referências sobre elas ainda dizem respeito aos movimentos e aos sentidos (ver, ouvir, cheirar, pegar e saborear) dos sujeitos.

Os anos 30 é uma época de transição, quando se começa a pensar que o distanciamento inter pessoal significa ordem e, relacionar a rua ao corpo humano é bastante significativo. Se ao longo da tese tento demonstrar as contradições entre a experiência de usufruir das benesses da rua e sua identificação como expressão, para toda a cidade, neste capítulo a pretensão

analítica é cruzar<sup>43</sup> as expressões simbólicas, imagens e falas de pessoas<sup>39</sup> que viram, ouviram, falaram..., se expressaram sobre a Rua Chile, sobre cidade.

Consideramos que a partir dos anos 40 as idéias sobre a cidade do Salvador vão seguir por outro rumo, apresentará as memórias contraditórias que descentram relações sócio-culturais, bens materiais e imateriais, e sentidos de pertencimento, do mito de glamour, e da suposta decadência do lugar. Assim, ao tempo que se busca os sentidos de lugar demarca as identidade e diferenças que recuperaram a memória do espaço. Memórias de um lugar ou de lugar nenhum que aparecem em múltiplas fontes e que provocam a elasticidade da noção de tempo.

Como não é possível concluir ou fazer considerações que findem a compreensão da Rua Chile. Elaboramos um texto fala dos anos quarenta, mas que ao mesmo tempo encerra este trabalho, avaliando que ainda existe muitos aspectos a serem tratados sobre aquele logradouro. Este tem como título

#### **Capítulo V: Considerações finais**

---

<sup>39</sup> Como aquelas citadas através do registro de Batismo.

# Capítulo 1

## Configurações do Lugar: um olhar a partir das escalas

A Rua Chile, território onde se experimenta contradições, conflitos, dinâmicas, peculiaridades, negociações entre indivíduos (baianos ou não), espaço e diferença, é o mote da pesquisa. O foco principal é criar<sup>2</sup> a foto revelação que apresente as tentativas dos indivíduos de vivenciá-la, ao tempo em que pessoas, cidade e rua se agarram aos marcos, experiências e *habitus* do passado ressignificado.

Para a execução dessas intenções toma-se como primeiro porto de atracação a obra de Sílio Boccanera Júnior, *Bahia histórica: reminiscências do passado, registro do presente – anotações 1549-1920*, publicado pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 1921, visto que esta fonte aguça o interesse pela Rua Chile e principalmente, pelos nomes que ela já teve.

Por certo, a toponímia<sup>3</sup> traz pistas de como caracterizá-la, dos usos e dos abusos produzidos por homens e mulheres como: Josephina, José Joaquim, Bernardo, Olisa Rosa, Jesuíno, Osmundo, Maria Vectaliana, Alipida<sup>4</sup>, dentre outros – pessoas que viveram, moraram e/ou utilizaram-na como lugar, ponto de referência... E é por aí que iniciaremos.

O primeiro nome dado àquele logradouro foi Rua Direita de Santa Luzia. Para se entender melhor essa denominação, é necessário voltar o olhar para tempos em que a maioria dos moradores do Brasil eram os indígenas, e sua costa atraía portugueses e outros navegadores.

O Rei D. João III tomando conhecimento da falta de eficácia do sistema de capitanias, e sendo advertido por vários dos seus donatários dos riscos de

---

<sup>2</sup> Como afirma Deleuze.

<sup>3</sup> Mais conhecidas: rua Direita de Santa Luzia, rua Direita das Portas de São Bento, rua Direita dos Mercadores, rua Direita do Palácio, Rua Chile...Theodoro SAMPAIO. *História da fundação da Cidade de Salvador*. Obra Póstuma. Salvador: Beneditina, 1949.

<sup>4</sup> Que serão tomados como representativos dos soteropolitanos, ao longo do texto.

sucessivos ataques estrangeiros visando o comércio clandestino e a ocupação do território, deliberou pela instituição do Governo Geral. Por Regimento do Governador e Capitão Geral Tomé de Souza, em 17 de dezembro de 1548, na cidade de Almeirim, em Portugal, ficou estabelecido a criação de uma cidade fortificada, que abrigasse a sede da nova governação.

Parte de Lisboa, em 01 de fevereiro de 1549, para cumprir as determinações do Reino, uma armada<sup>5</sup> comandada pelo fidalgo Tomé de Souza<sup>6</sup>, com pessoas, artilharia e munição para fundar uma “fortaleza e povoação grande e forte”<sup>7</sup>, dando início à construção da primeira capital brasileira.

Dentro da Capitania de Francisco Pereira Coutinho, o lugar determinado seria a Baía de Todos os Santos, eqüidistante das extremidades da costa, entre São Vicente e Itamaracá. Esta era uma baía ampla, segura e de boa navegabilidade, que possibilitava o escoamento da produção de pau-brasil, e posteriormente de cana-de-açúcar e algodão. Em mãos estrangeiras é que não poderiam parar tais terras!

Desembarcaram onde ficava a antiga povoação da Vila Velha<sup>8</sup>, em 29 de março daquele ano. Neste lugar pouco se demoraram, pois aquele sítio não protegia a armada e, antes mesmo do início das obras do fortim, todo o grupamento foi transferido para uma área mais adentro. Nos primeiros dias do mês de abril foi escolhida a culminância de uma escarpa na parte média da baía, de fácil defesa, para a construção do locus administrativo, chamado a “cabeça do Brasil”<sup>9</sup>. Delimitava o oeste um paredão natural, que no nível do mar possuía estreita faixa de terra; ao leste, o vale do ribeiro; ao sul duas gargantas onde seria

---

<sup>5</sup> Composta por: três naus (N. S. da Conceição, N. S. da Ajuda e Salvador); duas caravelas (Leoa e Rainha) e um bergantim (São Roque).

<sup>6</sup> Tomé de Sousa cuidou logo de organizar o seu governo, instituindo funções para uma eficiente administração. Trouxera, em sua companhia para ocupar o cargo de ouvidor-geral, Antonio Cardoso de Barros, Luiz Dias, mestre das obras d’El Rei, Antonio de Reis, escrivão da província, Pedro Ferreira, tesoureiro das rendas, Dr. Jorge Valadares, médico nomeado por 3 anos, e Diogo de Castro, farmacêutico.

<sup>7</sup> UFBA. Faculdade de Arquitetura. Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia. *Evolução física de Salvador*, v. 1. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1980. Estudos Baianos n. 12.

<sup>8</sup> Dessa área brotaram um conjunto de vias, ruas que configuraram a primeira cidadela, e que foram conservadas no traçado da cidade.

<sup>9</sup> UFBA. Faculdade de Arquitetura. Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia. *Evolução física de Salvador*, v. 1. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1980. Estudos Baianos n. 12. Essa expressão é cunhada para designar o *locus* que iria assumir o papel de centro político e administrativo, centro de comércio externo e interno, distribuidor de mercadorias, cidade porto, armazém.

colocada prontamente a Porta de Santa Luzia; e ao norte foram fixadas as Portas de Santa Catarina.

A cidadela concebida era expressão do domínio português sobre o território conquistado, compatível e de acordo com os anseios do Reino: a sede do poder e da administração; lugar da produção econômica e do seu escoamento. Salvador é o exemplo de instalação<sup>10</sup> de cidade de projeto pré-estabelecido, cujo princípio não se fixa apenas no domínio territorial<sup>11</sup>, e sim na ação do Estado, impondo a ordem burocrático-jurídica.

Segundo Heliodório Sampaio<sup>12</sup> este projeto de Estado estava “atrelado a uma noção de ordem muito peculiar que contradiz a idéia corrente de que o xadrez era uma marca exclusiva do urbanismo espanhol”.

Ao erigir em 1549 uma cidadela cercada por muros, à beira da Baía de Todos os Santos, Luiz Dias<sup>13</sup>, mestre de obras do fortim, executando projeto trazido da Corte e elaborado por Miguel Arruda, que alude ao modelo das cidades medievais da Europa Ocidental<sup>14</sup>, a exemplo de Lisboa, funda a primeira cidade ‘planejada’ do Brasil<sup>15</sup>.

---

<sup>10</sup> Segundo Afrânio Peixoto, no Breviário da Bahia, o Padre Serafim Leite distingue fundação de instalação. Para ele instalação se relaciona aos serviços públicos, sua disposição e utilização. Era isso que fazia Tomé de Souza ao construir, empossar e fazer cumprir as leis e normas. A fundação ele relaciona ao marco institucionalizado, a um caráter oficial. Como na documentação não se encontra solenidades, festas, inauguração ou congêneres ficou estabelecido que o dia 29 de março de 1549 seria a data da fundação da Cidade do Salvador; porém, tem se discutido tal datação. Damasceno Vieira, defende que a fundação da cidade se deu em 30 de maio; Teodoro Sampaio, 13 de junho; Inácio Accioli, dia 06 de agosto. Rio Branco e Rocha Pombo palpitam pelo dia 1 de novembro.

<sup>11</sup> Tal domínio só pode ser entendido levando-se em consideração a organização da vida social e a gestão da produção coletiva, que induz a análise das relações e disputas políticas vivenciadas no ambiente citadino. Sem o tripé: território, vida social e relações políticas não se pode controverter a cidade.

<sup>12</sup> Heliodório Lima SAMPAIO. *Forma urbana: cidade-real & cidade-ideal*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1998. Tese de doutorado.

<sup>13</sup> Segundo a *Evolução física de Salvador*, v. 1., em 13 de novembro de 1524 Luiz Dias foi nomeado Mestre das Obras de Pedraria da Cidade de Çafin, onde residia. Vinte e cinco anos depois (1549), D. João III pelo Alvará Real de 14 de janeiro, o designa para acompanhar Tomé de Sousa na tarefa de construir a primeira capital brasileira e instituir o Governo Geral do Brasil, recebendo pelo seu trabalho 72\$000 Rs anuais. Pouco se sabe sobre Luiz Dias, a não ser que era casado com D. Catarina Pires, e tinha o título de Cavaleiro do Reino. Fica na Bahia até 1553, deixando no seu lugar o pedreiro Diogo Peres, seu sobrinho e discípulo.

<sup>14</sup> Tomé de Souza trouxe do Reino o plano de construção da cidadela, semelhante aqueles já implantados em outras aglomerações. Entretanto aqui sofre modificações em virtude da topografia da região.

<sup>15</sup> Até então nenhum dos aglomerados possuía *status* de cidade; o que havia eram vilas, das quais são exemplo todas as fixadas ao longo do litoral como: Vila do Pereira, Porto Seguro, Olinda, São Vicente, dentre outras.

Em espírito, a cidade delimitava uma nova relação entre o homem e a natureza, pois inaugurava o processo de assentamento ou fixação das pessoas, ao assegurar a autoridade do representante do rei sobre um território. Para além da visão idílica se observa que esse era um projeto de Estado e que, logo nos primeiros anos, a expansão da cidade deu-se apenas na área do ribeiro<sup>16</sup> – parte baixa, com a construção (em alvenaria) da Casa de Fazenda e de diversos armazéns para o comércio, importação e exportação. Na Praia<sup>17</sup> estavam as aguadas para os marinheiros e naus, e para os que lá se estabeleciam. Eram duas fontes d'água principais, que demarcavam os limites iniciais da cidade: a fonte do Gabriel, que ficava ao sul, entre a beira-mar e o paredão de pedras (hoje área da Conceição da Praia); e a fonte do Pereira, na Vila Velha (atualmente a região do Porto da Barra).

Um forte aspecto para atração e fixação das pessoas naquela área, era o abastecimento de gêneros alimentícios, material de construção, rouparia e até mesmo mão-de-obra, originário do Reino, da África e do Recôncavo baiano. Outros focos eram os templos religiosos, a chancela do Estado, e a segurança física e patrimonial.

A cidade então construída pode ser descrita com uma praça central (inicialmente denominada Praça da Feira, depois Praça do Palácio, Praça da Parada, Praça da Assembléia, Praça Rio Branco e, finalmente, Praça Tomé de Souza) onde estavam a Casa dos Governadores, Casa de Câmara e Cadeia e a Casa da Moeda, de onde partiam quatro ruas longitudinais, sendo a mais extensa, a Direita de Santa Luzia (uma das denominações da Rua Chile), e em direção ao Terreiro de Jesus, a da Misericórdia; três transversais estreitas e dispostas perpendicularmente umas às outras, e duas travessas. Nessa praça, mais tarde, se assentou o pelourinho<sup>18</sup>; também foram realizadas corridas de touros em dias de festa.

Havia ainda dois caminhos que levavam para a região litorânea: um para o porto/armazém e para a ermida de Nossa Senhora da Conceição, e outro para a Vila Velha.

---

<sup>16</sup> Aqui o ribeiro é a faixa estreita à beira mar da região do Bairro do Comércio, nada tendo com o posterior Bairro da Ribeira.

<sup>17</sup> Primeiro nome da parte baixa da cidade.

<sup>18</sup> Pelourinho aqui se refere à coluna de pedra ou madeira, localizada normalmente ao centro de uma praça ou um sítio público, onde eram expostos e castigados criminosos, e não ao famoso bairro da Cidade.

Aqui, se observa as diferenças entre os caminhos que ligavam a parte baixa da cidade ou os conjuntos citadinos, geralmente tortuosos, estreitos, longos, demonstrando o quão era difícil atravessar áreas não trilhadas; e as ruas internas da cidade-fortaleza, geralmente mais largas, menos acidentadas e curtas. As ruas conduzem a vida cotidiana que precisa ser mantida segura e adequada, ao tempo em que expõe a natureza social humana, através dos domínios, dos usos, dos rituais, das festas, dos dissensos, das tragédias...

A cidadela se assemelhava a um tabuleiro de damas, em cujas quadras as edificações estavam lado a lado, como se vê na Figura 07 (destacado em vermelho a Rua em estudo. Grifo nosso). Os fortes, as igrejas e os prédios institucionais tinham uma arquitetura peculiar, ocupando posição de destaque.

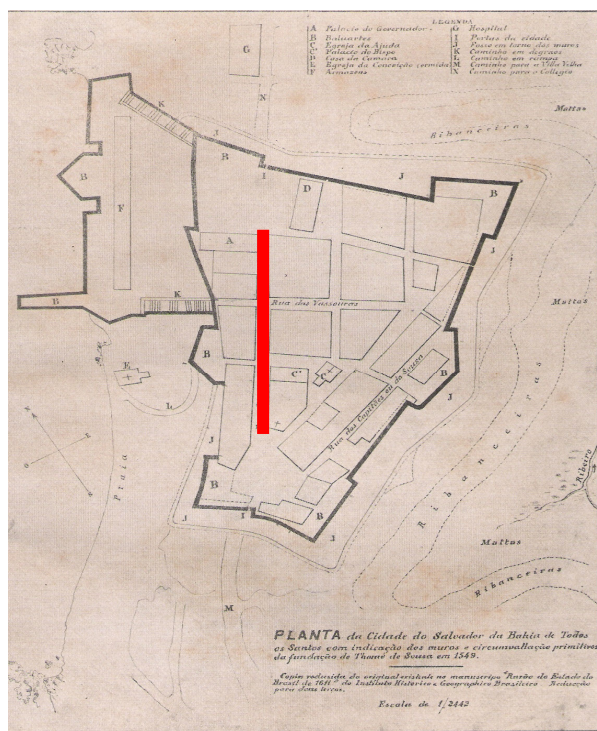


Figura 07 – Planta da Cidade do Salvador, 1549.

Salvador começou assim; mais parecida com um arraial ou acampamento do que com uma cidade. É possível visualizar e examinar a imagem dessa cidade, a partir de algumas plantas<sup>19</sup>, expostas a seguir.

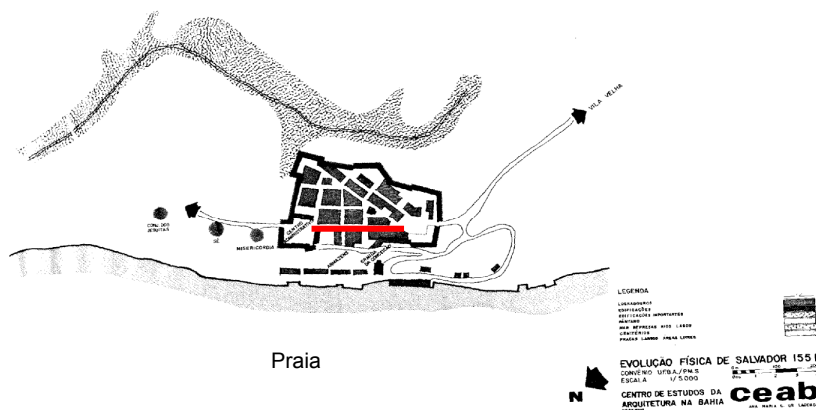


Figura 08 – Planta da Cidade-Fortaleza, 1551.

Passados dois anos, pouco havia sido feito, devido aos poucos recursos produzidos naquelas terras. Na verdade, era o possível a ser realizado nas condições existentes. Na imagem da Figura 08, datada de 1551, pode-se observar a descrição da cidadela proposta pelo Estado Português<sup>20</sup>, com as modificações imediatamente apresentadas por Luis Dias<sup>21</sup> na sua construção. Vêm-se os logradouros e vias abertas para o deslocamento no fortim e no seu rossio, principalmente pelo pequeno trecho demarcado em vermelho, a rua Direita de Santa Luzia, que corre da Praça do Paço para o norte, em cuja extremidade havia uma capela em honra à Santa<sup>22</sup>. O assentamento da cidade construída seguia a solução acropolitana, se tornando rapidamente a Lisboa da América, e competindo com entrepostos como Goa e Malaca.

<sup>19</sup> Olhar a cidade e relacioná-la com as tais imagens dá a possibilidade de criar focos imagéticos e escalas diferenciadas

<sup>20</sup> UFBA. Faculdade de Arquitetura. Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia. *Evolução física de Salvador*, v. 1 e 2. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1980. Estudos Baianos n. 12.

<sup>21</sup> A escolha do lugar onde se estabeleceria a cidade ficou a cargo de Luiz Dias, no que se refere à responsabilidade técnica; administrativamente devemos nos remeter a Tomé de Souza. Outro nome a ser lembrado é o de Gramatão Teles, que chegou com antecedência e formulou as razões pelas quais deveriam se pautar a escolha da sede física.

<sup>22</sup> No lugar onde ficava a ermida foi posteriormente erguido o Teatro São João.

A povoação da parte baixa não estava prevista originalmente; no entanto, as obras do fortim foram iniciadas pela construção de dois baluartes, do armazém, e da ermida consagrada a Nossa Senhora da Conceição, na estreita faixa litorânea, aonde vinha pregar em dias santificados, o Padre Manoel da Nóbrega<sup>23</sup>. Em concomitância às edificações erguidas na Praia, o mestre principiava na parte alta da escarpa a preparação dos arruamentos, baluartes e as cercas para a localização do centro administrativo. Findada esta etapa, seguiu a construção dos edifícios públicos: Casa de Câmara e Cadeia, Casa da Fazenda, Alfândega, Armazéns e Ferrarias.

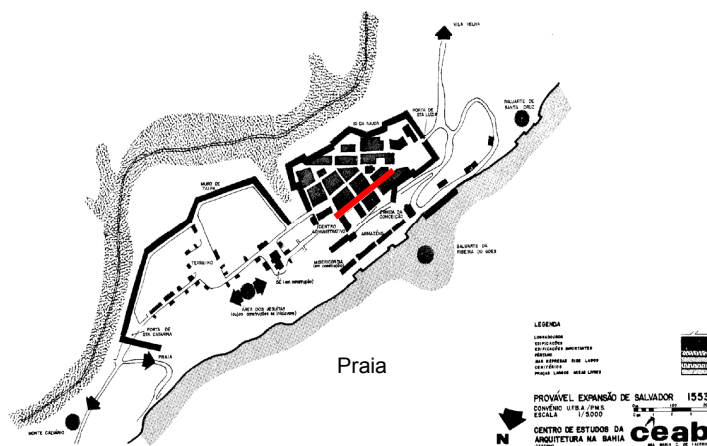


Figura 09 – Planta da Cidade-fortaleza – expansão norte, 1556

Na Figura 09, datada de 1556, há uma expansão do fortim<sup>24</sup> com o surgimento de uma segunda praça. Do sítio inicial corria uma rua onde se localizava a casa da Misericórdia, o hospital e uma pequena Igreja, além de já estarem fixados vários mercadores. Ao final desta, abria-se uma arena na qual foi erigida a “Sé de Palha”, cuja porta principal estava voltada para o mar. Deste largo partia outra pequena rua, igualmente repleta de comerciantes, que

<sup>23</sup> Imediatamente à instalação da cidade foram erguidas as Igrejas consagradas a Nossa Senhora da Conceição da Praia e a Nossa Senhora da Ajuda (as mesmas devoções das naus). Não é de se admirar que logo uma Igreja fosse construída, pois na esquadra havia chegado com Tomé de Souza seis religiosos da Companhia de Jesus – ordem recém criada, e apenas um médico; tendo a ação da Igreja sido estabelecida em Portugal com a Bula Papal que criou o Bispado de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, antes mesmo da chegada de Tomé de Souza.

<sup>24</sup> UFBA. Faculdade de Arquitetura. Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia. *Evolução Física de Salvador*. 1979, Estudos Baianos Vol 1 e 2. Aparece em destaque Rua Chile. Localização do mar e grifo nosso.

desembocava em um grande terreiro no entorno da Igreja dos Jesuítas<sup>25</sup>, para além do muro de taipa<sup>26</sup>. Neste terreiro já havia residências, e se realizavam as festas a cavalo<sup>27</sup>.

Assiste-se, também, à abertura de novas vias em direção ao mar, principalmente para o sul, na direção da Vila do Pereira. A planta apresenta uma cidade fechada e vigiada, tal como as urbes antigas, protegida dos inimigos internos e externos<sup>28</sup>.

A Rua em questão, até o final do século XVI permanecia sendo denominada Rua Direita de Santa Luzia. Nesta época, uma panorâmica da cidade demonstra sua contínua expansão para o sul, muitas vezes pelas mãos dos religiosos<sup>29</sup>. Um exemplo é o Mosteiro da Ordem Beneditina, inaugurando suas primeiras obras em 1582, quando a citada Rua assume sua segunda denominação – Rua Direita das Portas de São Bento, cuja referência é feita à embrionária construção<sup>30</sup> da Ermida de São Sebastião e depois Mosteiro de São Bento<sup>31</sup>.

Essa artéria já era bem movimentada, com várias casas residenciais e de negócios, paralela a uma outra, também, povoada de lojas, e em cujo alto se fixa a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda.

Desde a fundação da Cidade do Salvador, a Rua Direita das Portas de São Bento permanecia fazendo a ligação entre a praça Central e as vias de

---

<sup>25</sup> A construção da referida igreja era acompanhada da do colégio da Companhia de Jesus. A primeira Sé, construída de palha, foi substituída por outra de pedra e cal, em 1559. As obras do Paço do Governador só foram concluídas em 1623.

<sup>26</sup> Tão frágeis que, em 1569, Gabriel Soares de Souza conta não se encontrar vestígios.

<sup>27</sup> Desde 1580, em plena segunda Governança, fala-se que Salvador possuía 10.000 habitantes<sup>27</sup>, e que 30% estavam fixados nas áreas fora do fortim, principalmente, em volta do Terreiro de Jesus.

<sup>28</sup> Salvador passa a se expandir também para o leste, redefinindo a localização de suas portas e abarcando novos territórios. Luiz Dias tendo dado como cumprido o que lhe foi designado, parte para a Metrópole naquele ano, sendo substituído por Lopo Machado, mestre de obra do novo Governador, Duarte da Costa.

<sup>29</sup> Os mais diversos cientistas sociais que tratam da fundação da Cidade do Salvador não duvidam que as Igrejas se somaram às obras que construíram as primeiras marcas de identificação deste território, iniciando com os Jesuítas, depois os Beneditinos, Franciscanos e Carmelitas. Observa-se nas plantas que a cidade cresce entorno das igrejas: ao sudeste, para além de São Bento estavam as Igrejas de Nossa Senhora da Barroquinha e Nossa Senhora da Conceição da Lapa. Ao norte do fortim estavam as Igrejas do Rosário dos Pretos, Nossa Senhora do Carmo e Santo Elias, e Santo Antonio. Na parte baixa, além da Praia se encontrava a Ermida da Boa Viagem dos Frades de São Francisco e a de Monte Serrat dos Monges de São Bento, além da Igreja da Santíssima Trindade. Em direção ao oeste da cidade estavam os Conventos da Palma e do Desterro, além do Hospício de Nossa Senhora do Rosário dos Padres de Santo Agostinho.

<sup>30</sup> Embora iniciada no século XVII, sua construção só foi finalizada no século XX.

<sup>31</sup> A ordem ganha importância na cidade com seus préstimos religiosos, caritativos e médicos, e o aparecimento das primeiras casas em suas imediações não tarda.

fundamental importância para o acesso da parte alta com a parte baixa. Não por outro motivo, Gabriel Soares, cronista quinhentista, se refere aos caminhos que dos cantos do centro administrativo saíam para o mar. Um que ia, em direção à Fonte do Pereira, para o embarque/desembarque de pessoas dos navios, e outro próximo da Ermida em louvor a Nossa Senhora da Conceição, para por a bordo e retirar as mercadorias.

O logradouro foco da pesquisa nasce junto com a cidade. Seu traçado é encontrado na primeira planta urbana de Salvador. Nesta época, para se ter acesso às principais vias era obrigatório ir ou vir pela Rua Direita, fazendo dela imprescindível passagem de pessoas, animais veículos e mercadorias.

Passados os primeiros anos de ocupação, aquele trecho da cidade foi chamado de Rua Direita dos Mercadores para designar o serviço mais comum desenvolvido no local – o comércio. A atividade comercial era de extrema importância para as cidades coloniais. Em Salvador logo foram demarcados os locais destinados às vendas em atacado e no varejo, horário de funcionamento e impostos. O comércio de atacado estava fixado na zona do ribeiro; se caracterizava por importar a produção de perecíveis do Recôncavo e do Sertão, além de manufaturados provenientes do Reino<sup>32</sup>, e exportar tudo aquilo que Portugal extraía na Colônia. Também algumas lojas varejistas se fixaram na região, que se transformou durante séculos, na área onde se realizavam os melhores e maiores negócios da cidade, tendo como principal logradouro a Rua das Princesas.

Na cidade alta se destacava o comércio varejista na Rua dos Mercadores, negociando, principalmente, produtos de uso pessoal: tecidos, sapatos, águas de cheiro, utensílios domésticos, importados da Europa. A Rua não era exclusivamente comercial; encontravam-se residências e muitos prestadores de serviços.

Outra importante área para o comércio de varejo era a Rua da Vala, ao oeste que, durante algum tempo, foi ocupada com a negociação de animais e couro e, posteriormente, concentrou produtos de uso pessoal de preço e qualidade inferior, muitas vezes produzido na própria Colônia.

---

<sup>32</sup> E das Colônias situadas nas ilhas do Atlântico África e Ásia.

Aos moldes de diferentes urbes, Salvador preservou alguns aspectos da sua fundação, enquanto outros foram se modificando. Suas funções, por exemplo, moldaram-se às necessidades administrativas da Colônia e do Império, deixando de ser uma cidade-fortaleza, transformou-se em cidade-portuária, centrada no comércio e na burocracia<sup>33</sup>.

No Império passa a ser denominada Rua Direita do Palácio<sup>34</sup> (comum em outras cidades brasileiras), por ser a rua lateral da sede do governo.

Na Salvador escravocrata as áreas mais antigas eram os locais de moradia e trabalho das camadas sociais dominantes<sup>35</sup>. O subúrbio, por sua vez, demarcava-se como local de geração de produtos a serem consumidos pelo centro. A partir da segunda metade do século XIX, com as idéias liberais, antiescravistas, e com o advento da República, o núcleo urbano define-se, como projeto, pela concepção européia de cidade (francesa, alemã ou italiana), optando por uma segregação espacial, e pelo apagamento de marcos de identidade com o antigo regime político. A área de expansão urbana continuou sendo os arrabaldes, principalmente em direção à Vila Velha; porém, agora são os proprietários rurais que se fixam na cidade e constituem uma camada urbana de poder aquisitivo, passando a ocupar áreas como Vitória e Barra, onde constroem as melhores habitações.

No entanto, diferente de outras cidades no Brasil, ao longo do século XIX e chegando ao século XX, Salvador pouca mudança apresentou no que se refere a calçamento, arruamento, limpeza, abastecimento de água. Kátia Mattoso afirma que “até por volta de 1890, rua e caminhos da Salvador conservaram-se tal como Vilhena os descrevera no início do século”<sup>36</sup>

---

<sup>33</sup> Aqui não se quer relacionar ou comparar a cidade Colonial com a cidade Republicana; nem tão pouco está se deixando de lado a cidade Imperial. No entanto, se verifica, e se quer lançar foco nas características da cidade e no comportamento da população, que perduraram no tempo. Como bem ensina Paulo César Garcez Marins em *Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. 2001.

<sup>34</sup> Em várias denominações da rua ela ganha a insígnia – Direita. Três caminhos explicativos podem ser tomados. O primeiro deles é a tradição lusitana de adjetivar os nomes das ruas relacionando a sua importância; o segundo refere-se à localização conforme a disposição relativa ao traçado descrito nas plantas da cidade e sua disposição longitudinal, em relação ao marco central da sua arena; e o terceiro, está do lado direito do importante marco (o Palácio). Assim, é direta, como na geometria – uma diretriz. No caso da Rua Chile, percebe-se que os três motivos justificam sua adjetivação.

<sup>35</sup> Não se pode deixar de mencionar que durante séculos senhores e escravos, ou mesmo trabalhadores livres, habitavam os mesmos espaços. Assim não se está afirmando tal separação, mas se chama atenção para a produção.

<sup>36</sup> Kátia MATTOSO. *Bahia, século XIX*. p. 438.

O Jornal de Notícias ao se reportar a Salvador expunha o que chamava de mazelas da cidade. Falava sobre a falta d'água, as dificuldades de abastecimento, a má qualidade da água de beber, a sujeira dos prédios públicos e privados, da desorganização e excesso de quitandeiras e mercadores que estacionavam no cais, dos divertimentos de candomblé<sup>37</sup> em diversos distritos da cidade, das moléstias que acometiam muitas pessoas (principalmente a peste bubônica), dos esgotos e ausência de calçamento de ruas no centro e nos subúrbios, dentre outros. Tratava tais questões como manutenção de costumes que deveriam ser ultrapassados.

No dia 30 de março de 1900, por exemplo, na coluna “Pelos Ruas” se pode ler:

O habito inveterado, e pouco descente, de se apresentar nas ruas mais movimentadas d'esta capital mulheres ganhadeiras, sem casaco ou outras vestes qualquer que lhes occulte os seios, está desafiando uma providencia da policia, sendo mesmo notório que algumas trazem o pano da costa, de uso diário, enrolado na cintura.

Nós, que fazemos tanto alarde dos nossos fóros de povo civilisado, que nos revoltamos contra o viajante que vae referir lá fóra os nossos costumes, o fetichismo supersticioso do nosso povo, devemos tambem promover o banimento de umas tantas velharias, desentranhando-as do meio social [...].

Esse artigo entremeia o assunto principal com uma outra reclamação: a utilização de imagens de negros, escravos ou livres, associadas à paisagens da cidade do Salvador. Descreve em um dos seus parágrafos, cartões postais onde se vê a Ladeira de São Bento ladeada por um negro com tatuagens tribais no rosto, adjetivado aí de 'boçal'<sup>38</sup>; e outro da Baía de Todos os Santos, tendo ao lado o retrato de uma mulher ganhadeira<sup>39</sup> (Figura 11) com gamela de frutas tropicais na cabeça e criança amarrada nas costas.

<sup>37</sup> Desde o século XIX vários jornais publicam a existência de manifestações religiosas na área do centro, entorno da Rua Chile. O jornal Alabama se refere há vários desses episódios. Conta ainda a tradição oral que, na ladeira do Berquó havia um terreiro de onde saiu a Casa Branca; na ladeira do Pelourinho, ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, morava Eugênia Ana dos Santos (Mãe Aninha); morava também na mesma região Martiniano Eugênio Bonfim (o Martiniano Babalaô), dentre outros.

<sup>38</sup> Boçal – africano que não falava a língua portuguesa.

<sup>39</sup> Ganhadeira ou “ganho na rua” – denominação de ofício escravo que designava aquele que era obrigado a dar ao senhor previamente quantia estipulada por rendimento em vendas ou tarefas. Ver Maria José de S. ANDRADE. *A mão de obra escrava em Salvador*. Como o postal não foi encontrado estamos observando uma das imagens de ganhadeiras.

Ao observar a Figura 10<sup>40</sup> encontra-se a imagem do “negro” superposta a da cidade, técnica bastante utilizada nos cartões da época. Na imagem, os negros são retratados com sobriedade e altivez, não denotando conotação pejorativa, diferente do discurso do articulista. Outro aspecto presente é a idealização Republicana, querendo transformar essas imagens produzidas em estúdio em representativas de todos os negros da Cidade da Bahia<sup>41</sup>.

O artigo, os postais e as fotografias querem, também, aplicar juízo de valor aos comportamentos usuais, como se pode notar quando solicita a interferência da Intendência Municipal no sentido de aplicar o que já estava estabelecido pela polícia desde 1890, ou seja, o uso dos casacos.



Figura 10 – Bilhete Postal. 1900. Coleção Ewald Hackler.  
Figura 11 – Coleção do Museu TEMPOSTAL.

Também o jornal *A Coisa*, do dia 05 de maio de 1900, refere-se à falta de casacos:

[...] É o requinte da immoralidade andarem pelas ruas umas mulheres em mangas de camisa, mostrando uma malacas de arroba e tanto, muitas vezes.

<sup>40</sup> Marisa Vianna. “...vou para a Bahia”. 2004.

<sup>41</sup> Não sabemos quem são os profissionais que realizaram tais imagens, mas há indícios de que sejam estrangeiros. Assim, é razoável supor que tais fotógrafos, com um olhar menos preconceituoso produziram e divulgaram a associação de imagens de pessoas negras e à cidade.

Acabe-se com isso por amor a decencia, já que essa gente não o tem ao próprio corpo.  
Mas acabe-se também com os vestidos curtos, que deixam á mostra quasi um palmo de perna, que nem sempre é grossa, nem bemfeita. [...]

Ao tempo em que as figuras querem revelar a imagem da cidade do Salvador, os autores dos textos jornalísticos reclamam da construção representativa imaginária da urbe. Reclamam do emaranhar o perfil dos negros e a seminudez das ganhadeiras com o conceito de cidade moderna, que alguns querem apresentar, ou rejeitar. Aí, há uma aparente contradição! Esses postais representam a cidade, identificam e são identificados pelos soteropolitanos. Ao mesmo tempo, os meios jornalísticos que ajudaram a consolidar a representação de através dos postais os quais tinham como fundo a cidade, e em primeiro plano foto de negros e negras reclamam desta representação. Além disso, não é aceitável esquecer que são as camadas altas que enviam para o mundo e fazem circular esses postais.

Observando as fontes jornalísticas e a historiografia é plausível afirmar que muitos costumes coloniais e monárquicos conviviam sem desarmonia com os ares republicanos. Muito do modo de fazer, ser, vestir, comer que marcam a cultura de Salvador são mantidos, resignificados, e/ou transformados, independente da forma de governo em que o estado brasileiro se encontrava. A Salvador a qual nos deparamos pouco se parece com o ideal europeu de cidade 'civilizada', e mesmo o intenso apagamento de marcas do passado, como apregoavam os jornais e alguns intelectuais<sup>42</sup>, neste momento é muito tímido.

Rinaldo Leite na dissertação intitulada *E a Bahia civiliza-se... ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador, 1912-1916* descreve a cidade no início do século XX:

Saindo às ruas da cidade, agora na República, o viajante trafegava, do mesmo modo, por vias estreitas e desalinhadas, onde a circulação do ar e a penetração da luz se davam com dificuldade; diga-se, também, que elas eram mal calçadas. Seguindo os seus caminhos, observam-se detritos e dejetos depositados em plena rua, terrenos baldios acumulando lixo e excrementos de animais espalhados, devendo exalar dali um insuportável mau cheiro. O serviço de esgoto era inexistente,

---

<sup>42</sup> Podemos encontrar descrições semelhantes na já consagrada tese do Dr. Otavio Torres.

viam-se apenas canalizações que levavam diretamente para as ruas ou fundos das casas os detritos produzidos nos lares, escritórios de negócios e estabelecimentos comerciais. O abastecimento da água, por sua vez, era ainda, na sua maior parte, feito através das fontes, sendo o fornecimento por encanamento uma raridade<sup>43</sup>.

Não há de se comparar a Salvador colonial com a imperial e/ou a republicana. É a Cidade do Salvador! Ao revestir-se das idéias de um dado momento da sua história, assume o perfil, incorpora influências, é demarcada de maneira diversa pelos soteropolitanos que aí vivem, se caracterizando de forma peculiar.

Ao tempo em que a propalada modernização pode ser vista como ruptura com o modelo colonial, que articula os espaços a partir de modelos estrangeiros; que segrega utilizando equipamentos urbanos como hospitais, escolas e transportes; pela fragmentação dos espaços; pela periferização dos menos aquinhoados, acredita-se que Salvador seja uma cidade (de pessoas) que demora muito a abandonar e mesmo modificar suas tradições, seus rituais, sua cultura.

São estas características, suas mudanças e permanências que se está a observar na Rua Chile. Como a pretensão é compreender a relação entre o lugar e a dinâmica da sociedade, destacando-se a presença de fatores históricos, sociais e culturais envolvidos na percepção e representação da e na Rua Chile, passa-se a fixar a análise na produção de escalas<sup>44</sup>.

Nesta perspectiva, a compreensão da escala tenta proporcionar a elaboração da linguagem da diferenciação espacial. Claramente, a noção, a qual se quer dar ênfase ultrapassa as escalas métricas e matemáticas, lidas e produzidas para interpretação da cartografia, e propõe a escala como resolução<sup>45</sup> de processos sociais contraditórios, que envolvem competição e cooperação<sup>46</sup>, controles exercidos e contestados, quando se trata da Rua Chile, das reformas urbanas, das imagens construídas sobre ela e nela, nos discursos produzidos, nas comemorações, nas narrativas, nas memórias.

---

<sup>43</sup> 1996, p. 29.

<sup>44</sup> Entendidas aqui como um lugar de luta política, que permite a apreensão dos homens no tempo e no espaço.

<sup>45</sup> Na fotografia, melhor forma de ver, maneira mais clara, forma mais nítida.

<sup>46</sup> Não pode ser entendida como algo que homogeneiza, porém, deve ir à direção da diferença.

Dois autores aqui são chamados para apoiar o entendimento sobre as escalas. O primeiro deles, Milton Santos (1985) que, ao se referir a escala trabalha com a concepção de totalidade, propondo que o estudo do espaço deve ser feito mediante análise e síntese; e Edgar Morin (1999), quando também, buscando revelar a idéia de totalidade, afirma que os fenômenos são interpretados e analisados no interior de uma teia relacional dos quais são, simultaneamente, causas, efeitos e meios.

Trazer esses autores para a discussão tem a intenção de ver a Rua Chile não por ela mesma, auto-explicativa, ou simplesmente como “causa e efeito”<sup>47</sup> do traçado original da cidade, mas apreendendo que ela, não sendo autônoma, possui sentidos e significados impressos pelo meio social. A importância da observação das escalas se dá, porquanto são elas que definem e limitam as fronteiras de identidade, entorno das quais o controle é exercido e contestado.

Ao observar a Rua Chile e a cidade, através das escalas, não se busca traduzir uma identidade homogênea; ao contrário, a investigação vai ao encontro das híbridas relações e das multiplicidades produzidas pelos sujeitos sociais.

Analisar as plantas da Cidade do Salvador pode apontar várias escalas. Duas delas serão discutidas a seguir: comunidade e região.

É possível definir comunidade como conjunto de pessoas com interesses mútuos, que vivem no mesmo espaço, convivem com aspectos econômicos coletivos, fazem parte da mesma cultura, vivenciam acontecimentos históricos, além de se organizarem dentro de normas. É o lugar da reprodução social, cujas atividades não são circunscritas.

A comunidade formada a partir da chegada de Tomé de Souza é contraditória nos interesses. Constitui-se um grupo que se inter-relaciona em um espaço determinado, através de atividades econômicas, religiosas, recreativas, de poder.

Na medida em que a Cidade do Salvador se constitui e se expande, as contradições se consolidam. Sonia Leão (1989)<sup>48</sup> afirma que os portugueses tinham grande capacidade de “fundar núcleos urbanos para o povoamento do

---

<sup>47</sup> GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação...* 1986.

<sup>48</sup> Sônia LEÃO. Padrões de desenvolvimento urbano, 1500-1930. in Silva, S. C. B. M., Leão, S. & Silva, B. C. N. *Urbanização metropolização no Estado da Bahia – evolução e dinâmica.* 1989.

território por eles dominado”; no entanto, aquela que deveria ser *grande e forte* pode ser observada como um acampamento de muitos improvisos e construções frágeis. Havia sido implementada uma estrutura de povoamento que é a base administrativa e comercial.

O que se encontra em Salvador é a soma da incorporação do território com a incorporação social. Sua implantação se concentrou e sedentarizou em um espaço determinado, atraiu pessoas e relações de produção; tornou-se sede de poder, dividiu-se por critérios de produção, poder e saber; agrupou possibilidades de organização e informação; adquiriu o *status* de cidade – cidade-fortaleza, cidade *cabeça do Brasil*<sup>49</sup>, que, desde a sua idéia original, marcou seu território pelas necessidades diferentes do Estado Português e daqueles que nestas terras viviam. A irrestrita competição entre Estado, donatários, proprietários de terra, de cana e de gado, religiosos e locais, ameaçou a economia, a manutenção do território, a fixação, a reprodução social.

Ao analisar sua constituição, essa foi sempre pensada como duradoura. Mas se mostrou temporária, improvisada, por se fazer, por se construir e se constituir, historicamente, sempre em formação.

A comunidade é a escala espacial menos especificada. No entanto, a espacialização da comunidade de Salvador se manifesta fundamentalmente pelas lutas de demarcação identitária. Embora nascida com função de delimitar e administrar um dado território português, essa cidade criou seus marcos próprios, combinando várias escalas de identidades.

A comunidade soteropolitana também se definiu por grupos étnicos, raciais, econômicos, políticos, ou por origem nacional, que, de muitas formas, expandiram e restringiram os limites espaciais de atuação. A cidade avança para além da cerca e deve ser entendida e observada através da escala da comunidade. Da mesma forma, é possível tratar do seu alargamento em direção ao sul, a Vila Velha, como uma decorrência da dominação e da própria organização do lugar.

---

<sup>49</sup> Embora o lugar possa ter características próprias e os sujeitos a ele se imponham, são esses que possuem as qualidades humanas e não o espaço. No entanto, parece comum designar áreas de uma cidade ou a cidade como um todo com adjetivos que transferem ao espaço formas, órgãos e/ou atributos humanos. Como se verá mais minuciosamente no Capítulo IV.

Nas duas plantas apresentadas observa-se a ordem pretendida pelo Estado na constituição física da cidade. Para Angel Rama<sup>50</sup> “[...] a ordem deve ficar estabelecida antes que a cidade exista, para impedir assim toda futura desordem”. Foi exatamente assim que aconteceu em Salvador.

É admissível, também, tratar a cidade dos séculos XVI e XVII a partir da escala regional, visto que a regionalização não pode ser entendida apenas como uma classificação de áreas segundo características, mas como o resultado da organização sócio-espacial, das relações de produção e da diversidade aí produzida.

Para Haesbaert (1999)<sup>51</sup>, a regionalização é um processo amplo e um instrumento de análise para o cientista social que pretende vislumbrar a diferenciação do espaço. Como avalia Corrêa (1986), a idéia de região permite que se considerem as diferenciações resultantes da relação entre os acontecimentos e os tempos históricos com o espaço. As diferenciações dos espaços estão vinculadas à história, não se tornando perenes, e se caracterizando pela combinação de múltiplos aspectos da vida social, estampando marcas na paisagem.

O conceito de regionalização que se quer discutir só foi aplicado como território<sup>52</sup> de ação e controle, nas décadas de 60 e 70 do século XX. No entanto, as fontes da pesquisa permitem afirmar a existência de um processo de regionalização na cidade do Salvador, desde quando esta exercia sua função administrativa, militar, comercial, de pólo ou centro cultural, sendo também a metrópole que atraía, transformando-se em pólo regional, ao longo dos séculos XVI e XVII.

Estavam presentes naquele contexto os mecanismos de diferenciação e de demarcação de região, tais como: divisão territorial; divisão espacial do trabalho, do poder e do lazer; desenvolvimento dos meios de produção; ação do Estado e da ideologia; e articulação entre as micro-regiões criadas.

É crível pensar, ainda, a escala regional para a Salvador daquele momento, tratando da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”<sup>53</sup>, se

---

<sup>50</sup> 1985, p. 29.

<sup>51</sup> Assim como Hartshorne e La Blache.

<sup>52</sup> Entendido como uma dimensão do espaço; é defendida por indivíduo ou grupo.

<sup>53</sup> Proposta por Trotsky, expressa a integração dos contrários – desigualdade e combinação. Espacialmente se expressa através da regionalização, isto é da diferenciação de áreas.

caracterizando pelas divisões nacionais e internacionais do trabalho e pela associação de relações de produção distintas, tais quais a da América no século XVI e subseqüentes, especialmente no Brasil. Como exemplos aceitáveis estão os controles exercidos pelo Estado e pelas camadas dominantes sobre as populações indígena e negra, durante todo este período, além das relações de gênero e da condição feminina na sociedade vigente.

\*\*\* \*\*

Passados doze anos da Proclamação da República, a Bahia no contexto nacional não tinha a mesma participação econômica, nem o prestígio político de outrora. O quadro econômico baiano era de grande depressão, resultado da restrição de sua área de influência, falência do programa governamental de comunicação e da terceirização das atividades econômicas de regiões que antigamente recebiam sua ascendência. Somado a tudo isso, está a grave crise motivada pela seca de 1897, a anormalidade no preço do cacau, a restrição ao crédito, o baixo preço do fumo, a estagnação da produção e da comercialização açucareira. Segundo Heliodório Lima Sampaio<sup>54</sup>, tal quadro econômico “[...] vai configurar uma estrutura urbana em Salvador, onde era inexpressiva a existência de atividades econômicas intra-urbanas”.

O jornal A Bahia, em 18 de fevereiro de 1902 publica Ato da Intendência Municipal, que convoca o Conselho Municipal para uma sessão extraordinária a se realizar no dia 22 daquele mês, onde seria tratada a má situação financeira do Município.

Paralelo às discussões, a administração municipal se utilizava das combalidas finanças para se desculpar da falta de melhoramento nas ruas, da precária limpeza pública, da insuficiência de iluminação, da deficiente distribuição de água e de toda infra-estrutura. Contudo, realizou reformas ou modernizações no último quartel do século XIX, como a demolição da Casa da Relação, para ser instalado o elevador da Conceição, e a da Casa Moeda para a construção da

---

<sup>54</sup> 1998, p. 59

Biblioteca Pública; a modificação do frontispício da Casa de Câmara e Cadeia, e a posição e estrutura do Palácio dos Vice-Reis.

A capital da Bahia também se deparava com um aumento constante da população, principalmente devido às crises nas lavouras nordestinas e o acentuado fluxo migratório motivado pela seca, que assolava todo essa região do país, além da forte crise alimentos provocada pela concentração de investimentos no setor exportador esvaziando a economia interna, especialmente, a de subsistência; e da crise sanitária procedente do despreparo para gerir o espaço urbano.

O Jornal de Notícias do dia 08 de dezembro de 1900, além de enaltecer a tradicional festa em homenagem a Nossa Senhora da Conceição da Praia, chama atenção dos poderes públicos para a calamidade por que passava a gente sertaneja, “[...] abatida pela fome, e cujos cadáveres continuam a marcar pelas estradas o abandono [...]”.

A associação – pequena urbanização e aumento da população – elevou o aparecimento de diversas epidemias<sup>55</sup>. O exemplo mais significativo é o da febre amarela, que chegou ao Brasil durante o último quartel do século XVII, provavelmente trazida das Antilhas, onde grassava desde a época dos descobrimentos. Em 1685, houve epidemia em Olinda e em outras cidades do interior de Pernambuco; no ano seguinte, outro grande surto flagelou a Bahia<sup>56</sup>.

Em 1849, a febre amarela voltou à Bahia e ao Rio de Janeiro, de onde se alastrou para diversas regiões litorâneas, mobilizando o Estado, os médicos<sup>57</sup> e a população brasileira. A cada ano a epidemia ceifava milhares de vidas. Além do sem número de pessoas mortas, tais surtos representavam um obstáculo à continuidade do processo de importação de mão-de-obra, e dificultava o desenvolvimento do comércio com os países europeus, elementos vitais à manutenção do modelo econômico daquele período.

---

<sup>55</sup> Chama atenção que a descrição feita para Salvador não constitui prerrogativa exclusiva sua, mas um quadro encontrado por quase todo o Brasil. Mesmo na capital do País, pólo financeiro que reunia condições para o desenvolvimento dos setores industriais e agro-exportadores, o problema que mais assustava seus moradores eram as epidemias.

<sup>56</sup> Não há notícias de outras epidemias no período colonial.

<sup>57</sup> Lílian Moritz Schwarcz, no artigo *Espetáculo da miscigenação* afirma que os médicos da faculdade carioca se preocupavam prioritariamente com as descobertas e inovações sanitárias relacionadas às doenças tropicais (febre amarela e o mal de Chagas), mesmo diante dos dados que revelavam as moléstias contagiosas como a causa morte de maior incidência.

A partir dessa época, 1849/1850, a doença visitaria constantemente a capital, atacando grande parte de sua população e, principalmente, os imigrantes<sup>58</sup>.

A febre amarela e a peste bubônica eram notícias constantes. No Jornal de Noticias de 15 de janeiro de 1900, na sua primeira página encontra-se:

#### A Peste bubônica

Está infelizmente demonstrada a presença d'este terrível morbus na capital federal. Isto quer dizer que á Bahia, sempre dominada por seu abandono que tão caro lhe tem custado, por vezes, corre o dever de pôr-se em guarda quanto antes.

É sabido com que facilidade uma epidemia penetra n'esta cidade, onde, por todos os lados, se veem bocas de lobo e accumululo de detricitos orgânicos em putrefacção, attestando a nossa incúria pela saúde publica. [...]

Em A Coisa<sup>59</sup> de 10 de junho do mesmo ano, a sátira de capa, assinada por Arthur, o Bohemio, tinha como título: *Então, posso entrar?* O conteúdo se referia a uma conversa entre "D. Bubônica" e o administrador público. Diz D. Bubônica:

[...] pois os jornais todos os dias trazem noticias da minha escala pelo Brasil... e eu vim aqui distrahir-vos dessa apathia constante, dispartar-vos das laboriosas occupações partidarias, dar o que fazer aos medicos para que eles não procurem somente empregos públicos; está comprehendendo?

[...] quero ter aqui o mesmo acolhimento que teve a Varíola, Febre Amarella e Cholera.

Além da Bahia e do Rio de Janeiro é possível encontrar notícias sobre epidemias em outras capitais, como a nota publicada no Diário da Bahia de 30 de

---

<sup>58</sup> As moléstias que se fizeram presentes nesta rotatividade epidemológica foram: varíola; tuberculose; impaludismo; beribéri; peste bubônica; febre tifóide; disenterias e lepra. Uma das epidemias de maior impacto foi a Cólera Morbus que ocorreu na Bahia em 1855 e 1856, adentrando nessas terras através do porto. Estima-se que na província baiana ocorreram quarenta mil óbitos provenientes da cólera. Em Salvador, com base nos dados oficiais, o número chegou a 3.962 pessoas. O cemitério do Campo Santo, um dos principais da cidade, recebeu 1.167 cadáveres de coléricos. DAVID, Onildo Reis. O inimigo invisível: epidemia do cólera na Bahia em 1855-56. Dissertação de Mestrado em Historia. Salvador: UFBa. 1994.

<sup>59</sup> Jornal crítico, satírico e humorístico como se auto definia.

julho de 1902, sobre um surto em São Paulo<sup>60</sup>: “S. Paulo, 20. A FEBRE AMARELA. Dizem telegrammas de S. Simão que recrudescer ali a epidemia de febre amarela”.

Não é sem motivo que a capital da República ficaria conhecida como o "túmulo dos estrangeiros". A morte dos embaixadores chilenos, em 1902, é um dos exemplos dessa máxima.

O Diário de Notícias no dia 17 de julho de 1902 publica:

O Governo prepara condigna recepção à oficialidade da Marinha Chilena aguardada em sua passagem por essa capital, onde vai buscar os restos mortais dos ministros Godoy e Errazuiz.

Neste jornal e em outros periódicos<sup>61</sup> a morte dos funcionários do escritório chileno merece grande destaque, visto que essas mortes tanto comovem o povo chileno, quanto expõem, mais uma vez, a falta de salubridade das cidades brasileiras.

Na tentativa de redenção diante de tamanha tragédia, os jornais<sup>62</sup> incitavam os governantes e a população a receber a esquadra chilena, que depois de uma longa viagem aportaria em várias capitais brasileiras.

Os jornais tiveram uma grande importância tanto na divulgação como na organização dos festejos. Aconteceu, inclusive, de deixarem de lado antigas rivalidades e elogiarem uns aos outros. O jornal Diário de Notícias no dia 07 de agosto de 1902, por exemplo, publica na sua primeira página: “Diário da Bahia –

<sup>60</sup> As notícias lidas acima se encontram na seção “Telegrama”, que fica em geral na primeira página. As mensagens são curtas e pouco explicativas. É uma seção que noticia acontecimentos recentes na capital da República, ou em outras grandes cidades brasileiras e outros países.

<sup>61</sup> Os jornais que serão tratados aqui são: Diário de Notícias e Diário da Bahia. O Diário de Notícias era um vespertino que procurava demonstrar imparcialidade política. Para tal publicava poucas notas sobre os rumos políticos da cidade. Quando o fazia era através de pequenas notas, quase sempre descritivas, sem opiniões. Já o Diário da Bahia nasce e ganha importância associado aos profissionais liberais, principalmente médicos, e ao próprio Partido Liberal. Apesar de no seu artigo publicado em 02 de janeiro de 1856, se auto definir como aquele – *“orgão independente e imparcial, fóra da acção dos partidos, exercerá com abnegação e sem interesses de bando políticos e bajulações do poder o seu nobre ministério”*, essa folha diária está atrelada a forças políticas importantes do Estado e da Cidade. Não é a toa que em 1900 passa a ser de propriedade de Severino Vieira, então governador do Estado.

<sup>62</sup> Aqui não se quer incorrer no erro de olhar a notícia e não perceber os sentidos e os lugares: o lugar do jornal, o lugar no jornal, lugar que é falado no jornal e o lugar de quem lê o jornal. Os jornais publicados nesta época se caracterizam por ser empresa, superando o jornalismo individual de outrora. Esse novo formato jornalístico na maioria das vezes está dominado por grupos políticos, e em outras pelo poder do Estado.

Tem sido muito elogiado aqui o artístico numero do ‘Diario da Bahia, de 25 do mez passado consagrado ás festas em honra da officialidade chilena’.

A maioria das notas sobre a morte dos ministros plenipotenciários Joaquim Godoy e Izidoro Errazuiriz não noticiavam a tragédia completamente. Em verdade, também havia morrido além dos embaixadores, os secretários da legação Luiz Bezanilla e João Souza. Foi uma tragédia sem monta, quase que fechando as portas do Escritório de Relações Políticas e Econômicas Chileno no Brasil<sup>63</sup>.

A perda dos quatro membros motivou o país vizinho a vir buscar com honras seus funcionários. O comandante do navio *Chacabuco*, que a 01 de fevereiro de 1902 estava em *New Castle*, Inglaterra, fazendo parte da revista de honra em homenagem à coroação do rei Eduardo VII, recebeu telegrama que indicava sua nova missão: partir imediatamente para a capital do Brasil, liderando uma esquadra<sup>64</sup> com o propósito de resgatar os esquifes dos funcionários chilenos.

Era dia 18 de julho de 1902! Por volta das sete horas da noite, quem estivesse a olhar para a Baía de Todos os Santos, iluminada pelos raios prateados da lua cheia, via na altura do Rio Vermelho, a esquadra chilena se dirigindo ao porto de Salvador. O mar era tão calmo que mais ou menos às nove horas já estavam fundeando os navios na parte interna da baía.

O dia 19 de julho amanhece claro, com sol forte, sem vento, maré macia, boa para a ancoragem. Ao contrário do que se esperava, pois a previsão dos pescadores, pensando no que normalmente acontecia essa época do ano, era de muita chuva.

Todos os navios arribados na Baía de Todos os Santos estavam embandeirados com as cores do Brasil e do Chile. Em terra parecia que toda população soteropolitana estava fora de casa.

Os jornais muito noticiaram a chegada da esquadra e a movimentação na cidade. No dia 20 de julho de 1902, o Diário da Bahia publicou:

---

<sup>63</sup> Essas notícias mantêm as hierarquias funcionais, publicizando a morte dos ministros, e não as dos seus subordinados. Mesmo quando da passagem da esquadra e do recolhimento dos quatro esquifes a notícia de falecimento são só sobre os ministros.

<sup>64</sup> Nesta época, a Marinha Chilena era considerada a terceira mais importante do mundo. Não por outro motivo que destaca para a missão: três destróieres (O’Brein, Maipo e Rancagoa) e dois transportes de guerra (Merino e Tompson).

## RECEPÇÃO MARITIMA

A cidade commercial logo pela manhã de hontem apresentava um aspecto bizarro e alegre de festa. Quase todas as casas tinham içados os pavilhões chilenos e brasileiros fluctuando aqui e ali feixes de serpentinas tricolores. Em frente a Navegação Bahiana era ás 11 horas extraordinario o movimento de povo. Nesta hora cavalheiros de todas as classes sociaes começaram a embarcar no *Paraguassú*, no *Esperança*, (onde tambem embarcou a banda militar do 2º Batalhão de Brigado Policial) e no *Fé*. Instantes depois chegava, descrevendo uma bela curva, o *Capivary*, galhardamente ornamentado de tinhorões e palmeiras. Parecia um bosque flutuante. [...]

## NO MAR E A BORDO

As 10 ½ da manhan de hontem, o Chacabuco começou o transpor a barra, lançando ferros no ancoradouro as 11. Isto feito, salvou a terra com 21 tiros respondendo o forte S. Marcelo. Apoz a visita da Sede do Porto, o sr. Cônsul do Chile, commendador F. Hassemanp, acompanhado pelo chanceler sr. Pettersen, seguiu para bordo no Lamport, sendo recebido com todas as atenções e cortesias.

O evento, no seu primeiro dia e nos dias que se seguiram, mobilizou um numero desusado de pessoas nas ruas do centro, como se vê nas Figuras 12, 13, 14 e 15

Figura 12 – Festa em homenagem aos Chilenos. Rua Chile, 1902. Acervo da Fundação Gregório de Matos.





Figura 13 – Festa em Homenagem aos Chilenos. Rua Chile, 1902. Acervo da Fundação Gregório de Matos.

Figura 14 – Festa em Homenagem aos Chilenos. Rua Chile, 1902. Acervo da Fundação Gregório de Matos.



Festa, homenagem aos Chilenos em 1902 na capital da Bahia

Figura 15 – Festa em Homenagem aos Chilenos. Rua Chile, 1902. Acervo da Fundação Gregório de Matos.

As Figuras têm como ponto central a Rua Direita do Palácio, porém é a Praça Municipal que aparece em primeiro plano, porque ali havia uma grande concentração de pessoas<sup>65</sup>. A cidade baixa, a região do porto, a amurada da Praça Municipal, o Parque D. Isabel e o Largo do Teatro, além dos outros lugares onde se pudesse ver o mar, também estavam repletos daqueles que queriam assistir a passagem da esquadra visitante<sup>66</sup>.

Nas Figuras 12, 13, 14 e 15 se vê: homens, mulheres e crianças, brancos, negros, todos trajados como se costumava proceder nas grandes datas de repercussão popular, nos dias familiares festivos, dias santos, dentre outros. Gente do povo, governantes, pessoas de posses, contribuintes para a organização da festa, e aqueles que nem sabiam por que tudo aquilo estava ocorrendo. Eram soteropolitanos, que ao longo deste ano e independentes do grupo ou da classe a que pertenciam, reclamavam da sujeira do Rio das Tripas, principalmente entre a Ladeira de Nazaré e as Sete Portas; que comemoravam os dez anos de vigência da Constituição Baiana; preocupavam-se com o enfraquecimento do ensino público e o conseqüente aumento da vadiagem de menores; que protestavam contra o funcionamento precário dos bondes; que iam ao Circo instalado nas imediações do Forte de São Pedro, dentre muitas outras ações. O povo, convidado ou não, participou dos festejos à sua maneira.

Ao centro da Figura 12 se identifica a Rua Chile enfeitada com flâmulas penduradas entre os prédios, nas cores do Chile e do Brasil. Em datas

---

<sup>65</sup> O que favorecia a utilização das técnicas fotográficas da época.

<sup>66</sup> Na relação dialética entre documentação e problemática, predomina a última. Como as imagens não têm sentido em si mesmas, é necessário buscar relações sociais que produzam sentido e significado a elas, como por exemplo, a fotografia, recurso que permite observar a Rua Direita do Palácio, nascida com a Cidade, permanecendo como importante artéria ao se iniciar os anos novecentos. Nesta época, já era uma via quase obrigatória para quem ia aos centros administrativo, comercial e financeiro; para quem se dirigia às Faculdades de Direito e Medicina; para quem chegava pelo porto ou embarcava por ele... Na parte baixa – o bairro do Comércio continuava a ser a área econômica mais importante cidade, porque lá estão o porto (com suas funções de: desembarque e embarque de mercadorias e pessoas; abrigo temporário de embarcações; comércio nacional e internacional; e estaleiro), o comércio atacadista e varejista, os trapiches, as casas financeiras e bancárias, os consultórios e escritórios. Na cidade alta, a vida administrativa agitava-se na Praça do Palácio. Os estudantes movimentavam a metrópole com seus arrojados juvenis. Profissionais liberais passam a fixar seus consultórios, escritórios, sedes de periódicos e o comércio varejista cada vez mais se expandia no entorno daquela área. De muito tempo se implementava nessa parte da cidade reformas e melhoramentos de prédios públicos e privados, iluminação, calçamento, esgotamento sanitário. Assim é que, em 23 de fevereiro de 1900, data comemorativa à promulgação da Constituição Republicana, foi inaugurada a reconstrução do Palácio do Governo, que ficava à esquina da Rua Direita.

comemorativas, enfeitar as casas por dentro e por fora, sempre foi uma tradição soteropolitana herdada dos lusitanos. Conforme descrição apresentada pelo jornal Diário da Bahia do dia 20 de julho de 1902 na sua primeira página, se pode observar esse comportamento:

Amanheceu hontem profusamente ornamentada a rua que o Conselho Municipal, a pedido da mocidade das nossas escolas superiores, deu o nome de Chile.

Todas as lojas, estabelecimentos, edifícios de sociedades e casas particulares dessa rua ostentavam as suas fachadas completamente enfeitadas.

Inúmeras bandeiras e galhardetes atravessam, de lado a lado a antiga rua Direita do Palácio.

Enquanto o Diário da Bahia fala da Rua Direita do Palácio e dos seus prédios, o Jornal de Notícias de 31 de julho de 1902, na sua primeira página, estampa a matéria *Ao Chile*, onde descreve, com detalhes, a fachada do Paço Municipal:

A fachada do Paço Municipal apresentava hontem o mesmo aspecto magnificante do dia do five ó clock tea.

Na grande janella do centro via se um grande escudo com as armas chilenas; nas 12 janellas lateraes bandeirolas, e em quatro sacadas a bandeira do Chile e a bandeira do Brasil, com as cores symbolicas destacadas a lâmpadas elétricas.

Na entrada nobre no cimo havia escudos e galhardetes; as portas estavam envolvidas em festões de seda amarella e verde com fundo vermelho, onde se liam estes dizeres:

Viva o Chile! Salve a Bahia! Brasil! Salve o Chile!

Voltando à Figura 13, essas palavras se materializam ao permitir a observação de parte da Casa de Câmara e Cadeia igualmente com aqueles que participam da colocação solene de dois pórticos na extremidade da Rua.

Na Figura 15, a fotografia toma um plano mais aberto, da Casa de Câmara e Cadeia para a Rua Chile, identificando-se novamente ao centro, a Rua que está sendo renomeada. Pode ser observado mais uma vez o número não habitual de pessoas reunidas em um acontecimento público em Salvador daquela época.

Também, no Diário da Bahia de 25 de julho de 1902 se vê as bandeiras dos dois países entrelaçadas em comemoração à passagem da esquadra, tal

qual se fez nas ruas. O jornal reverbera o espírito da ornamentação feita pelo poder público e pelas pessoas comuns, nos diversos imóveis espalhados pela cidade. Ao estampar na primeira página as bandeiras do Brasil e do Chile juntas, a mensagem transmitida vai além da irmandade entre as nações vizinhas. Esse é um momento em que a República quer se sobrepôr à Federação, e usa todos os seus símbolos para alcançar tal feito. Porém, no caso baiano, ao mesmo tempo em que a imagem enaltece o Chile, exalta o pavilhão, aguçando a altivez patriótica soteropolitana, visto que existem semelhanças de cor e de desenho da flâmula, entre as bandeiras da Bahia e do Chile. Um olhar rápido poderia confundi-las.



Figura 16 – Bandeiras Entrelaçadas. Diário da Bahia, 25 de julho de 1902. Ed. Comemorativa à passagem da Esquadra Chilena.

Pelas fotos, ainda, se percebe que a Rua Chile, muito estreita, logo é completamente tomada pela população. Do lado direito da Figura 12, se vê o Palácio do Governo com suas janelas abarrotadas; ao lado esquerdo os prédios da Fábrica Luz, do Cabelleireiro e demais edificações, também cheios de senhoras a apreciar a festa.

Por certo, poucos soteropolitanos ficaram à margem daquelas comemorações. As participações foram exercitadas das diversas formas: nas ruas, nas sacadas dos prédios, nos clubes, nos bailes, nos *pic-nics*, como meros espectadores, trabalhando, ou organizando os eventos.

No dia 20 de julho de 1902, o Diário da Bahia publicou:

## ASPECTO DA CIDADE

Desde ante-hontem, á noite, quando fundearam em nosso porto os vasos de guerra que compoem a esquadilha de guerra chilena, nos pontos mais elevados da cidade e nos logares onde se descortina em toda a sua extensão a grande e majestosa Bahia do Salvador, era enorme a affluencia de pessoas procurando ver os navios da nação amiga, que se ostentam garbosos sobre as aguas do ancoradouro.

Ao amanhecer de hontem começaram a affluir ás grades das praças Castro Alves e de Palacio, ladeiras da Montanha e Conceição, jardim da Sé, largo de Santo Antonio, Lapinha, Barra e outros pontos centenas de curiosos que lançavam a vista para os 4 navios chilenos ancorados em frente ao forte de S. Marcelo.

A mobilização popular foi intensa, muita gente na rua, muitos dias de festa! A participação das autoridades do Estado e do Município foi ampla, nas comemorações. A presença de dirigentes dos diversos setores administrativos, além de membros das Forças Armadas e representantes das instituições civis nas diversas sessões solenes era tanta que enchia salões, palcos, jardins e praças. Um fato inusitado aconteceu no Instituto Normal, com o desabamento do assoalho do palco do auditório repleto de autoridades, saindo ferido dentre outros o governador Severino Vieira.

A iniciativa das comemorações partiu dos alunos da Faculdade de Direito, da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica<sup>67</sup>. Na verdade quem toma a dianteira são os doutorandos em Medicina. Em sua primeira reunião estabelecem que, com a chegada da esquadra, deveria haver uma sessão solene no salão nobre da Faculdade para recepcionar os marinheiros visitantes. Também foram subdivididas e nomeadas as diversas subcomissões organizadoras dos festejos, tendo como principal aquela que pleitearia para a Intendência a mudança do nome de Rua Direita do Palácio para Rua do Chile.

No Jornal da Bahia do dia 05 de julho de 1902 encontra-se:

---

<sup>67</sup> Pode parecer exaustiva a descrição minuciosa da festa em torno da passagem da esquadra Chilena em Salvador, porém, há um propósito em torno da etnografia da festa. Tal descrição chama atenção para a Rua Direita do Palácio e sua grande importância, não apenas por estar circunscrita ao lócus de poder, mas porque era lugar de conformação de sociabilidades. Mais que enaltecer o Chile, certamente, as festas exaltavam aquela artéria e a vida da cidade. As propostas de festejos, de condecorações, de cerimônias giraram em torno de pessoas e comportamentos que codificavam e decodificavam o centro de Salvador.

Os acadêmicos de medicina [...] funcionando de commum accordo com as commissões das Escolas de Direito e Polytecnica resolveram enviar uma petição ao Conselho Municipal solicitando que se dê a rua Direita do Palácio o nome de Rua do Chile. Essa petição já foi entregue ao sr. conselheiro Antonio Machado.

O Diário de Notícias de 05 de julho de 1902 noticia na sua primeira página:

Reuniram-se hontem os acadêmicos de medicina, sob a presidência do doutorando José Valeriano Maia, secretariado pelos srs. Armando Barbêdo e Boaventura Cajueiro, affim de resolver sobre o meio de receberem nesta capital os officiaes dos navios que compõem a divisão chilena, esperada por estes dias. Ficou resolvido que no dia da chegada a este porto dos vasos de guerra da nação amiga se realizasse uma sessão solene no salão nobre da Faculdade de Medicina, sendo orador na festa o talentoso doutorando Oscar Freire de Carvalho.

Os acadêmicos da Faculdade de Direito também se reuniram para acordar o melhor meio de tributar a esquadra chilena. Decidiram que eles deviam acompanhar a sessão da Faculdade de Medicina, participar das comissões de organização do evento e escolher um orador para também recepcionar a esquadra.

Em conjunto com os estudantes de Medicina e Direito, alunos da Escola Politécnica subscrevem a solicitação para a troca de nome. Além dessas instituições a Associação dos Empregados do Comércio, através da sua diretoria reuniu várias representações sociais que engrossaram coro junto com os acadêmicos, pressionando os representantes do Estado e do Município para a troca de nome daquela artéria e para participar das homenagens. Outras representações imediatamente se prontificaram em prestar serviço e fazer doações, ampliando as comissões: alunos do Gymnasio Bahiano, a Companhia de Gaz, e Companhia de Navegação Bahiana<sup>68</sup>.

Para a realização da “condigna recepção”, o Governo do Estado sentiu-se pressionado a nomear as comissões de festejos. Para tanto, incluiu os

---

<sup>68</sup> Várias das manifestações de apreço à esquadra tinham financiamento de entidades privadas; a Bahia neste período é um estado economicamente pobre, e a Cidade do Salvador segue o padrão econômico do Estado.

membros de todas as outras que pipocavam pela cidade, dos mais diversos segmentos sociais. Estas foram compostas por ilustres representantes da intelectualidade baiana, acadêmicos, caixeiros, negociantes, representantes de entidades civis, e quantos mais quiseram colaborar. Podem ser citados: Francisco Prisco de Souza Paraíso, João Umbelino Gonçalves, Domingos Rodrigues Guimarães, José de Sá, Aloísio de Carvalho (Lulu Parola), Alfredo César Cabussu, Francisco de Matos, Antônio de Magalhães Castro, Vieira de Macedo, José Domeque de Barros, Brasil Vianna, Clementino Fraga, Manuel Autran, José Maria Penido, Armando Barbêdo, Boaventura Cajueiro, dentre outros.

Em reuniões quase que diárias, as comissões organizaram os 14 dias de festas. Programaram ornamentar as ruas com as cores do Brasil e do Chile, além de uma recepção a bordo do *Chacabuco* para levar as boas vindas aos visitantes, ao tempo em que os convidaria a aceitar as manifestações de apreço do governo e do povo; a visita de famílias baianas aos navios chilenos quando deveria ser entregue um pavilhão de seda bordado a ouro, com a inscrição: “*A Bahia ao Chile*”. Na noite do primeiro dia, indicaram iluminar a cidade e baixar toque de recolher nas praças públicas. Planejaram uma recepção das congregações no salão nobre da Faculdade de Medicina, acompanhada de sessão literária; uma passeata cívica com a participação dos estabelecimentos de ensino (da Praça do Palácio ao Campo Grande) com falas de oradores e poetas, ao longo do trajeto. Programaram também piquenique em Salinas das Margarida, recepção no Liceu de Artes e Ofícios, bailes na Sociedade Euterpe, Clube Caixeiral e residência do Cônsul do Chile; sarau no salão nobre do Paço Municipal; inauguração do salão nobre da Intendência com um chá dançante; almoço na Escola de Aprendizes de Marinheiro; recepção no Gabinete Português de Leitura; festa no Passeio Público; visita à Escola Normal; sessão solene no Instituto Histórico e Geográfico. Houve outras comemorações não programadas por essas comissões, mas realizadas espontaneamente pelo povo.

Para coroar as manifestações foi encaminhado ao Conselho Municipal pela Intendência, a partir da solicitação dos estudantes, um projeto que resultou na aprovação da Lei n. 577, que dava a denominação de Rua Chile ao trecho compreendido entre a esquina do Palácio do Governo até a Praça Castro Alves, tendo sido colocada uma placa de mármore registrando o novo nome.

Lei de 17 de julho de 1902  
N. 577

O DR. JOSÉ EDUARDO FREIRE DE CARVALHO FILHO,  
INTENDENTE MUNICIPAL DA CAPITAL DO ESTADO DA  
BAHIA

Faço saber aos seus habitantes que o Conselho Municipal decretou e eu, sancionei a lei seguinte:

Art. 1º Fica denominada – Rua Chile – a antiga rua Direita de Palácio, ficando o Intendente auctorizado a collocar as placas que se tornarem precisas.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario desta Intendência Municipal da capital do Estado da Bahia. 17 de Julho de 1902.

Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho

Nesta Secretaria da Intendência Municipal da Capital do Estado da Bahia foi publicada a presente lei em 17 de julho de 1902.

O Sub-Secretario

Ernesto Barbosa Coelho

A solenidade de inauguração do nome da Rua teve desfile cívico com batalhões infantis de várias escolas e, ao fim, o Intendente Freire de Carvalho convidou o Conselheiro Antonio Machado, autor do projeto de mudança de nome, e o capitão de corveta Alfredo Lyon para descerrarem a cortina da placa.

A cidade levou algumas semanas para voltar à sua rotina de normalidade!

Depois da partida da esquadra, o Diário da Bahia do dia 29 de julho de 1902 estampa:

Na manhan de hontem, conforme fizemos constar, zarpou do nosso porto a esquadilha chilena, rumo do sul. Seria 6 e um quarto, quando a escola de aprendizes, formou no pateo do arsenal de marinha, do lado do mar e, em manifestação de sympathia, executou o hymno chileno. A esquadilha içou signaes semaphoricos, em que se liam: Agradeço-vos.

Os transportes destroyers partiram na seguinte ordem: na frente, Maipo e Rancogoa, depois O'Brien, Merino e Thompson. A's 7 e 20 passavam á vista do Rio Vermelho.

Affirmamos de novo votos pela felicidade da officialidade e brava maruja da esquadilha da nação amiga, renovando nossos protestos de franca estima e solidariedade.

Ainda no mesmo periódico vê-se cópia do telegrama publicado em jornal do Rio de Janeiro:

<Santiago, 20 – Causaram indizível satisfação os telegrammas do capitão de navio Carrasco, commandante em chefe da esquadilha chilena, relatando a recepção na Bahia, as festas realizadas e o entusiasmo da população. A officialidade está reconhecidíssima a tantas provas de affecto.>

<Santiago 23 de julho – Os jornaes congratulam-se pela affectuosa recepção dispensada aos officiaes e marinheiros chilenos pela população da Bahia.>

O adeus à esquadra foi tão apoteótico quanto sua chegada. Reuniu-se grande multidão na Praça do Conselho, nas amuradas do Elevador Lacerda, na Praça do Teatro, em toda cidade baixa para ver a queima de fogos de artifício, nas cores azul e vermelha, e ouvir a banda do Primeiro Batalhão de Polícia. Diziam os presentes (segundo os memorialistas) que nenhuma festa tinha sido tão impressionante na cidade.

O nobre povo baiano, na hora dos derradeiros ablativos de viagem, não cansado das grandes festas, em que todas as classes se acotovelavam na praça publica, nas recepções nos palácios do Estado e do Município, nos clubs, nas diversões campestres, cada qual ali affirmando mais alto seu entusiasmo, ainda encontra no escrínio dos seus desvelos e carinhos (Diário da Bahia, 29.07.1902).

Passadas as comemorações, a imprensa soteropolitana volta a discutir assuntos que marcavam a vida da Cidade e do Estado da Bahia, como a freqüência dos soteropolitanos aos diversos terreiros de candomblé, nas imediações do Dique, Distrito de Brotas, tanto pelo dia como de noite<sup>69</sup>; discute o comprometimento do Intendente com os grupos econômicos na cidade, sempre os favorecendo, quebrando contratos, desfazendo aquilo que poderia beneficiar a população em geral<sup>70</sup>; ainda, critica o Governador Severino Vieira<sup>71</sup>, que ignora a riqueza do acervo da Biblioteca Pública e a fecha, desde o início da sua

<sup>69</sup> Jornal Correio da Tarde, dia 18 de novembro de 1902. Coluna Feitichismo.

<sup>70</sup> Jornal Correio da Tarde, dia 18 de novembro de 1902. Coluna A Intendência dos Guinles.

<sup>71</sup> 01 de dezembro de 1902. Coluna Biblioteca Pública.

administração. Também, debate a construção da linha férrea de Terra Nova<sup>72</sup>, a fundação do Banco de Crédito Territorial Agrícola; refere-se sobre as primeiras curetagens dentárias realizadas pelo cirurgião dentista Luiz Aguiar, no número 28 da Rua Chile; sobre a valsa composta pelo maestro Antonio Raymundo Cangussu, oferecida à sra. Elvira Lima da Silva Pereira, esposa do conceituado médico, dr. Bráulio Xavier Pereira, além de efemérides diversas.

É a vida da cidade retornando ao seu curso de normalidade, expondo os comportamentos, ações e mazelas perpetradas por Maria Vectaliana, Maria do Carmo, Zacharias José, Antonio Ferreira, que nela vivem.

O foco desse trabalho é a Rua Chile, em Salvador; porém, não se pode deixar de perceber como a passagem da Esquadra interferiu, também, na vida do Rio de Janeiro, visto que havia jogos de poder que se beneficiavam com tais comemorações. Naquela Capital houve uma recepção grandiosa<sup>73</sup>. Foram programados doze dias de festas, conforme noticia o Diário da Bahia de 30 de julho de 1902:

1º dia – Saída da esquadra brasileira ao encontro da esquadra chilena e visita oficiais.

2º dia – Retribuição das visitas.

3º dia – Apresentação da oficialidade dos vasos chilenos ao sr. presidente da República, estando presentes os ministros da marinha e das relações exteriores. A noite recepção no Club Naval.

4º dia – Às 2 horas da tarde, visita do presidente a bordo dos navios chilenos.

5º dia – Partida recreativa na Escola Naval.

6º dia – Almoço oferecido aos membros do governo do Brasil, a bordo de um navio chileno, pelo sr. ministro H. Riquielme.

7º dia – Jantar oferecido aos marinheiros chilenos.

8º dia – Banquete oferecido, às 8 horas da noite, ao ministro chileno.

9º dia – Matinée a bordo dos vasos chilenos.

10º dia – Intervallo para preparar a câmara ardente a bordo de um dos vasos chilenos.

11º dia – Transladação dos cadáveres.

<sup>72</sup>A partir da Estação Férrea Santo Amaro, foi construído o trecho do "*Ramal Pacheco*", de 3 ½ quilômetros, sendo 1 ½ de linhas férreas na área da usina Terra Nova, começando a operar em 1902. Este, e mais os ramais Papagaio e Catuiçara, originários da *Estação Férrea Terra Nova*, deviam cumprir o papel de distribuir a safra apurada pelas usinas; porém coincidiu com a maior baixa de açúcar até então conhecida.

<sup>73</sup>A organização das festividades ficou a cargo do contra-almirante Pinto Luz, Ministro da Marinha, do vice-almirante Artur Jaceguay, diretor da Escola Naval, do Ministro das Relações Exteriores, Olyntho de Magalhães, e do Ministro Plenipotenciário Dr. Hevia Riquielme, representando o Chile.

12º dia – Exéquias, provavelmente na Igreja da Candelária<sup>74</sup>.  
Sahida da esquadra chilena.

Como parte da organização do evento carioca, a mando do Ministro da Marinha, três meses dos vencimentos dos oficiais da armada e classes anexas foram adiantados, para que pudessem participar das festividades. O Ministro do Interior decretou ponto facultativo nas escolas durante os dias de comemoração. Além da programação oficial aconteceu uma serenata, organizada pelos oficiais do *Tamandaré*; um espetáculo de gala, *Os Granadeiros*, encenado pela Companhia Tomba; um piquenique nas Paineiras; um banquete em Petrópolis; estudantes da Escola Naval e marinheiros de Infantaria Naval tocaram o hino chileno quando da chegada da esquadra, além de simularem um combate de baionetas. A Companhia *Guardião da República* ofereceu aos vasos chilenos dez mil cigarros. De todas as festas, a mais noticiada pela imprensa foi a oferecida pelo Conde de Figueiredo<sup>75</sup>.

Todas essas comemorações, no Rio ou na Bahia, foram organizadas para exaltar a amizade, que se exacerbou motivada pela morte dos embaixadores. Ao descrever a programação oficial, e mesmo aquilo que foi sendo feito ao longo da estada da esquadra, se está investigando mais que os relatos: a busca pelo sentido dos acontecimentos.

A comunidade soteropolitana se define pelas múltiplas condutas de Antonio Ferreira ou Isaura da Silva, por exemplo, nem sempre noticiadas nos jornais. Além dos embates políticos, dos acontecimentos sociais das camadas altas, da urbanização, das manifestações de estudantes, sindicalistas, comerciantes, grupos religiosos, a vida dos moradores de Salvador estava repleta de imagens como: empinar arraias (pipas), freqüentar os circos, penitenciar-se nas procissões, comprar nas diversas lojas, participar das batalhas de confete no carnaval, passar o dia fora visitando parentes, compadres e amigos; o pregão do vendedor de peixe, de galinha, de verdura; da mulher do mingau, do acarajé, da fateira, tão complexas quanto outras formas associativas, que produzem e reproduzem a vida cotidiana.

---

<sup>74</sup> Realizadas pelo Arcebispo Arcoverde.

<sup>75</sup> Na programação houve participação efetiva dos escalões mais altos do governo republicano, incluindo-se aí o Presidente da República, Campos Sales.

A passagem da Esquadra interferiu na vida da cidade, sem fronteiras físicas (compressões de tempo-espaço). Baseou-se em um lugar determinado, e deu-lhe novo sentido. Em verdade, a Rua já possuía sítio demarcado e definição de utilização (comércio, escritórios, manifestações, comemorações, dentre outras). Contudo, o que se está chamando atenção é a não transformação dos sentidos, a partir do momento em que ela ganha nova denominação.

Observado a origem da Rua Chile enquanto espaço, logradouro, rua, cabe perguntar como é possível buscar os sentidos deste lugar através da festa, pois apresenta possibilidades de análise para tanto ‘furdunço’<sup>76</sup>. É preciso problematizar os motivos que levaram os soteropolitanos a fazer 14 dias de festa,<sup>77</sup> na passagem da esquadra de um outro país sul-americano que, em direção ao Rio de Janeiro, passa pela Bahia. Não é possível pensar que toda essa festança aconteceu somente por que Salvador vivia no marasmo social e econômico, ou porque aquela era a terceira mais importante armada do mundo, nem se pode atribuir simplesmente ao dito popular: “Isso é coisa de baiano!”

Em alguns textos publicados nos jornais, ao fim das festividades, em especial o de Ambrosio Gomes (Diário da Bahia datado de 02 de agosto de 1902) pode-se encontrar explicação para tantas manifestações.

[...] Vae minha alma transpondo a andina cordilheira  
Tomada de ingenta fé, extranha e verdadeira,  
Da pátria de O’Brien beijar as santas aras,  
Onde o cívico amor do Chile excelso e avante  
Sincero pontifica... Ave! Chile gigante!...  
Ave! Brasil! – da paz heróica almenaras!

O Diário da Bahia de 17 de julho de 1902 exalta e justifica as comemorações:

As demonstrações de gentileza e affecto que a operosa Republica Andina tributa a soberania da nossa nacionalidade, já dispensadas a patrícios nossos, já manifestas na magnanimidade fraternal das suas relações officiaes ou na commemoração das nossas datas e dos nossos acontecimentos, justificam o

<sup>76</sup> Confusão, festança, arruaça.

<sup>77</sup> Que parecem ser mais sutuosas e detalhistas que aquelas produzidas na Capital da República, onde estavam os esquifes.

entusiasmo com que se accentua em todas as camadas do povo o movimento para uma recepção carinhosa. O Chile merece que por todo o território brasileiro onde flutue o seu pavilhão seja este festejado como symbolo de amizade republicana-heróica [...]

Esses textos demarcam um padrão de vida social e de 'civildade' do povo chileno; o mesmo que o povo brasileiro quer alcançar como liberdade, patriotismo e coragem.

Tal discurso reflete a situação por que passava o Chile, país que depois dos diversos processos de independência na América Latina, como pioneiro gozava de estabilidade política, e conhecia momentos de desenvolvimento industrial e urbano<sup>78</sup>. Soma-se à prosperidade e à democracia conquistada pelo Chile, a rivalidade com a Bolívia e a Argentina (também rivais do Brasil).

Não se pode esquecer que, desde 1895 o general Júlio Roca, então na Presidência da Argentina, vinha tentando consolidar as relações entre seu país<sup>79</sup>, o Brasil e o Chile, que historicamente eram tensas. Em 1899, os presidentes Roca e Campos Sales trocaram gentis visitas, tendo recebido entusiástico apoio político. No entanto, o Brasil se aproveitou da tragédia, que foi a morte dos plenipotenciários para demonstrar amizade, aproximação, cooperação política e econômica ao Chile. Essa era uma atitude corriqueira nas relações entre os três países, sendo que o Brasil sempre tendia mais para os chilenos. É necessário lembrar, também, que de forma subliminar, a diplomacia brasileira instigava a formação de blocos contrários.

Ao tempo em que as festas promovidas tinham participação popular expressa na assistência e no trabalho braçal, não se pode negar que elas foram organizadas para atender interesses políticos locais e nacionais. Não por outro

---

<sup>78</sup> O movimento de Independência do Chile entre 1817 e 18, liderado por Bernardo O'Higgins, libertou o país da dominação espanhola, porém o colocou na órbita do imperialismo inglês. Mesmo com a independência, a vida econômica continuou a basear-se no latifúndio agrário e pecuarista e na exploração mineral. A sociedade era formada por uma grande massa de trabalhadores assalariados e por uma pequena elite que manteve o poder político até 1881, quando foi substituída por outra caracterizada por uma postura liberal e nacionalista. Após a guerra civil de 1891, o Parlamentarismo Chileno (1891-1925) tornou-se a fórmula política para que os conservadores mantivessem o poder. No que se refere à política externa, aquele país repetiu o mesmo êxito saindo vitorioso do conflito militar envolvendo Bolívia e Peru entre 1879 e 1884, na região de Atacama. É neste período que a Bolívia entrega ao Chile sua única saída para o mar, e que o Brasil compra parte do Acre.

<sup>79</sup> Diante dos conflitos entre a Argentina e o Chile, o Brasil tendeu sempre mais para o segundo que o primeiro, aprofundando a histórica rivalidade entre as duas nações.

motivo, a peregrinação dos esquifes foi festejada em tantas localidades, até por onde não passou. O jornal O Progresso, do município de Feira de Santana, Bahia, no dia 27 de julho de 1902 publicou:

[...] e assim deveria ser porque a Bahia, o berço de gloriosas tradições nacionaes e portadora dos maiores exemplos de civismo, não poderia quedar-se indiferente ante a maior de todas as aspirações universaes – a confraternisação, a sombra da qual medra com admiravel pujança, a paz, a prosperidade econômica e a civilisação, mormente tratando-se do Chile e do Brasil, cujas relações de amizade, nos orgulhamos de não estarem sujeitas ás oscilações das conveniencias da política internacional.

Também o jornal O Popular do mesmo município publica:

Para dizermos o que tem sido as festas em homenagem a officialidade da nação amiga, seria necessário uma edição especial de muitas paginas.

As festas são de espontaneidade popular, vibrantes e patrióticas, verdadeira fraternisação da alma bahiana com a alma chilena. [...]

Outra nuance pode ser observada na descrição apresentada – é o binômio morte e vida! Morte dos plenipotenciários chilenos; morte por falta de política de saúde pública; morte na cidade insalubre versus salubridade das cidades chilenas; vida nas diversas festas brasileiras.

A historiografia<sup>80</sup> aponta para existência da comunicação simbólica entre o mundo dos vivos e dos mortos<sup>81</sup>. Ao festejar a morte se está tratando da vida, pois tais comemorações estão eivadas de características e comportamentos culturais mais próximos da afirmação da existência coletiva.

Sem muito esforço se observa que a descrição da passagem da Esquadra se aproxima da Procissão do Enterro, tão comum na Bahia, em Minas Gerais e Rio de Janeiro. É um longo féretro, em que os corpos estão expostos, e são atados a uma dada concepção de mártir. É um caixão, trono/veículo, que transporta para o Éden. Na procissão há várias estações que simbolizam um

<sup>80</sup> João José REIS (1991), Ana Cristina ARAÚJO (1897), Júnia Ferreira FURTADO (2001), Paulo CASTAGNA (2001).

<sup>81</sup> Em várias culturas, em tempos diversos, independente de religião, as sociedades projetam o além, o outro lado da existência, no cotidiano vivenciado.

longo calvário. No resgate aos esquifes, isso fica por conta da passagem por várias capitais, numa longa viagem da Inglaterra à Capital do Brasil, indo para Santiago do Chile. Muitos discursos que se confundem com sermões. Cerimônias de visitação aos ataúdes, acompanhadas de ritos religiosos, tal qual os da quinta-feira santa.

No imaginário social desta época, é importante na ritualística fúnebre a presença de muitas pessoas, para que a última viagem não seja solitária; isso é percebido na procissão e no resgate. Era corrente imaginar que, quanto mais belas as cerimônias, mais tranqüila seria a passagem para um possível mundo celeste, onde residem os arcanjos, anjos e santos.

Chama atenção que, mesmo na ausência de corpos, o comportamento condizia com a ritualística fúnebre. A Bahia foi apenas um porto de passagem à busca dos esquifes. O enterro era algo futuro, para quando no Chile chegasse! A festa, assim, era mais em comemoração à passagem da Esquadra do que em consagração aos mortos.

Sabe-se que, com o aumento do fausto das práticas funerárias, pareceu ser necessária a intervenção de instituições que se responsabilizassem pelo cumprimento das experiências ligadas à morte. Na festa aos chilenos, as congregações estudantis, as associações de patrões e empregados, as instituições militares dentre outras, assumem o lugar e a responsabilidade das confrarias religiosas<sup>82</sup>: a assistência e organização das exéquias. Observa-se aqui que a morte pensada como individual envolve definitivamente a coletividade.

Aqui, o tempo de se viver a Rua Chile, o tempo de viver em uma cidade insalubre é o mesmo daquele necessário para se afastar ou se redimir da morte, ou de se confundir com o tempo de festa. Assim, pode-se dizer que na observação da rua e da cidade, tempo e temporalidade rompem com o continuísmo e o monismo, pois abraçam a possibilidade de trabalhar as múltiplas narrativas e razões construídas coletivamente, divergentes, resultantes das diferenças entre José Joaquim Catão, Maria Vectaliana de Cerqueira, Zacharias José Teixeira<sup>83</sup> e outros tantos soteropolitanos. O comportamento cultural está

---

<sup>82</sup> As irmandades religiosas existiam para garantir a salvação dos seus fiéis contribuintes por meio de orações e um lugar privilegiado de sepultura, além de um ritual funerário condizente com sua importância em vida. Com relação aos pobres, tinha-se o compromisso moral de um ritual suficiente para uma boa estada em um possível mundo celeste.

<sup>83</sup> Pais de Josephina, Jesuíno e Estella, respectivamente.

claramente presente na organização e no discurso referentes ao resgate dos esquifes dos embaixadores.

Também a partir da historiografia, da toponímia, das plantas e imagens é possível criar mecanismos de observação do espaço propriamente dito, tomando uma distância que cria focos de percepção e análise. Certamente, o que se observa são escalas e dimensões variadas, indo do continental ao nacional, do nacional ao regional, do regional ao local; do continente ao país, ao estado, à cidade, ao bairro, à região, à rua, até a casa.

Tal como no século XVI, as potencialidades desta rua-palco ou cenário, podem dar luz às escalas também para a observação da Cidade e do Estado da Bahia no século XX.

Para os primórdios da Rua, as escalas utilizadas foram comunidade e região. Vale notar que as comemorações pela passagem da Esquadra Chilena reuniram segmentos sociais (comunidades) diversos, os quais cotidianamente ocupavam e desempenhavam papéis diferentes na sociedade, e que só se agregaram para as festividades.

Ao tratá-la no início do século XX, parece razoável valer-se de “espaço urbano” – aquele que demarcado como área assume características de cidade por se identificar com a pluralidade e a diferença. Além de espaço de poder, é um território físico, lugar onde as pessoas habitam, um sítio heterogêneo que produz um sistema de comunicação (ruas, avenidas, transportes coletivos e individuais); induz a tarefas e técnicas novas de trabalho, entremeia formas tradicionais a novos comportamentos sociais, culturais e religiosos<sup>84</sup>, impelindo, José Joaquim Catão, Olisa Rosa de Oliveira e outros, a conviver com a diferenciação social<sup>85</sup> ou com múltiplas identidades<sup>86</sup>.

---

<sup>84</sup> As transformações econômicas, sociais, e culturais, das paisagens e dos territórios produzidas no campo e nas cidades brasileiras são evidentes, após a consolidação das idéias republicanas como novo paradigma econômico-sócio-político do País. Também chama atenção neste período a substituição das formas tradicionais e dos cultivos alimentícios por lavouras comerciais; do trabalho familiar pelo assalariado; das técnicas artesanais e transporte animal para a mecanização; da luz a carvão para iluminação a gás, dentre outros. São exemplos do processo de urbanização que passaram várias cidades brasileiras. A urbanização dessas cidades, no entanto, não foi vivenciada sem conflito; provocou impactos sociais como: migração da população do campo, crise dos recursos naturais (destacando-se a água e o solo), precariedade dos serviços públicos (saúde, educação, segurança etc.) e má oferta de infra-estrutura, especialmente dos transportes coletivos e saneamento básico; pouca disponibilidade de avanços tecnológicos, pouca oferta de empregos, estagnação das economias locais, e dependência do poder público.

<sup>85</sup> Não se pode confundir diferenciação com questões morais, políticas, econômicas, de gênero, raça e/ou credo envolvendo desigualdades, embora fosse motivo para mencioná-las; porém, trata-

Nos primeiros anos do século XX e nos seguintes, a escala que nos interessa é a *rua*, que emerge dos significados do lugar, podendo ser identificada pelos discursos produzidos e pelas ações manifestadas sobre a cidade ou na cidade e, em especial, na Rua. É uma nova-velha forma plana da cidade do Salvador que apresenta o mesmo traçado, desde o século XVI, para a Rua Chile, como se observa na Figura 17.



Figura 17 – Cidade da Bahia. 1905

A exemplo dos moradores soteropolitanos, pessoas do interior do Estado saíam das suas cidades para fazer compras, consultar-se com médicos e dentistas, visitar familiares, participar de festas ou simplesmente passear “na Bahia” (Salvador), como Maria Pulcheria, de Santo Amaro de Catu<sup>87</sup>. Vinham à

---

se de uma questão conceitual, que envolve relações de poder daqueles que detém o uso e saber sobre a compressão de tempo-espço, e que os transforma em vantagens. Convém ressaltar que não apenas os macros poderes políticos e econômicos serão aqui trazidos, mas os poderes mezinhas.

<sup>86</sup> Quem precisa de identidade? Para Stuart Hall, o conceito de identidade passa por uma revisão, questionado principalmente por aqueles que entendem estar a identidade na linha de fronteira entre os sujeitos, seus processos de subjetivação e a exclusão que essa relação implica. Precisam de identificação aqueles que percebem a construção dos processos nunca findos e nunca subsumidos, mas articulados. Aqui se encontra um dos paradigmas da tese. Seguramente, a questão é: se as identidades são construídas na realidade e no discurso, a partir das articulações e estratégias dos sujeitos sociais, todos precisam dela; mas, como fenômeno paradoxal, se é integralizadora, originária e unificada, ninguém precisa dela.

<sup>87</sup> Jornal Correio da Tarde, 02 de janeiro de 1903.

cidade do Salvador almejando andanças, preferencialmente, nas ruas do bairro do Comércio, na rua da Vala e na Rua Chile.

Ser rua, por si só já representa uma escala, pois esse é um espaço utilizado socialmente, como a rua das Princesas, no bairro do Comércio, onde se continuava a encontrar as melhores casas de miudezas e, seguramente, as tias, avós e aparentadas de Maria do Carmo, Ritta, Isaura, Theodora, Olisa e Maria Vectalina compraram material para os enxovais de noiva, de crianças, além de tecidos, sapatos e utensílios. A loja Palácio de Crystal, nesta rua, fazia grande sucesso; a já citada rua da Vala, que agora concentrava o comércio popular de roupas, sapatos e armarinho; ou a rua dos Cobertos Grandes na qual incendiou a loja de quinquilharias *Alves*, de propriedade do Sr. Veríssimo Nunes de Barros Pereira & C; e ainda rua dos Droguistas, rua do Saldanha, dentre outras.

Na antiga Rua Direita do Palácio, destacada em vermelho na Figura 15 (e também nas 04, 05, 06 e 07) uma das lojas mais procuradas anunciava nos jornais:

### **A RAINHA DA MODA**

A MODA MODERNA

Artigos de armarinho

Encontra-se completo o sortimento de guarnições para cintos, berloques, brincos, broches, anéis americanos na casa.

**SLOPER & IRMAOS**

Rua Chile N. 32<sup>88</sup>

Mas, não só o comércio movimentava essas áreas. Além dele os acontecimentos do dia-a-dia também lá estavam presentes:

O dr. Juiz de direito da primeira circunscrição criminal expediu mandado de prisão preventiva contra os marinheiros Faustino José da Silva e Joaquim Reginaldo, auctores da morte do soldado de

---

<sup>88</sup> Jornal Correio da Tarde, 09 de janeiro de 1903.

policia José André do Nascimento, no dia 28 de dezembro a rua Chile<sup>89</sup>.

A Árabe Maria José Gaimn, foi vítima de um roubo em sua residência, á rua do Saldanha, n. 2, distrito da Sé, na importnacia de 4:000\$000.

O sub-commissario de policia da Sé, tomou conhecimento do facto. Pelo Alferes Braga foi preso, no largo de S. Francisco o árabe Antonio Elias sobre quem recaem suspeitas da auctoria deste Crime<sup>90</sup>.

Fazendo um apanhado dos acontecimentos relatados neste período, se pode afirmar que, ao incorporar 'Chile' ao nome, a rua não assume outra, ou nova importância para a cidade. Ao contrário, sendo um centro comercial admirável, uma via de ligação fundamental, seu nome é mudado justamente pela sua importância como artéria, como lugar social e cultural.

Esse caráter pluri ou multi escalar de atividades, serviços, expressões, vivências produz o entendimento do lugar. Observando ações, interações, encontros e desenvolvimentos econômicos, sociais, políticos, religiosos pode-se, partindo do local, se chegar ao lugar.

Observa-se assim, que em outras ruas da mesma área os sentidos de Rua, Espaço Urbano, Comunidade, Região, se confundem com as possíveis escalas, emprestando e emaranhando umas nas outras seus significados. Tal entrelaçamento resulta da posição estratégica, da centralização de atividades, da interação dos territórios da cidade, por ser área de residência e trabalho, indo da escala local a territorial, conhecendo os sentidos de lugar, as dimensões de convivência, as ações políticas e as práticas dos diferentes grupos sociais<sup>91</sup>.

Como exemplo, a Rua Chile é um espaço urbano que não tem identidade local ou particularizada, mas *identidades híbridas*. A Bahia e a cidade do Salvador, e a Rua são *entre-lugares*<sup>92</sup>, produtores de categorias conceituais próprias cunhadas por pessoas (Severino Vieira, José Eduardo, Maria Pulcheria, Theodora, Olisa, Maria Vectalina, João Umbelino, Domingos Rodrigues, Aloísio de Carvalho, Alfredo César...) de origem, raça, credo, costumes, posições (ricos,

<sup>89</sup> Jornal Correio da Tarde, 10 de janeiro de 1903.

<sup>90</sup> Jornal Correio da Tarde, 16 de janeiro de 1903.

<sup>91</sup> Ester LIMONAD e Rainer RANDOLPH. Cidade e lugar, sua representação e apropriação ideológica. Rev. Bras. Estudos Urbanos e Regionais. V. 3, n. 5, 2002.

<sup>92</sup> Não definido geograficamente. É onde as diferenças se articulam e produzem a intersecção/interação das identidades.

pobres, desempregados, carregadores, jornalistas, funcionário-público, costureira, banqueiros, marinheiros, cirurgião-dentista, militares, caixeiros, donas de casas, estivadores...), com suas subjetividades e subjetivações diante das questões cotidianas, políticas, urbanas, da festa, da morte...

## Capítulo 2

### O engrandecimento da capital da Bahia: remodelação, melhoramentos, construções

Mesmo sendo uma das principais artérias da cidade alta, a Rua Chile somente na administração de José Eduardo Freire de Carvalho Filho (1900-1903)<sup>2</sup>, recebeu intervenção urbana de monta. Entre os anos de 1900 e 1903, as mudanças se fixaram nos equipamentos na iluminação elétrica, no calçamento, nos trilhos dos bondes. Passados mais nove anos, a forma (largura e comprimento) e os prédios não sofreram mudança alguma. A vontade de se inserir uma face moderna havia se transformado em mera maquiagem, e os problemas urbanos eram grandes.

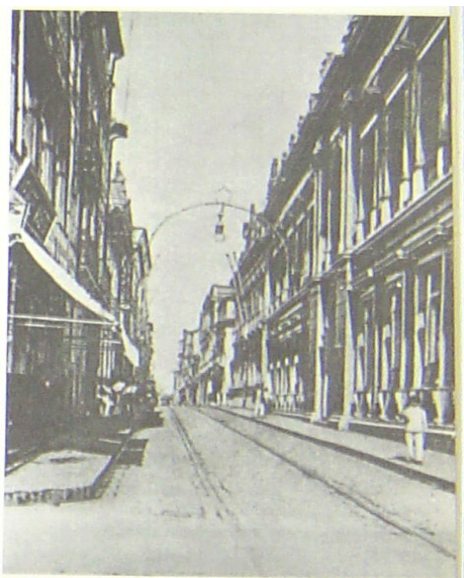


Figura 18 – Rua Chile, [191-], Acervo de Correio da Bahia.

---

<sup>2</sup> No último quartel do século XIX a área que compreende a Praça Municipal já tinha sofrido mudanças como: demolição da Casa da Relação e da Moeda; mudanças no frontispício da Câmara e Cadeia, pela reforma Caminhoá (transformação para aparentar estilo neo-renascentista); mudanças na posição e estrutura do Palácio dos Vice-Reis.

Como se vê na Figura 18, a Rua Chile era estreita, com um único trilho de bonde, e onde poucos automóveis circulavam; possuía sobrados seculares e iluminação esparsa; mantinha a mesma estrutura arquitetural e a mesma largura quando da passagem da esquadra Chilena.

Este capítulo tratará da experiência e da vontade de elevar a cidade do Salvador ao patamar de moderna. A partir dos projetos de melhoramento e reurbanização propostos, na primeira década do século XX, foram implementadas políticas de estado, reformas, demolições e construções que também usaram a Rua Chile como lócus. Reconhece-se que Salvador sempre foi reduto de vida conservadora, tradicional; cabe questionar o que se propôs como melhoramentos na e para a cidade<sup>3</sup>.

Nesta época, as experiências para inserir Salvador na desejada modernidade são encontradas na imprensa diária (Jornal de Notícias, Diário da Tarde, Gazeta do Povo e Diário de Notícias) nas matérias e editoriais, que alertavam para as transformações da cidade e para as disputas eleitorais locais, tanto para a Intendência Municipal quanto para o Governo do Estado.

A Bahia transformou-se de maneira tremenda, ninguém conhece a Bahia naquele tempo, na mudança do Governo de José Marcelino para Seabra. 10 de janeiro de 1912. Bombardeio da Bahia, depois daí começaram as transformações. Tinha um prefeito, Luis Viveiros Brandão. Ele foi quem fez a renovação da Bahia. Começou aqueles trabalhos todos de alargamento de ruas. A Rua Chile, por exemplo, que era metade do que é hoje e começou a desenvolver, melhorar e virar o ambiente de vida melhor naquela área<sup>4</sup>.

No que se refere às relações políticas podia-se dizer que era uma cidade bastante conturbada! As alterações giravam em torno de José Joaquim Seabra e Júlio Viveiros Brandão, representantes da política de Luiz Vianna, e a favor de Hermes da Fonseca, contra os governistas representados por Severino Vieira, José Marcelino, Domingos Rodrigues Guimarães e João Santos<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> A discussão pretendida é menos sobre o sentido teórico-científico de melhoramento, modernidade e civilidade, e mais sobre os signos, expressões, comportamento que as materializam.

<sup>4</sup> Entrevista de Mauro Barreira de Alencar. Entrevista 04. IGHB, 11.11.1998. In: ARAÚJO, Ubiratan Castro de (Org.). *Salvador era assim*. Memórias da Cidade, 1999.

<sup>5</sup> Membros do Partido Republicano da Bahia. Esses foram importantes personagens na política baiana da primeira metade do século XX, que conduziram as discussões políticas e ideológicas dos melhoramentos, remodelações e construções.

A imprensa soteropolitana, dividida entre os grupos políticos de maior prestígio, disputava diariamente o apoio do eleitorado. O Diário da Bahia, um dos sustentáculos dos governistas, publica artigos que contestam a mudança de data das eleições, ao tempo em que acolhe e ampara a candidatura de Domingos Rodrigues Guimarães para o Governo do Estado. Já o Diário de Notícias, órgão repleto de seabristas e que publicava diariamente artigos que contradiziam outros veículos de imprensa, apoiava o Intendente Julio Brandão e a candidatura de J. J. Seabra<sup>6</sup>.

As disputas, a princípio, pareciam estar circunscritas ao parlamento e aos jornais, no entanto, se mostraram mais profundas envolvendo a Intendência, o Governo Estadual e o Federal<sup>7</sup>. Em 22 de dezembro de 1911, o conflito político recrudesce com a duplicação da mesa preparatória para a eleição do Conselho Municipal, visto que os candidatos Júlio Brandão e João Santos se declararam eleitos Intendentes. Para garantir a posse de Júlio Brandão, o Partido Republicano Democrata impetrou ação judicial, além de instigar a intervenção Federal<sup>8</sup>. Os governistas, além das intervenções políticas e jurídicas, recrutam baianos de todas as regiões, principalmente do sertão, como força militar, reforçando o quadro da polícia estadual. A estratégia era aumentar o contingente para fazer frente às forças federais, que a qualquer momento poderiam ser convocadas para intervir na Bahia.

O conflito chega a seu apogeu com a renúncia de Araújo Pinho, então governador, e do seu substituto imediato, o presidente do Senado Estadual, Cônego Leôncio Galvão, ambos alegando problemas de saúde. Aurélio Vianna, ao assumir o Governo do Estado, acata conselho de Ruy Barbosa e convoca extraordinariamente a Assembléia Geral do Estado, na cidade de Jequié<sup>9</sup>, com o objetivo de eleger o novo Governador. Inconformados, seus opositores, pelas mãos do vice-presidente do Senado Estadual, Barão de São Francisco, também,

---

<sup>6</sup> O referido órgão, ao mesmo tempo, contestava o projeto de Lei de Wenceslau Guimarães, do Partido Republicano, que pretendia determinar a inelegibilidade de ocupantes de cargos públicos, que era o caso do candidato em Salvador.

<sup>7</sup> As disputas locais sofriam a intervenção do governo nacional com a sua política de *salvação*. Tal política comandada por Hermes da Fonseca tem por finalidade substituir as oligarquias estaduais e municipais através da intervenção militar, por outras mais alinhadas com o seu governo.

<sup>8</sup> Hermes da Fonseca sabendo das críticas feitas a ele nos meios políticos, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, procurou negar qualquer intervenção nos processos políticos baianos.

<sup>9</sup> Município fundado em 1894, distante 374 Km de Salvador.

convocam sessão da Assembléia para o mesmo dia, reunindo-se no seu edifício-sede na cidade do Salvador.

O despertar de 1912 foi tenso, mesmo já tendo tomado posse por ordem judicial, o Intendente Júlio Brandão. No início do ano, a cizânia estava focada na eleição para o Governo do Estado, convocada para o dia 28 de janeiro.

A luta era travada principalmente nos gabinetes jurídicos. Porém, policiais do Exército haviam sido chamados de Recife para a capital baiana, e os aqui residentes estavam todos em prontidão. Os principais pontos da capital estavam guarnecidos pelas forças da polícia estadual: Praça do Guindaste da Conceição (Palácio do Governo, Câmara Municipal)<sup>10</sup>, Largo do Teatro (Teatro São João)<sup>11</sup>, Praça da Sé<sup>12</sup>, Cidade Baixa (Comércio), rua São Raimundo, rua das Vassouras, Largo dos Aflitos, Tororó, Baixa dos Sapateiros e a própria Rua Chile.

Os jornais noticiavam a todo tempo o conflito e suas conseqüências, alertando para a iminência de uma guerra sangrenta e sem precedentes, caso não houvesse um acordo. A cidade vivia tempos de expectativa e apreensão.

Mesmo antes dos chefes políticos decidirem que a querela iria às vias de fato, na Baixa dos Sapateiros, depois das sete horas da noite do dia 08 de janeiro de 1912, praças do 49º Batalhão, vindos da capital pernambucana, se desentenderam com os soldados do regimento policial baiano, em frente à Loja Pinto. Por conta do tumulto, as casas comerciais da Baixa do Sapateiro cerraram suas portas e os residentes locais fugiram, abrigando-se em casas de amigos e parentes, ou simplesmente ficando ao relento, nas praças próximas. Também no distrito da Sé, soldados da força policial quiseram prender um soldado do 49º Batalhão, que brigava com uma mulher no prédio 13 da Rua do Saldanha. Essa ocorrência policial de pouca importância se transformou em uma grave desordem, envolvendo um número considerável de soldados dos dois grupamentos, resultando em feridos por balas e sopapos, de ambas as partes.

No dia 09 de janeiro, o Jornal de Notícias publica um desses acontecimentos:

---

<sup>10</sup> Anexo 01 – Planta de Salvador (Fig. 19), números 50 e 51.

<sup>11</sup> Anexo 01 – Planta de Salvador (Fig. 19), número 61.

<sup>12</sup> Anexo 01 – Planta de Salvador (Fig. 19), número 45.

## Graves Conflitos

Entre praças do exercito e da policia – Populares armados - Ferimentos

Desde 7 hs da noite de hontem, a população desta capital se acha inquietada, por motivo de graves conflitos, havidos em vários pontos, o que esperamos não recrudesçam em resultados mais tristes e lamentáveis, que é de dever evitar.

Esses desentendimentos contaminaram a população em geral, que logo se dividiu entre os grupos políticos contrários, e passaram a si enfrentar, como também afrontar os soldados.

– Quando populares atacaram na Rua Chile, um bonde em que estavam dois policiaes, foi ligeiramente ferido, por um tiro de revolver, na perna, o dr. Theotonio Martins [...] <sup>13</sup>

Estes são apenas dois exemplos, pois durante todo o dia 09 de janeiro houve discórdias entre as forças militares na região em torno do Palácio de Governo, Praça da Aclamação, Praça dos Veteranos, Ginásio da Bahia.

Salvador fervia! Era um corre, corre..., tiroteio..., lutas corporais..., casas comerciais fechadas...

O Juiz Federal Paulo Fontes decide, neste mesmo dia, que deveriam ser retirados os policiais estaduais que guarneciam o Palácio, além de reconhecer e determinar que ali era, de fato, a sede da Mesa da Câmara dos Deputados. Todavia, o governador interino não se dispôs a atender as resoluções judiciais, o que possibilitou ao Governo Federal intervir na política baiana <sup>14</sup>.

Por solicitação do Marechal Hermes da Fonseca, seu ministro da Guerra, Mena Barreto, ordena ao general Sotero de Meneses que fizesse cumprir a ordem judicial. O General envia um *ultimatum* ao Governador Aurélio Vianna comunicando-lhe que, caso resolvesse pela desobediência, após as 13:30 horas do dia 10 de janeiro, bombardearia os prédios públicos ocupados pelos governistas e pela polícia estadual.

<sup>13</sup> Jornal de Notícias, 09 de Janeiro de 1912.

<sup>14</sup> Como parece ser a sua vontade, desde o início da questão.

No dia recomendado, os governistas comunicam à população e aos consulados que não deixariam seus postos. A partir daí, o que se viu foi pânico geral nas áreas de conflito. Os jornais afirmam nunca ter sido visto antes tantas pessoas na periferia da cidade<sup>15</sup>, depois do rápido fechamento ou abandono das casas comerciais e residenciais do centro.

Os pais de Josephina e Jesuíno, moradores da Paróquia da Penha, provavelmente acolheram amigos e parentes que queriam se refugiar, ou partir por mar, nos saveiros ancorados, principalmente na Ribeira, em direção aos arrabaldes, às Ilhas de Itaparica e de Maré, ou ao Recôncavo. Essa movimentação podia ser vista em toda cidade baixa. Vectaliana, Alipida, Maria, Antonio, Zacharias, Francisco, Theodoro e muitos outros queriam estar o mais longe possível da agitação, porém nem todos tiveram tempo de fugir ou levar suas tralhas.

Uma hora depois de se ter ouvido o tiro de alerta, começou o bombardeio<sup>16</sup> à cidade. Durante quatro horas houve disparos vindos dos Fortes São Marcelo<sup>17</sup> e do Barbalho<sup>18</sup>.

Lulu Parola (pseudônimo do jornalista Aloysio de Carvalho) publica:

O bombardeio de 10, e a fama caluniosa da fortaleza S. Marcello.

Quando eu olho da Praça para o mar  
E vejo agora o forte S. Marcello,  
Digo: Quem é que havia de pensar  
Que você entraria num duelo!  
Sim! A verdade eu devo confessar,  
E não invento aqui nenhum libelo:  
Diziam que o teu *forte* era em *salvar*.  
Para o mais te metiam num chinelo!  
Mas, depois que roncaste o tiro grosso,  
E que ouviram o baque do caroço,  
Acreditaram, mesmo sem querer...  
Quando agora o teu vulto é examinado,  
Os que te achavam velho e desdentado,  
Dizem: - Quem é que havia de Dizer?<sup>19</sup>

<sup>15</sup> Para as áreas suburbana em especial aquelas que ficam na parte interna da Baía de Todos os Santos, do lado do continente, principalmente Paripe e Periperi; ou para as bandas de Itapuã.

<sup>16</sup> Neste texto, tratar do bombardeio à Cidade do Salvador se justifica pela necessidade de compreender as relações políticas que antecedem ao discurso civilizador de J. J. Seabra, e os conseqüentes melhoramentos propostos; verifica, também, que tal discurso se materializa na Rua Chile através da destruição de prédios e alargamento da Rua.

<sup>17</sup> Anexo 01 - Planta de Salvador (Fig. 19), número 83.

<sup>18</sup> Anexo 01 - Planta de Salvador (Fig. 19), número 05.

Além de Aloysio de Carvalho, muitos moradores de Salvador se espantaram com os tiros vindos do Forte do Mar. Símbolo da Baía de Todos os Santos, localizado em frente ao porto, avistado em toda a cidade velha, e também da Rua Chile, somente na Sabinada (1837) seus canhões haviam disparado.

Os prejuízos foram grandes, podendo-se contabilizar danos diversos, além de mortes. O Diário de Notícias do dia 11 de janeiro de 1912, publica:

Na Rua Chile arderam também os prédios ns. 23 e 25, este ocupado no pavimento térreo pela sapataria do sr. Raphael Buffone e no superior pela família do cirurgião-dentista Álvaro Barbosa e aquela pelas Irmãs Rodrigues, na parte térrea, e o pavimento superior, pelo consultório do Dr. Bonifacio Costa.

Os tiros atingiram, na Praça Municipal: a Biblioteca do Estado, o relógio da torre da Intendência, o Prédio da Câmara dos Deputados e parte do Palácio do Governo (incluindo as diretorias de Rendas e de Minas); na Praça da Sé, a cornija da Igreja da Sé; e no Largo do Teatro, o Teatro São João. Todos esses imóveis estavam ocupados por forças governistas.

Na Rua Chile, o sobrado de número 23, de propriedade do sr. Cláudio de Araújo Góes, ocupado nos três andares superiores pela residência e consultório do dr. Bonifácio Costa, e no térreo pela loja de Maria Isabel L. Rodrigues, foi atingido sendo destruído pelas chamas<sup>20</sup>, assim como o de número 25, de propriedade do Barão de Paraguassu, que era alugado o 1º andar por Álvaro Barbosa, o 2º e 3º por Jesuíno R. de Souza, e a loja (térreo) por Rafael Buffone, foi também consumido.

Os dois dias seguintes foram de pavor! O comércio cerrou suas portas, os transportes pararam, o Instituto Médico Legal não funcionou e os jornais circularam com dificuldade. O confronto em si durou mais dezesseis dias, sem que outros tiros de canhão tivessem sido disparados, porém com muitas articulações. Pressionado pelas Forças Armadas e por setores da sociedade baiana, como a Associação Comercial, o Governador Aurélio Vianna renunciou, pondo fim ao conflito armado. Todavia, no dia 21 de janeiro do mesmo ano,

---

<sup>19</sup> Aloysio de CARVALHO. Coluna *Cantando e Rindo*, 4813. Diário de Notícias, 17.01.1912.

<sup>20</sup> Dados sobre os imóveis, proprietários e inquilinos extraídos dos livros de IPTU. Arquivo Público Municipal de Salvador.

retorna ao posto, o que provoca novos embates armados, empastelamento de vários jornais, saque de lojas comerciais, invasão de repartições públicas e privadas, e cerco ao Palácio do Governo. Sentindo-se pressionado, não podendo conter as Forças Armadas e a população, Viana volta a renunciar, no dia 26 daquele mês, refugiando-se no Consulado Francês.

Seu substituto (por duas vezes), Bráulio Xavier da Silva Pereira convoca eleições para Governador, que se realizam em 28 de janeiro (1912), como estava previsto. A eleição teve como vencedor José Joaquim Seabra, representante das classes média e alta, grupos que se identificavam com o novo discurso sobre a cidade, com a proposta de nova organização e suas perspectivas e processos de remodelação urbana<sup>21</sup>.

Eximindo-se de toda e qualquer responsabilidade com os acontecimentos, muitas vezes negando o fato de conseqüência tão desastrosas, os recém eleitos afirmavam que uma “nova era” estava posta, inaugurando-se tempos de reformas, de construções e reconstruções. Para esse grupo, se destruições fossem necessárias, essas seriam fontes de mudanças; se prédios fossem destruídos, outras construções viriam maiores e melhores, para embelezar, facilitar o comércio, engrandecer a cidade, melhorar a vida de Estella e Francisco, assim como de tantos outros soteropolitanos.

Certamente, as propostas não eram tão novas<sup>22</sup>, como afirma Rinaldo Leite (1996):

Salvador vivenciou, nos quarenta primeiros anos da Primeira República, seguidos impulsos de transformação urbana, sendo eles: 1º) em 1906, relacionado ao início de obras no porto, com a construção de cais e armazéns, além da pavimentação de ruas vizinhas; 2º) em 1910, calçamento de ruas e saneamento do bairro comercial, como preparo à comemoração dos cem anos da

---

<sup>21</sup> Para o grupo vitorioso, os conflitos que levaram ao bombardeio deviam ser esquecidos, pois tudo isso já era coisa do passado. Também não admitia culpas no terrível acontecimento e, muitas vezes até negando a sua existência.

<sup>22</sup> Desde a segunda metade do século XIX, com o Conde dos Arcos, a cidade do Salvador inicia sua modernização. Seu projeto volta-se para a península itapagipana, propondo transferir o centro administrativo para aquela área, aproveitando prédios antigos, erguendo novos; planejando a construção de um canal entre a Baía de Todos os Santos e a enseada de Itapagipe. Mas, esses projetos não são levados a cabo. Outras iniciativas de modernização da cidade, propostas pelo Conde, e que se efetivaram, indicavam a construção do Passeio Público, do Teatro São João, e a organização da Biblioteca Pública. O Governador estabeleceu ainda as posturas públicas para a capital baiana, com o objetivo de regulamentar as construções de casas. Esse surto modernista inicia-se em Manaus (1892), passa por São Paulo (1892) e Rio de Janeiro (1902), chegando a Salvador (1912), e indo para Goiânia (1933) e Brasília (1957).

Associação Comercial; 3º) entre 1912-1916, relativo às várias obras para alargamento de ruas, abertura de avenidas e construção de novos edifícios empreendidas no governo J. J. Seabra; 4º) em 1924, com a construção do bairro das Nações, em áreas conquistadas ao mar, na cidade Baixa.

Salvador ainda não havia passado pelas grandes reformulações urbanas; contudo, nos primeiros anos do século XX experimentou melhoramentos pontuais. Como capital, era o cartão de visita da Bahia, sua maior representação; lugar em que as informações se cruzavam, onde se concentravam os políticos, as redes de relações em torno dos poderes estadual e federal, a maioria dos funcionários públicos, os empregados em serviços como: médicos, dentistas, advogados, jornalistas, comerciantes.

Ao observar a planta da cidade do Salvador, de 1910, se pode afirmar que seu núcleo principal coincidia com o mesmo da sua fundação. Toda a expansão verificada ampliava o centro (como se observa na Figura 19) delimitando-o com o distrito do Barbalho até o da Barra, passando por Santo Antonio, Santana, Nazaré, Sé, São Bento, São Pedro, Conceição da Praia, Campo Grande e Vitória. A cidade crescia para os lados do Pilar, Mares, Penha, Ribeira (cidade baixa - norte), Brotas e Rio Vermelho (ao oeste). Áreas como Cabula, Pirajá, Itapuã, Periperi, Matoim, Cotegipe, Passé e Maré, ainda eram predominantemente rurais.



Figura 19 – Núcleo central, destacando a Rua Chile. PLANDURB. Acervo Fundação Mario Leal Ferreira. Prefeitura Municipal do Salvador. OCEPLAN, [198-]. Grifo nosso.

A Rua Chile se localiza no miolo dos considerados “logradouros e edifícios importantes”. Próxima das Praças do Palácio e do Comércio; do largo da Ajuda e da Barroquinha; da Santa Casa de Misericórdia; do mercado Modelo, dentre outros. Sem modificações na sua extensão, a Rua conserva sua importância como lugar de passagem e de serviço.

Observa-se ainda uma abertura de vias considerável, o que amplia a mobilidade e expande a cidade. O modelo das reformas urbanísticas era indiscutivelmente o do Rio de Janeiro, iniciado na presidência de Rodrigues Alves, entre 1902 e 1906, que tinha como Intendente o experiente engenheiro Pereira Passos<sup>23</sup>.

A bela capital, referência para o Brasil e outras cidades da América do Sul, deveria ser a base das mudanças política, institucional, social e cultural brasileira, implementadas pela República. Era necessário mudar, permitir que novos ares espantassem os miasmas antigos da cidade: derrubar os edifícios envelhecidos para que das ruínas surgisse a nova cidade.

Nicolau Sevcenko em *A história da vida privada no Brasil*, sobre o processo de reforma urbana da capital da República escreve:

Iniciou-se então o processo de demolição das residências da área central, que a grande imprensa saudou denominando-o com simpatia de ‘regeneração’. Para os atingidos pelo ato era a ditadura do “bota-a-baixo”, já que não estavam previstas quaisquer indenização para os despejos e suas famílias, nem se tomou qualquer providência para realocá-los. Só lhe cabia arrebanhar suas famílias, juntar os poucos bens que possuíam e desaparecer de cena<sup>24</sup>.

Em resposta a todas as críticas aos seus planos, Pereira Passos, replicava com mais e mais obras. Foi assim que no Rio de Janeiro surgiram as avenidas: Mem de Sá, Gomes Freire, Beira Mar, Atlântica; o alargamento da Rua Treze de Maio, da Carioca, da Assembléia, Sete de Setembro, Marechal Floriano, Visconde de Inhaúma; ainda, a 28 de Setembro, Visconde do Rio Branco, Frei

---

<sup>23</sup> Aquela Intendência contou com a ajuda política e financeira de Seabra, ministro nos governos de Hermes da Fonseca e Rodrigues Alves.

<sup>24</sup> 1998, p. 23.

Caneca, Catete, dentre outras; os largos da Glória, do Machado, Paço, Campo São Cristóvão; o túnel Novo<sup>25</sup>.

Na Bahia, o “urbanismo demolidor”<sup>26</sup> implementado por Seabra, tinha também como meta substituir o velho pelo novo, abrir avenidas largas, demolir prédios antigos, higienizar, tornar a cidade salubre, mais bonita, desenvolver o comércio. Substituir o tradicional pelo moderno, sem preocupar-se com os custos econômicos e sociais, muito bem assimilado na convivência com o Governador carioca.

Não é a toa que em sua primeira mensagem à Assembléia Legislativa, o Governador reconhece que a Bahia, como metrópole regional, era um pólo de atração para empreendimentos e para pessoas de diferentes camadas e nacionalidade. Exalta a necessidade de melhoramentos prementes na capital, o que, para ele, a elevaria ao patamar das cidades de relações comerciais fortes, ficando assim de igual para igual com aquelas da Europa e da América do Norte.

Tendo sido Ministro de Viação e Obras Públicas, J. J. Seabra se vangloriava de conseguir articular ações nas três esferas estatais para executar as reformas na cidade. O porto estava sob responsabilidade do Governo Federal, que aterrou a baía para a construção do cais e seus armazéns. Realizou, também, parte das reformas das ruas do bairro do Comércio, desapropriando e demolindo imóveis para os alargamentos e alinhamentos<sup>27</sup>.

A esfera estadual se encarregou de construir a Avenida Sete de Setembro, erigir o Instituto de Hygiene, a Imprensa Oficial, o quartel da Vila Policial do Estado, parte do Palácio residencial do Governador, Garagem do

---

<sup>25</sup> Olhava-se a “cidade colonial” como se essa fora retrógrada, insalubre, de mau gosto e contida nas tradições. O grande representante desta descrição era o centro, composto por casas baixas, a maioria de um só pavimento, desalinhadas, com muitos moradores, e consideradas pelos poderes públicos como insalubres. Vários desses imóveis foram desapropriados para a efetivação das obras, como, por exemplo, a demolição de 641 imóveis para que se pudesse rasgar o eixo da Avenida Central. A despeito dessa administração ser conhecida por “bota-a-baixo”, a imprensa carioca, os intelectuais e as elites engrandeciam as belas avenidas Central e Beira-Mar, não se importando com o endividamento do Estado<sup>25</sup>, a espoliação e indigência imposta aos antigos moradores das áreas a serem reformadas. Pouco valor era dado a essas questões, face à importância das obras em nome do ‘progresso’ ou da ‘civilidade’ buscada. A concepção de modernidade aqui empregada é aquela entendida e utilizada como projeto de dominação, principalmente por querer destruir as amarras de fixação social dos sujeitos, apagar a memória, afastar a história.

<sup>26</sup> Expressão cunhada por Pierre Lavedan. Três foram os momentos emblemáticos do modelo urbanismo demolidor em Salvador: a derrubada da Igreja de São Pedro Velho (1912), o incêndio do Teatro São João (1923) e a demolição da Igreja da Sé da Bahia (1933).

<sup>27</sup> As obras de reforma do bairro do Comércio têm início antes mesmo do Governo J.J. Seabra, pelo Decreto nº 1.109, de 1911.

Passeio Público, Museu-Escola, Pavilhão de Ondina, Pavilhão Kroepelin, o Pavilhão de Tuberculose, Palácio do Congresso, dentre outras<sup>28</sup>.

As modificações das ruas – pavimentação, alinhamento, alargamento, a exemplo da Rua Chile, da Misericórdia e Avenida Sete de Setembro; a construção de edifícios, como a capela da Ajuda e a Estação do Corpo de Bombeiros; projetos de jardins, iluminação pública, estrutura de água e esgotos eram de responsabilidade da Intendência Municipal<sup>29</sup>.



Figura 20 – Avenida Sete de Setembro. Trecho de São Pedro. Acervo do Centro de Documentação da Coelba. [191-].

Figura 21 – Largo de São Pedro. 1926. Coleção Ewald Hackler.



As Figuras 20 e 21 retratam o trecho de São Pedro, na Avenida Sete de Setembro, já pavimentado, alargado, com os novos trilhos de bondes, e

<sup>28</sup> Conforme a Mensagem de Governo de 1914, de J.J. Seabra dá conta dos feitos no ano de 1913.

<sup>29</sup> Em verdade, todos os projetos deveriam estar sob os auspícios e fiscalização do Município, porém um acordo entre o Governador Seabra e Júlio Brandão, o Intendente, com a aquiescência do Conselho Municipal foi dado ao Estado o direito e encargos para realizar obras de várias naturezas na cidade.

inaugurado com a colocação de um relógio de fabricação francesa, bem ao largo, como concebido pelos agentes que propunham um conceito de cidade moderna. Essas novas concepções, como ensina Michel de Certeau (2000) são resultado da oposição à tradição, e da elaboração de novo conceito de espaço e cidade. É então necessário ressaltar que o conflito entre a memória e seus esquecimentos, o construir moderno e o destruir, para esses agentes públicos, não propõe um equilíbrio entre a demolição e a conservação; ao contrário, o desejo é de apagar o passado. Vontade que na Rua Chile se corporificou pela destruição de prédios particulares, e pelos feridos civis com o bombardeio.

Em Salvador como Rio de Janeiro, o equilíbrio não era a prioridade. Na reforma da Avenida Sete propunha-se a derrubada da Abadia e Mosteiro de São Bento. A Figura 20 demonstra que por diversos motivos os melhoramentos tiveram que se submeter ao campo de possibilidades, às práticas e aos seus significados – a bicentenária Abadia não foi demolida<sup>30</sup>!

A modernidade urbana pretendida na década de 1910 está envolta, ou faz parte, do processo de consolidação da política republicana, e assemelha-se à prática modernizadora adotada em outras capitais. É também resultado das discussões da sociedade baiana sobre suas próprias dificuldades urbanas, principalmente quanto à utilização dos transportes e sua precária infra-estrutura.

Tendo perdido o prestígio econômico e político, era necessário que a Bahia se inserisse na confraria dos que queriam implementar mudanças na infra-estrutura, na arquitetura, nas cidades; mudanças na percepção de tempo e espaço, que só podem ser entendidas através do cotidiano.

Esqueciam-se talvez, os reformistas, que a Bahia vivia continuamente em crise econômica, com finanças enfraquecidas, desde o final da segunda metade do século XIX<sup>31</sup>. Em 05 de julho de 1912, ao criticar o empréstimo pretendido pelo poder público, o jornal Diário da Bahia noticia que a dívida externa do Estado já era de cinquenta e um mil cento e oitenta e oito contos, o

---

<sup>30</sup> Uma comissão do Instituto Geográfico e Histórico composta por Sátiro Dias, Braz do Amaral e Bernardino de Souza reuniu-se com o Intendente Municipal no intuito de alertá-lo para a necessidade de conservar os monumentos de arte e tudo mais relativo à história existente nos templos e edifícios que seriam demolidos; e restaurar aqueles outros que estavam nos distritos em obras. Como resultado desta conversa, a Intendência nomeia o Instituto como órgão fiscalizador das demolições e reformas de prédios históricos religiosos; para tanto, lavraria atas e termos para cada ação.

<sup>31</sup> Segundo Kátia Matoso, o componente mais importante na riqueza dos baianos eram os bens imobiliários, rurais e urbanos, tanto para as pessoas de camadas altas, quanto médias.

que fazia dobrar seus débitos em apenas seis meses. Essa política de endividamento toma como modelo, mais uma vez, aquele utilizado pelo Governo Central Republicano, que entre 1910 e 1911 aumentou a dívida externa, emitiu apólices do Tesouro, baixou as taxas cambiais, gastou mais do que arrecadou, tendo ao final do ano um déficit de 34.069:398\$075.

Mesmo com uma economia baiana e brasileira combatidas, J. J. Seabra promove a grande reforma urbana. No que se refere aos custos, o Decreto n. 1.109 estabelecia:

[...] crédito de CR\$ 500.000\$000 para os primeiros trabalhos com remodelação desta capital [...] (avenida) de 21 metros de largura com passeios de três metros, a qual partindo da base da ladeira de São Bento, e pelo eixo dessa rua, vá ter alinhamentos rectos e curvos, convenientemente concordados, ao Pharol da Barra, atravessando as ruas de São Pedro, Duarte, Piedade, Mercês.

O ideal de urbe moderna e as experiências observadas na Salvador daquela época levam a compreender que se buscava a definitiva introdução da cidade em um padrão de vida mais ágil e dinâmico, imposto pelo mundo capitalista<sup>32</sup>.

O ofício encaminhado pelo Intendente ao Conselho Municipal, em 2 de julho de 1912, confirma tal ideário, e antecipa o conceito do Decreto que estabelece as reformas da cidade.

Attendendo ao requerimento que me foi dirigido pelo engenheiro dr. Jerônimo Teixeira de Alencar Lima, remetto a esse ilustre Conselho a petição relativa aos melhoramentos que aquelle ilustrado profissional propõe-se introduzir nesta capital, consistindo na remodelação de parte da cidade alta, por meio de aberturas de avenidas, rectificação de alinhamentos, alargamento de ruas, ajardinamento, modificações e construção de logradouros públicos, e outros trabalhos que minuciosamente expõe na petição.

---

<sup>32</sup> As relações econômicas não são suficientes para explicar os novos hábitos que se incorporam à paisagem da cidade, exigindo um outro traçado das praças, das ruas, e das casas. Novos maneira no vestir; incorporação utensílios mais modernos no lar, no escritório, no consultório, no comércio, na indústria; configurações dos novos perfis de gênero; nova organização do sistema escolar; expressão de raça e etnia, dentre outros são tão importantes quanto os fatores econômicos para entender a pretendida modernidade. Por ora, ainda não trataremos destes aspectos, mas importa observar neste momento, o cotidiano significado do lócus marcado pelo binômio tempo/espaço, e a velocidade das mudanças.

Para execução de taes serviços, solicita o peticionário diversos favores municipaes e estaduaes, estes para serem concedidos mediante solicitação do Município ao Estado: pede, ainda, favores federaes tambem por intermédio da municipalidade.

De referencia aos favores municipaes, entendo que quaesquer que elles sejam, devem ser restrictos e limitados, de modo a não soffrer o Municipio qualquer diminuição nas suas rendas actuaes, sobretudo na parte referente aos impostos de decimas e no de industria e profissão, porquanto, com os melhoramentos projectados, terá o Municipio de fazer despesas não pequenas com as installações impescindiveis das rêdes d'agua, e esgotos, installação e custeio da iluminação publica, (que deverá ser farto e abundante), alem da conservação de modernos calçamentos projetados.

O plano de reforma pretendia abrir grandes frentes de obras: alinhamento e recuo dos dois quarteirões existentes entre a Praça do Terreiro de Jesus e a Igreja da Sé (Anexo 01 – F e 45); alargamento da Rua da Misericórdia e Ladeira da Praça; reforma e modernização nos prédios da Praça do Conselho; alargamento, com demolição de todos os prédios da banda de terra da Rua Chile<sup>33</sup>; e, alargamento com demolição e reconstrução da rua e Igreja da Ajuda<sup>34</sup>.

Os parâmetros aqui expressam o cientificismo, a estética, o gosto, a arte, as necessidades sociais da época. Sublinham situações de contrastes e tensões, de riscos indesejáveis, estragos e aspectos degradantes. A intenção é fazer desaparecer a sujeira de ruas lamacentas, fétidas e estreitas; a aglomeração de casas escuras e mal ventiladas, os antros de moléstias, substituindo-os por avenidas, por ruas alinhadas, iluminadas, arborizadas, com edifícios de fachadas suntuosas, abertura de túneis...

Encontra-se, então, a descrição do perfil de cidade pretendida<sup>35</sup>, mas que parece não ter sido produzido, não ter agente ocasionador. A face nova almejada é quase apresentada como espontânea, naturalmente necessária para a cidade, condição premente para Salvador. O grupo que venceu a disputa política monopolizou as idéias e a configuração das benfeitorias urbanas.

---

<sup>33</sup> A Rua, como lugar-vitrine, é incluída nos processos de melhoramento e experiência de civilidade.

<sup>34</sup> A Igreja da Ajuda foi a primeira construída no recinto fortificado da cidade colonial. Edificada em pedra e cal, foi recoberta de telha cerâmica, ainda no século XVI.

<sup>35</sup> No Ofício, como uma estratégia para isentar o Poder Público, Alencar Lima aponta onde se encontrará o financiamento para as obras. O Sr. Intendente, por sua vez, ao remetê-lo ao Conselho Municipal elabora um discurso como se não fosse de sua responsabilidade aumentar impostos, desapropriar e demolir.

Em todos os documentos, salubridade e embelezamento são apresentados como paradigma. Tanto médicos quanto engenheiros ocuparam-se de questões relativas à salubridade urbana – problema de importância crucial para as populações das diversas camadas, e, embora os diagnósticos, os propósitos e os resultados não fossem necessariamente coincidentes, acabaram por constituir um campo conceitual para abordar a questão sanitária nas cidades.

O embelezamento é a produção de um cenário. Faz parte dele a construção social do belo, do estético, a infra-estrutura urbana associada à iluminação elétrica, a arquitetura das fachadas, a construção dos jardins, a arborização da cidade. Ao tratarmos dos paradigmas das reformas urbanas da cidade do Salvador entendemos que, os melhoramentos foram a tentativa de transformar sua aparência e não solucionar seus problemas.

O modelo de cidade coaduna com os ideários higiênicos e arquitetônicos vigentes<sup>36</sup>. O discurso das autoridades governamentais tinha como foco a higiene da família, do lugar em que ela vive, trabalha e circula, pois ela representava o veio condutor e disseminador; o intuito era organizar normas gerais para todos.

O projeto de melhoramento desenvolvido por Alencar Lima<sup>37</sup> é mais um dos documentos que representa o espírito da reforma urbana. As suas anotações e desenhos revelam que o paradigma urbanístico e arquitetônico é o geometrismo com alinhamentos retos, formas em esquadros e arcos em círculos<sup>38</sup>.

O jornal Gazeta do Povo, de 07 de março de 1912, quando descreve através das cláusulas do Decreto n. 9.254, de 28 de dezembro de 1911 os

---

<sup>36</sup> Nesta fase, em todas as obras, o modelo urbanístico, arquitetural e/ou conceitual está condicionado à idéia de modernidade que, conforme Mônica Velloso (1996) reflete um “processo que começa a ser gestado na sociedade brasileira na virada do século XIX para o XX”. Ainda para Velloso, não havia um movimento modernista de vanguarda organizado no Rio de Janeiro. A idéia de moderno se construía nas redes informais do cotidiano. O que se dizer da Bahia, que de muitas formas tentava copiar aquela cidade, e que transformava sua face através dos melhoramentos? Parece que a resposta só pode ser dada mesmo na busca pelo entendimento das vivências, relações econômicas, compreensão de melhoramentos, dentre outros.

<sup>37</sup> Engenheiro responsável pela elaboração da proposta do plano de reforma, capitaneado por Arlindo Coelho Fragoso.

<sup>38</sup> O estilo notabilizado pelo geometrismo era demonstrado pela abertura de enormes eixos visuais que permitiam captar toda a composição de um só golpe de vista. Era a produção de cenários que representava a concepção ideológica do Estado Republicano, mas que tinham como base o ideário do estado absolutista Francês Para seus críticos do projeto esse não respeitou a estrutura urbana já existente, nem mesmo o traçado que a cidade já possuía como na cidade de Santos.

melhoramentos feitos entre o Cais e a Jequitaia, apresenta, claramente, o geometrismo<sup>39</sup>:

Abertura de uma grande Avenida (Beira Montanha) com 20 metros de largura, acompanhada as sinuosidades do litoral em tangentes e curvas de circulo, a qual, partindo do Caes do Ouro, desenvolvendo-se numa extensão de 1655 metros, vae terminar no forte de S. Alberto, onde encontrará, para seguirem reunidas em 24 metros de largura até a Jequitaia, descrevendo a bonita curva da Munganga, a outra grande avenida recta, também de 20 metros de largura, com cerca de 1500 metros de extensão, que parte da frente do actual Mercado do Ouro, e traçada sobre a zona aterrada pela Companhia.

[...]

Para esse fim terão de ser desapropriados e demolidos quasi todos os prédios, actualmente existentes entre o Cães do Ouro e a Jequitaia.

Outro projeto, datado de abril de 1912 foi elaborado para a implementação das melhorias no Distrito de Santana, seguindo o sentido demolidor, geométrico e higiênico. Este sugere a construção de uma avenida que se inicia na Praça da Piedade, indo em linha reta até a Ladeira da Independência. Para tal previa-se a derrubada de várias casas características da área, reconhecidas facilmente pela sua forma e cor, incluindo-se aí a sacristia do Convento da Lapa. Tal avenida, que representava a visão de progresso dos administradores da época, não foi construída.

O texto do Decreto nº 1.109, de 25 de junho de 1912, de J.J. Seabra, também, apresenta as justificativas conceituais, o modelo adotado e as explicações sobre parte do seu financiamento para a reforma da cidade. Os poderes queriam fazer acreditar que só há vantagens nas reformas urbanas, pois tal qual na Capital da República, quem pagaria a conta seria o Governo Federal.

[...] attendendo às grandes vantagens que resultam para o Estado da remodelação desta capital, como, à custa dos cofres federaes, está sucedendo à area commercial da parte baixa da cidade, como aconteceu, no Rio de Janeiro, com a Avenida Rio Branco, construída pelo Governo Federal, e tem acontecido em vários departamentos do paiz e em diversas nações por effeito de obras

---

<sup>39</sup> O geometrismo aparece nos planejamento das cidades de Santos e Belo Horizonte, dentre outras.

semelhantes, de influencia decisiva sobre o adeantamento, progresso e civilização [...]

A existência de um incitamento de melhorias urbanas no Brasil e no exterior, a ruptura com as estruturas tradicionais das cidades, o desenvolvimento do país, a necessidade de introduzir-se no mundo industrial, o avanço do capital, são paradigmas presentes nos Decretos, nos jornais e nas discussões que expressam o modelo de progresso e civilização almejados.

Percebe-se nas petições e plantas as preocupações e as inquietações com aspectos do saneamento, com a beleza das construções, com livre circulação dos ventos e águas para uso doméstico e limpeza da cidade<sup>40</sup>; a colocação de monumentos escultóricos nas laterais dos logradouros<sup>41</sup>, para permitir a livre circulação dos transeuntes e veículos nos espaços públicos. Não podemos esquecer que, a visão de mundo presente neste período se relaciona a haussmanização parisiense. Tempos de abrir espaços amplos, iluminados, arejados; vitrines para exposição de produtos; de encurtar distâncias, abreviar o tempo das viagens. Haussmann<sup>42</sup> e seus seguidores estão presentes nas reformas urbanas da Cidade do Salvador; no entanto, não é esse o modelo que se sobreleva<sup>43</sup>.

As inovações, ainda, se justificavam e eram justificadas pelas idéias sanitaristas que, por sua vez, se associavam à intervenção do Estado na propriedade na vida privada, e na ocupação dos espaços. A partir de 1916,

---

<sup>40</sup> Ruas, parques e espaços públicos arborizados tinham idêntica função higiênica e deveriam ser belos para a contemplação dos habitantes.

<sup>41</sup> Como foi feita com a Igreja da Ajuda e de São Pedro Velho.

<sup>42</sup> Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), advogado francês, foi Prefeito de Paris nomeado por Napoleão III. Cuidou do seu planejamento por 17 anos, contando com a colaboração dos melhores arquitetos e engenheiros da época. É considerado o grande remodelador daquela cidade. Demoliu as ruas sujas e apinhadas da capital medieval e criou uma outra ordenada sobre a geometria de avenidas e *boulevards*. Melhorou os parques parisienses e criou outros; construiu vários edifícios públicos, como a L'Opéra. Melhorou também o sistema de distribuição de água e edificou a grande rede de esgotos. A previsão era reformular toda a área em trono de um dos extremos dos Champs-Élysées. Assim criou uma "estrela de 12 avenidas" amplas, em volta do Arco do Triunfo, onde diversas mansões foram erguidas entre 1860 e 1868. Haussman transformou Paris na mais moderna e imponente cidade da Europa.

<sup>43</sup> Diferente do Rio, São Paulo e outras capitais que seguem preferencialmente o modelo francês, aqui se adotam os modelos alemão e italiano, principalmente a partir dos anos 30. Afirma Paulo Ormino que, desde a primeira fase da arquitetura moderna na Bahia, se recebia arquitetos e engenheiros da Alemanha e Itália para trabalhar nas empresas de construção civil; e que, nesta época circulavam várias publicações especializadas em arquitetura e decoração, vindas desses dois países.

acompanhando tais tendências o nacionalismo intensificado com a Primeira Guerra Mundial, as idéias científicas advindas do Instituto Oswaldo Cruz, e as críticas à República, constituíram os principais elementos que compuseram campanhas pelo saneamento. O período da Primeira Guerra e o subsequente são marcados pela exacerbação dos movimentos nacionalistas, no Brasil e no exterior. Aqui, esses movimentos trilham caminhos que foram denominados “Fundação da Nacionalidade”. Estes caminhos se efetivaram, como afirma Nísia LIMA (1996), através do “recrutamento militar e profissionalização do Exército; alfabetização; saúde; culto ao civismo; ampliação do colégio eleitoral, entre outros”<sup>44</sup>.

Ainda tentando entender a idealização de cidade, e conseqüentemente de reforma da Rua Chile, é pertinente focar na área de que trata o Decreto n. 1.109 (que a inclui). A pretensão de reformá-la parece ter relação com sua paulatinamente, mudança de mãos, deterioração, decadência, desvalorização, declínio de prestígio<sup>45</sup>, aquisição de novo perfil<sup>46</sup>. A maioria dos imóveis da freguesia da Sé<sup>47</sup> era de propriedade de famílias tradicionais<sup>48</sup> e ordens religiosas, que conseguiam fazer pressão política para sua revalorização.

Procurando os sentidos de lugar nas reformas, remodelações, melhoramentos e construção na Rua Chile, observamos que apenas no governo de Júlio Viveiros Brandão (1912-1915) obedecendo ao plano de modernização urbana, esta foi alargada, desapropriando-se e demolindo-se todas as casas do quarteirão do lado da banda da terra e construindo-se alguns poucos edifícios<sup>49</sup>.

Na busca de uma documentação que pudesse desvendar os imóveis da Rua Chile, seus usos e proprietários, foram encontrados livros de IPTU, que estão guardados no Arquivo Público Municipal. Esses tomos, encadernados por ano e

---

<sup>44</sup> Devem-se incluir aí as reformas e reurbanizações das cidades. Quanto às críticas ao Regime Republicano, a mais severa referia-se ao abandono dos Estados Federativos. O discurso mais intenso era o de que o Governo Federal só se fazia presente quando se tratava de aspectos coercitivos, ou de conchavos políticos para a manutenção dos seus interesses.

<sup>45</sup> Essa descrição se assemelha àquela que poderia ser feita para a área da Conceição da Praia, e por todo o bairro do Comércio, lugares que eram o alvo dos reformistas.

<sup>46</sup> Na Freguesia da Sé já conviviam comerciantes de pequena monta, funcionários de baixo escalão, religiosos e marginalizados de várias tipologias. Ao tempo em que era a principal zona comercial, e sítio onde estavam as repartições públicas, encontrava-se repleta de imóveis antigos, mau cuidados, sujos, onde viviam múltiplas famílias de renda baixa.

<sup>47</sup> É preciso lembrar que o Estado e a Intendência tinham como lócus de referência àquela circunscrição. Era lá que estavam as repartições públicas, as sedes do legislativo e do judiciário, os palácios do executivo estadual e municipal (Anexo 01). Existia, pois, empenho dos Poderes em reformar seu território de referência.

<sup>48</sup> Muitas vezes sem prestígio econômico e político.

<sup>49</sup> Os Seabristas afirmavam que não deram causa ao bombardeio, porém se propunham a reconstruir aquela área da cidade, embelezando-a, modernizando-a, reordenando-a.

por distrito, descrevem a situação das edificações de cada uma das ruas da cidade, reunindo informações sobre: numeração de porta e da Secretaria de Arrecadação; relação de proprietários e ocupantes de cada loja ou residência; o tipo de imóvel, custo do imposto, e observações<sup>50</sup>.

Nas fontes referentes à Rua Chile estavam registrados 37 sobrados, sendo 22 do lado direito (lado par) e 15 do lado esquerdo (lado ímpar). No sentido Terreiro de Jesus-Praça Castro Alves, lateral do Palácio e de costas para o mar, constava um prédio “sem número” que pertencia ao Governo Federal, e na época abrigava a Delegacia Fiscal. Os demais têm sua situação demonstrada no Anexo 02. Na Tabela (Anexo 02) “Situação dos Imóveis na Rua Chile”, convém observar que a numeração é seqüencial apenas até o número 28, a partir daí só o lado par possui imóveis.

Como proprietários dos sobrados se encontram: Santa Casa de Misericórdia, Convento da Lapa, Convento do Desterro, Órfãos de São Joaquim, Conselheiro Bráulio Xavier da Silva Pereira, João Mercuri, Barão de Itapuan, Francisca Prager Frois, Pedro Velloso Gordilho, Barão de Paraguassú, Eloy de Oliveira Guimarães, dentre outros, muitos deles agricultores, comerciantes, intelectuais e políticos. Deve-se destacar que alguns já não representavam os principais grupos econômicos e políticos da cidade, porém se reconfortavam com o prestígio outrora desfrutado.

Assim, havia aqueles que não tinham mais interesse em morar ou ter negócios na região. Preferiam as desapropriações e indenizações promovidas pelo Executivo, para não arcarem com reformar de imóveis antigos e de pouco valor econômico. O coronel Germano Francisco de Assis e o conselheiro Bráulio Xavier da Silva Pereira, são dois bons exemplos como visto no Jornal de Notícias, de 10 de julho de 1913:

#### **Melhoramentos na Cidade Alta**

Foram assignadas as escripturas das desapropriações de cinco prédios pertencentes ao sr. Coronel Germano Francisco de Assis, situados á rua Chile, n. 36, rua do Collegio, ns 63 e 65, e rua da Misericórdia, ns 2 e 4, os quaes estão incluídos nos melhoramentos do distrito da Sé.

---

<sup>50</sup> *Observação*, na maioria das vezes, diz respeito à isenção de cobrança de imposto ou aquisição pelo órgão público - Companhia de Melhoramentos da Cidade.

- O cartório do tabelião bacharel Augusto Góes, foi hontem lavrada e assignada a escriptura dos prédios ns. 42 e 44, á rua Chile, pertencentes ao conselheiro Bráulio Xavier da Silva Pereira, os quaes também entram no plano de melhoramento da cidade.

Outros proprietários e inquilinos protestavam contra os valores indenizatórios sugerido pela Intendência, visto que não levavam em consideração as benfeitorias realizadas nos imóveis, exigindo comprovação dos melhoramentos. Era uma avaliação subjetiva e pessoal do funcionário da repartição, como publica o Jornal de Notícias do dia 12 de agosto 1913,

- Ao sr. dr. Thyrso Paiva para examinar e dar o valor que julgar, foi enviada a reclamação feita pelo sr. Camerino Fiel Leite sobre a indennização de 3:000\$000 pedida por bemfeitorias na loja do prédio à Rua Chile , onde tem salão de cabelleireiro, e que foi desapropriada.

Funcionando desde o final do século XIX na Rua Chile no. 06 (loja), e freqüentado por homens influentes da cidade, ponto de encontro e referência, contando com equipamentos modernos e profissionais de prestígio o conceituado estabelecimento não foi poupado do encerramento das suas atividades e da posterior demolição do prédio, Figura<sup>51</sup> 22.

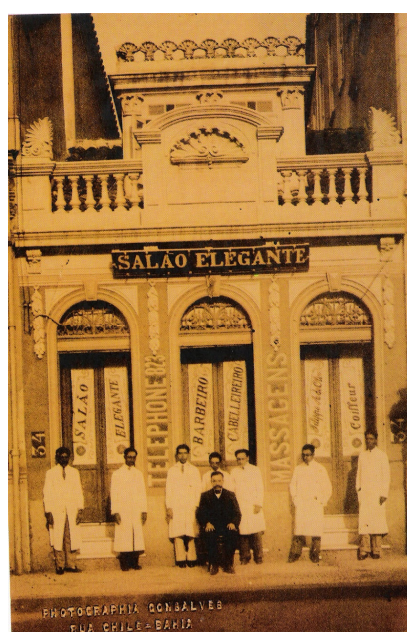


Figura 22 – Salão Elegante. Rua Chile. Coleção Ewald Hackler.

<sup>51</sup> Marisa Vianna. “...vou pra Bahia”. 2004

Com ou sem o Salão Elegante, o assunto “melhoramentos da cidade” se transformou no principal debate em todas as camadas. Era discutido por políticos, rodas de operários, comerciantes, no noticiário dos jornais... Comentários de toda sorte, bons e ruins; prós e contra; boa intenção de uns e intenção duvidosa de outros<sup>52</sup>. Seja pelo novo estilo arquitetônico, pelo desperdício de material, pela lentidão dos trabalhos, pelas irregularidades governamentais, todos se achavam direta ou indiretamente afetados pelas reformas<sup>53</sup>.

A pesquisa sobre a impressão da população a respeito das intervenções na Freguesia da Sé, proposta aos leitores pelo Jornal de Notícias é outro exemplo de como ‘o melhoramento’ era assunto corriqueiro. Como resultado da enquete foram encontradas mais respostas que aprovavam as obras, do que as condenavam.

[...] Approvo o remodelamento completo de todo o districto da Sé...  
 [...] derrubar o immundo theatro S. João...  
 [...] melhoramentos na Freguesia da Sé, já projectados, desaparecimento da igreja de S. Pedro e de todas as propriedades que ficam á rectaguarda...<sup>54</sup>

Duas questões podem ser levantadas. A primeira se refere ao discurso dos soteropolitanos letrados, eleitores de J. J. Seabra e Julio Brandão, sobre o ideal de cidade moderna. Ora! A pesquisa foi elaborada e respondida por este grupo, formado por pessoas que desempenham papéis e funções diversas, e podem ser observadas pelas suas várias atuações, como: políticos, ocupantes de cargos públicos, proprietários de veículos jornalísticos, autores de textos, formadores de opinião...

A outra eclode da interferência de jornais na política local, a exemplo do Jornal de Notícias, que participou de forma decisiva da vida política e cultural do Estado, se relacionando com as classes empresariais, comerciantes, banqueiros, exportadores, agricultores e políticos de destaque.

---

<sup>52</sup> Não importava se era especialista, entendido ou puramente curioso.

<sup>53</sup> Jornal A Tarde, 04 de novembro de 1913.

<sup>54</sup> Jornal de Notícias, 25 de junho de 1912.

Essa relação estreita entre o veículo jornalístico e o poder, no entanto, não foi suficiente para esconder os descontentamentos, visto que seus concorrentes estavam vinculados a outros grupos de interesses, e os defendiam. Enquanto alguns apoiavam incondicionalmente os melhoramentos, outros estavam incomodados com o excesso de obras na cidade. Se no grupo dos proprietários as desapropriações e demolições provocavam pouco desagrado, entre os inquilinos e dono de lojas existia um certo acirramento dos ânimos.

Vários exemplos podem ser dados através dos jornais. Um deles está exposto no Jornal de Notícias, de 06 de abril de 1912 - Martins dos Santos e Companhia anuncia com o título *Melhoramentos da Cidade Baixa* a mudança provisória da casa comercial Trocadéro, na Rua dos Ourives, por conta dos melhoramentos do Prédio onde se encontrava instalado. Anunciam, ainda, uma grande liquidação de calçados, entre os dias 08 e 24 daquele mês, a serem vendidos a dinheiro.

Não havia imóveis para onde os lojistas se mudarem; não havia tempo de vender as mercadorias. Se não bastasse a falta de dinheiro, agora, aquela balburdia na cidade afastava os compradores. A situação econômica que era ruim tinha ficado ainda pior para muitos comerciantes.

O Diário da Bahia de 2 de julho de 1912 publica outro exemplo na coluna 'NOTAS', sobre as reformas que estão sendo realizadas no bairro do Comércio:

Num estabelecimento que só encontra *simile* na inesthelia do que se tem feito ali, vão demolindo, a torto e a direito, quarteirões inteiros, espalhando por toda a parte de envolta com a desordem technica das demolições o flagello do despejo incontinenti de importantes casas commerciaes, que de momento não acham, sem grandes prejuízos, onde alojarem seus stocks.

Também no dia 30 de julho do mesmo ano e no mesmo jornal, encontra-se um anúncio do Atelier de Costura de Madame Laureana de Carvalho, que se localizava à Rua Chile n. 38, imóvel de propriedade dos Órfãos de São Joaquim:

### **Liquidação!!!**

Em vista dos melhoramentos da Rua Chile, vende-se baratíssimo a dinheiro, a vista:

Uma rica armação para loja – um bonito balcão – uma vitrina de primeira ordem – uma porta de ferro – um lustre – um bom e perfeito espelho – e instalações elétricas.

Esta nota chama atenção por se referir à reforma a ser realizada na Rua Chile, bem como por anunciar os utensílios que decoram a loja, e não os produtos vendidos no atelier. A presunção é de encerramento do negócio. Mais uma falência!

Esclarecedora da insatisfação dos lojistas da área a ser reformada é a nota publicada no Diário da Bahia, de 08 de agosto por Eduardo Pepe:

### **Melhoramentos da Cidade**

#### **GRANDE LIQUIDAÇÃO!!!**

O abaixo assignado, obrigado a mudar seu conhecido estabelecimento devido aos melhoramentos da cidade alta, não tendo até agora encontrado lugar apropriado para a transferencia, decidiu liquidar o seu grande stock de mercadorias, pelo que chama a attenção dos bons amigos, freguezes e o publico em geral para aproveitarem a boa occasião, pois venderá tudo com grande abatimento.

Bons vinhos para meza e sobremeza, licores finos, conservas, etc. etc. e todas as especialidades já conhecidas.

**Eduardo Pepe**  
**Rua Chile N. 18 e 20**

Eduardo Pepe se diz obrigado, não muda por vontade própria! Também expõe a falta de imóveis para onde se mudar. Liquida todo o estoque e fecha as portas como outros comerciantes.

Para onde se olhasse, no chamado centro velho, deparava-se com liquidações, desapropriações, demolições. A situação financeira dos comerciantes era realmente terrível, com pouca ou nenhuma circulação de dinheiro, sem lastro pra honrar os compromissos, a eminência de bancarrota. Pressionada pelas inúmeras falências, a Associação Comercial que sempre apoiou Seabra, passava a ter ressalvas quanto à condução das reformas; mas, continua a favor da modernidade da cidade.

É possível verificar a situação dos imóveis na Rua Chile, também, ao se relacionar informações dos IPTU com os anúncios de jornais<sup>55</sup>. Os imóveis de número 03, 08, 09, 11, 13, 15, 21, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 39, 41, 43, 45 não são referenciados nos anúncios. Verifica-se que alguns desses foram transferidos à Companhia de Melhoramentos para serem demolidos; frente às péssimas condições da Rua, comerciantes mudam seus negócios de endereço como Capitão Arthur Balthazar, que possuía uma barbearia no número 08 (inda para a Rua Carlos Gomes); outros ainda fazem reforma nos sobrados a exemplo do no. 15 de propriedade da Santa Casa de Misericórdia.

Todas as reformas, construções e benfeitorias realizadas em imóveis, interna e externamente, eram consideradas melhoramentos. O Diário da Bahia, do dia 18 de julho de 1912 traz como exemplo em “Melhoramentos da Cidade” a aprovação da planta apresentada pelo Sr. Francisco José Rodrigues para a construção de um prédio nos lotes de terreno que arrematou na zona do mercado de Santa Bárbara, Rua da Vala. Também em 13 de setembro do mesmo ano, e no mesmo jornal, em “Melhoramento da Cidade Alta”, o Dr. Pedro Gordilho noticia a aprovação da Intendência das plantas e projetos de reconstrução dos prédios ns. 51 da Rua da Ajuda, 24 e 26 da Rua Chile.

Na verdade, sem que tenham instigado algum tipo de diminuição do ímpeto modernizador, restou aos descontentes informar a seus clientes as liquidações, mudanças e fechamentos de estabelecimentos comerciais, escritórios, consultórios e residências. Restava a um certo grupo pleitear, apenas, o aumento dos valores indenizatórios das benfeitorias realizadas nos imóveis. Eduardo Pepe foi exemplo, mais uma vez, como se vê na nota do Jornal de Notícias de 15 de setembro de 1913

A Intendência mandou que o sr. Eduardo Pepe, sobre a indenização que pede de benfeitorias no prédio da rua Chile, que já foi desapropriado, declare a data em que foram feitas as benfeitorias allegadas.

Além dos lojistas, outros habitantes da soterópolis concluíam que, mesmo se tratando de realizar ações de melhoria, parecia que se executava muito mal. A maneira como o Estado se endividara era a pior face dela, visto que,

---

<sup>55</sup> Diário de Notícias, A Bahia, Diário da Bahia, Jornal de Notícias.

as operações financeiras, principalmente os empréstimos, só afastavam as momentâneas dificuldades. Os projetos mal elaborados ou mal cumpridos, o crescimento exagerado da dívida pública, a falta de condições de aumentar a arrecadação, a carência de investimentos privados acarretam um verdadeiro desastre financeiro no já depauperado erário municipal.

A qualidade das obras era objeto de muitas reclamações. No dia 27 de junho de 1912, o Diário de Notícias publicava na primeira pagina artigo intitulado *Melhoramentos do Commercio* em que se lê:

[...] no começo, á Rua Nova das Princesas, tem dezeseite metros de largura, e no fim, á Rua cons. Dantas, tem quatorze metros. Vem depois, a orientação seguida nas demolições dos prédios. Não se cogita ali da segurança de vida dos operarios demolidores, nem da segurança de vida dos transeuntes! Não ha tapagens, não ha ordem, não ha nada. As ruas estão intransitaveis; as pedras demoram muito tempo nos caminhos.

Sabedores de que os programas municipais e estaduais, apesar de falar em melhoramentos da cidade, referem-se apenas a três freguesias, a comunidade passa a solicitar calçamento, urbanização, praças, jardinagem saneamento, recolhimento do lixo, dentre outras reivindicações, em diversas localidades como: Beco do Chinelo, Alto do Matadouro dos Porcos, Tabuão, Pitangueiras, Estrada da Calçada, das Boiadas e do Rio Vermelho, Freguesia de Brotas, bairros de Santo Antonio, Cabula.

No Diário de Notícias de 5 de outubro de 1912 encontra-se, sob o título “Melhoramentos nos Subúrbios”, a nota que relata a renovação do requerimento ao Conselho Municipal para concessão de diversas benfeitorias, inclusive linhas de bonde, solicitadas por Carlos Teixeira de Souza Machado.

As concorrências públicas e os apadrinhamentos de empresas, também, são alvo de reclamações. Não raro se encontrou denuncias de deslizos, improbidades e falcatruas que não eram punidas devidamente pelos poderes dirigentes.

A execução e transtornos causados pelas obras eram mote das queixas. No Diário de Notícias, do dia 13 de novembro de 1912 encontra-se o artigo *Ruas e Praças*, destacando-se o seguinte trecho:

[...] a cidade do Salvador está hoje, peor, muito peor do que hontem, no que toca ás ruas e praças.

Lama por toda a parte, ao mais fraco dos aguaceiros e, mais nociva e mais incommoda do que a lama, a poeira, a poeira maldicta, que envolve toda a cidade, em nuvens pardacentas.

[...] Compreende-se e admite-se até certo ponto, dissemos até certo ponto, porque podem muito bem não deixar permanecer por longo tempo, na via publica, o barro, a irrigação das ruas, máxime nos dias cálidos de verão escaldante, como o actual.

Como já se verificou, a utilização dos imóveis na Rua Chile era variada, abrangendo camadas diversas da população<sup>56</sup>. Havia repartições públicas, consultórios médicos<sup>57</sup> e dentários<sup>58</sup>, e residências<sup>59</sup>. Contudo, já fazia muito tempo que predominava o uso comercial<sup>60</sup>. Vendia-se de tudo: automóveis, bicicletas, pianos, charutos, bebidas importadas, tecidos, sapatos, perfumes, artigos de *toilette*, dentre outros<sup>61</sup>. São exemplos: o número 05 - abrigava no primeiro andar e loja, o estabelecimento comercial *As Armas de Paris*, onde se vendiam fogos de artifício; o número 12 - a Chapelaria Mercouri, que vez por outra anunciava a necessidade de costureiras; o 14 - a famosa Casa de Música Carlos Gomes; o 17 - a Casa Clark que comercializava sapatos; os números 18 e 20 - já citado Eduardo Pepe; o 19 - as lojas Mottau e Santa Cecília de vestuário; o 27 - funcionava Au Printemps, um atelier de chapéus; o 38 e 42 eram ateliês de costura de propriedade de Lauriana di Carvalho e Assuntina Ricciardi, respectivamente; ainda no número 42 funcionava o único estabelecimento de miudezas da rua, de propriedade de Salomão Attar, que muda-se para a Rua do

<sup>56</sup> A 'loja' nem sempre é um lugar de comercialização; pode também ser um cubículo para moradia no subsolo, e este era o lugar de menor prestígio social.

<sup>57</sup> O número 06, com os consultórios de João A. C. Froes e Francisca Fragner Froes, ele especialista, em moléstias internas, e ela em partos e moléstias femininas, dentre outros.

<sup>58</sup> Como exemplo, o número 01 que acolhia no primeiro andar, Dr. Álvaro Barbosa Gomes.

<sup>59</sup> O inquilino do imóvel de numero 10 anuncia a necessidade de ama de leite para aquela residência. Há também anuncio da necessidade de um copeiro para pensão existente no número 19.

<sup>60</sup> O número 05 - abrigava no primeiro andar e loja, o estabelecimento comercial *As Armas de Paris*, onde se vendiam fogos de artifício; o número 12 - a Chapelaria Mercouri, que vez por outra anunciava a necessidade de costureiras; o 27 - funcionava um atelier de chapéus; o 14 - a famosa Casa de Música Carlos Gomes; o 38 e 42 eram ateliês de costura de propriedade de Lauriana di Carvalho e Assuntina Ricciardi, respectivamente.

<sup>61</sup> Vários autores - Reis Filho (1997), Amaral (1981), Lemos (1999), ao se referir à arquitetura e utilização dos imóveis do centro do Rio de Janeiro e São Paulo, chamam atenção para os pavimentos térreos, que eram ocupados com o comércio propriamente dito, enquanto os andares superiores eram aproveitados como residências. Salvador não era diferente.

Collégio, no. 10<sup>62</sup>.

No dia 02 de março de 1912 o Jornal de Notícias publica artigo intitulado *Casa Alfredo de Carvalho*<sup>63</sup> onde lê-se:

Referimo-nos aqui outro dia á instalação luxuosa dos grandes *Armazens Alfredo Carvalho*, á rua Chile n. 28, importante estabelecimento que honra a qualquer cidade das mais adeantadas pela qualidade e quantidade do seu sortimento, pela variedade dos seus negócios, pelo luxo do seu arranjo, pela ordem irreprehensível do seu funcionamento obedecendo a um methodo da maior commodidade para o freguez e pela barateza dos preços

[...]

Artigos para homens, pianos, bicycletas etc. constituem a secção do pavimento terreo, onde ha, ao lado, uma confortável saleta de descanso para os fregueses. Seção de modas e confecção é no 1º andar, também, como tudo mais, caprichosamente preparado, com gabinete para senhoras etc. Ahi, em toda a largura da frente do prédio, corre um luxuoso salão tapetado, proprio para festas de fina elegancia, e onde o sr. Alfredo Carvalho pretende, para maior sedutor reclame do seu estabelecimento, offerecer *five ó clock*, saraus etc.

Este é um exato perfil do tipo de comércio existente na Rua Chile do inicio do século. Prevalciam os produtos importados, de boa procedência e qualidade, de custo elevado.

A atividade comercial também era referência de outras áreas da cidade, como a rua das Princesas, Corpo Santo, Santos Dumont, Ourives, Algibebes, J. J. Seabra. Em algumas se vendia o mesmo que na Rua Chile, sendo suas concorrentes diretas. Em outras a qualidade dos produtos e o preço era inferior, alcançando outras camadas sociais<sup>64</sup>.

<sup>62</sup> Os imóveis de no. 42 e 44 pegam fogo no dia 12 de dezembro de 1912.

<sup>63</sup> Posteriormente, muda-se para o número 01.

<sup>64</sup> Desde o século XVIII, a Rua Chile congregava muitos artesãos. João de Deus, depoente e participante da Sedição de 1798, sai do seu estabelecimento, uma alfaiataria localizada à Rua Direita do Palácio, para encontrar-se com outros membros do levante no Campo do Dique. In: Luis Henrique Dias TAVARES. *A Historia da Sedição Intentada na Bahia em 1798*. p. 54.



Figura 23 – Rua Nova das Princesas. 1913. Coleção Ewald Hackler.

A Rua Nova das Princesas foi considerada a de melhor comércio de Salvador; no entanto, após as reformas na parte baixa da cidade, principalmente com o seu alargamento e a implantação de infra-estrutura (Figura 23)<sup>65</sup>, passou a ostentar escritórios, bancos, alguns estabelecimentos atacadista, e foi reconhecida como mais de negócios do que de compras. Com isso, a Rua Chile assumiu a posição local de “comercio fino”, de elegância, “lugar-exposição”<sup>66</sup>.

Como lugar-exposição, era também onde se queria experimentar a modernidade urbana pretendida pelos Seabrista. O Jornal de Notícias de 07 de maio de 1912 informa:

Nestes melhoramentos estão compreendidas as demolições por completo da igreja da Sé, capella da Ajuda, Teatro São João, estação do Plano Inclinado, todas as 21 casas da rua Chile, lado da terra, os edificios da praça Castro Alves...

A reforma deste trecho teve seu projeto aprovado através da Resolução Nº 344, de 29 de agosto de 1912, da Intendência Municipal, a qual discorria sobre *Melhoramentos Municipais – distrito da Sé – Ruas Chile e Ajuda*, ou seja, compreendia uma área de reformas que ia da Praça do Terreiro de Jesus até a Castro Alves<sup>67</sup>.

<sup>65</sup> Marisa Vianna. “...vou pra Bahia”. 2004

<sup>66</sup> Como ensina Heloísa BARBUY, 2006, exposição pela importância; por ser o *locus* dos melhores cafés, bares e confeitarias; lojas de artigos finos; por exibir as melhores vitrines, e possuir a mais perfeita iluminação.

<sup>67</sup> Por essa Resolução seriam demolidos a Igreja da Sé e o Palácio Arquiepiscopal; alinhamento da Rua do Bispo; criação de Belvedere para o lado da Baía de Todos os Santos; alargamento da Rua do Colégio, e do Liceu, ao Terreiro. Anexo 01

Os imóveis localizados para o lado do mar foram mantidos havendo reparos, benfeitorias e melhoramentos; mesmo alguns desses, foram desapropriados pela Municipalidade. Aqueles da parte interna da rua, de costas para a Rua da Ajuda foram todos desapropriados e demolidos, pela Companhia de Melhoramentos, que por sua vez, mais tarde, repassou-os a outros particulares<sup>68</sup>.

A demolição e reconstrução dos imóveis, as obras de alargamento, a implantação de infra-estrutura e moderna iluminação pública, a instalação de nova linha para bondes, as novas construções com arquitetura mais contemporânea transtornaram a vida da Rua Chile. Durante todo esse período era difícil para as pessoas transitar, chegar até as lojas, consultórios e escritórios, passear, comprar, exibir moda. Para os negócios era um grande prejuízo; muitos reclamavam da diminuição de clientes. Disseminavam-se falências.

Nos anos seguintes as obras se sucederam. Tomando por parâmetro o ano de 1913 (Anexo 03), tais obras transcorreram conforme as previsões, havendo demolições e construções de prédios, e beneficiamento de ruas, embora em algumas áreas as reformas se resumissem apenas na derrubada de prédios<sup>69</sup>.

Neste ano, os imóveis da Rua Chile tinham a seguinte situação: s/n – o mesmo que 1912; n. 01, 07, 09- O mesmo que 1912; n. 02, 04, 06, 10, 14, 18, 20 - Propriedade da Companhia de Melhoramentos (Demolido); n. 03 - Transferido para Anselmo Martins de Carvalho; n. 05 – 1º Andar e loja – Negócios Lopes Rodrigues, 2º Andar – Herculano Leite, Sótão – Empregados no Comércio; n. 08 - 3 andares - o proprietário, Loja – Eduardo Pepe; n. 11 - Andar e loja – Companhia d' Eclairage<sup>70</sup>; n. 13 - Andar – Antonio Baptista dos Anjos, Loja - João Pedroza; n. 15 - Andar e Loja – Miguel Rotandamo; n. 17 - 1º Andar – Carlos Amoroso, 2º Andar – Alfredo Macário, 3º Andar – Julio de Almeida Santos, Loja interna – Álvaro Ribeiro, Loja de frente – Clarck; n. 19 - Andar – Cristina Santos, Loja – Alberto Muylant, Loja - Exuperio da S. Braga; n. 21- sem informação; n. 23 - continua em ruínas; n. 25 - incendiado em 10 de janeiro de 1912, foi transferido para Sloper e Irmãos; n. 27 - 1º andar – Grêmio Literário; 2º andar – Hermelindo

<sup>68</sup> Também em 1912, na cidade de São Paulo, todos os imóveis do lado ímpar da Rua Quintino Bocaiúva são desapropriados e demolidos para alargamento da Rua.

<sup>69</sup> No dia 09 de maio de 1913 foi lavrada a escritura de desapropriação do último sobrado a ser demolido para alargamento da Rua.

<sup>70</sup> A partir de 1903 chega a Bahia, a companhia Belga, que em Lisboa instala a energia a gás.

Ribeiro, Loja Hermelino Ribeiro (Farmácia), Loja – Mario Paraguassu, Loja – Aouades e Assemany; n. 30 - loja – Livino de Argolo; n. 12, 16, 22, 24, 26, 28, 32, 34, 36, 38, 40, 42, 44 – demolido.

Tais informações indicam que muito poucas foram as mudanças implementadas. O que se vê são inquilinos novos, lojas que mudam apenas de imóvel, e transferências de propriedade (chama atenção o fato de que os novos proprietários já possuíam imóveis ou lojas no logradouro).

Neste ano são encontrados anúncios comerciais nos endereços Rua Chile no. 03, 05, 09, 13, 16, 17, 18, 20, 27 e 28; e residências<sup>71</sup> nos no. 03, 05, 10, 15 e 33. O que mais se encontra naquele ano são solicitações de demolições e reformas. Isso demonstra que a Rua possuía uma grande agitação de obras e um pequeno movimento no comércio.

Os jornais relatam várias lavraturas de escritura. Um exemplo é o Diário de Notícias, de 10 de janeiro de 1916, quando trata dos documentos de compra e venda, registrados no cartório do Tabelião Augusto Goes, de diversos terrenos situados à Rua Chile, desapropriados pela Companhia de Melhoramentos da Bahia, e comprados por Bernardo Martins Catarino, pelo preço de 78:550\$000.

Nos anos 14 (Anexo 02), 15 e 16 (Anexo 03), em Salvador permanecem obras, demolições e reformas, porém no que se refere à Rua Chile, essas benfeitorias não são efetuadas. A novidade é que, nos livros de IPTU, constam imóveis não existentes em nenhum outro documento da Intendência Municipal, em épocas anteriores. São eles os de número 29, 31, 33 e 35 com as seguintes informações: n. 29 de propriedade de João Mercuri, tendo como inquilino João Paulo Abud no andar e loja; n. 31 de proprietário e uso de João Mercuri; n. 33 de propriedade do Convento da Lapa com os dois andares e loja utilizados por Manoel Lopes Rodrigues; n. 35 de propriedade de José Martins de Souza Correia, transferido para Manoel Correia da Cunha, tem como inquilino nos andares e loja Antonio Campos. Nos anos seguintes, os livros de IPTU mantêm registros desses imóveis. Seguramente não houve aumento de extensão<sup>72</sup> da Rua; sendo assim, presume-se, que, por volta de 1915, esses sobrados foram construídos, passando a fazer parte da relação dos imóveis. Nos anúncios do

---

<sup>71</sup> Solicitações de ama de leite e criada.

<sup>72</sup> A Rua Chile permaneceu com seus 400m de extensão.

Jornal A Cidade aparece o no. 175 que abriga a Casa Miscellanea, em 1916. Neste caso supomos erro do periódico.

Neste período, foram encontrados anúncios<sup>73</sup> de casas comerciais nos números: 01 - La Renommé, especializada em moda; 03 – Agência de Casa; 05 – no primeiro andar, especialista em moda, que faz liquidação de vestidos e bolsas, e Eduardo Pepe e Pastelaria, inaugurada em 18 de agosto de 1915; 09 – Casa Sloper, especialista em moda; 13 – A Perola, inaugurada em 24 de outubro de 1916; 17 – Casa Clark (Anexo 04), Au Chapeau Parisien e no primeiro andar Madame Ermelinda Amoroso, todas no ramo da moda; 19 – Fábrica de caixa de papelão; 21 – Casa Santa Cecília, Fábrica de Chapéus de Palha e A Noiva, também do ramo da moda; 25 – Au Printemps; 26 – Loja Duas América; 27 – Farmácia Central e Au Printemps; 29 – Bazar Vitória; e, 30 – Casa da Música; s/n Hotel Meridional, Tribunal de Contas, Casa Mozart, Fotógrafo Gonçalves e Antonio Ferreira & Cia. Profissionais de saúde anunciam consultórios nos números: 05 – Oculista e consultório médico (Dr. Cesário de Andrade e Dr. João Dias Tavares); e, 24 – Oculista (Dr. Hidelbrando Jatobá). Somente o número 08 se pode relacionar como uso residencial, pois anuncia a necessidade de empregado doméstico.

Para além da abertura de ruas e demolições de casas outras ações são exemplos de melhorias e modernidade do espaço soteropolitano:

- Nova divisão da Comarca de Salvador, decidida pelo Tribunal de Apelação, logo após a posse de J. J. Seabra como Governador, passando a compor a 1ª circunscrição as seguintes Freguesias: São Pedro, Sé, Passo, Santo Antonio, Santana, Nazaré, Brotas, Itapuã e Pirajá; e a 2ª circunscrição passa a ser composta pela Vitória, Conceição da Praia, Pilar, Mares, Penha, Matoim, Cotegipe, Passé e Maré. Esse novo zoneamento também determina a divisão em áreas interiores e litorâneas, com exceção de Itapoan (1ª circunscrição)<sup>74</sup>.
- Modifica o itinerário de veículos, pela Intendência Municipal, principalmente aqueles que iam para a Praça do Conselho, tendo agora que subir pelas Ruas da Ajuda e Assembléia, vindos da Praça Castro Alves; e voltando pela Rua Chile.

<sup>73</sup> A Tarde, Jornal de Notícias, Diário da Bahia e A Cidade.

<sup>74</sup> As reformas foram programadas para toda a cidade. Inicialmente, abrangendo as freguesias centrais projetadas na primeira planta - Cidade Alta (Sé); posteriormente, a outra parte da "cidade histórica" - Cidade Baixa, (bairro do Comércio).

Os que tinham de descarregar na Rua Chile, não poderiam mais estacionar; deveriam parar nas esquinas das ruas laterais, sendo os volumes entregues por carregadores.

- Todos pedidos de licença para concertos ou reconstruções de prédios localizados nos distritos a serem remodelados, por ordem da Intendência, deveriam seguir os planos e padrões estabelecidos pelos órgãos Municipais e Estaduais.

- No tocante a Saúde Pública, a Diretoria de Higiene realizou campanha instruindo à população na tentativa de evitar a propagação de doenças como peste, tuberculose, impaludismo, disenterias. Através de folhetos impressos sugeria a construção de instalações sanitárias, orientava a forma de acondicionar o lixo, de limpeza das casas e da higiene pessoal.

- A Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Vera Cruz convoca aqueles que tem urnas e jazigos na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda a retirá-los com os respectivos ossos, em virtude da desapropriação, demolição e construção da nova capela<sup>75</sup>.

Os modelos de modernidade, claramente, não se fixam apenas na construção e derrubada de imóveis, ou na abertura e melhoramento de ruas, como muito se alardeava, principalmente na década anterior com as remodelações e melhorias. A despeito de se ter transformado a face da cidade com inúmeras obras, com novos meios de locomoção urbana, investido em novo modelo de coleta de lixo, de iluminação pública, e/ou de abastecimento de água, Salvador ainda apresentava carências e necessidades nesses serviços.

A Praça Municipal, na década de vinte, tal qual se vê nas Figuras 23, é exemplo do ideal urbano para Salvador. Aí estavam instaladas: a Biblioteca Pública (à esquerda), cujo prédio foi construído especialmente para essa destinação; o Edifício Coqueijo (à direita), onde no térreo funcionava a “Pastelaria Triunfo”, ponto tradicional de reunião de políticos e intelectuais - esquina da

---

<sup>75</sup> A capela foi demolida a partir do dia 30 de agosto de 1912. O novo prédio localizou-se praticamente no mesmo lugar, ficando na margem do enquadramento e alinhamento da nova rua da Ajuda. Foi projetado pelo Engenheiro Frederico Marinho de Araújo, tendo sido recomendado pela Intendência o estilo Manuelino, a manutenção ou reutilização dos azulejos, forro, lapides, sepulturas, altares e púlpitos. Como rito final, oito dias antes da entrega das chaves, o arcebispo realizou uma última missa, que foi seguida de procissão das imagens para a Igreja de São Domingos, no Terreiro de Jesus, onde ficaram até a inauguração da nova Capela.

Rua da Misericórdia; a Casa dos Governadores, para o lado da Rua Chile, a qual depois do 'bombardeio' foi reformado, ampliada, e ganhou o nome de Palácio Rio Branco; e a Casa dos Vereadores, que em 1912 havia sido também reformada.

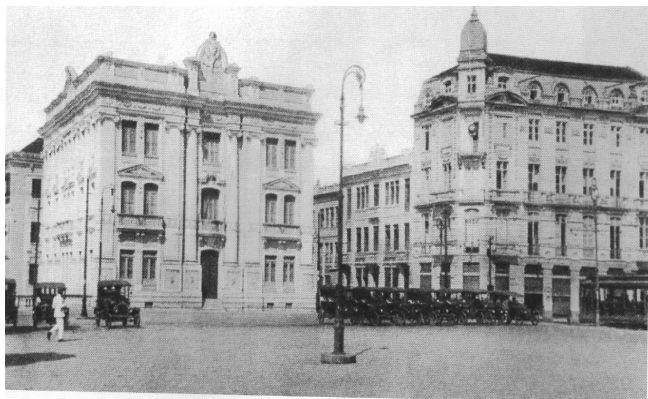


Figura 24 – Biblioteca Pública e Edifício Coqueijo – década de 20. Coleção Toscano de Brito.

A Misericórdia era quase uma extensão da Rua Chile, depois da Praça Municipal. Nela também estavam importantes casas comerciais e prestadores de serviços muitos alfaiates, lojas de cestas (Figura 25), ourives e fotógrafos.

Figura 25– Fachada da Grande Fábrica de Cestas, na Rua da Misericórdia. 1902. Coleção Edward Hackler.



Na Figura 26 se observa a Rua Chile alargada. Em frente à lateral do Palácio há um terreno baldio onde os tapumes estão repletos de propagandas. Vê-se que do lado do mar não há demolições, mas do lado do continente podem-se encontrar áreas vazias, onde foram postos abaixo os imóveis. No citado terreno baldio, em 1917, foi inaugurada a sede da Associação dos Empregados do Comércio (Figura 27). Esse prédio foi uma exceção pela sua celeridade da construção e beleza arquitetônica, visto que até os anos trinta são encontradas terras desocupadas naquele movimentado logradouro.



Figura 26 – Rua Chile depois do alargamento e com o imóvel de n. 2 demolido. Coleção Ewald Hackler.



Figura 27 – Rua Chile. 1917. Coleção Ewald Hackler.

Em outras áreas da cidade, o andamento das obras seguia cursos diversos. Ao contrário da Rua Chile, as intervenções no porto decorreram em ritmo acelerado, entre os anos de 1912 a 1914. Em 13 de maio de 1913, foram inaugurados 332 metros de cais para grandes navios, 200 metros para cabotagem, e 03 armazéns completamente aparelhados<sup>76</sup>. Da mesma forma, avançavam as obras programadas para o antigo bairro do comércio, com novos edifícios, com reconstruções ou reformas das casas existentes.

Os trabalhos de construção da Avenida Sete de Setembro também transcorreram em compasso ligeiro, já em 1913 estavam bem adiantados. A partir daí, devido às crescentes dificuldades financeiras, o Município teve que

<sup>76</sup> PLANDURB. Evolução física da cidade de Salvador vol. 04. Série de Estudos Informativos, no. 2. Prefeitura Municipal de Salvador. Salvador. 1979.

adotar medidas que mantivessem as obras<sup>77</sup>. Em 1916, no seu discurso de despedida do cargo de Governador, J. J. Seabra declara concluída

[...] a Avenida Sete de Setembro, com 82.800 metros de área pavimentada e todas as canalizações para esgotos de águas pluviais e instalação de luz elétrica, arborização e obras complementares.<sup>78</sup>

Os anos se passaram. A Salvador moderna pretendida tinha como distintivo a ordenação do tráfego, o alargamento das ruas, as linhas retas e axiais, monumentais edifícios públicos, jardinagem e paisagismo. Contudo havia muita reclamação sobre as obras e o abandono de vários logradouros, mesmo no centro. É possível encontrar notícias como mostra o recorte.

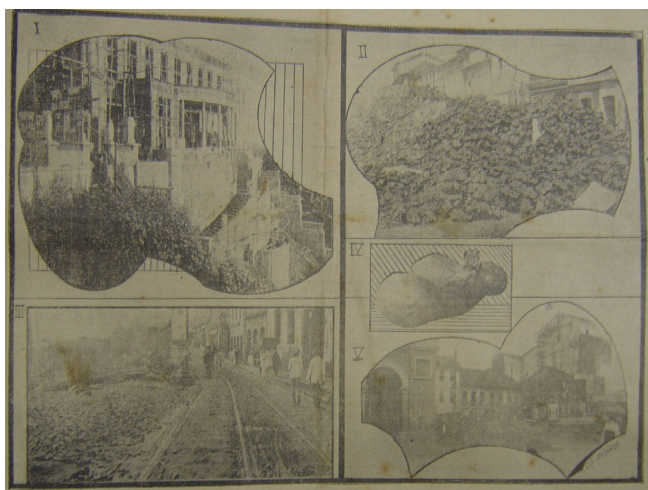


Figura 28 – Instantâneos das ruas. A Tarde. 27 de abril de 1914.

Na Figura 28 o fotógrafo do jornal deu ênfase a obras inacabadas e a gramínea sem corte, a falta de calçamento, melhoramentos nas linhas de bondes, lamaçal por toda a cidade, inclusive em frente ao Guindaste da Conceição, aboboreiras espalhadas por telhados e ruínas tomando conta das ruas; buracos e obras, obras e buracos...

<sup>77</sup> Além deste, outros motivos não permitiram que parte da proposta fosse executada, como a derrubada da Abadia de São Bento.

<sup>78</sup> PLANDURB. Evolução física da cidade de Salvador vol. 04. Série de Estudos Informativos, no. 2. Prefeitura Municipal de Salvador. Salvador. 1979.

Com o título “Fructos e Fructas da Remodelação” o conjunto de fotografias denuncia o descaso em que se encontravam várias áreas da cidade, e chama a atenção dos poderes públicos.

Os Senhores Governadores do Estado e da cidade promettem tornar nossa velha cidade S. Salvador num paraíso perdido. Porora, só tem havido boas intenções, de sorte que o matto vae invadindo todos os projetos de ss. exas.

É o que documentam as nossas gravuras: 1) capim e outras gramíneas irreverentes assoberbam o jardim pênsil; 2) As aboboreiras alastram-se sobre as ruínas de São Pedro Velho; 3) o lamaçal que se eternisa em frente ao Elevador; 4) Duas abóboras que nossa reportagem colheu no 'quintal' de S. Pedro; 5) O estado em que se encontra a esquina da Rua Chile, ao lado da Intendência.

Por fim, na tentativa de compor o cenário que produz sentidos específicos do lugar (Salvador e Rua Chile) deve-se mencionar que, como pano de fundo, não se pode perder de perspectiva o avanço do capitalismo industrial e financeiro que imprime novos ritmos às cidades, tendo como base as recentes necessidades de circulação de pessoas e mercadorias, além dos modernos modos de vida de uma camada urbana, que havia acumulado bens e capital.

Salvador não foge deste padrão, mesmo comprovado o precário estado de suas finanças<sup>79</sup>. Nos jornais, nas fotografias, na legislação municipal, na relação de imóveis do IPTU observa-se uma dada áurea moderna, a cobiçada face vanguardista da Cidade e da Rua. Porém, um aspecto deve ser ressaltado depois de se ter perseguido os melhoramentos. O modelo adotado não priorizava homens, mulheres e crianças como Josephina, José, Olisa Rosa, Jesuíno, Maria Vectaliana e/ou Alipida. No entanto, são eles e todos os soteropolitanos que imprimiram sentido às reformas urbanas: comerciantes, políticos, jornalistas,

---

<sup>79</sup> Em entrevista concedida ao Rio Jornais, e analisada no Jornal de Notícias de 04 de outubro de 1919, sob o título “*A Situação econômica e financeira da Bahia*”, o Sr. Muniz Sodré faz apanhado sobre a fragilidade econômica e o desmoronamento financeiro provocados pelos Governadores Luiz Vianna, Severino Vieira, José Marcellino e Araújo Pinho. Os sucessivos empréstimos aos bancos estrangeiros, as obras que não se efetuavam, os gastos excessivos muito maiores que as receitas, eram uma combinação desastrosa para os cofres públicos. Outro artigo publicado no mesmo jornal, em 11 de outubro do mesmo ano, intitulado “*A situação da Bahia*”, tem a clara intenção de desvincular a administração Seabra da desordenada conjuntura financeira que se encontrava o Estado.

intelectuais, pedreiros, taloeiros, marceneiros, donas de casas, lavadeiras, produtores dos discursos e das diferentes experiências do viver na cidade, pressupondo que a produção de sentidos do lugar e o cruzamento de ações, conformam um outro espaço - um *terceiro espaço*, significado no encontro da vida conservadora e tradicional, com as mudanças sociais, culturais e urbanas.

## Capítulo 3

### O texto humano que projeta a modernidade

Neste capítulo a intenção é avançar sobre as condições que configuram os perfis de população, gênero, organização do sistema escolar, expressão de classe e de raça, dentre outros aspectos importantes que leva a apreensão da cidade do Salvador, e que de certa forma revela a Rua. Compreende-se que a vida soteropolitana não se resume na Rua Chile; mas, quem a freqüentava ou mesmo nela morava, conhecia e vivia na cidade. Assim, o que se fazia fora dessa artéria é importante para sua apreensão. Não quer dizer que se abarca a Cidade na Rua, ou a Rua na Cidade, mas reconhece-se a relação entre os diversos espaços.

Continuando a tarefa de entender a modernidade que se apresentou na cidade do Salvador, se buscará conhecer também a vida urbana que moldou Alípidas, Olisas, Vectalinas, Josés, Clóves ou Zacharias. Aquilo que se está considerando como texto humano – os sujeitos e suas vivências<sup>2</sup>.

Retomam-se questões que foram deixadas para depois, no capítulo anterior que procurava observar o lugar. Quem são as pessoas que vivem em Salvador no período pesquisado? Como elas se comportam? Como nas manifestações, *habitus*<sup>3</sup>, configuram-se as condutas daqueles que moram e freqüentam a “Cidade da Bahia”? Como expressam as singularidades na modernidade urbana de Salvador?

Abraçando as idéias de Elenaldo Teixeira, na obra *Sociedade civil e participação cidadã no poder local*, observa-se o conflito existente entre a idéia de

---

<sup>2</sup> A construção deste texto ressalta as possibilidades de domínio das pessoas nos movimentos da sociedade, suas redes de relação e processos de decisão, que parecem ser apenas dos poderes públicos, mas que são revigorados e/ou re-significados pela coletividade.

<sup>3</sup> Características dos grupos, partilha de condições sociais; princípios de práticas e representações, tal qual define Pierre Bourdieu.

urbanismo desejado e a construção de escolhas alternativas, que passam a orientar os comportamentos dos soteropolitanos.

Na mesma direção pode-se buscar a noção espacial em Habermas, tentando entender as diferenciações sistêmicas que separaram a economia e a administração do *mundo da vida*, ou seja, a vida das pequenas miudezas diárias, que abarcam as tradições e a cultura, possibilitam realizar o inventário e os questionamentos sobre a cidade e sobre a Rua.

Para alcançar esses objetivos, pode-se iniciar pelos aspectos mais comezinhos como as festas populares, tão típicas em Salvador, durante todo o século XX.

As festas de final de ano e o verão inspiravam muitas visitas! Passar dias fora era comum entre as várias camadas sociais soteropolitanas. Interpretadas como retribuição de amizade entre famílias, tanto podia ser um alívio, como um comprometimento financeiro para muita gente, uma vez que a chegada da visita tinha dia e hora marcada, mas o retorno nem sempre era resolvido com uma vassoura atrás da porta ou sal jogado na boca no fogão. O visitante precisava ter parcimônia, ser comedido e saber a hora de ir embora, pois era corrente dizer que - “peixe com mais de três dias fede ou visita com mais que três dias aborrece”<sup>4</sup>.

Havia em casa sempre um lugar onde se pudessem acomodar as visitas, familiares vindos do interior para tratamento médico ou a passeio na capital, comadres, parentas – viúvas e solteiras, desamparadas e/ou solitárias – moços com idade para estudar, e outros imprevistos.

Nos dias seguintes às comemorações do Natal, muitas pessoas se dirigiam para áreas da cidade que ainda mantinham algumas características rurais. Os abastados, e poucos remediados, traziam seus empregados com tabuleiros de roupas e comidas; os menos afortunados carregavam seus “baús de nós”<sup>5</sup> cheios de tralhas e cacarecos. Uma das áreas preferidas era o Distrito da Penha<sup>6</sup>, que ao longo do mês de janeiro tornava-se o palco de algumas festas populares mais tradicionais. As senhoras donas de casa se preparavam para ocasiões como esta.

---

<sup>4</sup> Hildegardes VIANNA. *Antigamente era assim*. Rio de Janeiro: Record, 1994, p. 61.

<sup>5</sup> Trouxas e embrulhos.

<sup>6</sup> Área da cidade considerada salubre, ideal para férias e repouso.

Além de pensar como ajeitar em casa os visitantes, D. Olisa Rosa e D. Maria Vectalina, como outras mulheres soteropolitanas, iam às compras em Água de Meninos<sup>7</sup>.



Figura 29 – Feira de Água de Meninos. Final do século XIX. Coleção Ewald Hackler.

A feira recebia muita gente – moradores dos diversos bairros de Salvador, pessoas vindas do interior. Era a céu aberto, de terra batida, suja, fétida (Figura 29)<sup>8</sup>, mas, também, dizia-se a mais sortida da cidade, e onde se encontravam os preços mais atrativos<sup>9</sup>, os produtos mais variados e de melhor qualidade; lugar onde quase todos os soteropolitanos compravam.

Na lista de compras<sup>10</sup> de final de ano ou para o veraneio era comum incluir peixes como bacalhau, xaréu, petitinga, cavalinha, e principalmente olho-de-boi; ingredientes para os quitutes baianos<sup>11</sup> como azeite de dendê, côco, quiabo, farinha de milho, farinha de guerra<sup>12</sup> e de tapioca, gengibre, bejerecum<sup>13</sup>, entre outros. Para as sobremesas<sup>14</sup> que acompanhavam as iguarias peculiares, se adquiria o necessário para as compotas de abacaxi, de caju, manga, araçá, de “laranja da terra”, e outros tipos de doces – ou seja: açúcar ou rapadura, cravo, canela, além das frutas<sup>15</sup>. Comprava-se, ainda, castanha do reino para serem

<sup>7</sup> Uma das mais populares feiras de Salvador, freqüentada por donas de casa e comerciantes. Existiam, também, as feiras móveis: no Rio Vermelho, na Fonte de Itapagipe, Tanque da Conceição (aos domingos), Largo da Preguiça (quinta feira), Largo das Sete Portas (segundas, quartas e sextas) Largo Dois de Julho (terças e sábados), e Largo da Lapinha (segunda-feira).

<sup>8</sup> Marisa Vianna. “...vou pra Bahia”. 2004.

<sup>9</sup> Os produtos chegavam todos os dias do recôncavo e do baixo sul, vindos em saveiros que pintavam a Baía de Todos os Santos de pontos brancos com suas enormes velas.

<sup>10</sup> Fazia parte da lista produtos alimentícios e utensílios domésticos.

<sup>11</sup> Vatapá, caruru, efó, acarajé, abará, acaçá...

<sup>12</sup> Farinha de mandioca.

<sup>13</sup> Fava utilizada como tempero em comidas típicas da Bahia.

<sup>14</sup> Munguzá, canjica, arroz-doce, cocadas (preta, branca, puxa; de frutas...), manauê, amoda (pirão de farinha com rapadura e gengibre).

<sup>15</sup> As frutas vinham de saveiros do Recôncavo e das ilhas, com exceção da laranja cuja preferência recaía nas do Cabula, bairro onde se concentravam as roças de laranjas típicas da

cozidas com erva-doce, ou assadas no bortalho; queijos frescos; pimentas; manteiga de garrafa; farinha de trigo para as massas de pastéis, cavacos e empadas portuguesas; frutas de verão, como melancia, manga, cajarana, sirigüela, abacaxi, jaca, abiu, fruta-pão, caju, araçá, que só deveriam ser consumidas depois do dia oito de dezembro; artigos religiosos; dentre outros, comprados em alguma tulha<sup>16</sup> ou em várias barracas.

Na volta da feira, os balaios e mocós<sup>17</sup> cheios de compras, muitas vezes trazidos pelos “moleques compradores de temperos”, eram levadas para a “despensa”<sup>18</sup>. No guarda-comida<sup>19</sup> apenas se conservavam os alimentos cozidos e os utensílios que iam à mesa, protegendo-os das moscas, formigas, ratos, baratas, tanajuras, gatos, cachorros e outros bichos que infestavam a cidade.

As cozinhas sempre estavam equipadas de cestos, tabuleiros, potes, talhas, porrões, caborés, papeiros, moringues, louça de barro (de Nagé<sup>20</sup> e vidrada), colheres-de-pau, peneiras, panelas de ferro, tachos de cobre compradas nas feiras ou nos paneleiros<sup>21</sup>.

Para Hildegardes Vianna<sup>22</sup> o encanto da véspera das festas<sup>23</sup> era apreciar no pátio ou no quintal uma pequena hoste de mulheres, e um punhado de homens, que trabalhavam com um arsenal de panelas, facas, frigideiras, e animais (muitas vezes de criação própria) na preparação do cardápio. Seu pai, o memorialista Antonio Vianna, chama este espaço de “quintal de nagô”<sup>24</sup>, aquele espaço onde se misturavam bichos, moveis, sucatas, plantas, bacias, alguidás, carnes moqueada e peixe seco salgado.

Bahia: “laranjas de umbigo”, doces e suculentas, e “laranjas da terra” azedas, firmes, de casca grossa, próprias para confecção de doces. Segundo Afrânio Peixoto, as laranjas da Bahia vieram para essas plagas com os árabes, que as cultivavam desde o século IX.

<sup>16</sup> Semelhante a Quitanda, local onde se vendia tudo o que a boca comesse, além de utensílios do lar.

<sup>17</sup> Sacola de palha muito utilizada para ir à feira.

<sup>18</sup> Cômodo da casa destinado à guarda de carnes secas, frutas, cereais, e outros dos alimentos crus.

<sup>19</sup> Descrito pelos memorialistas como móvel, na maioria das vezes feito de uma madeira escura, com duas ou três prateleiras, uma ou duas portas. Exemplos de utensílios: padeira, manteigueira, açucareiro, farinheira, molheiro, talheres, xícaras, pratos, tigelas, copos...

<sup>20</sup> Vila do Recôncavo baiano que fabricava louça de barra para a mesa.

<sup>21</sup> Vendedores que traziam seus produtos em balaios na cabeça ou em burros, segundo Hildegardes Vianna.

<sup>22</sup> *Antigamente era Assim*, p. 41.

<sup>23</sup> Aniversários, datas populares religiosas e profanas; no período de veraneio ou ao longo do ano.

<sup>24</sup> Tal referência relaciona-se às moradias dos africanos livres e libertos em lojas, sobrelojas, porões, dos fundos das casas e do seu respectivo quintal. Vivaldo da Costa Lima entende que este também eram os possíveis lugares onde as tias e tios nagôs realizavam seus cultos religiosos, antes de comprarem suas roças nos arredores da cidade.

Feitas as compras, preparadas as comidas, a casa estando arrumada, todos se voltavam para as comemorações públicas. Assim como nas residências, as deliberações já tinham sido tomadas pelos poderes públicos para que em 1º de janeiro, como de costume, a Baía de Todos os Santos estivesse repleta de embarcações no cortejo da procissão marítima em louvor ao Bom Jesus dos Navegantes.

No dia 31 de dezembro, a área da parte baixa do Guindaste da Conceição ficava em reboliço. No cais Cairu se esperava a galeota “Gratidão do Povo”<sup>25</sup>, vinda do bairro de Monte Serrat<sup>26</sup>, com a imagem do Senhor Bom Jesus para pernoitar na Basílica da Conceição da Praia.

Na manhã do dia primeiro de janeiro, rezava-se uma missa, e logo após saíam da Igreja as imagens de Nossa Senhora da Conceição e do Senhor Bom Jesus dos Navegantes em direção ao cais para dar início à viagem de retorno. A procissão pelo mar ia em direção ao porto da Barra, boca da Baía de Todos os Santos, só depois voltando para o Monte Serrat para a parte interna da enseada. Raramente se via tantos barcos engalanados, carregando fiéis e grupos musicais, que entoando canções religiosas e pagãs. Era comum recordar que, similar a esta ocasião, somente a chegada da Esquadra Chilena, em 1902<sup>27</sup>.

O cortejo marítimo só chegava à praia da Boa Viagem para o desembarque, por volta das 12 horas. O delírio era total! Alguns se jogavam ao mar, outros cantavam. Muitos rezavam, outros gritavam: Viva o Senhor Bom Jesus dos Navegantes!<sup>28</sup>.

Durante o decorrer do dia, residentes ou veranistas da cidade baixa recebiam suas visitas. A casa de Josephina, já com nove anos, e Jesuíno as vésperas de completar dez, mais uma vez deve ter sido palco da reunião de suas famílias.

---

<sup>25</sup> Em mutirão, devotos e carpinteiros navais constroem a galeota com 60 palmos de comprimento, 12 de boca e 6 de pontal. Seu camarim tem 11 palmos de comprimento, sendo 9 de frente e 6 de fundo; o arcanjo que vai na proa possui 6 palmos de altura, e foi esculpido pelo artesão João Guilherme. A ramagem e o emblema da popa foram feitos por João Batista. Foi ao mar pela primeira vez em 27 de dezembro de 1891, com grande festa que contou com as filarmônicas Apolo e Carlos Gomes, do bairro da Boa Viagem, e a São Braz, de Plataforma.

<sup>26</sup> Segundo Afrânio Peixoto, cabo em que termina a enseada urbana da Baía de Todos os Santos, e onde se localiza a Igreja de Monte Serrate, seiscentista, pertencente aos frades beneditinos; e o Forte de São Felipe, que a partir de 1925 passou a se chamar também Monte Serrate).

<sup>27</sup> Passados mais de vinte anos muitos ainda guardavam na memória a passagem da esquadra. Além da festa em honra ao Senhor dos Navegantes, somente em comemorações para esquadras e embarcações de prestígio via-se aquela quantidade de barcos e gente, como em 1902.

<sup>28</sup> Hildegardes VIANNA. *Antigamente era assim e A Bahia já foi assim*.

Os folguedos adentravam por toda à noite, em torno do templo. Era uma animada festa de largo com barracas de comida e bebidas, que atraíam Clóvis, Antonio Ferreira, Ritta, Estella, Zacharias, e outros, de diversas camadas sociais.

Continuando o ciclo de festas do verão, que havia começado ainda no mês de dezembro, com as comemorações a Nossa Senhora da Conceição<sup>29</sup> e Santa Luzia, no dia 02 de janeiro, as barracas instaladas no entorno da Igreja eram desmontadas para serem novamente armadas na Lapinha, à espera dos desfiles dos ternos na festa dos Santos Reis, dia 06 de janeiro.

Os jornais<sup>30</sup> de janeiro de 1920 comentavam como essa festa estava em declínio; afinal de contas até poucos anos antes seu encerramento se dava na Praça do Palácio, onde se reunia grande quantidade de ternos e ranchos, que atraía enorme concentração de pessoas<sup>31</sup>. A reclamação se referia à diminuição das agremiações, número de pessoas participantes, e encolhimento dos espaços ocupados pela brincadeira; se anteriormente apreciava-se toda aquela festança na Rua Chile, agora estava restrita às imediações da Lapinha.

Depois dos Santos Reis, a cidade preparava-se para a maior de todas as comemorações populares – a homenagem ao Nosso Senhor do Bonfim, com características religiosas, profanas e de orgias.

Para aquele folguedo, mais uma vez, muitos se mudavam para a península itapagipana, ou permaneciam por lá, desde a festa da Boa Viagem. Alguns iam para passar a novena, o domingo da festa e a “segunda-feira gorda” da Ribeira; outros chegavam à véspera e hospedavam-se nas cercanias, como visitantes ou romeiros.

---

<sup>29</sup> Segundo Antonio VIANNA, desde 1900 a festa da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição já era bem movimentada. Muitos vinham das ilhas e do recôncavo para esses festejos. As casas do bairro do Comércio eram enfeitadas por luminárias, castiçais, lampiões nas janelas; tapetes e colchas adornavam suas sacadas; folhas de coqueiros enfeitavam os postes de iluminação ou, em forma de arco, as fachadas das casas. As ruas no entorno da Igreja eram decoradas com bandeirolas e guirlandas; cobertas de areia muito branca e salpicada com folhas de pitanga. Era o primeiro dia em que se podia comprar as frutas da época, vindas pelos saveiros, e vendidas em diversas barracas nas feiras ou em tabuleiros nos bairros. É o dia em que se comemora o dia da família. Por isso mesmo, poucos comercializavam bebidas alcoólicas. Em muitas residências podiam-se ouvir saraus, e nas ruas ou na praia apreciava-se o batuque e o samba. Na Igreja era dia de sucessivas missas e muitos batizados. À tarde, a procissão percorria varias ruas do bairro.

<sup>30</sup> Diário de Notícias, O Imparcial, Diário da Bahia.

<sup>31</sup> Quem ia para a Praça passava quase que obrigatoriamente, pela Rua Chile; ainda para o desfile, as agremiações se reuniam também naquela Rua.

A quinta-feira era dia de lavagem e preparação da Igreja<sup>32</sup>; algumas negras vinham vestidas com indumentária que lembravam as roupas das escravas ou as usadas em cerimônias de candomblé (saias, anáguas, batas, pano da costa e torço, preferencialmente brancos), trazendo água-de-cheiro<sup>33</sup> em potes de barro. Na Figura 30 se observa um grupo dessas mulheres dentre outras pessoas subindo a ladeira do Bonfim, provavelmente numa quinta feira de festa.



Figura 30 – Ladeira e Igreja do Bonfim. 1921. Coleção Ewald Hackler.

O sábado era a noite mais animada. Depois do novenário, os mais velhos apreciavam o desfile dos Ternos acompanhados dos jovens da família. Era um cheiro de “fazenda nova”<sup>34</sup>! Não havia pobre ou rico que não fizesse roupa e comprasse sapatos! Tudo de melhor que se podia vestir era exibido naquela noite.

Nos dias que antecediam a grande festa a Rua Chile aumentava o seu movimento, por conta do comércio e do fluxo de pessoas que vinham ou se dirigiam para a península. Compravam-se tecidos, roupas masculinas, sapatos, chapéus, adornos femininos, objetos de decoração para residências, encomendavam-se roupas nos ateliês e alfaiatarias, dentre outros<sup>35</sup>.

O interesse dos moços e moças assentava-se em comer todos os quitutes vendidos nas barracas, frutas tropicais dos tabuleiros e, principalmente,

<sup>32</sup> Figura 30. Marisa Vianna. Op.cit.

<sup>33</sup> Preparada a partir da maceração de folhas aromáticas como: patchuli, macaça, manjeriço, alfazema, dentre outras.

<sup>34</sup> Tecido recém comprado para confecção de roupa, ainda engomado e brilhoso. Principalmente as chitas que exalavam um cheiro peculiar pela tinta de suas estampas.

<sup>35</sup> Por certo que outras áreas da cidade, onde se vendiam produtos mais baratos também ficavam movimentadas. As chitas, que mais exalava o cheiro de fazenda, e os artigos de armarinho, por exemplo, não eram encontradas na Rua Chile.

fazer o *footing*<sup>36</sup> que era o passeio dos jovens de classes alta e média, onde trocavam sinais de interesse mútuo, possibilitando aproximações e comunicações diretas, dissimulava para a conquista, fazia o flerte. O lugar-exposição nesta época do ano, momentaneamente, se desloca da Rua Chile para as festas populares; e a do Bonfim era a principal delas.

No domingo, a missa festiva em homenagem ao Senhor Bom Jesus do Bonfim abarrotava a igreja e o largo. Sagração cantada e tocada por uma grande orquestra, celebrada pelo arcebispo e concelebrada por padres vindos de várias paróquias da capital e do interior, transcorria pela manhã, findando por volta do meio dia. Depois da solenidade, muitas famílias reuniam a parentalha<sup>37</sup> e os agregados, que comungavam de refeição farta, durante quase toda a tarde. Era dia de se fazer arroz<sup>38</sup>, comer peru, galo, porco, e mais raramente bode ou pato, iguarias que não se comia cotidianamente, aquelas difícil de preparar e achar; caras, tidas como especiais.

Na noite de domingo continuavam as brincadeiras. No início da madrugada de segunda-feira, quem ainda estivesse nas barracas, geralmente os homens solteiros, boêmios e desocupados, ajudava na mudança para o largo da Ribeira carregando panelas, pratos, talheres, bancos, mesas, partes da barraca em madeira... Enquanto os barraqueiros reorganizavam suas coisas e remontavam as barracas, os fregueses (moradores da área, ou veranistas) dormiam. Por volta das oito horas da manhã tudo reiniciava.

A segunda-feira da Ribeira era o rescaldo dos dois dias anteriores, ou melhor, de todas as festas de verão até aqui realizadas. Diferente de outras comemorações de rua caracterizava-se mais pelo aspecto externo; era, principalmente, a festa do Largo, da Rua, do Bairro, do espaço público. Nada tinha de religioso; era a festa mais autêntica, mais cheia de espontaneidade, onde se ouvia o samba-de-roda e se sapateava na rua; onde os ranchos e cordões locais se apresentavam com fantasias. Jorge Amado em *Bahia de Todos os Santos: guias de ruas e mistérios*<sup>39</sup>, sobre a “Segunda-Feira Gorda da Ribeira”,

---

<sup>36</sup> Pela afirmação de Thales de AZEVEDO (Namoro a Moda Antiga) o *footing*, flerte ou galanteria são fases do namoro.

<sup>37</sup> Afrânio Peixoto, Antonio VIANNA, Hildegardes VIANNA descrevem tais almoços.

<sup>38</sup> O usual era a farofa d’água quente, farofa de toucinho, e a de dendê, o angu, o pirão.

<sup>39</sup> Não se pode dizer que o autor faz referencia cronológica à década de vinte. O livro citado é publicado em 1945. No entanto, Jorge Amado nasce em 1912, vivendo e convivendo com comportamentos referentes ao período aqui tratado.

afirma ser esta festa *um pequeno carnaval*. Folia de personagens pitorescos como Casuzinha da Rabeca e Chico Sepúlveda, que entravam e saíam das casas fazendo arrelias, cantando quadrinhas, comendo e bebendo, divertindo a todos. Além de indivíduos que se podia referenciar, como os citados, era comum, nesse dia, deparar-se com anônimos que se tornavam atração natural e faziam a graça da festa. Em *Causos e coisas da Bahia*, Antonio Vianna lembra ter presenciado um desses indivíduos de meia idade, alcoolizado, cantando a seguinte quadrinha:

Ai! Ai! Ai!  
Eu não era assim...  
Foi coisa que me fizeram,  
Segunda-feira do Bonfim.

Depois de um dia inteiro de entra-e-sai nas residências, só se retornava para casa ao cair da noite, quando, tradicionalmente, se esperava que fosse servido feijão com carne moqueada<sup>40</sup>.

Na terça-feira, logo cedo, após condutores e *chaufeurs* reverenciarem seu padroeiro São Cristóvão, tudo voltavam à rotina habitual da cidade, à vida soteropolitana dos anos 20.

A Península ainda respiraria os ares do veraneio por mais algum tempo. Crianças como: Josephina, Jesuíno, Alipida, Clóvis, Estella, Francisco..., observadas pelos adultos se divertiam “pegando picula<sup>41</sup>”, à espera do queimadeiro<sup>42</sup>, com suas guloseimas artesanais<sup>43</sup>, ou da vendedora de acaçá, que mercava cantarolando o seu produto.

Os mais velhos, na porta de casa, se refrescavam sentados em espreguiçadeiras de lonas grossas e listradas, discutindo entre outros assuntos cotidianos, as manifestações dos trabalhadores em prol dos seus direitos, o *habeas corpus* em favor de jornalistas perseguidos pelos políticos da situação; comentavam sobre as obras inacabadas, as festas populares passadas e

<sup>40</sup> Moquear é grelhar, sapecar, mais não cozinhar ou assar totalmente, em fogareiro a carne.

<sup>41</sup> Brincadeira infantil também conhecida como pega-pega.

<sup>42</sup> Indivíduo que negociava queimados, rebuçados, coisas de adoçar a boca.

<sup>43</sup> Na típica cesta enfeitada de papéis coloridos, eram arrumados, cuidadosamente, os queimados (de limão, hortelã, pimenta, queijo, mel, tamarindo, canela, abacaxi etc), amendoim coberto, beijos (de coco, de jenipapo e abacaxi) e fubá com açúcar. As crianças também esperavam o vendedor de alféolas ou alferes, que por ser demais trabalhoso seu preparo não eram vendidos por queimadeiros. Hildegardes Vianna, 1994.

vindouras, sem esquecer o bombardeio à cidade, ocorrido em 1912<sup>44</sup>. A Primeira Grande Guerra havia terminado, mas seus horrores ainda estavam presentes nas discussões, que junto com as experiências comezinhas, compunham o imaginário e o roteiro dos bate-papos.

Para os que passeavam pelos lados da Ribeira, Monte Serrate, Bonfim e adjacências, ou de Amaralina a Itapuã<sup>45</sup>, essa também era a época de tomar banhos de mar, catar e comer mariscos, fazer moquecas de mamão verde, bordar, costurar renda de bilros, contar estrelas em noites de céu claro, empinar ‘arraia’<sup>46</sup>, e aprender... aprender muito, ouvindo as estórias dos mais velhos!

Há de se observar ainda que, mesmo não tendo como foco central a Rua Chile, os comportamentos descritos realizam a costura social estabelecida em Salvador. O dia a dia das pessoas, o exercício da convivência, da sociabilidade deixa transparecer a consolidação do texto humano, encenado em espaços públicos e privados, da cidade. Como esta questão não está esgotada, se voltará a ela mais adiante.

Perseguindo as questões propostas no início do capítulo, outros aspectos da vida habitual merecem destaque, para a interpretação da relação lugar e pessoas. As observações que se quer fazer agora vão ao encontro das condições que conformam os habitantes da cidade da Bahia através dos censos realizados no período da pesquisa.

No século XIX, a população urbana da Bahia triplicou<sup>47</sup>, chegando ao ano de 1890 com 144.959 habitantes<sup>48</sup>, sendo o contingente feminino maior do que o masculino, ou seja, 67.838 homens e 77.121 mulheres. Esse aumento não se deu apenas pelo aumento vegetativo da população, mas, também, pela migração provocada pelas secas consecutivas<sup>49</sup>.

No Brasil, de 1900 a 1950, o número de habitantes quase triplicou, passando de 17.438.434 para 51.944.397<sup>50</sup>. A Bahia não acompanha esse

---

<sup>44</sup> Todos assuntos publicados em jornais, nas sessões Opinião do Leitor.

<sup>45</sup> Outra região de passeio.

<sup>46</sup> O mesmo que empinar pipa.

<sup>47</sup> Aqui não estamos levando em consideração 28.920 habitantes das freguesias do “termo” municipal.

<sup>48</sup> Segundo Censo de 1890.

<sup>49</sup> Matoso, 1978, pg. 144.

<sup>50</sup> IBG. Censos Demográficos de 1900, 1920, 1940 e 1950. Variável de População. Os censos entre 1900 e 1950 possuem metodologias diferentes e são considerados mais ou menos fidedignos, conforme seus procedimentos. Esses recenseamentos enfrentaram dificuldades pela falta de mapas, plantas, pessoal qualificado, material, acessibilidade, dentre outras. O censo de

crescimento; passa de 2.117.956 para 4.834.575 habitantes, apenas dobrando sua população. Salvador segue o mesmo padrão do Estado, também, dobrando sua população, atingindo 415.774 habitantes. Em 1920, no Brasil, a população masculina era de 15.443.818, e a feminina 15.191.787 habitantes<sup>51</sup>. Na cidade do Salvador, dos seus 283.422 habitantes, 132.128 eram homens e 151.294 eram mulheres, distribuídos entre os vários distritos. Salvador era uma cidade de crescimento populacional pequeno, e que, ainda, se expandia dentro do núcleo matricial<sup>52</sup>.

As tabelas que se referem ao estado civil de homens e mulheres por distrito da cidade, revelam onde moravam os soteropolitanos, a composição etária da população e suas camadas sociais.

**População masculina por distrito e estado civil**

<b>Distrito</b>	<b>Solteiros</b>	<b>Casados</b>	<b>Viúvos</b>	<b>Ignorado</b>	<b>Total</b>
Sé	5.624	1.141	158	16	6.939
São Pedro	5.978	1.507	163	13	7.661
Rua do Paço	2.750	503	79	08	3.340
Conceição da Praia	2.039	493	71	03	2.606
Pilar	3.970	876	125	16	4.987
Mares	5.096	1.238	223	26	6.583
Nazaré	4.319	1.125	130	6	5.580
Vitória	16.329	3.356	403	46	20.134
Santana	5.190	1.251	144	20	6.605
Penha	6.725	1.700	238	26	8.689
Santo Antonio	21.932	4244	710	145	27.031
Brotas	8.668	1.821	256	21	10.766
Itapoan	1.469	196	45	-	1.710
Cotegipe	2.369	221	56	-	2.646
Passe	3.333	574	98	28	4.033
Matoim	1.405	224	41	-	1.670
Pirajá	6.291	1.171	176	16	7.654
Paripe	1.862	259	43	6	2.170
Maré	1.057	201	26	40	1.324
<b>Total</b>	<b>106.406</b>	<b>22.101</b>	<b>3.185</b>	<b>436</b>	<b>132.128</b>

**Fonte: IBGE. Censo de 1920.**

1900 foi considerado um dos menos fidedignos da história censitária do país. Em 1920, se realiza novo recenseamento, que retoma a credibilidade do levantamento, no entanto, também apresentou diversos problemas, dentre eles a falta de uma planta cadastral da cidade, como informa o jornal O Imparcial de 17 de fevereiro de 1921. A maior importância deste censo foi ter servido para que Adolfo R. Leite estabelecesse a progressão da fórmula étnica da Cidade do Salvador até 1938, que seria de 32,84% de brancos; 26,89% de negros e 40,27% de pardos. In: Thales de AZEVEDO, *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo: Nacional, 1955.

<sup>51</sup> Na Bahia eram 3.334.465 habitantes, distribuídos em superfície de 529.379 km<sup>2</sup>, 58 cidades, 78 vilas e 388 distritos.

<sup>52</sup> A população pobre atraída pela melhoria de vida se fixava nas proximidades da Rua Chile. Assim muitas das reclamações sobre os usos e abusos do espaço citadino perpetrada por essa população são referentes a ações na Rua em estudo.

### População feminina por distrito e estado civil

Distrito	Solteiras	Casadas	Viúvas	Ignorado	Total
Sé	6.596	1.060	803	10	8.469
São Pedro	8.469	1.527	999	10	11.005
Rua do Paço	2.900	517	309	08	3.734
Conceição da Praia	1.551	295	134	03	1.983
Pilar	3.927	798	382	14	5.121
Mares	5.835	1.166	655	33	7.689
Nazaré	5.902	1.168	778	10	7.858
Vitória	17.461	3.392	1.499	54	22.405
Santana	6.955	1.226	937	16	9.134
Penha	8.334	1.779	914	35	11.062
Santo Antonio	23.178	4.378	2.130	125	29.811
Brotas	9.615	1.854	863	23	12.355
Itapoan	1.447	206	94	-	1.747
Cotegipe	1.363	200	54	-	1.617
Passe	3.207	555	218	16	3.996
Matoim	1.243	199	70	04	1.516
Pirajá	6.642	1.162	598	19	8.421
Paripe	1.634	244	86	01	1.965
Maré	1.128	203	69	05	1.405
Total	117.387	21.929	11.592	386	151.294

Fonte: IBGE. Censo de 1920.

Os dados acima que apresentam a população feminina e masculina soteropolitana por distrito e estado civil, foram escolhidos na tentativa de, ao usar informações quantitativas de população, agregar outros elementos que pudessem clarear a percepção de como Josephinas ou Antonios desempenhavam papéis sociais naquela cidade na primeira metade do século XX. Tais tabelas provocam o interesse em compreender as representações de casamento, relações econômicas de sociabilidades, de gêneros, trabalho e lazer.

Os registros apontam para a diminuição da população dos antigos distritos centrais<sup>53</sup>. Um dos fatores pode ter sido o adensamento de habitações no 'Centro', e/ou por ter se transformado em área, predominantemente comercial<sup>54</sup>. Os antigos moradores de camadas altas<sup>55</sup>, agora empobrecidas, vão residir em chácaras nos distritos rurais ou em suas casas, antes alugadas, em Santo

<sup>53</sup> Além da Sé, também os distritos do Passo e Conceição. Já os de São Pedro e Santana, também considerados centrais, aumentam a população.

<sup>54</sup> O distrito da Sé onde está a Rua Chile, ocupava o sétimo lugar em população residente.

<sup>55</sup> Chamo atenção que esta é uma área onde moravam ricos, pobres e remediados. Waldemar Mattos em *Evolução histórica e cultural do Pelourinho*. Salvador. SENAC/Ba, 1978, apresenta uma lista de moradores do pelourinho e suas profissões, como por exemplo: Jose Francisco Cardoso, professor de latim; Manoel da Cunha, do corpo militar... Desde o século XVIII nem todos os seus moradores pertenciam às camadas altas, como muito se fala.

Antonio Além do Carmo, Nazaré e Santana<sup>56</sup>, o que eleva o processo de aceleração da ocupação desses distritos. Aqueles que ainda mantinham negócios rentáveis e ocupações de prestígio político e social vão para a Vitória, novo reduto dos afortunados.

A intensificação da característica comercial e de serviços, neste distrito, acaba por afastar as famílias residentes da Rua Chile e circunvizinhança. Os dados do censo corroboram com a discussão abordada no Capítulo anterior, que aponta para a diminuição de moradias nos distritos centrais.

Comparadas com demonstrativos de décadas anteriores e dados bibliográficos, as informações revelam que, em 1920, o distrito mais povoado era o de Santo Antonio, seguido da Vitória.

Segundo Anna Amélia Nascimento, na obra *Dez freguesias da cidade do Salvador*<sup>57</sup>, a Freguesia de Santana agrupava uma vasta diversidade de categorias sociais. É possível verificar que nela havia uma concentração de médicos, senhores de engenho decaídos, ex-Presidentes de Província, militares e artistas, quase todos indivíduos de camadas médias, trabalhando em atividades liberais ou de serviço. Tal quadro se estende por toda a Primeira República, caracterizando o distrito e, posteriormente, o bairro de Santana.

Os distritos de Brotas, Penha e Mares, antes considerados rurais, agora se urbanizavam, sendo agregados cada vez mais à cidade como região de moradia de camadas médias e pobres, aumentando sua população. Outros distritos também considerados rurais como Passé, Cotegipe, Maré, Pirajá, Matoim e Itapuã, que não obtiveram benefícios de infra-estrutura, percentualmente não demonstraram mudanças no número de habitantes. Mesmo com o acentuado movimento migratório resultante das quebras de safras, secas e da guerra, vindo do interior do estado e de outras áreas do nordeste do País, esses espaços rurais não atraíam novos moradores. Os migrantes mais pobres preferiam fixar-se próximo ao porto, como os distritos de Conceição da Praia, Pilar e Mares, ou na periferia da cidade baixa, como o distrito de Paripe.

---

<sup>56</sup> Kátia MATTOSO, Op. cit.

<sup>57</sup> Essa obra se refere a um período anterior ao desta pesquisa, mas aqui se tomam emprestadas as referências do universo profissional.

Em verdade, a escassez de habitação para os mais pobres<sup>58</sup> os impelia a ocupar áreas afastadas da cidade; mas, alguns resistiam morando em prédios já decadentes nos distritos da Sé, São Pedro, Santana... ou ainda os levava à indigência. Em várias ruas notava-se a presença de indivíduos ou famílias que dependiam da caridade pública, visto que a cidade não dispunha de hospitais, albergues e asilos suficientes para atendê-los.

No final da década de 20, uma notícia jornalística recorrente era o valor elevado dos aluguéis provocado, segundo os críticos, pelo número reduzido de imóveis residenciais<sup>59</sup> existentes na capital. O noticiário relativo a imóveis e locação descrevia a área central da cidade como insalubre e sem higiene; advertia para os novos e velhos comportamentos; para os incômodos da modernidade, o descaso à tradição, entre outros assuntos. O Diário de Notícias e O Imparcial elaboram um “inquérito minucioso” sobre essa situação. O primeiro publica:

Comecemos pela Sé, o distrito que todos dizem deveria ser arrazado.

E entrando pela rua do Saldanha, vimos logo o n. 2, de propriedade do sr. Manoel Abdon Machado.

É um grande sobrado tendo um lado para a praça 15 de Novembro e outro para a rua do Saldanha.

Na parte térrea se acham estabelecidos um salão de bilhar, um deposito de massas alimentícias, onde também reside uma família composta de seis pessoas, e mais umas lojas ocupadas por cerca de 12 pessoas, com dois quartos apenas e uma pequena sala.

[...]

Aos olhos das autoridades queremos offerecer como testemunho do nosso desejo pela hygienização da Bahia, os horrores desse negócio criminoso que se allimenta das habitações de aluguel.

Além do imóvel citado acima, o “Castello do Diabo”, localizado na Rua Areal de Baixo, distrito de São Pedro, é modelar, possuindo dois andares, sobreloja e loja, onde residiam mais de 70 pessoas, segundo o mesmo jornal<sup>60</sup>.

O Imparcial de 07 de abril de 1922, publica: “Uma crise de verdade: não há onde morar”. Esta nota registra as queixas de proprietários e inquilinos, e

<sup>58</sup> Fazem parte deste grupo os pobres de toda sorte: doentes (mentais, sífilíticos, aleijados), desempregados, migrantes.

<sup>59</sup> No capítulo anterior vimos que havia uma carência de imóveis comerciais nas áreas centrais da cidade. Verifica-se que também há falta de moradias.

<sup>60</sup> Além das residências funcionavam em suas dependências marcenaria e lojas.

apresenta o recenseamento de imóveis da capital baiana. Os proprietários reclamavam dos altos preços do material e dos salários dos operários da construção<sup>61</sup>; os inquilinos rezingavam dos valores dos aluguéis; e o censo, evidenciava que o aumento da população da capital não foi acompanhado pela construção de novos imóveis destinados à moradia.

Seguramente, mais um fator que agravava a falta de habitação era o envelhecimento os imóveis da cidade. Dizia-se que “raras são as construções modernas”<sup>62</sup>, o que mais se encontrava pela cidade são casas coloniais, ruínas e terrenos baldios. Em 1922, quando das comemorações do centenário da Independência, o município, através da repartição Obras e Asseio, cedeu licenças indistintamente para a pintura e reforma de fachadas. Diziam os representantes dos órgãos públicos que assim estavam tornando mais *simpática* a cidade. Escondia por detrás da maquiagem os madeirames apodrecidos, o mato a crescer nos lotes sem utilização urbana, os antigos imóveis aos escombros, a face envelhecida, carcomida, da velha Cidade do Salvador<sup>63</sup>.

O Jornal de Notícias de 15 de fevereiro de 1922 anuncia a venda de terrenos vazios, em áreas mais ricas da cidade, pela Intendência para particulares, por preços baixíssimos, como o ‘bico de ferro’, na Rua Chile. Outro exemplo está exposto no jornal O Imparcial de 01 de março de 1924, e se refere às ruínas do antigo Palácio dos Governadores, na Rua da Vitória. Estes imóveis não serviriam para construção de domicílios populares, por localizar-se o primeiro em área comercial, e o segundo, em área de predominância residencial de luxo; porém, demonstram como as finanças públicas eram descuidadas, ou utilizadas em prol de grupos de poder.

Voltando o olhar para os dados referentes ao estado civil, vemos que desde os anos 10 verifica-se que o número de casados é pequeno em relação ao total da população, deixando supor que haveria um grande número de crianças, e muitas das uniões maritais não passavam pelos rituais formais de casamento. As tabelas para a década de 20 apresentam o mesmo padrão. Esquadrinhando o censo relativo aos anos 20 observa-se que:

---

<sup>61</sup> Eram altos salários para quem os pagava. Na vida cotidiana do operariado os seus vencimentos mal davam para uma parcela do mês.

<sup>62</sup> O Imparcial 16 de fevereiro de 1924

<sup>63</sup> Era Intendente o Sr. Frederico Costa.

- Somando homens e mulheres, 126.861 tinham idade entre zero e vinte anos; 156.561 eram adultos acima de 21 anos.
- Ao se observar os registros de casamento, se percebe que em Salvador, a faixa etária dos nubentes estava em torno dos 18 anos.
- Chama atenção a diferença entre os menores de 21 anos e a quantidade de solteiros; isto é, 96.932, ou 61,9% de homens e mulheres abaixo de 21 anos eram casados, viúvos ou não declararam seu estado civil.
- Há mais homens se declarando casados que mulheres; há mais quatro vezes viúvas que viúvos; há mais homens que não sabem declarar seu estado civil que mulheres.

Alguns desses dados ficarão como mera curiosidade, pois sua explicação pode ser dada apenas pela metodologia do Censo; outros devem ser esclarecidos. É necessário para tal, tratar dos antecedentes do casamento.

Passear na Rua Chile, desfilar nas festas populares, era a oportunidade de olhar, ser visto, e começar namoricos; tudo seguindo regras sociais, modos culturais. Segundo Alberto Heráclito Ferreira Filho<sup>64</sup>, as escolhas no casamento estavam reguladas pela classe, cor e prestígio social; no entanto,

Operando, mais uma vez, por uma lógica compensatória, a falta de algum predicado socialmente cultuado devia ser compensada pela presença de um outro. Uma moça branca e pobre podia casar-se com um mulato ou mesmo negro de prestígio social superior, estabelecendo-se complexos sistemas de integração inter-racial, nos quais símbolos de status e prestígio eram dinamizados.

Como os rituais de casar também obedeciam à classe social, nem tudo o que se adquiria para o enxoval era comprado na Rua Chile. Outras áreas de comércio mais acessível a substituíam. Ainda assim, ela era referência, e valia a pena colocar a “roupa de missa” e dar uma espiadela por lá, só para ver o que havia de mais moderno ou o que estava na moda. Como projeto de civilidade e poder, não era qualquer pessoa que se servia dela. A classe, a cor e o prestígio social eram marcantes nas suas esquinas, lojas, passeios..., era um palco típico destas relações e conflitos.

---

<sup>64</sup> Alberto Heráclito FERREIRA FILHO, *Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940*. p.23.

Para os afortunados, era importante casar conforme as normas da Igreja e do Estado. Também, no grupo dos remediados constituía de fundamental importância comportar-se como determinavam essas instituições, e seguir as regras socialmente estabelecidas. Através dos casamentos religioso e civil, com proclamas noticiados em jornais, convites, festas... as pessoas de camadas média e alta acomodavam ou mantinham seus lugares sociais; para a gente do povo, ao contrário, "botar casa"<sup>65</sup> era suficiente. No máximo, se matavam algumas galinhas, para um delicioso "molho pardo"<sup>66</sup>, em comemoração à nova união.

Ao focar nos dados censitários referentes a casamento, nos registros de batismo e na bibliografia outras observações são plausíveis. A primeira: o pensamento corrente assegurava que, se alguns pais e mães não tinham a educação necessária para repassar aos seus filhos, deviam dar bons exemplos, deixando a instrução formal para os mestres, os livros e a sociedade. Afirmavam os defensores deste segmento que era preciso dar, comprar e pedir apenas o indispensável; necessário era submeter adultos e crianças ao regime da obediência, do não desperdício, da firmeza econômica, da honradez aos pais e ao trabalho. Sem dúvida, tais princípios relacionam-se aos dogmas religiosos católicos e ao perfil de sociedade laica, industrial, capitalista desejada.

Para aqueles que freqüentaram a educação formal, a leitura dos periódicos também era fonte que regiam os comportamentos. A instrução pretendida associava a orientação dos pais e a ministrada na escola<sup>67</sup>. Dizia Araújo Nunes em artigo publicado na revista A Paladina do Lar, v. 7, n. 7, de julho de 1917:

[...] Sim, trabalhemos por lhes inocular o habito da virtude, porque o habito é uma segunda natureza e os costumes que se bebem, por assim dizer, com o leite, são os que, quase sempre, nos acompanham até a beira da sepultura.

Para o autor, como para Maria Luiza de Sousa Alves, incutir nas crianças o temor a Deus, o amor ao próximo, a castidade ou a virilidade, a retidão

<sup>65</sup> Ir viver maritalmente sem casamento formal, legal.

<sup>66</sup> Molho da galinhada feito com o próprio sangue da ave.

<sup>67</sup> Pelas estatísticas das Escolas Públicas, publicados pelo jornal O Democrata em 15 de novembro de 1920, Salvador possui 215 escolas sendo 96 masculinas, 117 femininas, 18 mistas e 9 noturnas. O total de alunos era de 11.086 alunos (4.649 meninos e 6437 meninas), e o de professores 375 (215 professoras, 18 professores, 136 adjuntas e 06 adjuntos).

de caráter, dentre outros, era ação coletiva, visto que se nasce com mais aptidões físicas que sociais, sendo necessário que todas as pessoas sintam a força educadora da sociedade.

A segunda observação: na vida das mulheres de elite é onde ocorrem as maiores transformações, ampliando e modificando os círculos de relações de sociabilidade, escolha do casamento etc. A vida das mulheres pobres não se modificou tanto, pois elas sempre foram independentes, sempre lidaram com o trabalho, sempre tiveram que cuidar da família, muitas vezes sem homens. Na vida conjugal de famílias constituídas por uniões livres, a participação da mulher, seguramente, é de menor assimetria, no que se refere à divisão do trabalho e das finanças<sup>68</sup>. Por certo, os assentamentos morais e religiosos, as determinações de papéis de gênero não cooptavam a todos. Há uma convivência entre comportamentos sociais tradicionais com aquele que se tornou discurso hegemônico.

Dona Olisa Rosa de Oliveira, Senhora Ritta da Silva Bastos, e Senhora Isaura da Silva Teixeira, que registraram seus filhos juntas com seus maridos, têm tratamento igual, não importando se são casadas formalmente ou não. Elas são donas de casa, mães de família, esposa do Sr. fulano de tal. No entanto, diferente das anteriores, Maria Vectaliana de Cerqueira, Maria do Carmo e Theodora Maria da Conceição, mães sem casamento, sem um parceiro que registre seu filho, eram tratadas como “concubinas, camboças, comadres, mancebas, conforme a situação marital e classe social”<sup>69</sup>.

A despeito do tratamento pejorativo e da suposta rejeição, na cidade do Salvador, as famílias chefiadas por mulheres não eram incomuns<sup>70</sup>. Desde então, as mulheres soteropolitanas desempenhavam funções sociais importantes como a educação dos seus filhos e de outras crianças a elas confiadas; a administração de negócios familiares, na ausência ou morte de pais ou esposos; a responsabilidade do sustento e da condução moral, no caso de mães solteiras ou de famílias numerosa.

---

<sup>68</sup> Isso parece obvio quando se volta o foco para a formação étnico racial do grupo, e para a tradição de trabalho dessa população.

<sup>69</sup> Thales de AZEVEDO. *Ciclo de vida: ritos e ritmos*. São Paulo: Ática, 1987. p. 52.

<sup>70</sup> É necessário ressaltar que, quanto às relações de gênero, na Salvador do final do século XIX, os hábitos urbanos já estavam transformando a vida das pessoas.

Alguns autores<sup>71</sup> chamam atenção sobre o comportamento matrilinear das famílias baianas, fossem as de elite, fossem as negras. Inúmeras vezes o referencial de estirpe, honradez e dotes comportamentais femininos estava relacionado à mãe, mesmo o pai tendo conduta exemplar e caráter ilibado.

O espaço ocupado pelas mulheres no universo público refere-se, também, às relações econômicas. As mulheres de grupos emergentes exerciam, geralmente, profissões ligadas aos seus papéis tradicionais, como se pode observar nos registros de casamento<sup>72</sup>: o magistério, a costura, a venda de doces, a obstetrícia, a enfermagem<sup>73</sup>. Nos dados censitários de 1920, é possível depreender que as ocupações destinadas às mulheres ainda coincidiam com aquelas desempenhadas pelas escravas e forras: 27,1% das mulheres baianas estavam no mercado formal de trabalho, nas atividades ‘domésticas’, nas “mal definidas”, “não declaradas” ou “sem profissão”.

Mesmo nas camadas altas havia a idéia de nobreza e virtuosismo no trabalho feminino. Um bom exemplo está exposto na Revista A Paladina do Lar, v. 8, n. 10, de outubro de 1917, onde se encontra uma pequena história sobre o Senador Sawyer, um dos mais ricos cidadãos americanos, o qual propôs a suas filhas que elas aprendessem a cozinhar e a costurar, pois, se um dia ficassem pobres não passariam necessidades. Por certo, esse artigo como tantos outros publicados nos periódicos dedicados ao público feminino, quer servir de base conceitual para o treinamento social das mulheres. Essa estória, no conjunto da revista quer difundir e enaltecer a idéia de que o trabalho da mulher ligado a afazeres domésticos é honroso e inerente à natureza feminina.

Não podemos explicar, no entanto, o grande número de mulheres desempenhando atividades domésticas apenas pela vontade moral; mas, é imperativo compreender que o mercado de trabalho oferecia poucas vagas para atividades plausíveis de serem ocupadas, e que para elas era ainda mais difícil estudar, qualificar e/ou especializar-se.

É necessário ressaltar aqui que, a presença de mulheres nas ruas, o número considerável chefiando famílias, as alterações de relações parentais, não

---

<sup>71</sup> Thales de AZEVEDO, Márcia M. B. LEITE, Alberto Heráclito FERREIRA FILHO, dentre outros.

<sup>72</sup> Livros de Registros de Casamento Civil, Arquivo Público Municipal da Cidade de Salvador.

<sup>73</sup> A partir de 1917, passaram a exercer cargos públicos, como por exemplo, funcionárias do “departamento de pessoal”.

possibilitaram a criação de um matriarcado soteropolitano<sup>74</sup>. Ao contrário, o que se encontra é uma exagerada divisão por sexo e uma construção rígida de valores e regras baseadas no universo masculino<sup>75</sup>.

Moças ou velhas, as mulheres deveriam ter “comportamento assentado”, serem recatadas; usar trajés menores<sup>76</sup> adequados, vestir-se longe da moda, usar saias compridas lambendo o tacão dos sapatos, anáguas que impedissem a transparência, mangas que lhes cobrissem os braços, pequeno ou nenhum decote. Quase não compravam roupas prontas, afinal não podiam vestir aquilo que estava exposto, que já era conhecido. Os tecidos, duráveis, de cores ou estamparias sóbrias, sim, eram adquiridos em várias lojas como a Duas Américas, A Pérola, Casa Africana dentre outras. Usavam sapatos que cobriam o peito do pé ou calçavam botinas, nunca sem meias, muitas vezes comprados nas lojas Calçados Ideal ou Clark, que também ficavam na Rua Chile n. 11 e 28, respectivamente. Ah! Os chapéus! Nenhuma mulher de camadas média e alta saia sem usá-los, comprando-os na Chapelaria Mercouri, à Rua Chile n. 12. As mulheres<sup>77</sup> mais pobres se não os podiam comprar usavam o *fichu*<sup>78</sup>, que além da cabeça lhes cobriam o pescoço. Assim desfilavam na Rua Chile e por outras artérias da cidade demonstrando como estavam adequadas às regras.

Na Figura 31 observa-se instantâneos; fotografias que eram publicadas em revistas, jornais ou expostas nas vitrines das lojas da Rua Chile, até a segunda metade do século XX. Estão apresentados dois momentos identificadores desse comportamento: a saída da *matinée* do Cine Ideal<sup>79</sup>, o mais elegante da cidade e da missa da Igreja da Piedade, onde não se podia ir sem estar ‘bem’ vestido.

---

<sup>74</sup> Mesmo se considerando a grande e importante influência das culturas africanas na Bahia.

<sup>75</sup> Não se quer negar o governo feminino na organização familiar, mas está se afirmando a existência dos dois aspectos.

<sup>76</sup> Eram trajés menores as fraldas de dormir, os camisolões, as ceroulas, os espartilhos; calçolas de pernas, combinação e barrete de cabeça. Após a 1ª Guerra foi incorporada às vestes íntimas as cuecas e as ceroulas curtas, até joelho.

<sup>77</sup> Obrigatoriamente, as de camadas altas, eram mantidas pelos pais, irmãos, cunhados ou outros parentes.

<sup>78</sup> Manta comprida, geralmente de cor preta. Hildegardes VIANNA. *Antigamente era assim*.

<sup>79</sup> Inaugurado em 1913, na Ladeira de São Bento, com 400 cadeiras e funcionários uniformizados.



Figura 31 – Em primeiro e segundo plano instantâneos da saída da matinée do Cine Ideal; no último saída da missa da Igreja da Piedade. Revista A Bahia. V. 1, abril e junho de 1915.

Os *filhos homens* de famílias empobrecidas<sup>80</sup> migravam para o Rio de Janeiro e São Paulo, com a intenção de “ter o pé na capital” e influenciar a política regional/nacional, além de manter o controle sobre os cargos públicos. Entretanto, o quadro sócio-econômico de Salvador atrapalhava o projeto desses jovens. Resultava dessa *revoada* de rapazes um aumento no número de mulheres que

<sup>80</sup> Que ficaram arruinadas com a perda das propriedades e do poder econômico, após as sucessivas crises econômicas, depois da primeira guerra mundial.

passam a administrar negócios, comandar as famílias, exercer profissões liberais dentre outras.

Nesta época, o homem modelo deveria manter economicamente a família, no que se refere à estrutura física e equipamentos<sup>81</sup> da casa: morar condignamente, não necessitar regrar comida.

Costuma-se relatar, como marca do comportamento masculino, o costume de, ao cair da tarde, após o trabalho, alguns senhores reunirem-se na porta das casas ou nas janelas, com suas caixinhas de rapé, para “tomar fresco”, colocar os assuntos em dia, discutir o futebol e a política, jogar damas..., seguramente, exemplo de conduta dos homens residentes em bairros de camadas médias e baixas. Nem todos viam com bons olhos essa prática, pois parecia ser um eterno veraneio; uma displicência não aceitável, principalmente se acompanhado do uso de pijama ou chambre<sup>82</sup>. Os jogos de carta ou pedra, também, eram condenáveis.

As sustentações das idéias coletivas exercidas pelos homens, tanto se expressavam na condução da família, na manutenção dos dogmas morais, sociais e religiosos como nas articulações político- partidárias, nos projetos econômicos, nas artimanhas militares.

A maior diversões dos rapazes era o futebol, este vindo para a cidade desde quando Zuza Ferreira<sup>83</sup> chegou da Inglaterra, trazendo aquele esporte, que logo se espalhou, caindo no gosto dos soteropolitanos. Cada rua, cada bairro, tinha seu time, seu espaço onde os moços, de todas as classes sociais,

---

<sup>81</sup> Esses, sem dúvida, não envolviam luxo; o importante era a proteção das crianças, mulheres e velhos.

<sup>82</sup> Esses felizes homens, usuários de vestes de dormir em ambientes públicos, nada achavam de indecente no seu comportamento. Andar de pijamas pelas ruas residenciais era estar devidamente composto, corretamente indumentado.

<sup>83</sup> José Ferreira, o Zuza, morava na casa de número 42, no Portão da Piedade. Era um jovem endiabrado e afeito às molecagens, chefiando grupos de encenqueiros. Seu pai, tesoureiro do London and Brazilian Bank, homem rico e de formação rígida, resolveu enviá-lo para o internato Dortford Grammar School, na Inglaterra, em setembro de 1898. Nos intervalos das aulas, começou a se interessar por um esporte diferente praticado pelos ingleses: o *football*. Ele logo se dedicou ao novo esporte, e acabou integrando o time do colégio. No dia 25 de outubro de 1901, Zuza chega de retorno à Bahia, com todos os equipamentos para prática-lo. Dois dias depois realiza o primeiro jogo no Campo da Pólvora, junto com os irmãos Tapioca (Mário e Edgard) e alguns amigos. A partir daquele dia, acaram-se a paz das vidraças alheias. A bola não era mais prioritária. A bexiga de boi passou a ser utilizada pelo povo. Se não tinha a mesma eficiência, originava os mesmos problemas da bola de couro.

formavam os 'babas'<sup>84</sup>, até que os soldados da cavalaria perseguissem os jogadores.

Nos muitos campos já existentes, a reunião dos mancebos era certa. Os mais conhecidos eram: campo dos Martyres, Quinta da Barra, Derby, Prado, Hipódromo do Lucaia<sup>85</sup>. Principalmente aos domingos, reuniam-se vários senhores e rapazes, como José Joaquim Catão, Antonio Ferreira Bastos, Zacharias José Teixeira, além de poucas moças de classes médias e altas, para apreciar os jogos no Campo da Graça, o mais afamado. Só em novembro de 1920, deu-se a grande inauguração daquele Campo, que tinha características próprias para o esporte, e se contrapunha aos demais, que funcionavam nas áreas centrais das raias dos hipódromos. No novo campo se passou a disputar o torneio local entre os clubes: Bahiano de Tênis, Vitória, Ypiranga, Botafogo, Santa Cruz, Yankee, Associação Atlética, Internacional e Fluminense.

Na Figura<sup>86</sup> 32, se vê o Campeonato local que reunia vários jogadores e apreciadores; aí está o jogo entre os Clubes Santos Dumont e o Bahiano, bem populares em 1906.



Figura 32 – Campeonato de Futebol. 1906. Coleção Ewald Hackler.

Uma das atividades recreativas mais apreciadas por Josephina, Jesuíno, Maria Vectaliana, Antonio, Theodora..., soteropolitanos de idades e classes sociais diversas era passear pelos jardins do Campo da Pólvora, Nazaré,

<sup>84</sup> Jogos de futebol em campos não oficiais. Futebol de várzea.

<sup>85</sup> Geraldo da Costa LEAL. *Perfis Urbanos da Bahia: os Bondes, a demolição da Sé, o futebol e os gallegos*. Salvador: Gráfica Santa Helena.

<sup>86</sup> Marisa Vianna. "...vou pra Bahia". 2004.

Piedade; pelo Largo da Vitória, da Graça, da Soledade; e ruas Chile, Misericórdia, Santos Dumont, Portugal; Avenida Sete de Setembro e Oceânica. Os jornais e memorialistas relatam que nos jardins, durante o dia, as crianças corriam picula<sup>87</sup> e cabra-cega; os rapazes jogavam futebol; as senhoras como Olisa Rosa, Maria do Carmo, Isaura, Ritta e algumas senhorinhas conversavam. Já à noite, essas áreas ficavam tomadas pelos mendigos, vagabundos, e alguns casais.

Pela manhã, as ruas centrais na cidade alta e baixa, com seus escritórios, consultórios, repartições financeiras e representações do Estado ficavam repletas de empregados, funcionários, dos carregadores repondo estoques, de pessoas que precisavam resolver questões cotidianas. Viam-se mais homens que mulheres. Às tardes, essas mesmas ruas e mais aquelas que acolhiam o comércio de miudezas e vestuário, como a Rua Chile, eram tomadas por um sem número de pessoas a passear de um lado para outro, vendo e sendo vistas. À noite, nestas mesmas áreas perambulavam os boêmios, os freqüentadores dos Cassinos e do meretrício.

O lazer era composto de um cardápio variado, para todos os preços e pessoas, sendo a maioria dos estabelecimentos localizada no centro de Salvador. Assim divertiam-se, também, indo ao cinema e ao teatro (São João, Politeama, Jandaia, Avenida, Olympia, dentre outros<sup>88</sup>), a exemplo do Cinema Bahia inaugurado desde 1909, no primeiro imóvel construído na cidade exclusivamente para esse fim, localizado a casa de n. 1 da Rua Chile, que exibia fitas sobre os horrores da guerra, fitas românticas e de aventuras produzidas na Europa ou nos Estados Unidos da América, além dos espetáculos apresentados por trupes estrangeiras e nacionais, e recitais de cantores líricos e populares<sup>89</sup>.

Para Sylio Boccanera Júnior, o cinematógrafo<sup>90</sup> se tornou o principal inimigo do teatro baiano, pois seus ingressos eram pelo menos vinte vezes mais barato que os cobrados pelas casas teatrais.

---

<sup>87</sup> Pega-pega, pique.

<sup>88</sup> Em 1910, foram inaugurados o Cinema Central, na Praça Castro Alves, o Cinema Ideal, no Largo do Papagaio, o Cinema Popular, em Itapagipe, o Cinema Castro Alves, no largo do Carmo, o Recreio Fratelli Vita e o Bijou Theatre, no Bonfim. Em 1911, foi a vez do Jandaya, na Baixa dos Sapateiros, o Rio Branco, na Praça XV de Novembro, e o Avenida, no Rio Vermelho.

<sup>89</sup> Não se pode esquecer das mútuas (Mútua Predial Jandaia, Popular, Operária, Esperança, 7 de setembro, Crédito Mútua Predial...), agências de sorteios, que estavam na moda no início dos anos vinte.

<sup>90</sup> Que chega a cidade no final de 1897, através do farmacêutico baiano Dionísio Costa.

Em conjunto com os aspectos já mencionados da vivência dos soteropolitanos, outros fatores que escrevem os caminhos de sociabilidades, que projetam o texto humano para a modernidade da cidade do Salvador se referem à economia baiana, que ainda estava estruturalmente amparada nos moldes da monarquia, isto é, voltada para as atividades agro-exportadoras e comerciais<sup>91</sup>.

Se no final do século XIX os setores econômicos voltaram a mergulhar em outra crise causada pela seca, pela baixa do preço do cacau e do fumo, restrições ao crédito, e estagnação da produção e comercialização açucareira, esses pareciam tomar fôlego, a partir de 1904 até o final da década de 20, motivados pelo período de guerra e pelo restabelecimento dos preços e da produção agrícolas.

Também na segunda metade do século XIX, em Salvador, foram implementados esforços para instalação do ramo fabril, da manufatura e de oficinas, que começaram com a implantação de têxteis; no entanto, não prosperaram. Em 1920, a cidade continuava a consumir basicamente, produtos importados, a despeito de ser a Bahia o maior pólo terciário do Brasil<sup>92</sup>, entre 1860 e 1890.

Com este quadro econômico vacilante, era de se esperar que os moradores de Salvador estivessem voltados para atividades de serviço<sup>93</sup>, uma vez que as atividades agrícolas eram poucas e a indústria era débil.

Segundo os dados censitários (Anexo 05), a maioria dos indivíduos do sexo masculino, moradores de Salvador, estava empregada em atividade

---

<sup>91</sup> Em muitos momentos os produtos eram comercializados após industrialização parcial do objeto. Esse era um comportamento comercial e econômico diferente do empresariado sulista, que já mergulhava intensamente nos processos industriais próximos aos praticados em países da Europa e dos Estados Unidos.

<sup>92</sup> Esse fenômeno era resultado do oscilante mercado agrícola internacional, ao qual a economia baiana estava subjugada. O Censo de 1920 indica algumas atividades agrárias como industriais.

<sup>93</sup> A atividade de serviço muito heterogênea, contribui para se entender a definição que aqui se quer empregar. Levam-se em consideração alguns aspectos das atividades profissionais desenvolvidas na cidade. Como antiga capital da Colônia, possuía um grande número de funcionários públicos, que não dependiam das crises agrárias, exportadoras ou industriais que, nesse momento, acumulavam mais que a maioria dos outros trabalhadores; os profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, professores, comerciantes, dentre outros), pela especificação dos seus fazeres, relacionavam a produção ao consumo, no instante do exercício profissional, o que os caracterizava como trabalhadores de serviços; as atividades comerciais predominantes na cidade envolviam um grande número de recursos humanos, que utilizavam sua força física como motriz da tarefa, também característica do serviço. Caixeiros, balconistas, padeiros, trabalhadores do porto, carregadores, dentre outros transformavam o serviço em produto. Por outro lado, não se está deixando de considerar o trabalho feito por máquinas e equipamentos.

industrial (25.418), seguida pelo comércio (14.283). Os homens trabalhavam ainda na agricultura, criação, caça e pesca (13.324); transporte (9.401); em atividades diversas (9.393); administração (3.849); profissões liberais (3.690); Força Pública (2.866), e serviços domésticos (2.214). As atividades industriais de importância eram: edificação (8.753), vestuário (6.281) e metalurgia (3.081).

A principal atividade laboral dos indivíduos do sexo feminino (Anexo 05) era também a indústria (18.698), com maior concentração no setor têxtil (1.563) e de vestuário (16.161)<sup>94</sup>, seguida de serviços domésticos (9.033). Declaravam também como profissão: profissões liberais (2.242); atividades diversas (2.456); comércio (1.497); agricultura, criação, caça e pesca (1.325); administração (230), e transporte (93). Dos que não possuem atividades de trabalho ou não declaram essa atividade, 47.690 são homens e 115.720 são mulheres.

Em verdade, desde a década anterior já se encontram anúncios de 'fábricas' espalhadas pela cidade. No jornal A Tarde de 24 de abril de 1914, pode-se ler:

Fabrica de fôrmas de chapéus de palha  
Para Senhoras e creanças  
Rua Chile n. 21 – 1º andar (por cima do Salão Chic)

Uma questão aqui deve ser levantada para não soar como contradição: o fato de homens e mulheres estarem principalmente trabalhando em atividades industriais. Tal incongruência só pode ser entendida se observada a metodologia utilizada pelo recenseador, e como a indústria era por ele analisada. Para o Censo de 1920, a atividade industrial podia ser dividida segundo a natureza e aplicação da matéria prima; ou seja, todas as atividades de transformação são industriais. Modificar produtos agrícolas, fiar, moldar couros, peles, madeira, barro, conformar cerâmica e metalurgia; lidar com produtos químicos, alimentação, vestuário, mobiliário, edificação, aparelhos de transporte, produção e transmissão de força, afazeres relativos às ciências, letras e artes, é trabalhar para a indústria.

---

<sup>94</sup> Esses dados apresentam uma indústria diferente daquela que crescia no sudeste brasileiro. Em Salvador, se mantinha as atividades tradicionais de transformação da matéria prima ligada às atividades agrícolas e ao serviço doméstico.

Observando a faixa etária, ainda, pode-se ressaltar que a atividade predominante de trabalhadores com idade abaixo de 21 anos, é a industrial (setor de vestuário e toucador), seguida do comércio e da exploração do solo. Em todas as atividades laborais se encontram homens menores de 21 anos, exceto como oficiais nas Forças Públicas. Já as mulheres não são encontradas em atividades como: extração de materiais minerais; transformação de madeira e metalurgia; produção de mobiliário, edificação, aparelho de transporte, produção e transmissão de força física; transportes marítimos e terrestres; e Força Pública.

A pouca organização produtiva levou o mercado de trabalho à contração, que por sua vez conduziu a manutenção de algumas estratégias de sobrevivência da ordem escravista. É exemplo, a menção feita por vários jornais, na década de 10, sobre a existência de “cadeiras de arruá”<sup>95</sup> sendo utilizadas como transporte de ligação entre o bairro do comércio e a cidade alta; ou as reclamações sobre a presença de “negras vendeiras” com balaios na cabeça e seios à mostra.

Ao tratar-se de economia e atividades de trabalho na cidade do Salvador, de imediato, questões sobre classe vem a baila. Em *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*, Kátia Mattoso declara que se pode imaginar a origem da classe média, a partir do “enriquecimento, no tempo, das atividades comerciais secundárias do tipo varejista, as oportunidades dadas aos escravos urbanos de comprar sua liberdade por carta de alforria e a miscigenação da população”.

Thales de Azevedo, na obra *Classes sociais e grupos de prestígio*, afirma que, desde a metade do século XIX, era possível pensar que em Salvador existiam: a elite subdividida em famílias tradicionais, famílias ricas e famílias sem tradição; a classe média composta por comerciantes, proprietários, profissionais liberais, funcionários públicos de escalões médios, empregados do comércio, famílias desagregadas e empobrecidas, oriundas das camadas altas; e a classe baixa compreendendo aqueles que viviam do trabalho braçal e manual<sup>96</sup>.

Esses indivíduos falidos ou emergentes, funcionários do Estado ou profissionais liberais, que apresentam uma visão particularizada do grupo a que

---

<sup>95</sup> Segundo Antonio Vianna, guardadas pendentes no teto do sobrado junto ao Hotel Paris e no corredor vizinho ao botequim do Sr. Augusto Chaves, na esquina da Praça do Teatro.

<sup>96</sup> As atividades braçais e manuais estavam ligadas a exploração do solo e extração de matérias minerais, algumas atividades industriais e outras atividades de transporte.

pertencem, e que de alguma forma se afirmam a partir das vivências e comportamentos institucionalizados, são aqueles que se envolvem mais intensamente com os problemas da cidade, os que mais reclamam nos jornais por comportamentos formais e, conseqüentemente, por normas, leis e posturas urbanas<sup>97</sup>.

Chama atenção, ainda, o fato de que havia em Salvador um baixo consumo, fruto do fraco poder de compra. Além da preocupação com as festas populares, ao iniciar a década de 20, os jornais noticiavam a carestia dos aluguéis, dos gêneros alimentícios, das taxas e impostos públicos. Aquelas mesmas donas de casa que se preparavam para as festas de verão, se deparavam com a elevação dos preços do charque, da carne verde, galinha, dentre outros produtos<sup>98</sup>. A farinha de trigo e, como conseqüência, o pão estavam muito caros, apesar dos armazéns estarem cheios de sacas que custavam 32\$500. No jornal Diário de Notícias de 14 de janeiro de 1920 encontra-se nota da redação escrita em letras grandes:

### **O Preço do pão e por quanto está a farinha de trigo**

O commissariado deve agir

Não ha mais razão plausível para o alto preço por que está o pão. A farinha de trigo baixou sensivelmente, no commercio esta praça; no entanto o abuso dos padeiros continua numa exploração inqualificavel.

O "Diário de Notícias", que nesta occasião sempre se manteve ao lado do povo, não podendo transigir com essa irregularidade, chama atenção do commissariado para que intervenha o quanto antes, e obrigue os padeiros a baixarem o preço tão elevado por que está o pão comparativamente com o preço da farinha de trigo, adquirida para o respectivo fabrico.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março arrastou-se a enorme crise com elevações de preços e escassez de produtos, causando grandes transtornos

---

<sup>97</sup> São também aqueles que mais se mostram e querem ser vistos pelas ruas da cidade.

<sup>98</sup> Jornal Diário de Notícias, 09 de janeiro de 1920.

à cidade<sup>99</sup>. Ao ler Diário de Notícias do dia 10 de fevereiro, a população se depara com a matéria *A Romaria do Pão*, que informa:

Antes de abertas as portas do estabelecimento, já era grande a multidão que estacionava defronte, premendo se, dificultando o tráfego dos bondes.

‘As % horas, abertas as portas, o povo invadiu-as, na anciã de comprar o pão de cada dia que o Sr. Seabra nos está negando, [...], sendo preciso que praças de policia fizessem a multidão evacuar o estabelecimento, cujas portas foram fechadas.

Em diferentes matérias, outros gêneros utilizados no cardápio cotidiano dos soteropolitanos como ovos, frango, carne-do-sertão<sup>100</sup>, peixe e carne bovina são vistos como encarecidos pelos seus comercializadores. Não por outro motivo, esses meios de comunicação reivindicavam a atenção e fiscalização dos comissários e inspetores públicos no que diz respeito aos valores cobrados e a qualidade dos produtos.

Por certo, o “Commissariado de Alimentação”<sup>101</sup> tentava organizar e tabelar os preços dos gêneros básicos. No entanto, quase nunca suas determinações eram seguidas, como no caso do peixe, que no início da década de 20 deixa de ser vendido a peso para ser vendido “a olho”, ou a preço superior ao da tabela daquele órgão municipal. Exemplo é a pesquisa realizada e o diálogo publicado pelo Diário de Notícias entre um jornalista e um vendedor de pescado:

- Quanto custa o kilo dos “vermelhos”?
- O peixe aqui não se vende a peso, e sim a olho, respondeu-nos o mercador.
- E o commissariado?
- Sei lá o que é isso...
- Então, não sabe o que é commissariado? E também ignora a existência de uma tabella que determina o preço por que deve vender o peixe?

<sup>99</sup> Só não se pode dizer que esta é uma crise passageira. Durante quatro décadas do século XX observam-se reclamações relativas a alta dos preços e escassez de produtos.

<sup>100</sup> Carne seca, também conhecida como carne-de-vento, carne-do-sertão, carne-do-Ceará ou jabá. É friccionada ao sal e empilhada em lugar seco. Depois, as “mantas” são constantemente viradas de posição, para facilitar a evaporação, até a completa desidratação.

<sup>101</sup> O Commissariado de Alimentação era órgão municipal encarregado de controlar e tabelar os preços dos gêneros de primeira necessidade.

[...]

- Sim, sei da tabella e vendo também o peixe a peso, porém não como ella estipula. O patrão deve ficar sabendo que o peixe de hoje está muito caro.
- E quanto pede por um kilo de peixe?
- Para não desgostar o patrão, eu vendo por 4\$000.
- E como, então, acha que não me desgostou?
- O patrão tenha paciência, mas é isto mesmo, não podemos fazer negócio por menos, senão eu perco muito.

As reclamações de carestia parece ser uma tônica dessa cidade. No Jornal Diário de Notícias, de 09 de janeiro de 1920 está estampado na sua primeira página:

### **Tudo pela hora da morte!**

Farinha de trigo – Xarque – Carne verde – Galinhas &

As classes pobre e media da nossa população lutam com grandes e serias dificuldades para adquirir o indispensavel á sua subsistencia, e a esperança que os resignava, de que após a guerra todos os generos baixariam de preço, feneceu agora, porque tudo continua carissimo, extorquindo-lhes, impiedosamente, os parcos recursos.

[...]

A “carne de sertão”, o alimento preferido pelas classes trabalhadoras, ha tempos, tem o seu preço muito alto, custando o kilo 2\$600, deixando, por isso, de ser usado pelos desprotegidos da sorte.

[...]

A alimentação usada com grande abundancia por toda a população bahiana é a carne verde, que está custando 1\$200 o kilo, com tendencia a subir, em virtude da absoluta falta de gado no interior.

[...]

Embora o Commissariado de Alimentação tivesse marcado o preço de 3\$500 para a galinha, os mercadores estão vendendo pó 4\$500.

Os ovos estão por 1\$800 á dúzia, não sendo esse o preço da tabella.

Para esses mercadores, chamamos também a atenção dos fiscaes do Comisariado.

Os produtos de primeira necessidade eram aqueles que estavam mais caros e mais escassos; para a classe pobre os preços aplicados eram incompatíveis com seus rendimentos.

No Diário de Notícias de 07 de julho de 1920, o artigo “A fiscalização municipal é um mytho”, retrata a insatisfação do povo em relação à fiscalização municipal e a inobservância às normas por parte dos comerciantes de diversos gêneros, seja por aumento do preço, fraude no peso, ou mesmo no que se refere as condições de higiene. Mais um exemplo pode ser encontrado no jornal O Imparcial, de 03 de fevereiro de 1924, na matéria intitulada “A alta da carne verde”, em que relata a carestia do feijão, da farinha, do arroz, do pão e da carne bovina.

A vida cotidiana da cidade também pode ser observada pelas solicitações de melhorias dos hospitais, além de ser apreendida pelas causas de mortes dos soteropolitanos. O Imparcial, de 07 de outubro de 1922, publica matéria intitulada “*De que se morre na Bahia*”, na qual apresenta estatística de, em média, 20 mortes diariamente. A causa mais comum continuava a ser a tuberculose, mas morria-se também de causas ignoradas, *angina pectoris, affecções orgânicas do coração, diarrhea e interite* (todas em crianças abaixo de dois anos), sem mencionar os natimortos; *senilidade, paludismo agudo e arterio-sclerose, apoplexia, paludismo chronico, bronchites aguda, syphillis, mal de bright, infecção purulenta, cyrrose, do fígado, nephrite, grippe, peste, beriberi, erysipella, cancer, rachitismo, meningite*, dentre outros (em adultos). A maioria dessas mortes se verificava nos domicílios, e o restante em hospitais ou estabelecimentos como: Hospital Santa Izabel, Hospital de Isolamento<sup>102</sup>; Maternidade Climério de Oliveira; Asilo dos Expostos, Asilo de Mendicidade, Hospício São João de Deus<sup>103</sup> e Penitenciária.

A importância de se entender como morriam os habitantes de Salvador repousa na relação entre tais causas e a falta de infra-estrutura urbana da cidade. Como já visto em capítulos anteriores, a despeito de todos os melhoramentos realizados, a cidade da Bahia ainda convivía com esgotos a céu aberto, águas embaçadas, acúmulo de lixo, falta de água potável<sup>104</sup> e de iluminação, pane nos telefones, ratazanas, cães de rua, nuvens de muriçocas...

---

<sup>102</sup> Destinado ao tratamento de doenças infecciosas, foi inaugurado em 25 de março de 1920, sem água ou esgoto, composto de três pavilhões.

<sup>103</sup> Nesta época, necessitando de ampliação do espaço, do número de leitos, de funcionários e do quadro clínico.

<sup>104</sup> Era comum nota nos principais jornais dando conta da quebra da correia da Bolandeira, que fazia girar o motor para o abastecimento dos tanques d'água.

Para continuar tentando entender quem são os soteropolitanos que transitam pela Rua Chile, ainda, se pode observar os contextos relacionais, as disposições coletivas ou individuais que atentam para a cidade e a rua. O Imparcial em sua coluna diária “Coisas da Cidade”, pode, também, ajudar a entender o texto humano que vivencia Salvador, através das solicitações de melhoria, reclamações, e/ou críticas feitas, e que vão aproximar o ideal de modernidade à realidade vivida. Esta é uma sessão que, ao longo dos três primeiros meses de 1924, se preocupou em denunciar a falta de saneamento, a não existência de equipamentos de iluminação, o excessivo aumento dos preços alimentícios, animais soltos pelas ruas, costumes incivilizados, dentre outros.

No dia 14 de fevereiro de 1924 ressalta a deficiência de calçamento

Excepção da Avenida 7, do bairro commercial, todas as ruas da Capital, no que diz respeito ao calçamento estão em petição de miséria.

As mais movimentadas, Baixa dos Sapateiros, Calçada do Bomfim, trechos importantes do commercio e industria, têm calçamento rudimentar e estragado.

Não fallemos de ruas dos nossos arrabaldes... É uma decepção.

Passeios, outra coisa séria que vive ao abandono dos poderes públicos.

No dia 23 de fevereiro demonstra bem qual a situação e aparência da cidade naquela década:

O contraste nos nomes de certas ruas é bem flagrante entre nós. Por exemplo: a rua das Flores é talvez uma das mais imundas que possuímos; a rua da Alegria, sem iluminação e com o calçamento arreventado, dá bem uma afirmação triste da ironia de seu nome... Mas, há uma travessa que liga o Caquende e a ladeira da Fonte das Pedras, cuja denominação de “Cova da Onça” lhe é muito apropriado.

Se a onça não é vista ainda ali é porque, sem dúvida, já morreu, porém a cova perdura, como a attestar a sua existencia.

O leitor se passar por aquelle trecho, principalmente á noite, he de sentir couro e cabellos arrepiarem, e repetirá comnosco: “só mesmo um “bicho-fera” podia habitar aqui!?”

No que se refere à iluminação pública, a quantidade de lampiões era insuficiente para clarear as ruas da cidade, e a tubulação de gás que os alimentava estava em péssimo estado de conservação. Os ladrões se

aproveitavam da inexistência do serviço para arrancar os postes e vender aos ferros-velhos. Naquele tempo, dizia-se que era perigoso andar nas ruas de noite, pois quase que não havia iluminação e, pior, policiamento. Ladeira da Fonte Nova, Ladeira dos Galés, Largo de Nazaré, Fonte das Pedras, Cova da Onça (para mencionar somente os próximos ao centro), estavam citados pelos jornais como locais de ocorrências policiais, corre-corre, tragédias.

Aqui, além dos jornais podem-se observar nas fotografias questões, referentes às mazelas relacionadas à infra-estrutura urbana.



Figura 33 – Avenida Sete. 1922.  
Coleção Ewald Hackler.



Figura 34 – Avenida Sete de Setembro. Acervo da Coelba. [192-].

Ao contrário do que se lê naquela coluna e que se vê como postal na Figura 33, Avenida Sete de Setembro vista na Figura 34 estava bastante esburacada, com água acumulando na sarjeta, a ponto de impedir que se passasse da parte pavimentada para a calçada e vice-versa.

No Campo Grande, agora já chamado Praça Dois de Julho, o calçamento mal feito provocava acúmulo de água nos dias de chuva, impedindo o acesso aos bondes. E os buracos? Na Paciência, lá para lados do Rio Vermelho, era de tal forma que atrapalhava os banhistas e os pescadores de chegarem até a praia.

As solicitações se estendiam em melhoramentos nos bairros, na coleta de lixo, esgotamento sanitário, segurança pública, dentre outros. No Diário de Notícias de 01 de julho de 1920, na “Columna do Povo”, o artigo *O bairro do*

*Garcia está abandonado*, o redator além de apresentar as reclamações de um leitor residente naquela localidade, sobre as más condições do calçamento e saneamento, aponta várias reclamações populares referentes à melhoria das condições urbanas.

1. Proibir terminantemente a passagem das carroças pelo Taboão; 2. Para que sejam collocadas algumas lampadas electricas na Baixa do Bomfim e adjacências pois nos dias que não tem lua, é uma escuridão de apavorar. As ruas esburacadas daquelle logar são perigosas porque muitas pessoas tem levado quedas de quebrar a cabeça. [...]
3. Providencias immediatas devem ser tomadas, alli mesmo, na Baixa do Bomfim, entre a estação dos bondes e o palacete Cotegipe. [...]
5. A Intendência deve marcar uma altura para esses toldos de loja, que dificultam o transito. [...]
8. É o modo de se fazer feira, no Bomfim, Água de Meninos e Engenho da Conceição. Negociantes e compradores todos dentro da lama, sem que para isso haja uma providencia.

Aspectos da vida habitual são questionados, e obras são requeridas no afã de modificar a feição e os costumes da cidade, como mostra o Jornal de Noticiais, de 05 de setembro de 1919, na coluna “Especiaes”:

## ASSEIO DA CIDADE

### Apello á população

Habilitados como nos achamos, com todo o pessoal e material necessario á executivo do contrato que amanhã, começa a vigorar, solicitamos da população da cidade o seu valoroso concurso no sentido de ser mais completo possível o serviço, que todos os esforços empenhamos em realizar e havemos em executar. Para o serviço de que nos achamos incumbidos seja completo e perfeito, faz-se mister que a população nos auxilie, seguindo e obedecendo as determinações do Poder Municipal quer sobre as horas da collocação das vasilhas de lixo a porta, ou portão dos domicílios de 6 ½ ás 7 ½, quer impedido que seja atirado á rua lixo ou immundice, quer não consentindo que mercadores ambulantes estacionem nas rua, praças e calçadas para fazerem o seu commercio.

Portella Passos & Cia., empresa contratada para execução da limpeza pública, explicita as novas regras para a coleta do lixo e para o comércio

executado por ambulantes, problemas a serem solucionados pelos poderes público, agora delegados à iniciativa privada. Porém, tal procuração não foi exercida de forma satisfatória, seja pela desobediência dos ambulantes às novas regras e posturas, seja porque a Empresa não cumpria com suas obrigações. Exemplo é a greve dos carroceiros do lixo, por falta de salários, no mês de março de 1920<sup>105</sup>.

Figura 35 – Fonte Nova. Subida da Ladeira dos Galés. Acervo da Coelba. [192-]



As ladeiras dos Galés e de Nazaré assim como por toda a cidade, o matagal se estendia, como se vê claramente na Figura 35. Vários bairros reclamam da falta de capina, da retirada de entulhos e de coleta do lixo, bastante irregular, realizada, muitas vezes, altas horas da noite. São encontradas essas e outras várias reclamações contra os serviços dispensados, mesmo considerando-se ser esta uma das áreas mais bem atendidas pelos poderes públicos.

Nos trechos da Soledade, Barbalho, Ladeira do Funil, os jornais e as fotografias mostram o verdadeiro abandono a que foram relegados e a conseqüente falta de infra-estrutura urbana de tais localidades. Observando o Largo da Soledade, não é possível encontrar arruamento, calçamento e energia urbana, como vemos na Figura 36. Não por outro motivo se reclama tanto nos jornais a interrupção das obras de melhoramentos.

<sup>105</sup> Oposto a tal anarquia higiênica, chama a atenção da faxina residencial descrita por Hildegardes Vianna em *A Bahia era assim*. Segundo a autora, fossem ricos ou pobres, aos sábados, as casas eram faxinadas nos cantos, reviradas, varridas, lavadas, arrumadas, abertas as janelas em bandas para arejar.

Figura 36 – Largo da Soledade. Acervo da Coelba, [192-].



Também, se faz crítica a um velho costume: utilização do espaço público pelos particulares. Um bom exemplo é a fábrica de *adobos* existente na Ladeira dos Galés, referida no jornal O Imparcial do dia 22 de fevereiro.

Se o leitor duvida vá até ali e então assistirá a dois operários amassarem barro collocarem nas formas e depois espalharem os adobos a secar, tornando o transito, já de si dificultado pela invasão do capim e brêdo, que lá proliferam.  
São coisas da cidade!

A administração municipal realizava sistematicamente inaugurações de placas indicando o nome dos logradouros, embora houvesse muitas casas sem numeração. Muitos soteropolitanos e visitantes consideravam inadmissível tal deficiência para uma capital que queria ser moderna. O Diário de Notícias, de 22 de janeiro de 1922, publica artigo intitulado: “É de Pasmal!”.

- Um bom acto a ser determinado pelo engenheiro Epaminondas...  
- Qual?  
- A colocação de uma placa na Barra Avenida!  
Ao menos compensará a falta de calçamento.  
O não ter nome legal essa via publica tem dado logar a serios desarranjos.  
As escripturas publicas luctam com dificuldades para a designação das propriedades, alli. Parece mentira.  
E a numeração da cidade?  
É um chaos, em que ninguém se entende,

As obras que poderiam transformar Salvador em uma cidade cosmopolita andavam de forma lenta ou haviam sido paralisadas. Nas áreas mais movimentadas ainda se inauguravam melhoramentos. A antiga Rua das Princesas é re-inaugurada, em 29 de março de 1924, passando a ser denominada Rua Portugal<sup>106</sup>. Mesmo nas ruas centrais como a Rua do Paço, ainda com vistosos sobrados, as benfeitorias ficaram para outro momento. Logradouros importantes como a Avenida Oceânica, inaugurada em 1922, possuía graves defeitos de concepção e construção, tendo de ser praticamente refeita.

As Figuras 37 e 38 apresentam o Largo do Teatro<sup>107</sup> em dois ângulos: visto pela descida da Rua Chile, e observado do alto em direção à Rua de Baixo de São Bento. Era zona de passagem intensa para quem ia ao centro administrativo ou para a área comercial da cidade baixa. A despeito de sua arborização e aparência, criticava-se o sujo quiosque<sup>108</sup> ali existente. Falava-se dos mictórios públicos, igualmente imundos, com paredes rabiscadas por vândalos.



Figura 37 – Largo do Teatro. Acervo da Coelba, [192-].

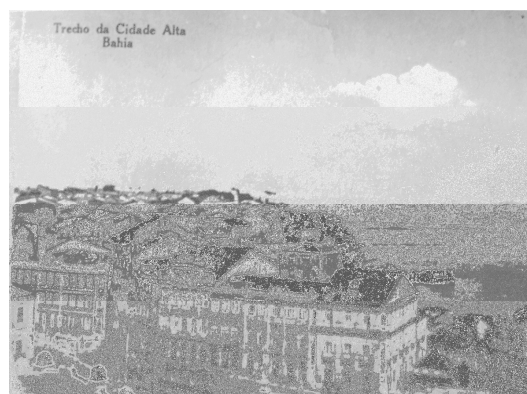


Figura 38 – Vista da Praça Castro Alves e Rua Carlos Gomes. Acervo da Coelba, [192-].

<sup>106</sup> Em homenagem aos aeronautas lusitanos, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que fizeram a travessia Lisboa-Rio de Janeiro, de 30 de março a 17 de junho de 1922.

<sup>107</sup> Como retratam os livros de IPTU, para os anos 20, existiam quatro imóveis naquele local: três pertencentes e utilizados por Felinto Santoro, e um da Fazenda Nacional que abrigava o Teatro São João.

<sup>108</sup> Os quiosques eram construções de ferro onde se vendia: pão, bolacha, café, cachaça, fósforo, charuto, gazona e frutas da época.

Ainda pode-se preencher o texto que os soteropolitanos criam para a cidade no início dos anos 20 através das ações da Companhia Circular, a qual atendia a cidade com no serviço de energia elétrica e de bondes, sendo muito criticada por boa parte de seus usuários. A imprensa relatava a tensão entre a população e a Companhia, provocada pelos constantes atrasos dos bondes, principalmente nas linhas de Santo Antonio, Lapinha e Rio Vermelho; a deficiência ou ausência de dormentes e trilhos das linhas da Usina da Preguiça, Largo do Barbalho, Dique do Tororó, Silva Jardim e Estradas das Boiadas; as precárias condições de trabalho nas oficinas da Graça, levando os funcionários à greve; desabamento de paredes e corrimento de terras devido à passagem dos bondes em vias não apropriadas; destruição de ruas e calçadas pelas obras da Companhia; acidentes de veículos<sup>109</sup>; e a falta de energia elétrica em vários bairros como: Garcia, Brotas, dentre outros.

Desses conflitos o mais grave se estabeleceu com os próprios funcionários da Circular que promoveram uma greve, parando todos os serviços, no meado de 1920. A primeira página do Diário de Noticias de 21 de julho estampa: “A GREVE DE HOJE. A policia tiroteia, espaldera e esbofeteia”. O citado artigo relata que os empregados em bondes, provocados pela repressão da empresa, interrompem as atividades de forma pacifica e prudente, mas são reprimidos pelo delegado Pedro Gordilho. A imprensa, seus leitores e a Sociedade União dos Empregados de Luz e Força Electrica do Estado da Bahia consideraram justas as reivindicações da Associação União dos Empregados em Bondes da Bahia, visto que estas pareciam ser iguais àquelas desejadas pela maioria da população, a saber: melhorias nas linhas de bonde e nos serviços elétricos<sup>110</sup>.

No jornal O Imparcial de 16 de janeiro de 1921 encontra-se uma solicitação típica por melhoria nos serviços dos bondes:

#### A Linha Municipal

Chamamos a atenção do Sr. director gerente da Linha Municipal, para o inqualificável abuso dos conductores de terem os

---

<sup>109</sup> No que tange aos acidentes, deve-se chamar atenção para o grande numero deles, tanto em distritos mais afastados do centro, como nas áreas consideradas mais nobres e modernas.

<sup>110</sup> Também estão no jornal A Manhã artigos que pintam essa paralisação.

carros em viagem, levando muitas vezes mais de uma hora parados, a pretexto de cobrança.

Hontem mesmo viajando no carro de 6,30 da cidade notamos esta abusiva medida, da parte do conductor 286 que apitava continuamente ao que obedecia o motoneiro de n. 424, não obstante protestarem os passageiros, contra semelhante proceder.

Também no mesmo carro viajava o sr. Fritz empregado da mesma Companhia, que nenhuma providencia dava.

Trata-se, pois de um assumpto de muita importância, mormente nesta época de festas do Bomfim, e mesmo porque os passageiros não estão dispostos a ficar 2 e mais horas á espera de tal cobrança.

Mais um exemplo daquilo que agitava a cidade e da necessidade de ordenamento por parte das autoridades, encontra-se também na coluna “Coisas da Cidade”, quando se propõe atualização da legislação para carroceiros e a substituição das velhas carroças por novas; assim como o controle das atividades de vendeiros e vendeiras que tomavam algumas ruas e suas calçadas com seus balaios de frutas, gamelas com carne e peixe, tabuleiros com legumes e hortaliças, e bandejas com caramelos, interceptando o trânsito de pessoas e veículos.

No Diário de Notícias do dia 30 de outubro de 1919, reclamava-se de se estender ou “quarar ou corar” roupas nas ruas. Parece que este era um costume vindo da capital lusitana, que perdurava nesta cidade.

Nada há de mais commum nesta capital do que a pratica dos coradeiros de roupas em pleno perímetro urbano.

Algumas vezes já se há reclamado contra esse habito, inconveniente e vergonhoso.

Demoraram em ouvir os reclamos os aquém competia a cohibição desse abuso.

Mas sempre ouviram.

Assim é que hontem, no pateo da Intendência Municipal viam-se varias lavadeiras a reclamarem as suas trouxas.

Procurando saber de que se tratava soubemos que de hora em diante não seria mais permitido estender-se roupas nas ruas da cidade sob pena de serem aprehendidas, além da imposição do pagamento da multa, para a retirada.

A despeito da proibição, no jornal O Imparcial de 20 e 21 de fevereiro de 1924, na coluna mesma coluna, encontra-se referências sobre os inúmeros

‘coradeiros’ espalhados por várias partes da cidade, e roupas penduradas nas janelas.

Não é de admirar ao leitor o encontro, a cada passo, na capital de vastos e imoralíssimo coradoiros que se alastram pelos passeios e pela propria via publica, num desafio alvar aos descuidos da fiscalização.

O Campinho é um local de ha muito consagrado a esta funcção, alli á margem da rua Dr. Seabra.

Tempo houve em que os bombeiros e guarda municipal, de saudosa memória, entenderam de cohibir taes abusos.

[...]

Ao longo da Avenida 7, onde se enfileiram os hotéis e pensões vêm-se, drapejando, ás janellas, peças de vestuários pyjamas e o mais que se segue, quasi embandeirando em arco a fachada dos edificios.

Antigamente isto se notava nas pensões de 5a. classe. Depois veio a solidariedade das congêneres, o habito generalizou-se, expandiu-se, passou das janellas das casas de commodos da Rua do Julião aos modernos e luxuosos apartamentos da Avenida.

As reclamações por melhorias apresentam o conflito entre aqueles que consideravam as obras infra-estruturais um gasto excessivo, e impossível de serem implementada nas áreas mais populares, e os menos aquinhoados, que resistiam opondo-se à cidade conceitual, imperceptível aos habitantes comuns.

Retornando ao mote teórico do capítulo, vê-se que a idéia de Haberman de *mundo da vida*, como lugar de integração social na Salvador da década de 20, está exposta na estrutura comunicacional através da publicização de opiniões nos meios de comunicação local, que tentam filtrar, moldar e conter a opinião pública. Ao mesmo tempo, é na relação entre as esferas públicas e privadas, entre a ação do poder público, as notícias de jornais, as condutas, as lembranças e as imagens, que os domínios reverberam e dão visibilidade aos comportamentos e opiniões coletivas.

Por certo que, quando se quer tratar da participação dos soteropolitanos no aparelhamento da cidade, se está ampliando o tamanho da vontade e da possibilidade individual da influência e do domínio privado, da mesma forma que se amplia a atuação ofensiva e defensiva das esferas públicas.

Os espaços do trabalho, os transportes coletivos, as festas populares, são lugares de transição definidos pelo público e pelo privado, aquilo que no

capítulo Transições e Interferências, do livro *História da vida privada*<sup>111</sup> é chamado de contrato social. Os soteropolitanos trocam solicitudes, expressões, indignações; reúnem-se em movimentos políticos ou festas religiosas; reconhecem e são reconhecidos pelos comportamentos; respeitam as regras, ou são banidos do grupo por desrespeitá-las; convivem, e definem público e privado.

Assim, o texto que quer projetar a modernidade de Salvador é aquele escrito na relação entre o desejo de contemporaneidade, a transformação dos usos espaciais, as mudanças dos modos de vida, as conformações do sítio, a memória e a vida tradicional da cidade.

---

<sup>111</sup> PROST, A. e VINCENT, G. *História da vida privada*, São Paulo: Schwarcz, 1987. p.115-153, v. 5.

## Capítulo 4

### Rua Chile: língua, cérebro ou coração?

O desenho estrutural, as edificações, a infra-estrutura da Rua Chile se modificam, como se pode ver na fotografia abaixo. Para os padrões da época, agora, esta era uma via larga, com canteiro central que facilitava a travessia de pedestres, onde fora instalada a iluminação elétrica, e que ordenava o trânsito em mão e contra mão, tanto para bondes como para automóveis.



Figura 39 – Rua Chile, [192-]. Fotografia Bahia. Acervo do Museu dos Postais - TEMPOSTAL. Coleção Antônio Marcelino.

Como palco/cenário, ator/objeto a Rua Chile produz juízos de valor que podem ser encontrados em palavras, em imagens, documentos etc. Ressalta-se que não é no calçamento, nos imóveis, na iluminação que está o escopo deste trabalho, e sim nos comportamentos, nas relações que se expõem, que criam conflitos, atravessam e orientam as pessoas no espaço social, incorporam e expressam sua memória.

Neste capítulo, a pretensão é relacionar as expressões simbólicas criadas sobre a Rua Chile na década de 30, buscando conhecer e compreender

suas alegorias, aproveitando as digressões de Carlos Torres, Nelson Gallo e Jorge Amado, que a definem como 'língua', 'cérebro' e 'coração'<sup>2</sup>.

Ao reutilizar os arroubos literários dos autores, compartilha-se a idéia de que a configuração dos espaços urbanos decorre de vivências corporais maçantes de cada sociedade, como afirma Richard Sennet (2001). Para ele as formas de andar, comer, conversar, vestir são elementos que levam à compreensão dos núcleos urbanos. Assim, a Rua Chile será tomada como *lugar de existência*, onde a modernidade terá importância fundamental para definir o pertencimento no tempo e no espaço. Também comunga com o pensamento de que o ideário de higienização dos corpos se iniciava pelo ordenamento do espaço e do tempo para a realização de atividades cotidianas, como afirma Michel Foucault (1993)<sup>3</sup>:

O corpo – e tudo que diz respeito ao corpo, a alimentação, o clima, o solo – é o lugar da Herkunft: sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados, do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram na luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito.

Por certo, nem todos os indivíduos, principalmente os das camadas mais baixas, seguiam os preceitos propostos, não só por rebeldia, mas por desconhecimento ou dificuldade em adaptar-se aos novos padrões. Em verdade, os novos costumes estavam na esfera do imaginado, do ideal. Na prática, os arranjos arquitetônicos ou de engenharia, os aprendizados da medicina, as ações escolares ou até mesmo religiosas seguiam o curso da vida local, as experiências desenvolvidas no lugar. São esses modos de vida que se busca na Rua Chile.

---

<sup>2</sup> Um dos principais elementos discutidos por médicos, professores, padres, militares e as instituições que representavam era o corpo humano. Para entender a Rua através dos que moram, trabalham ou freqüentam-na, sua representação subjetiva, e apreensão das múltiplas formas das pessoas se relacionarem com ela e nela, esse trabalho compartilhando com a idéia dos autores visualiza a trama entre a *urbis* (parte física: edifícios, pontes igrejas, hospitais, casas, ruas) e a *civitas* (refere-se à vida social, política, ideológica), os discursos sobre a Rua reurbanizada, a cidade com nova face.

<sup>3</sup> Michel FOUCAULT. *Microfísica do poder*. p.22.

## Rua Chile: Língua

De tudo se falava na Rua Chile. Era costume homens e mulheres como Antonio Ferreira, Zacharias José, Olisa Rosa e Maria Vectaliana reunirem-se em casas de chá, magazines, cafés e até mesmo nas causadas para saber das novidades políticas, econômicas, sociais e pessoais. As conversas podiam ser meros mexericos ou assuntos muito sérios. A Tarde de 01 de fevereiro de 1932 publica:

É um velho habito meu, todos os dias após os meus affazeres de administrador do 'cemiterio' que me deram de 'festas', anno passado, ir fazer horas de prosa, sentando-me junto á u'a mesinha no salão dos fundos da Confeitaria Chile. Entre meus companheiros inseparaveis de cavaqueação diaria, figura, em primeiro lugar, Aristides Gomes [...].

A Rua Chile era um misto de elegância desejada, que estava exposta nas vitrines, nos consultórios, nas casas de chá, nos comportamentos, e também nos transtornos das construções dos novos edificios e terrenos baldios. As prosas eram alimentadas pelas notícias de jornais, como a publicada no dia 11 de fevereiro de 1930, em A Tarde, ou mesmo pelo garbo que estava na moda, e podia ser observado nas várias direções daquela Rua:

Escolhida a rua Chile, que é a artéria por excelencia do commercio elegante da Bahia, a SEMANA DORLY, reflete os processos de maior actualidade das propagandas victoriosas da industria.

[...]

A SEMANA DORLY consiste na apresentação de victrines, exclusivamente com a serie de perfumes dessa esplendida marca.

Voltando-se a observar os dados de endereços e de IPTU, evidenciam-se tais características comerciais de produtos refinados<sup>4</sup>, principalmente, cosméticos, perfumaria, artigos de toucador, de decoração, têxteis e calçados, além de serviços de hotéis e casas de chá. A Rua Chile, a partir dos anos 30,

---

<sup>4</sup> Importados de fora do Brasil ou de outros Estados.

abrigava também escritórios e consultórios dos mais afamados profissionais liberais e agentes de serviços da cidade.

Na Tabela com dados dos livros de IPTU (em anexo) referentes aos anos 30, encontram-se informações relevantes.

- Existem 10 imóveis “sem informações”. Estes coincidem com os do lado oposto ao mar, os quais contribuíram para o alargamento dessa artéria. Desde a segunda década do século XX haviam sido agregados às posses da Companhia de Melhoramentos; foram demolidos ou estavam em ruínas. Assim, passados vinte anos, a Rua mais elegante da cidade ainda abrigava canteiros de obras e terrenos baldios.

- Chamam atenção as diferenças de numeração dos imóveis de 1930 para 1931<sup>5</sup>, em diante. Em 1930 a numeração parte do número 01 e não do s/n (sem número), como é o caso da Delegacia Fiscal, imóvel de propriedade do Governo Federal que, por essa numeração, passou a localizar-se na Rua Chile. Não se pode esquecer que desde 1929 a Prefeitura já havia determinado a obrigatoriedade de numeração em todos os imóveis da cidade.

- Na comparação com o IPTU da década de 20 vê-se ainda a supressão dos números 04, 06, 16, 18, 20, 22, 23 e 24. Parece que a Companhia de Melhoramentos deixa de declarar seus imóveis, os mesmos que anteriormente passaram a lhe pertencer.

- Não se comprovam vendas e conseqüentes mudanças de proprietários dos imóveis, nesta década. A Rua era a mais cobiçada da cidade, no entanto, os proprietários não negociam seus imóveis. Se comparados, entretanto, com os proprietários de décadas anteriores verifica-se uma mudança grande de mãos.

- Aparecem como “s/n” três imóveis, que nos anos seguintes têm como numeração 12, 20 e 22. O imóvel de número 12, de propriedade do Sr. Bernardo Martins Catarino, mesmo sendo considerado um sobrado pelos poderes públicos, é um prédio, visto que possui seis andares e lojas, sendo para a época a mais alta edificação da Rua.

- A maioria dos proprietários tem o próprio imóvel como negócio. O Governo Federal; João Mercuri, Carlos Martins Catarino e Sloper e Irmão; Manuel

---

<sup>5</sup> Tabela em anexo.

Herculano de Almeida Cunha e Eduardo Rodrigues Moraes possuem repartições, lojas, escritórios e consultórios, respectivamente.

- Os imóveis da Santa Casa de Misericórdia, assim como os de dr. Eloy de Oliveira Guimarães estavam isentos de impostos pela Lei Colonial n. 1808; os de propriedade de Bernardo Martins Catarino, o de numeração s/n ou 20 possui isenção até o segundo semestre de 1944, mesmo encontrando-se fechado por muitos anos, e o s/n ou 12 possui isenção até junho de 1932.

Sua característica comercial ajudava a fomentar conversas, uma vez que as estratégias de venda, sejam pela exposição de vitrines, sejam pelos letreiros luminosos, arrumação das lojas, produtos comercializados, ou pelo comportamento de comerciantes e fregueses, chamavam atenção e viravam modelo.

As táticas do mercado envolviam a distribuição de farto material pelos seus representantes, como a Kolynos que, em 12 de março de 1931 expôs e distribuiu dentifrícios. Outros meios postos em práticas para chamar atenção da Rua foram às exposições do artista Brochado, em julho de 1931, na vitrine da Mobiliaria Chile; a do escultor Paschoal Del Chirico<sup>6</sup>, dos bustos de Carneiro Ribeiro, João Pessoa e Emilio Schlang, medalhão de Nossa Senhora, dentre outras peças; ou ainda, no Palacete Catharino, a exposição de 60 telas do pintor Mendonça Filho .

Os letreiros eram outra dessas táticas para encantar e atrair pessoas. Ao tratar dos luminosos de cidades como Paris, Nova York e São Paulo, o jornal A Tarde de 22 de janeiro de 1930, afirma que “Na Bahia, infelizmente, estamos muito longe ainda de pensar nesses progressos”. Esse mesmo artigo, no entanto, reconhece que a prosperidade da cidade pode ser demonstrada pelos.

[...] grandes prédios de cimento armado que se erguem no bairro commercial e os sumptuosos arranha-céus da rua Chile, o

---

<sup>6</sup> Nascido em Venoza, Itália, em 1873, chega a Santos/São Paulo (onde permanece por dez) aos vinte anos de idade. A convite de Teodoro Sampaio vai para Salvador trabalhar com elementos de esculturas na reforma da escola de Medicina. Leciona na Escola de Belas Artes de 1918 a 1942; desenha e esculpe monumento: Rio Branco (1919), Cristo Redentor (1920), General Labatut e Castro Alves (1923), a Conde dos Arcos e Visconde de Cairu (1932), dentre outros espalhados por Salvador e cidades do interior como Alagoinhas, Santo Antonio de Jesus, Ilhéus, Nazaré das Farinhas etc; e obras fúnebres, além de mausoléus. Preferencialmente, usou como material o bronze e a mármore. Morreu em 1943.

babylonico palacio da A TARDE, na praça Castro Alves, oferecem situações, fachadas admiráveis para as atalaias dos cartazes luminosos.

Os novos imóveis edificadas pela cidade foram terreno fértil para a discussão na Rua Chile. Neste período foi construída a sede do Instituto do Cacau<sup>7</sup> (1933-1936), de modelo alemão; a creche da Pupileira (1935), que lembra o padrão nórdico de edificação com vidraças curvas em balanço; a Agência dos Correios e Telégrafos (1935-1937), apelidada pela A Tarde de ‘cúbica’, e considerada pouco apropriada para o clima da cidade; a Estação de Hidroaviões (1939), situada no porto de Tainheiros, cidade baixa, com a preocupação de se integrar à paisagem criando espaços transparentes; e, o mais importante exemplo dessa década, o Instituto Normal da Bahia (1936-1939), que além do ensino tradicional, desenvolvia atividades como teatro, dança e outras socializantes, científicas e esportivas, além de uma escola experimental<sup>8</sup>. Nenhum deles na Rua Chile.

Na tentativa de fazer a cidade ingressar na nova áurea, tanto a iniciativa privada quanto os poderes públicos, demonstraram seus ímpetos construtivos. Assim, foi criada nesta década a primeira incorporadora – a Cia. Brasileira Imobiliária e Construções, que edificou os primeiros blocos de apartamentos residenciais<sup>9</sup> e divulgou a chamada “arquitetura moderna”.

O novo perfil construtivo também está exposto, no jornal A Tarde de 03 de fevereiro de 1931, na matéria, “Quem quer edificar um arranha céu?”. Informa que a Secretaria da Fazenda abriu concorrência pública para alienação de parte do terreno situado na Rua Chile número 35.

O mesmo jornal, do dia 05 de abril de 1930, em “Fim de Coluna” apresenta um artigo intitulado *A physionomia da cidade*, em que faz relação da cidade com a residência dos leitores, para criticar a falta de conservação e de

<sup>7</sup> Segundo ORMINDO (1988) construído com muitos avanços técnicos, a saber: lajes cogumelo, ligação com o porto através de esteiras subterrâneas, autoclaves de descarte, rampas e esteira para transporte da sacaria, controle de umidade dos depósitos. Foi primeiro Diretor Comercial do Instituto, Frederico Edelweiss.

<sup>8</sup> A estrutura harmoniza prédios geométricos, articulados com quadras, piscinas e outras áreas de lazer. Observa-se que são poucas as construções implementadas pelo Estado.

<sup>9</sup> A maioria dos condomínios para moradia pertencia a famílias tradicionais baianas (Dourado, Bráulio Xavier, e Gordilho) e se localizavam em bairros já ocupados por essa camada. Os primeiros prédios residenciais foram construídos em 1937 e 1938. Um deles, o Edifício Bráulio Xavier possuía apartamentos luxuosos com 4 salas e 5 quartos.

zelo dos prédios coloniais, contrapondo-os aos novos edifícios do Bairro das Nações. Ao tempo em que expunha as características de construção de casas e bangalôs solicita providências para que a primeira impressão dos visitantes seja fixada nas belezas da Baía de Todos os Santos, na natureza, e não no enrugamento da face da cidade. O artigo afirmava que, ao se chegar na cidade da Bahia, a visão era dos fundos das casas, do quintal, do varal estendido, das fachadas mais estragadas, da área das intimidades das moradias.

É pacífico que a arquitetura moderna na Bahia não resulta do Estado Novo, nem tem inspiração na “Escola Carioca”. Segundo Paulo Ormino Azevedo, no texto *Alexander S. Buddeüs: a passagem do cometa pela Bahia*<sup>10</sup>, esta é consequência

[...] da visão de alguns baianos como Ignácio Tosta Filho e Álvaro Augusto da Silva, e da introdução na Bahia de arquitetos europeus, em sua maioria germânicos, que atuavam no sul, pelas grandes empreiteiras sulistas. A imagem desta modernidade foi consagrada em um cartão postal da época em que o dirigível Graff Zepeling pairara sobre o Instituto do Cacau, em meio ao novo aterro deserto do Comércio.

O Edifício Mercouri, construído em 1912 e situado na Rua Chile, foi agraciado com o Prêmio Beleza Arquitetural, instituído em 1934, tendo recebido a isenção de impostos por dez anos. Ora, tratando-se de modernização, por que premiar um prédio antigo? Neste momento, setores da sociedade soteropolitana discutiam a conservação de belos exemplares da arquitetura do início do século. Isso parece um contra-senso, pois também se encontrava nos jornais, e as bocas não pararam de falar, da derrubada da Igreja da Sé, bode expiatório de toda incivilidade soteropolitana. Uns falavam contra, outros a favor, mas durante muito tempo este foi o melhor assunto nas diversas rodas. Perguntava-se: onde seria guardado o seu patrimônio? Onde se depositariam os restos mortais que lá estavam? Que fim teria a Irmandade do S. S. Sacramento da Sé?

As imagens sacras e outros objetos religiosos foram levados em procissão, no dia 06 de agosto de 1933, para a Igreja da Catedral. As ossadas foram transportadas em latas por parentes ou interessados que as colocaram em

---

<sup>10</sup> Paulo Ormino AZEVEDO, no texto *Alexander S. Buddeüs: a passagem do cometa pela Bahia*, CEBRAP. Novos Estudos. 2006. p. 6. <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq081>.

cemitérios ou outras igrejas. A Irmandade foi extinta; todos os seus bens, alfaias, direitos e obrigações foram transferidos para a Santa Casa de Misericórdia. O material de demolição, em especial as pedras foi transportado para a Quinta das Beatas; portas, altares, grades etc, foram para o Convento da Palma, onde funcionava o Fórum.

Nos transportes, no alargamento das ruas, na prestação dos serviços de saúde e também na iluminação pública a cidade transforma-se. As línguas eram utilizadas para tagarelar sobre a instalação dos novos consultórios médicos e da reforma dos antigos; sobre a modernidade dos equipamentos, como os do consultório de Dr. Colombo Spinola, especialista em doenças do nariz, ouvido, olhos e garganta, no número 11-A, acima da *Casa Au Louvre*; a inauguração do gabinete dentário do Dr. Cirurgião Dentista José Lima, situado em duas salas do prédio n. 19; ou ainda, para comentar sobre os indicadores profissionais publicados nos jornais que anunciavam, dentre outros, Dr. Attila Amaral, também instalados naquela Rua.

A Rua Chile era laboratório e vitrine para os experimentos de melhorias. Expõe A Tarde de 08 de maio de 1930 que um projeto de nova iluminação compreendia o Largo do Teatro até a rua da Misericórdia. Sabe-se que antes, lá estavam os lampiões de ferro fundido, substituídos por outros com bicos incandescentes; depois, com a Guerra e a crise do carvão, a cidade ficou quase às escuras, instalando-se, posteriormente, lâmpadas elétricas nos postes. O novo projeto previa que na Rua Chile e adjacências o sistema teria braços ornamentais com cúpula para iluminação abundante.

Aquilo que para Salvador<sup>11</sup> parecia ser a última e mais moderna novidade, para o Rio de Janeiro e outras capitais brasileiras já se tornara outrora. Nesta época, para empurrar a progressista urbanização e o processo de expansão da iluminação da cidade foi construída a barragem<sup>12</sup> Jerry O'Connel, em Bananeiras, que se tornou a principal fonte de energia elétrica, alimentando a capital e várias outras cidades do interior.

---

<sup>11</sup> O artigo do jornal A Tarde de 18 de janeiro de 1930, com o título de 'Topicos' retrata a necessária ação para dirimir ou minimizar os problemas da comunicação urbana. Eram tantas as reclamações da população contra os serviços de bondes e de luz que a prefeitura resolve estabelecer dois livros para registrá-las. O descontentamento da população, os reclames diários nos jornais, os protestos da oposição política, aceleram as reformas.

<sup>12</sup> A hidroeletricidade, além de possibilitar a alimentação de energia das novas máquinas dos elevadores, permitiu também uma nova e melhor iluminação pública e melhoramento no sistema telefônico, que deixando de ser manual, se transformou em automático.

Não só a modernidade era assunto das conversas. Falava-se da Rua Chile que tinha seus passeios obstruídos por mercadorias e carregadores empregados das lojas, mesmo já havendo posturas que proibia esse hábito. Em “Aspectos que precisam desaparecer”, artigo de A Tarde do dia 03 de fevereiro de 1930 observa-se reclamações referentes a esses comportamentos.

Tanto bastou, para que logo lhe tomasse a porta principal uma rotunda preta, que se espalha commodamente num tamborete indecente, a vender fructas, como si aquillo fosse mercado ou propriedade sua, onde à vontade, pudesse tagarellar com os parceiros, que se lhe juntam á roda. É para isso que chamo a vossa atenção. Proteste, em nome da nossa cultura e da nossa civilidade. Evitae ao estrangeiro a visão dessa tristeza.

Este artigo exibiu várias questões discutidas por Francisco e seus amigos, na Rua Chile ou em outras partes da cidade: relações raciais; hábitos da população negra e/ou mestiça; relações de gênero; hierarquia; aspectos de trabalhos das populações pobres.

O jornal ao representar a camada letrada e os mais aquinhoados, retoma da memória os comportamentos do período escravista e seus significados, principalmente a imagem de negras e negros nos cantos de praças e ruas, com seus tabuleiros, cestas e gamelas vendendo “de um tudo”<sup>13</sup>. Seguramente, tanto a forma de expressão do autor da matéria, quanto a conduta desta mulher estão relacionadas aos tradicionais comportamentos das escravas ganhadeiras do século XIX. Especialistas como Cecília Soares (2007), dentre outros, afirmam que o modo de vida daquela população fora considerado como condutivo de desordem.

As ruas eram consideradas pelos brancos como ambiente perigoso, exatamente pela presença maciça de negros e demais desclassificados sociais, geralmente pessoas pobres e pretas. As mulheres negras que viviam nas ruas estavam sujeitas à violência e agressões relacionadas ao seu gênero, sua cor e classe. A isso elas respondiam com comportamento aguerrido, enfrentando situações difíceis<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Variedade de mercadorias: frutas, ovos, verduras, temperos, folhas, especiarias, dentre outros. Apesar da legislação, no período colonial, dar exclusividade para a vendagem às mulheres brancas e livres e no período Imperial as leis de orçamento, alvarás, decretos e as posturas controlarem e proibirem esse tipo de comércio. Como já foi observado em outro capítulo.

<sup>14</sup> Cecília SOARES. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUNEB, 2007. p. 107.

A presença daquela senhora em área central, sentada comodamente<sup>15</sup> a conversar com seus fregueses e ‘amigos’ pode ser interpretada como algo cotidiano na vida da cidade, contudo expõe o comportamento audacioso da população de cor; apresenta a relação conflituosa entre os diferentes seres sociais. O artigo chama à baila, também, a contraposição entre costumes a serem apagados, e os novos comportamentos a serem captados pelos homens e mulheres na Salvador da República (Velha) Nova.

Ao tempo em que se questionava a presença e os hábitos da população negra, se inaugurava na Rua Chile, número 12, a Casa Africana. À primeira mão, pode parecer uma incongruência, contudo, se olharmos mais apuradamente, não há nada a estranhar, visto que ela se ocupava do comércio de produtos finos.

Foi este facto assumpto de festa na grande artéria, offerecendo o novo e modelar estabelecimento um aspecto agradabilissimo, pelas suas lindas vitrinas, stock variadissimo de fazendas para a fina freguesia e pessoal distincto [...]<sup>16</sup>.

O nome utilizado para a nova loja expõe as marchas e contra-marchas da sociedade soteropolitana, que, ao mesmo tempo em que segrega, reconhece a existência de uma grande população mestiça e negra, demarcando espaços, conflitando com os poderes constituídos, driblando situações de preconceito, alcançando posições sociais, resistindo enquanto comunidade.

Ainda fazendo um recorte racial, é necessário lembrar que a religião de matriz africana, ao longo dos anos 30, sofreu uma enorme repressão policial. É nesta época que se estabelece a obrigatoriedade de estarem registrados, na Delegacia de Jogos e Costumes, as Casas de Culto Afro, sob pena de não poderem realizar seus rituais e festas<sup>17</sup>. Tal atitude representava a reação da sociedade a uma religião popular, que poderia fazer frente àquelas outras de modelo ocidental; sendo, também, a objeção da população pobre, negra ou

<sup>15</sup> Não se pode esquecer que o banquinho representa, na cultura afro-brasileira, um sentido de grupo, lugar social, posição. Estar sentado no tamborete tanto pode significar autoridade, importância, humildade, respeito; quanto rebeldia, obstinação, oposição, independência, resistência.

<sup>16</sup> Rev. Única, v. 3, n. 2, ago./set. 1931.

<sup>17</sup> Julio S. BRAGA. *A Cadeira de Ogã* (1999), *Na gamela do feitiço* (1995). *Fuxico do candomblé* (1988).

mestiça, às ideologias e modos de vida de origem européia, disseminados em Salvador.

Apesar da repressão religiosa e das contraditórias relações entre os diversos segmentos sociais soteropolitanos, foi muito comentado na Rua Chile e em toda a cidade a morte de Eugênia Ana dos Santos – Mãe Aninha<sup>18</sup>, em 1938, que possuía grande prestígio entre intelectuais, como Edison Carneiro e outros.

Aquela artéria para a população negra e pobre, na primeira metade XX era usada como lugar de trabalho, de passagem, de visita, porém, de muito poucas compras. Quando residentes na região, eram empregados domésticos ou moradores de cortiços, becos, prédios velhos e insalubres.

Os anúncios de empregos para as lojas situadas na Rua Chile, requisitando vendedores, balconistas, caixas, vitrinistas apresentam como pré-requisitos para os pretendentes às vagas: idade entre 25 e 35 anos, cor branca, ótima educação e boa aparência.

A preocupação em demarcar linhas de origem étnica e/ou racial no Brasil tem variado de acordo com as necessidades políticas, sociais e econômicas dos grupos que disputam a hegemonia na sociedade brasileira. O clássico anúncio do requisito de “boa aparência” esconde o objetivo maior: a rejeição aos negros, definidos de acordo com a tonalidade de sua cor e a textura de cabelo. Quanto mais distante do padrão branco europeu de aparência, menor são as oportunidades no sistema educacional e no mercado de trabalho; quanto mais escuro e mais pobre, a tendência é a de ser mais e mais excluído do modelo socioeconômico estabelecido. Essa posição vai ao encontro da construção da identidade nacional<sup>19</sup> vigente, que se traduzia pelo sonho do Brasil moderno, branco, europeizado.

O modelo de civilização esbarrava na desconfiança no ente político, o qual associado à crise econômica mundial resultava como reflexo em Salvador, no fechamento de fábricas de tecidos como Progresso Industrial, Conceição, Penha; em prédios vazios, como o de propriedade da Companhia Aliança da

---

<sup>18</sup> Fundadora do terreiro Ilê Asé Opó Afonjá.

<sup>19</sup> Representada por dois grupos: os viam no crescimento e progresso das cidades brasileiras os sinais da conquista da civilidade; e aqueles que se preocupavam em recuperar as raízes da nacionalidade no interior do país.

Bahia, na cidade baixa<sup>20</sup>; e outros em ruínas, especialmente na cidade alta nas ruas: Chile, Misericórdia, da Ajuda, Rui Barbosa, São Bento, J. J. Seabra; no Terreiro de Jesus e Praça Castro Alves.

Ao longo deste trabalho, foram apresentados tratamentos diferenciados pelos poderes públicos a áreas da cidade. Na própria estrutura física da Rua Chile podia-se observar tal realidade. Lá, desde 1913 que se havia colocado ladrilhos nos passeios só comparados em qualidade e beleza aos aplicados nas ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias, no Rio de Janeiro. O luxo escandalizou também pelo custo. Como não houve manutenção de tal cerâmica, essas arrebentaram, foram perdidas, e/ou não foram devidamente remendadas. Ao longo da primeira metade do século XX, em vários momentos a Rua Chile foi o palco dos experimentos, da aplicação de modernas técnicas de construção e iluminação, de exibição de vestuário etc.

Ao retornar à tabela de IPTU, verifica-se que na década de 30 não havia ainda a reconstrução dos imóveis demolidos nos anos 10. Em parte, alegava-se falta de recursos; em outra, era a forma dos proprietários garantirem um maior lucro, guardando seus terrenos para venda ou construção em tempos economicamente melhores. Vê-se também naquela documentação que:

- Neste intervalo de tempo, muitos foram os proprietários que venderam seus imóveis – Joaquim Gonçalves Maia, Maria Augusta Andréa Dórea, Pedro Velloso Gordilho, Domingos Presa, Pedro Gonsalves da Silva, Bertollino Pinto de Almeida Castro, Firmino Pedreira do Couto Ferraz, Manuel Garrido Oubinhos, Cláudio Araújo Góes, Barão de Itapuam, Barão de Paraguassú Antonio Joaquim de Cerqueira Mendes, Alfredo de Carvalho da Silva, Theophanes Maia Gil, Germano Francisco de Assis.

- Compraram imóveis: Eloy de Oliveira Guimarães, Santa Casa de Misericórdia, Antonio Ferreira de Souza, João Mercuri, Bernardo Martins Catarino e Sloper e Irmão.

- Imóveis transferidos para a Companhia como o de número 01, 26 e 28 foram reconstruídos e mudaram de proprietário.

---

<sup>20</sup> Muitos outros na mesma região, em ruas importantes como Visconde do Rosário, Santos Dumont, Ourives, Rua Portugal.

- Deixam de existir quatro imóveis no lado par, de 38 a 44, que foram demolidos. Estes tinham como proprietários: Orphãos de São Joaquim, Gabinete Português de Leitura e Bráulio Xavier da Silva Pereira.

Tudo isso era uma forma de especulação. Um bom exemplo é o do terreno chamado “bico-de-ferro, esquina da Rua Chile com a da Ajuda, que durante duas décadas, permaneceu sem nenhuma alteração. Somente no final dos anos 30 se inicia a construção do Hotel Palace<sup>21</sup> O que estava em pauta não era a aparência do logradouro. Mesmo sendo a rua mais nobre da cidade, e dita por muitos “*a mais bela*”. Os jornais alguns reclamavam da má impressão que se tinha com a quantidade de terrenos baldios, cercas e tapumes. Isso não tornava apenas feia a Rua, mas aumentava a insalubridade da área com a presença de ratos e outras pragas.



Figura 40 – Terreno Bico de Ferro. Esquina da Rua Chile. Jornal de Notícias, 1922.

Por todos os muros e mesmo nos terrenos baldios estavam as propagandas de produtos e casas comerciais espalhadas pela cidade, como se observa na foto (Saúde da Mulher, Bromil, Casa Atlas, Antigal do Dr. Machado, Matrozon... convite à Exposição Nacional do 1º. Centenário da Independência do Brasil). Também se vê na Figura 40 a rua da Ajuda, com imóveis de aparência residencial, antes da reforma de 1938.

<sup>21</sup> A partir daí referência de construção na Rua.

Os acidentes e as ocorrências policiais também fizeram parte do rol das conversas. Muito se comentou sobre o ocorrido no dia 9 de dezembro de 1933, o desabamento de parte da cornija da Igreja da Sé, que estava sendo demolida, matando quatro pessoas e ferindo outras tantas. Ainda em março de 1934, se falava sobre a morte do ajudante de pedreiro, Adalberto Castro, um dos operários que trabalhavam na demolição da Sé. Esta demolição foi assunto que perdurou por anos, alguns contra, outros a favor.

Roubos, incêndios, brigas entre mulheres, suicídios, desastres de bondes, brigas de vizinhos, discussões, prisões, dentre outros, que tiveram como chão a Rua Chile, ou não, eram noticiadas pelos jornais. O mais celebre deles foi “O Caso dos Perdões”, em 1936, que serviu de comentário até no Rio de Janeiro<sup>22</sup>.

Esse episódio que tomou ares de escândalo se deu na manhã chuvosa da terça-feira da semana santa, e foi retratado como resumo dos fatos, em manchete pelo jornal Diário de Notícias de 7 de abril:

FORTE ESCÂNDALO  
EM PLENA SEMANA SANTA  
que a humanidade christã venera e respeita  
O Sr. Arcebispo espanca a Madre Regente do Educandario dos  
Perdões, cospe-lhe a face, rasga-lhe o habito e bate, também, nas  
alumnas, que a defendem!

O jornal Cidade do Salvador, de quarta feira, 8 de abril, publica na matéria intitulada *O ESCÂNDALO DOS PERDÕES PROVOCA INDIGNAÇÃO DE TODA A POPULAÇÃO DA CIDADE*, o depoimento da vizinha do Convento que se dizia testemunha ocular dos fatos:

- ‘Seu’ moço eu vi tudo daqui. Parece incrível o que assisti. Nunca pensei que um arcebispo pudesse ser vaiado assim. Acredito porque vi com estes olhos que a terra vae comer. Só lido nas gazetas ficaria duvidando. Coisa horrível, D. Augusto saiu corrido debaixo de uma chuva de cebolas, batatas, ovos podres. Um moleque jogou-lhe nos olhos um punhado de pimenta do reino.

---

<sup>22</sup> O Correio da Noite (Rio de Janeiro) do dia 20 de abril de 1936 publica o assunto em tópicos.

Guardados os exageros da depoente, pode-se perceber quanto de indignação e mobilização houve entre os soteropolitanos. Muitos dos que falavam do Caso dos Perdões chamavam atenção para o fato de ter sido um homem a dar sopapos e dirigir impropérios a uma mulher de recato. Em se tratando de um “homem da Igreja”, isso era inadmissível.

Dias depois, a passagem do Arcebispo pela Rua Chile foi motivo de vaias, tumulto e até agressões físicas entre os que estavam a favor e contra sua atitude, tendo sido necessário o aparato policial e a intervenção das autoridades para acalmar os ânimos e retirá-lo em segurança.

Aqui, a percepção dos papéis de gênero não é muito diferente daquela descrito para os anos 20. As mulheres, nesta época, também impunham respeito pelo recato, seriedade e modéstia. A não exposição às maledicências era exemplo de virtude.

Alguns comportamentos vigentes começavam a incomodar os mais conservadores, como assinala Marina Maluf (1998), no texto *Recônditos do mundo feminino*. Esse temor pode ser demonstrado pela notícia publicada em A Tarde do dia 09 de abril de 1930. É o protesto de mulheres baianas contra o regulamento do 2º concurso de beleza, a ser realizado no Rio de Janeiro, no mês de junho. Tal asseveração vai consignada por inúmeras senhoras, perfazendo três páginas do jornal. Reclamam as mulheres assinantes do artigo que, por traz do culto à arte, querem os organizadores do evento injuriar, difamar e expor, com exigências desqualificantes, o pudor, a honra e a tradição dos comportamentos femininos, visto que exigem das concorrentes assinarem declaração que serão julgadas pela beleza do rosto, a perfeição do corpo e as qualidades de encanto pessoal, a qualquer hora e em qualquer lugar. Ver os tornozelos das mulheres sem meias deixava qualquer homem embriagado; integrar o júri de um concurso de beleza era algo extasiante. Na opinião dessas mulheres, o regulamento pretendia uma exposição excessiva das concorrentes; nas rodas de homens e rapazes, nas esquinas e cafés da Rua Chile, era assunto que empolgava mais que o futebol.

Numa Rua tão comercial, passado o assunto momentâneo, voltava-se a falar da moda, do vestir, do calçar, do pentear-se, do custo de vida, da economia, da política local, da ação dos governantes, dos comportamentos.

No século XVIII, conta Vilhena que alguns comerciantes faziam escravos seus ou contratados (de ganho de rua) apregoarem, no grito, as mercadorias. No século XIX, com o advento da imprensa, se anunciava serviços, locação de imóveis e artigos diversos. Para satisfazer o público consumidor, os jornais e revistas expunham propaganda de vários tipos de produtos, e os estabelecimentos comerciais iam se adaptando aos novos gostos. No século seguinte, a imprensa escrita ainda é a maior divulgadora do comércio, principalmente da indústria farmacêutica (Elixir de Nogueira, Emulsão Scott, Salsaparrilha de Sande, Xarope do Bosque, Saúde da Mulher), do vestuário (na Rua Chile: Casa Atlas, Clarck, Stella, Duas Américas, Africana, Chapelaria Mercuri, Farmácia Chile), loterias, dentre outros.

O Rádio passava a ser o grande difusor de comportamentos, modismos e músicas. Cada vez mais apareciam lojas especializadas em discos, vitrolas e radiolas, como o Salão R. C. A. Victor, na Rua Chile n. 07.

Falou-se muito, mas também se tentou calar a população. O edital de 04 de março de 1931, de ordem do delegado Capitão Secretário da Polícia e Segurança Pública, proibia as reuniões populares que conspiravam contra o Governo Federal. No dia em que foi publicado, no Cruzeiro de São Francisco foi realizado um comício e em seguida uma passeata de protesto, que movimentou a Rua Chile.

### **Rua Chile: Cérebro**

A Rua Chile é Cérebro, segundo Nelson Gallo porque nela se concebiam as políticas da cidade e para a cidade; pensava-se a modernidade, os transportes, o urbanismo. Com sua contigüidade ao espaço de instalação dos poderes do Estado (Palácio de Governo, Prefeitura e Câmara Municipal e Fórum Judicial), proximidade com outras repartições públicas e escritórios de importantes empresas privadas, a antiga Rua Direita do Palácio se tornava palco para articulações políticas, econômicas e sociais e, outras vezes, espaço das manifestações reivindicatórias que as expressavam.

Percebe-se, desde os anos dez, um saudosismo de um passado muito próximo, em que o centro administrativo da cidade do Salvador era onde as elites exerciam seu poder territorial. Esse comportamento é evidenciado nas seções de reclamação dos jornais. No Diário de Notícias do dia 29 de novembro de 1916, um leitor reclama:

É preciso que o sr. dr. secretario de Policia, com o zelo que lhe é peculiar, lance vistas para a ordem publica na Sé, onde a desordem vem firmando foros de cidade, em continuação das tradições tristes do dito districto. Agora, são árabes turbulentos tendo a frente o desordeiro contumaz Mustapha Isbelle, os quaes querem repetidas as scenas de sangue de 1914, na rua dos capitães.

A nostalgia era tamanha que a discussão antecipada sobre a sucessão para o Governo Estadual já apontava o candidato dos situacionistas era J. J. Seabra. O Jornal de Notícias, de 08 de outubro de 1919, em matéria intitulada “A sucessão da Bahia” publica:

[...] O partido governista resolve, tranquillamente, esse importante problema politico, preparando-se para a convenção da qual sahirá o nome do seu candidato.  
Qual será esse nome?  
Tudo esta a indicar que é o dr. J. J. Seabra.  
Essa é a solução que harmoniosa desde logo todas as correntes do partido.

No final da primeira década do século XX, J. J. Seabra havia iniciado suas visitas à capital baiana como estratégia de campanha política, visando seu retorno ao governo do Estado, o que causava tumulto ao cotidiano local<sup>23</sup>. Como já foi visto, sua estada à frente do executivo baiano tinha sido entre 1912-16, a qual foi regada com críticas severas, principalmente, no que se refere aos empréstimos e gastos excessivos do final do seu governo.

---

<sup>23</sup> Aproveitando-se de uma das vindas de J. J. Seabra à capital, em fevereiro de 1920, a Associação dos Funcionários de Padarias, para chamar atenção dos patrões e dos poderes públicos paralisaram as atividades, deixando de fabricar o pão por vários dias, em prol da necessidade do repouso semanal. Desde o mês de janeiro daquele ano que as notícias sobre movimentos grevistas eram constantes. Paralisaram carregadores de trapiches, estivadores, carroceiros do lixo, padeiros.

Nem tudo que foi pretendido por J. J. Seabra no seu primeiro mandato foi realizado. As obras inacabadas foram muitas, deixando raízes para vários anos de discussões políticas e reformas urbanas. Isso significa que, para além da transformação estética, as reformas das cidades, na primeira década do século XX, representaram o diálogo entre as manutenções do comportamento do viver em cidades e a experiência do conviver com o novo em face da reurbanização.

Além disso, não parecia que Seabra fosse um político conciliador; muito pelo contrário! O que já se tinha experimentado<sup>24</sup> levava a crer que um novo pouso de Seabra à frente do poder estadual conduziria a Bahia ao patamar mais baixo de prestígio político nacional e à bancarrota financeira. A discordância em torno do seu nome para a sucessão estadual causava manifestações diversas de apreço e de insatisfação<sup>25</sup>.

No seu segundo mandato (1920 a 1924) foi nomeado como interventor por Epitácio Pessoa, mas não recebeu apoio político e econômico suficiente para concretizar aquilo que pretendia<sup>26</sup>. Verifica-se que o governo central brasileiro realizava arranjos políticos com intenção de manter interesses econômicos e de poder, em detrimento dos estados, intervindo firmemente nas políticas locais.

Ao fim do governo J. J. houve a tentativa de sugerir o nome de Miguel Calmon du Pin e Almeida<sup>27</sup> como candidato de conciliação para a sucessão estadual. Via-se nele a possibilidade de acalmar os ânimos dos políticos locais, ao tempo em que parecia ser um elo de harmonização com a política brasileira. Reproduzindo o diálogo entre o repórter do Jornal de Notícias e o sr. J. J. Seabra pode-se ver que, mesmo com pouco prestígio, aquele político não desistia do poder; continuava a arregimentar acadêmicos e uma pequena confraria, fazendo comícios e manifestando-se pelos jornais.

- O sr. Miguel Calmon é bom nome. Sob a base, porém, da minha renúncia, não aceitarei candidatos. Não é possível qualquer acordo com essa cláusula!

---

<sup>24</sup> Alguns rememoravam as articulações que culminaram com o bombardeio à cidade, em 1912.

<sup>25</sup> Os soteropolitanos, em especial os representados pelos meios de comunicação, demonstravam uma grande expectativa com a aproximação das eleições, visto que nas ocorridas em abril de 1919, houve grande agitação popular em favor da oposição ao governo central.

<sup>26</sup> O sr. Seabra colheu aquilo que cultivou em oito anos (1912-1920). O que se experimenta, ao longo da segunda gestão de Seabra é a ruptura com o governo Federal, a quase total paralisação das obras de melhoramentos, a degradação das finanças baianas, a diminuição do prestígio político do Estado.

<sup>27</sup> Naquele momento, Ministro da Agricultura.

O conselheiro Ruy Barbosa indicou o sr. Pereira Teixeira. Repelliu-o a *Concentração*. Apontou o Palma, outra recusa do oposicionismo. O que se quer é que eu renuncie a cadeira de governador da Bahia?

[...]

S. Exa. fica visivelmente indignado.

- Mas é uma indignidade que attenta contra a honra, a autonomia mesmo do Estado, declara.<sup>28</sup>

Depois de muita negociação<sup>29</sup>, porém, o nome escolhido foi o de Francisco Marques de Góes Calmon, irmão do pretendido candidato, que governou a Bahia entre 1924 e 1928, apoiado por todas as forças políticas, como havia exigido quando aceitou a candidatura<sup>30</sup>.

Não são, realmente, opiniões insuladas, não são manifestações singulares, que exprimam limitado modo, de ver as qualidades do ilustre candidato de conciliação. São espontaneas e eloqüentes adhesões collectivas, são applausos de corporações inteiras, são declarações formaes de solidariedades unanimes, que enchem o scenario da publicidade local, deixando funda admiração nos espiritos descrentes, que julgavam a opinião independente da Bahia – alhejada das nossas pendências políticas<sup>31</sup>.

No dia 05 de fevereiro de 1924, a Praça Rio Branco estava toda tomada por pessoas, assim como as sacadas dos prédios públicos e privados em torno dela. O 1º Batalhão da Brigada Militar, composto por quatro Companhias, além dos marinheiros do cruzador Barroso, perfilaram-se da Rua Chile até a porta do Palácio para a passagem do novo Governador. As manifestações de esperança foram muitas, principalmente no que se refere à condução da Bahia rumo à modernidade.

A administração Góes Calmon foi marcada pela redução das dívidas no exterior, contraídas pelos seus antecessores; pelo aumento da rede rodoviária, e

<sup>28</sup> Diário de Notícias, 27 de fevereiro de 1923.

<sup>29</sup> A celebre frase de Severino Vieira – *Marechal, a Bahia não se dá e nem se vende!*, é de saudosa lembrança, mas não se aplica à realidade da política baiana, que desde a primeira eleição de J. J. Seabra, passando por Antonio Muniz, voltando para Seabra, engendrava cumplicidades.

<sup>30</sup> Exemplo de concessão oposicionista está presente na coluna denominada “A Bahia Civiliza-se”, do jornal O Imparcial do dia 03 de fevereiro de 1924. Lá se encontra a matéria *A remodelação da Sé*, que se refere aos melhoramentos propostos pelo Intendente Júlio Brandão para aquela área da cidade, e aprovados pela Resolução n. 344, de 29 de agosto de 1912, porém nunca executados por falta de recursos financeiros.

<sup>31</sup> Diário de Notícias, 28 de fevereiro de 1923.

pelo incremento da industrialização através da isenção fiscal por dez anos para novos empreendimentos.

Com o fim do mandato, em 1928, há a assunção de Vital Henriques Batista Soares. A nova gestão investe no saneamento da cidade, ampliando os serviços de água e esgoto, além da construção e prolongamento de várias ruas e estradas. Ao período de tranquilidade financeira de 1927 e 28 sucedeu a crise mundial de 1929, causando redução do valor da produção, aumento dos encargos, majoração das despesas, diminuição dos recursos circulantes, enfim, uma crise aguda na economia do Estado e da Cidade.

Salvador tentou, em épocas diferentes, assumir *status* de cidade cosmopolita<sup>32</sup>, porém suas relações econômicas e sociais jamais lhe permitiram tal situação. Na primeira fase republicana, as elites baianas, na Rua Chile, engendravam políticas, pensavam e filosofavam o país e a cidade, viviam rememorando as glórias econômicas, políticas e intelectuais, revelando a saudade de um passado prestigioso e um presente a ser alterado<sup>33</sup>. De 1930 a 1945, os intelectuais e políticos baianos de diversos grupos se mobilizam na tentativa de recuperar a autonomia econômico-política do Estado. Segundo Rinaldo Leite (2005), o que se pode observar é um conflito “no plano das relações simbólicas”<sup>34</sup> entre a Bahia e os principais estados brasileiros, visto que, no plano material, pareciam insuperáveis e inexauríveis as dificuldades.

A interferência exercida na Rua pela aproximação com o lócus do poder, só pode ser compreendida se observado o papel político desenhado pela Bahia, não somente no que se refere à administração da Capital e do Estado, mas também nas posições que adotam diante da política nacional.

Aplicando mais uma vez o conceito de região, tal qual já definido no Capítulo 1, relembra-se a proximidade da Rua Chile com as repartições públicas municipais e estaduais, e com a região de maior concentração econômica da cidade. Uma das referências estruturais da área é resumir uma região que

---

<sup>32</sup> No município de Salvador, nesta mesma ocasião, o Prefeito (o primeiro alcaide com essa denominação; até então designados como Intendentes) era Francisco de Souza, que queria implementar projetos modernizadores na cidade. Dentre eles estava aquele que parecia o mais ambicioso: a extinção das carroças. O desejo era substituir os veículos de tração animal por veículos motorizados, fosse na limpeza urbana, fosse nos carretos, no transporte de passageiros, ou em outros serviços; porém a Revolução de 30 não permitiu a execução dos seus planos.

<sup>33</sup> Chama atenção que esse discurso arrastou-se por toda a primeira metade do século XX, não sendo privilégio de uma década específica.

<sup>34</sup> LEITE, Rinaldo C. N. *A rainha destronada*. p. 299. Tese.

concentra o exercício de poderes, sejam eles formais e/ou difusos. Essa proximidade com o “Núcleo Administrativo” da Cidade e do Estado impõe à Rua uma dinâmica permanente.

O ano de 1927 é iniciado com a posse de Washington Luís na Presidência da República, prometendo estabilidade econômica e construção de estradas. Esperava-se que o Governo Republicano anistiasse amplamente os participantes das forças rebeldes, visto que nesta época a Coluna Prestes<sup>35</sup> já havia percorrido o sertão brasileiro. Porém, isso não ocorre, o que provoca maior descontentamento no seio da oficialidade e em alguns círculos civis.

Os líderes do movimento, incluídos aí Juarez Távora, Siqueira Campo, Luís Carlos Prestes dentre outros, consideraram que não havia condições favoráveis para se efetivar um levante definitivo, e que o melhor seria aguardar uma conjuntura de forças para a execução da revolução. A sucessão de Washington Luís é a oportunidade esperada.

Em várias partes do Brasil já se movimentavam aqueles que queriam depor o Presidente da República. Na Bahia não foi diferente! A partir dos meses de maio e abril de 1929, as manifestações se intensificaram, denotando que a qualquer momento a revolução poderia eclodir. No segundo semestre daquele ano, a unidade governamental é quebrada com a disputa sucessória. Assim é que, ao chegar os primeiros raios de 1930, a polícia do Presidente perseguia os revolucionários no Rio de Janeiro e em São Paulo, prendendo alguns oficiais, mas não desarticulando o grupo.

Juarez Távora se encontrava preso na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e um dos principais objetivos do grupo de oposição era a sua libertação. A Chefia da Bahia, capitaneada pelo Tenente Joaquim Ribeiro Monteiro conspirou juntamente com os militares do Rio, Paraíba, Pernambuco e Espírito Santo para esse fim.

Tendo fugido em 28 de fevereiro de 1930, Juarez fez longo percurso até seu destino final, a Paraíba. Passando pela Bahia, contou com o sigilo, confiança

---

<sup>35</sup> A insatisfação com a República Velha fez nascer o movimento político-militar de origem tenentista que entre 1925 e 1927, se deslocou pelo interior do país pregando reformas políticas e sociais, contrapondo-se ao governo do então presidente Arthur Bernardes e, posteriormente, de Washington Luís. Exigia o voto secreto e defendia o ensino público.

e ajuda de baianos diversos<sup>36</sup>, que o conduziram por Juazeiro e o fizeram chegar a Salvador, no dia 09 de abril de 1930<sup>37</sup>.

Juarez pouco ficou em Salvador. Chegou de trem na Estação da Calçada, foi conduzido pelas ruas da cidade baixa, até chegar à ladeira da Montanha, dirigindo-se para o início da Avenida Sete de Setembro, ao pé da ladeira de São Bento, onde se hospedou no Hotel Sul América. Mesmo sem muito querer, seu companheiro de viagem, um alemão de prenome Jacob, o levou para um passeio de automóvel, indo até o bairro Amaralina<sup>38</sup>.

O ilustre visitante viu muito pouco da cidade, mas no roteiro que realizou, apreciou boa parte dos melhoramentos urbanos realizados ao longo dos últimos vinte anos<sup>39</sup>. No itinerário, certamente, transitou pela Rua Chile, que apresentava sua face alargada, novos prédios, nova iluminação, novas linhas de bonde.

As classes dirigentes disputavam hegemonia, lançando proposições e ocupando espaços com postulados liberais e antiliberais, que circundavam a autonomia dos Estados frente ao Governo Central. Para Ângela de Castro Gomes,

Nesse período, um movimento revolucionário, que uniu militares e oligarquias dissidentes, derrubou a República, desde então 'Velha', em nome de um 'verdadeiro saneamento de suas práticas políticas'. A revolução de 1930, como se tornou conhecida, trouxe ao centro do palco outros homens, não que fossem neófitos do *métier*, mas que sem dúvida não haviam ainda representado papéis de tão alta envergadura<sup>40</sup>.

<sup>36</sup> João de Deus Rocha Alves, Jacob, Geminiano Hanequim Dantas, Humberto de Sousa Melo, João Costa e Eduardo Bizarria Mamede.

<sup>37</sup> Só o jornal A Tarde do dia 09 de abril noticia sua presença – Juarez Távora passa pela cidade do Salvador. Nenhum outro veículo de imprensa registra neste dia ou nos que se seguem a passagem de tão ilustre visitante pela capital da Bahia. Apenas no dia 29 de novembro de 1930, O Jornal publica a entrevista intitulada *Um interessante episódio da vida do grande Juarez Távora*, em que o Comandante João de Deus da Rocha Alves confessa ter reconhecido, em uma viagem de Pirapora a Juazeiro, o Sr. Juarez Távora.

<sup>38</sup> Notícia dada em O Jornal, 29/11/1930; Carta de Juarez Távora ao Professor José Calasans. In: José Calasans Brandão da SILVA. *A Revolução de 1930 na Bahia* (Documentos e Estudos). Salvador: UFBA, 1980. Mestrado em Ciências Sociais da Fac. Filosofia e Ciências Humanas.

<sup>39</sup> Como queria alcançar logo Recife, Juarez abandonou seu cicerone, embarcando, no dia seguinte, no hidroavião Blumenau, com destino a Maceió.

<sup>40</sup> Ângela de Castro GOMES. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando. *História da vida privada no Brasil*. p. 513.

Na Bahia, suas lideranças estavam em processo de reorganização e reaquisição de posições de privilégios outrora perdidas, pleiteando destaque na nova relação de poder, a partir das alianças políticas e econômicas. Não se deve esquecer que Vital Soares, governador eleito para o quadriênio 1928-32, havia se licenciado do cargo para concorrer à Vice Presidência da República, na chapa de Júlio Prestes.

Vivia-se enorme politização da sociedade. Em Salvador muitos concordavam com a necessidade da revolução, e assumiram compromisso em apoiá-la. No entanto, com o decorrer das articulações políticas, morte de Siqueira Campos, e publicação do Manifesto de Juarez Távora, os tenentes baianos mostraram seu desagrado com a condução da Revolução, respondendo por telegrama: “Não pt Não” à circular do responsável pelo setor norte, que convocava para a ação. Isso significou um afastamento do grupo, mas ao mesmo tempo não denotou um realinhamento com as forças políticas nacionais. Os baianos continuaram fora dos processos decisórios que seriam as bases para as novas alianças políticas. Pouco articulados, quase foram apanhados de surpresa com a liderança de Getúlio Vargas. A nova formação do poder desfazia o pretense retorno da Bahia e de seus articuladores<sup>41</sup> à cena nacional.

No dia 03 de outubro de 1930, em muitos pontos do país, eclodiu a revolução da Aliança Liberal e dos Tenentes. Na Bahia havia uma “ausência de tradição tenentista”<sup>42</sup>, o que a levava ao distanciamento do movimento revolucionário; no entanto, não conseguia ficar alheia à situação.

A crise internacional e a revolução agitam os soteropolitanos, que no dia 04 de maio daquele ano, ateou fogo em 88 bondes, e atacou a companhia responsável pela energia e transporte público. O mote da rebeldia foi a notícia de que os proprietários da Companhia Circular<sup>43</sup>, de origem Americana, desrespeitaram a bandeira brasileira colocando-a nos tapumes das obras do

---

<sup>41</sup> J. J. Seabra, por questões de dissidência na política local, na oposição ao governo, desde a sua saída do cargo de Governador do Estado, em 1924, é o único político que adere ao movimento de 1930. No entanto, logo passa a ser oponente de Vargas por não querer julgar e punir seus antigos correligionários.

<sup>42</sup> Paulo Santos SILVA. *Ancoras de tradição*. p. 26

<sup>43</sup> A Companhia Circular ganhou na justiça para não repor os bondes com a mesma qualidade e material de antes do conflito. Isso levou o sistema de transporte da cidade à condição de um dos mais deteriorados e deficientes do País. Em contínua decadência, a Companhia perdeu até 1955, quando a Prefeitura encampou todo o seu patrimônio, transferindo-o para o recém criado Serviço Municipal de Transportes Coletivos (SMTTC). Os bondes soteropolitanos duraram até 1961.

plano Inclinado Gonçalves. A crise era nacional, o motivo era internacional, porém os soteropolitanos estavam preocupados em resolver suas questões cotidianas.

Motivada pelas idéias nacionalistas vigente, logo a população preparou versos alusivos ao “Quebra-bondes”<sup>44</sup>, como apresenta José Calasans B. da Silva, na obra *A Revolução de 30 na Bahia*:

Ai, amor! Ai, amor!  
Tocaram fogo no bonde e no elevador.  
Vai haver mais quebra-bonde  
Ó mineiro pau, ó mineiro pau  
Simões das vacas vai pagar  
Ó mineiro pau, ó mineiro pau.

Nenhuma referência ao movimento revolucionário. A alusão ao conflito é uma convocação a que se prorrogue a agitação, a que se observem as questões locais. Em verdade, só em 22 de outubro de 1930, quando Salvador já havia retornado à sua normalidade cotidiana, a Revolução de 30 chega à fronteira baiana através do Exército com 6.500 homens, segundo o jornal *A Tarde* de 21 de outubro. Efetivamente a Revolução só se desfralda nestas terras quando da nomeação dos Interventores.

A instituição de Juracy Magalhães no cargo recebeu críticas tanto da situação quanto da oposição ao movimento de 30. Sua intenção, que representava a posição nacional, era a de aniquilar os interesses regionais e locais, elevando a unidade da pátria, o que desagradava muito os coronéis da Velha República.

Nada que não fosse contornável! Mesmo com o processo de desarmamento, os dirigentes municipais continuaram a exercer papel importante no equilíbrio entre as forças políticas e na construção de uma base de apoio ao interventor.

Sua gestão deu incremento a agricultura, com a criação de repartições de pesquisa, financiamento e dinamismo econômico para a citricultura,

---

<sup>44</sup> O então chefe de polícia Dr. Bernardino Madureira de Pinho pouco ou nada fez para coibir as manifestações populares. Esse episódio provocou a queda de Dr. Bernardino, e a assunção como Chefe de Polícia do temido, enérgico e violento Pedro Gordilho. Nos poucos meses que ficou no cargo perseguiu os batuques de candomblé, casais nas ruas, jogadores; proibiu manifestações; prendeu padres, engenheiros, bacharéis, meretrizes; colecionando muitos opositores no seio da população. Por esse motivo com a queda de Washington Luiz e do Governador Frederico Costa, Pedrito, como era conhecido, refugiou-se na residência do Arcebispo D. Augusto, saindo de lá para a prisão.

fruticultura, pecuária, cacauicultura e sericicultura. Interessou-se pelos transportes encampando companhias férreas, melhorando as condições de tráfego, iniciando ramais.

Nas eleições de 1934, o partido e a chapa do interventor venceram, demonstrando toda a sua força política e eleitoral. As articulações e os novos representantes da política baiana forjados neste período darão a base local para as estratégias e poder, por longos anos. Pode-se dizer então que, na disputa entre os acontecimentos propositalmente esquecidos, re-significados, e/ou apresentados se oferece à memória do Estado, da Cidade e, conseqüentemente, da Rua; a cultura do lugar; as “idealidades identitárias”<sup>45</sup>; as continuidades e rupturas.

\*\*\* \*\*

Além das relações políticas e do movimento de 30, passava nas cabeças pensantes na Rua Chile a situação urbana de Salvador. Os distritos centrais acumulavam funções, concentrando recursos financeiros, técnicos e sociais, que determinava intervenções dos poderes públicos no caminho das soluções para o crescimento desordenado da região.

Na “Cidade da Bahia” a tecnologia transformou o espaço urbano e interferiu na paisagem. Desde a segunda metade do século XIX, a tônica urbana era as inovações tecnológicas representadas, muitas vezes, pelos investimentos de infra-estrutura, em especial, o transporte, que se tornou sinônimo de desenvolvimento e civilidade.

Os transportes aparecem no processo de melhoramentos das cidades brasileiras como um elemento novo e importante, pois representam uma das balizas de modernização, e buscam a fluidez das ligações entre áreas centrais e núcleos isolados, área administrativa e comercial, área de trabalho e de lazer, dentre outras.

---

<sup>45</sup> Rinaldo LEITE. Op. cit. p. 301.

O tráfego entre esses dois planos sempre foi intenso; andava-se por várias ladeiras como a Montanha, Conceição, Tabuão, Água Brusca, Preguiça e outras. Jorge Amado descreve:

Várias ladeiras ligam a cidade baixa à cidade alta. A mais importante delas é a Ladeira da Montanha, aberta no morro em cuja encosta rasgam-se buracos acimentados onde ferreiros trabalham e nos quais, por mais incrível que pareça, residem famílias<sup>46</sup>.

A topografia da cidade, o incremento das intervenções urbanas estatais, e a inovação das técnicas de engenharia justificam a construção da Balança (Elevador do Tabuão), 1865, do Plano Inclinado Gonçalves<sup>47</sup>, 1874, e do Plano do Pilar<sup>48</sup>, 1897. Nesse tocante, a Bahia se destaca pela singularidade de integrar o sistema de bondes e ascensores<sup>49</sup>, os quais ajudaram a transformar o sistema viário da capital, interligando pontos pólos – Cidade Alta e Baixa, que por sua vez incumbiam-se de distribuir pessoas e mercadorias pelas muitas áreas.

Os ascensores vistos nas Figuras 41 e 42 têm tecnologias diferentes. Enquanto o Elevador do Tabuão funcionava através de sistema hidráulico, no Plano Inclinado Gonçalves, seu maquinário utiliza luz elétrica e cabos de tração.

---

<sup>46</sup> *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios*. p. 23.

<sup>47</sup> Antigo Guindaste dos Padres, posteriormente chamado de *Chariot*.

<sup>48</sup> Antigo Guindaste das Carmelitas.

<sup>49</sup> Ao tempo em que os elevadores e o sistema viário significava fluidez, celeridade, funcionalidade, modernidade; refletia o adensamento populacional no centro com a construção das novas edificações. A população havia passado de 206.000 para 290.000 de 1900 a 1940, o que não parecia muito significativo. Porém há muito tempo à cidade vivia e sobrevivia do intercâmbio grandioso entre os nascidos nela e seus migrantes, sejam baianos ou não. Por outro lado, neste período a capital se consolidou como escoadouro e centro de comercialização da produção cacaueteira.



Figura 41 – Plano do Tabuão, [192-]. Acervo da Coelba.



Figura 42 - Plano Inclinado Gonçalves, [192-]. Acervo da Coelba.

Salvador foi pioneira na América a ter um guindaste público e coletivo para transportar pessoas – o Parafuso<sup>50</sup>, de arquitetura eclética, fachada tipicamente *art-nouveau*, com colunas de ferro que sustentavam a cobertura em forma de toldo de chapas onduladas, tendo na parte alta uma estação para passageiros com a mesma estrutura e paredes de vidro<sup>51</sup>, como pode ser visto na Figura 43, 44 e 45.



Figuras 43 e 44 – Passadiço de acesso ao Parafuso. Parte alta. Coleções Instituto Geográfico e Histórico e Edwald Hacker.

Figura 45 – Elevador da Conceição, visto do mar. 1900. Internet.

<sup>50</sup> Em 1864.

<sup>51</sup> Construídos em épocas muito próximas os ascensores da cidade do Salvador seguem a mesma forma arquitetural. Figuras 39, 40, 41, 42 e 43.

Em substituição ao Parafuso, e como foco de embelezamento da cidade iniciou-se a reforma do ascensor retirando-o do incrustamento da rocha, ampliando a capacidade do sistema, modernizando sua tecnologia, utilizando modernas formas construtivas (Figuras 46 e 47); dando-lhe nova aparência; transformando-o em monumento (Figura 48 e 49). Foram substituídas as estruturas de ferro oitocentista pelo concreto<sup>52</sup>.



Figura 46 – Construção da parte superior do Elevador Lacerda. Final da década de 20. Acervo Coelba.



Figura 47 - Construção da parte inferior do Elevador Lacerda. Final da década de vinte. Acervo Coelba

Inaugurado no início da década de trinta o ‘novo’ elevador, uma proposta progressista que se queria implementar em Salvador – estilo futurista, sem ornamentos, elegante, compacto, fechado, que pode ser caracterizado como primeira obra de arquitetura moderna<sup>53</sup> da Bahia. Edificado pela Christiani Nielsen, o projeto de Fleming Thiesen foi detalhado dentro das mais avançadas

<sup>52</sup> Nas Figuras 44 e 45 vê-se as armações e estruturas da reforma do Parafuso, tanto na cidade baixa como na cidade alta. A modernidade assim se efetivava no trabalho construtivo, com o aprendizado dos operários no uso do concreto; com a montagem das máquinas e cabines.

<sup>53</sup> No que se refere à arquitetura denominada moderna, na Bahia, resulta da vontade de romper com o passado.

técnicas da época<sup>54</sup>, contando com imponentes e rápidas cabines, (Figuras 48 e 49), recebendo o nome de Elevador Lacerda<sup>55</sup>. Cabines

A curiosidade em conhecer o novo elevador aumentou a visitação e fluxo da Rua Chile. Mesmo com o funcionamento de outros ascensores, que também se modernizaram<sup>56</sup>, sua capacidade dobrou vindo acelerar o tráfego de pessoas e mercadorias entre os dois planos. O comércio, as casas bancárias e os profissionais liberais exultavam com crescimento dos negócios. A população (da capital e do interior) queria ver e experimentar a majestosa obra de engenharia; queria se exibir subindo e descendo nas cabines, e aproveitavam para ver vitrines, comprar e merendar na Rua Chile.



Figura 48 – Elevador Lacerda, nos dias da sua inauguração. Parte inferior. Acervo da Coelba, 1930.



Figura 49 – Elevador Lacerda, nos dias da sua inauguração. Parte Superior. Acervo da Coelba, 1930.

<sup>54</sup> O Plano Inclinado Gonçalves – Figura 42, também foi modernizado e aumentado em sua capacidade. Foi re-inaugurado no dia 16 de agosto de 1931.

<sup>55</sup> Antonio de Lacerda, nascido em 1 de outubro de 1834 era descendente de família de ricos e influentes comerciantes, que mais tarde se tornam proprietários da Lacerda & Cia (Fábrica de tecidos Todos os Santos, 1844 e, Fábrica de tecidos Nossa Senhora do Amparo, 1860). Aos nove anos foi estudar na Suíça, e aos 16 anos muda-se para os Estados Unidos onde prosseguiria seus estudos como aluno do curso de Engenharia (não há notícias de sua conclusão). Astuto negociador, de volta a Bahia, junto com seu sogro o engenheiro Camile Montobio, seu irmão, também engenheiro, Augusto Frederico Lacerda e outros sócios criam a Companhia de Transportes Urbanos, instalando as linhas de bonde puxado a burros, na parte alta da cidade, e a ligação por via férrea do Campo Grande ao Rio Vermelho. Projetou e administrou o elevador hidráulico da Conceição.

<sup>56</sup> Em 1932, também foi re-inaugurado o Plano Inclinado Gonçalves.

O jornal A Tarde do dia 02 de janeiro publica o discurso oficial do ato de inauguração<sup>57</sup> proferido por Salvador Mattos Souza, representante da Direção da Companhia Circular. A preleção corrobora com a imagem de precariedade dos serviços de transportes, mas o orador aponta as crises financeiras dos investidores como causa da degradação na prestação desses serviços. Por motivos que parecem óbvios, não trata do descaso do poder público em fiscalizar aquilo que havia passado para as mãos da iniciativa privada.

Os ascensores novos, como os antigos, que vão entrar em reforma, funcionarão sob a mesma denominação Elevador Lacerda, para que assim fique perpetuado o nome do engenheiro bahiano Antonio de Lacerda, que construiu os primeiros ascensores hydraulicos.

[...] o engenheiro Antonio Lacerda vendeu o seu elevador á Companhia de Transportes Urbanos e em 21 de outubro de 1897 a Companhia Circular o arrematou em hasta publica com o acervo dessa Companhia.

Em 1906 o Elevador Lacerda passou por reforma completa, sendo nelle installados os dois ascensores.

A sua ampliação se impunha em beneficio da população, dado o seu crescimento e o progresso desta cidade em que de dia se vão acentuando os grandes melhoramentos que se devem á operosidade e competência do actual prefeito e a collaboração efficaz do Conselho Municipal, agindo na esphera privativa de suas attribuições.

Nesta fala nota-se, mais uma vez, os efeitos da mediação econômica no espaço urbano, na cidade do Salvador e na Rua Chile, consequência das crises financeiras locais, nacionais e internacionais. O que compeliu o poder público a modernizar os elevadores e outros equipamentos urbanos foram as contradições sócio-espaciais geradas pela má administração, a qualidade duvidosa do serviço, as constantes reclamações, o crescimento da população e do espaço em Salvador.

Em toda a extensão da parte baixa do ainda Elevador da Conceição encontravam-se lojas que comercializavam miudezas, artigos para pesca, artesanato de vime e palha, além de estabelecimentos de gêneros alimentícios. Vê-se na Figura 50 loja de frutas, flores e plantas, a Tipografia Batista Costa e a

---

<sup>57</sup> A reforma fazia parte da estratégia de melhora dos serviços de transporte.

casa Rodrigues B. Caldas, à esquerda; e o Bar e Restaurante New-York, à direita da entrada principal.



Figura 50 – Parte baixa do Elevador da Conceição. Final da década de 20. Acervo Coelba.

Figura 51 – Parte interna do terminal do Elevador da Conceição. Lojas de Artesanato. Final da década de 20. Acervo Coelba.



As lojas de artigos artesanais vindos do Recôncavo ou mesmo de Salvador, localizadas ao pé do Elevador, com a reforma passam a ter uma nova organização (Figura 51). Tais produtos ganham *status* de artigos finos, destinados aos visitantes, ou aparecem como *souvenirs*. O próprio Lacerda torna-se uma atividade econômica, pois transformado em cartão postal é consumido por soteropolitanos e estrangeiros.

Os transportes tiveram sua importância não só pela moderna arquitetura, inovadora tecnologia ou novidades na dinâmica que empresta à cidade, mas também porque apresentavam novas possibilidades ao cotidiano dos sujeitos, como o abrigo de coletivos da Praça Municipal, com anúncio, em néon, dos célebres “Chapéus Prada”, onde podia-se beber um cafezinho, aguardando o bonde, que levava as pessoas para os bairros da Barra, Barra Avenida, Graça,

Rio Vermelho e Amaralina; o terminal Praça da Sé e seu entorno que, no tempo da *marinette* e do lotação<sup>58</sup>, tornou-se a maior estação de transporte coletivo da cidade, atendendo a quase todos os bairros. Descendo o Elevador Lacerda, havia outro terminal respeitável, o Cairu, servindo aos bairros da cidade baixa, como se vê na Figura 48.

Nas áreas periféricas a situação dos trens, bondes, embarcações e ancoradouros<sup>59</sup> era sempre uma aventura; não se podia contar com a regularidade dos serviços; freqüentemente sofriam interrupção, o que levava a população a caminhar grandes percursos ou utilizar transporte à tração animal. A Figura 52 é modelar, pois apresenta a linha férrea em mais um dia de paralisia. Este é um trecho do subúrbio onde se vê o matagal e a lama tomando conta de onde deveriam passar os trens.



Figura 52 – Linha Férrea no Subúrbio Ferroviária. Acervo Coelba. Década de 30.

A Rua Chile continuava a ser artéria importante, não apenas no seu aspecto comercial. Era uma via quase que obrigatória a todos aqueles que se deslocavam para área central da cidade. Mesmo não sendo o itinerário programado, os caminhos de ligação entre a cidade alta e baixa, entre os bairros e os centros administrativo e comercial tornavam imperiosa a passagem por aquela Rua.

---

<sup>58</sup> Já com um número menor de bondes.

<sup>59</sup> Como já foi visto no capítulo anterior, os gêneros de primeira necessidade vinham do recôncavo e do baixo sul através dos saveiros que cortavam a Baía de Todos os Santos. Com a precariedade dos transportes, o comércio se enfraquecia, as mercadorias tornavam-se escassas e caras.

A partir de 1931, o “urbanismo cirúrgico” volta a tomar conta da cidade, principalmente no bairro da Sé, no sub-distrito de São Pedro e no início da avenida Joana Angélica até a Lapa. Na “Mancha Matriz<sup>60</sup>”, desde a Resolução n. 344, de 1912, como já visto, se pretendia apagar as marcas do passado e construir a modernidade.

Além da reforma do Elevador Lacerda, no Centro Administrativo, foi ocupado o espaço vazio entre a Biblioteca Pública e a escarpa com a construção do edifício para a Imprensa Oficial (1931); com a mudança desta repartição para o novo prédio, sua residência anterior, na Rua da Misericórdia, passou a proteger o Fórum, concentrando todos os Poderes na mesma Praça.

Na outra extremidade, a Praça Castro Alves, que outrora foi vista como um lugar arborizado, bem cuidado, agora era considerado “*quintal de casa atôa*”<sup>61</sup>. Antes da Guerra, a Prefeitura e a Companhia Circular de Bondes cavaram, removeram pedras, alteraram traçado dos trilhos dos bondes, passaram fios aéreos, empilharam paralelepípedos, fizeram e desfizeram; tornaram-na depósito de materiais, sem falar no terreno baldio do Teatro São João<sup>62</sup>, e da ruína da velha pensão Vera Cruz. Só em 1936, o então Interventor Juracy Magalhães construiu e inaugurou a nova sede da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, ocupando parte do espaço onde anteriormente se encontrava o Teatro.

A partir de 1938 se efetivou o processo de desapropriação para alargamento da rua da Ajuda (paralela à Rua Chile), começando de onde havia sido interrompido, em 1920; porém, mais uma vez, somente as obras de alargamento da Visconde do Rio Branco (Ladeira da Praça) foram realizadas, como informa o Relatório do Prefeito Durval Neves da Rocha, para o Interventor Federal, Landolfo Alves de Almeida.

Do projeto de melhoramento urbano não foram executadas a demolição do Palácio Arquiepiscopal, a do casario da banda do mar da rua D. Jerônimo

---

<sup>60</sup> Bairro da Sé.

<sup>61</sup> A Tarde 17 de dezembro de 1930.

<sup>62</sup> Inaugurado desde 1812, o Teatro São João foi por muito tempo, segundo Jaime NASCIMENTO, “pólo de influência na vida baiana”. Entrou em decadência, a partir da sua transformação em cinema. Esteve na mira de demolição desde 1912, mas por diversos erros da administração local escapou sempre deste terrível destino. Em 1920, com a re-assunção de J. J. Seabra ao Governo, este interrompe a concessão de arrendamento, e sob o poder do Estado o Teatro cerra suas portas. No dia 6 de julho de 1923, o prédio foi destruído por um incêndio. O terreno ficou abandonado até 1932.

Tomé, e a do casario da banda da terra da rua José Gonçalves. Com as demolições realizadas pode-se efetivar a criação da Praça da Sé, descobrindo a fachada sul da Igreja dos Jesuítas.

Ainda na administração Neves da Rocha, a rua de Baixo de São Bento, aí já chamada de rua Carlos Gomes, foi alargada com a desapropriação e derrubada de prédios principalmente do lado da terra, desde o Hotel Sul Americano até a rua da Forca. Daí, até a rua da Faisca fora aberta, com a ocupação de parte dos quintais das casas da avenida Sete de Setembro, o prolongamento desta artéria.

A avenida Joana Angélica, no trecho da praça da Piedade até o Ginásio da Bahia, foi largueada, fazendo nascer uma cancha, em frente à Faculdade de Direito. Da rua Portão da Piedade até a 21 de Abril, demoliu-se o casario do lado oposto ao Convento da Lapa. Seguindo até a sacristia do Convento, conservou-se a caixa da rua, por ser essa uma das mais largas da cidade, desde o século XVIII, reiniciando-se as demolições pela casa 66, indo até o número 100<sup>63</sup>.

Com o objetivo de desafogar a ladeira da Montanha, importante ligação com a cidade baixa, foram iniciadas as obras da ladeira Visconde de Mauá, que ligava o largo 2 de Julho à Conceição da Praia, e as da ladeira de Água Brusca, que ligava os bairros do Barbalho e de Santo Antônio Além do Carmo à praça de Água de Meninos. Também se noticiava a construção da avenida Jequitaiá<sup>64</sup>, lá para os lados do Porto, aspiração de muitos anos dos residentes da capital.

Nos anos trinta, é ainda exemplo da expressão de modernidade a ocupação de um novo bairro na Península de Itapagipe – o Monte Serrat – em terrenos loteados, substituindo as antigas chácaras cedidas ou arrendadas pelo Governo. Esta iniciativa é considerada a primeira intervenção do poder público, na tentativa de planejar a expansão urbana no século XX.

A maior representante desta idéia do “urbanismo demolidor” foi a derrubada da Sé Primacial, em 1933. Segundo Vilhena, era um templo de única nave, com capelas laterais, teto em madeira, frontispício de pedra, duas torres e três portas (Figura 53).

---

<sup>63</sup> O número 100 era o sobrado onde funcionou, entre 1915 e 1920, o Colégio Figueiredo, um dos mais conceituados estabelecimentos de ensino da época. Neste número, posteriormente, foi construído o Instituto de Radiologia.

<sup>64</sup> Construção autorizada pelo Parlamento, desde 1926. As obras se iniciam em 14 de julho de 1931, entre os Coqueiros de Água de Meninos e o Fortinho de São Joaquim.



Figura 53 – Igreja da Sé. Pintura Diógenes Rebouças.

Por certo que, desde 1912, já havia acertos para que os representantes locais da Igreja negociassem a cessão do imóvel com os poderes públicos. Associada a tal negociação, as concessionárias dos serviços de transporte e energia elétrica propõem a derrubada parcial ou total da Sé de Pedra e Cal para facilitar o trajeto dos bondes e diminuir o desgaste dos equipamentos.

Um longo debate se fez sobre a sua demolição. Do Presidente Washington Luiz, passando pelo governador Francisco M. Góes Calmon, até Teodoro Sampaio, Wanderley Pinho, Pinto de Carvalho, Bernardino de Souza, dentro outros se opuseram a sua destruição. Pirajá da Silva publica em A Tarde de 16 de agosto de 1928, artigo que exemplifica as manifestações oponentes:

Dentre os monumentos históricos e architectonicos da Bahia, destaca-se a velha Sé, um dos mais antigos do Brasil e, como criteriosamente disse o Sr. J. W. Rodrigues, um dos poucos edificios da América em que se notam características muito acentuadas do Renascimento foi construída em fins do século XVI e sendo também um monumento histórico, devemos protestar contra a sua demolição, tanto mais que o Brasil nenhum edificio possui dessa remota época. De longa data tenho externado a minha opinião a respeito do modo pelo qual se vão destruindo as relíquias do glorioso passado bahiano.

O engenheiro Eurico da Costa Coutinho apresentou uma alternativa para o traçado da pretendida avenida, mantendo a Igreja – Figura 54.



Figura 54 – Croqui proposto pelo Engenheiro Eurico Coutinho. Revista do IGHB, n. 59, 1933.

Tal oposição não foi forte suficiente para barrar o processo que se completa com a *Escritura de Expropriação da Igreja da Sé*, celebrada em comum acordo entre o Município de Salvador e a Arquidiocese da Bahia, em 27 de junho de 1933.

Mesmo com a derrubada da Sé, supostamente marco de modernização da cidade, os partidários do “urbanismo demolidor” continuaram sua cruzada para elevar Salvador ao grau de cidade civilizada. Um bom exemplo é a Semana de Urbanismo promovida entre 20 a 27 de fevereiro de 1935. Um dos seus palestrantes afirma:

Está aqui a razão por que dizia: a loucura de Nero é, já agora, o sonho do urbanista. Um incêndio de Roma em cada cidade d'estas! [...]

Destruir o errado para mostrar nas fumaradas rescaldosas, imagens foscas de patíbulos armados para castigar os erros!

Esse trecho extraído do artigo *Crise e modernização, a arquitetura dos anos 30 em Salvador*, Paulo Ormino de Azevedo<sup>65</sup> revela uma das idéias debatidas naquele colóquio, e apresenta como os defensores da modernidade arrasadora pensavam os espaços urbanos.

O florescer dos anos 40 vem impregnado das novas idéias sobre e para a Cidade do Salvador. A Semana de Urbanismo, em 1935, promoveu discussões sobre planejamento urbano com objetivo de levar a capital da Bahia ao *status* de urbe moderna. A insalubridade das habitações; a falta de saneamento; a pouca largura das ruas; dificuldades de acesso em vários pontos; pouco aproveitamento dos recursos naturais e má conservação do patrimônio artístico foram temas de debates. A Semana, também, apontou soluções como: abertura de cinco vias básicas chamadas *parkway*, que cortariam a cidade em várias direções<sup>66</sup> e desafogariam o centro; levantamento da planta cadastral do município; criação de um departamento de urbanismo; reordenação da toponímia das ruas; estabelecimento de áreas distritais. Na ocasião, foi aprovada a sugestão do título de Monumento Nacional para Salvador.

Ao longo da década de 30, as indicações da Semana de Urbanismo não passaram do discurso e de contatos para a elaboração de um Plano Diretor para a cidade. O Prefeito Durval Neves da Rocha não deixou de efetivar obras, porém, em observação mais apurada nota-se que quase todas essas obras estavam previstas nos projetos seabristas de 1912.

Como resultado das discussões, a Prefeitura de Salvador manda representantes para o Congresso de Urbanismo, realizado no Rio de Janeiro, em 1939, e contrata a firma Coimbra Bueno<sup>67</sup> para a elaboração da proposta de um plano urbano para a cidade, o qual foi entregue aos poderes constituídos em 29 de maio de 1941.

Depois de analisado, o plano foi aprovado por técnicos da Prefeitura, com poucas alterações<sup>68</sup>. Dirigido às mãos do Interventor Ladulfo Alves, este

---

<sup>65</sup> Paulo Ormino AZEVEDO. *Crise e modernização, a arquitetura dos anos 30 em Salvador*. In: *Arquiteturas no Brasil/Anos 80*. São Paulo: Projeto, 1988. Do mesmo autor, ver ainda, *A Alfândega e o Mercado: Memória e restauração*. (1985).

<sup>66</sup> Do tanque da Conceição até o Rio Vermelho; da baixa do Cabula até o Parque do Dique da Fonte Nova, e daí até o Rio Vermelho; do tanque dos Queimados até a *parkway* do cabula; da Fonte Nova ao Campo Grande; da Usina Aratu até rio das Pedras, seguindo até sua foz.

<sup>67</sup> Neste momento já havia feito planos para as cidades de Curitiba e Goiânia.

<sup>68</sup> Encaminhado ao prefeito Durval Neves da Rocha, a principal sugestão se referia à distribuição financeira para execução do plano, entre o Estado, o Município e União.

considerou que se deveriam estabelecer debates com parcela maior da sociedade, inclusive o Sindicato dos Engenheiros do Estado.

Em abril de 1943, começou a funcionar efetivamente o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador - EPUCS, sob a direção do Engenheiro Mario Leite Leal Ferreira<sup>69</sup>, com o objetivo de elaborar o Plano de Urbanismo<sup>70</sup>.

A estrutura de organização do Escritório, sua composição e, sobretudo, os métodos, processos e idéias de trabalho transformaram a maneira de pensar a cidade. A partir da Semana de Urbanismo, pensava-se que Salvador não só precisava ser embelezada, mas planejada e saneada. Inaugura-se assim um novo momento.

A Semana de Urbanismo pode ser compreendida como a postura dos intelectuais e da elite baiana ante os rumos da transformação urbana, sendo uma das repercussões locais da modernidade do Estado Nacional após os anos 30. O EPUCS abarca esse modelo de ordenação e planejamento da cidade, e quer ser o normatizador do exercício político-urbanístico. A importância deste novo modelo de urbanismo marca um dos extremos temporais do trabalho, não porque modifique fisicamente a Rua Chile, mas porque tentará modificar as identidades urbanas que se consubstanciavam na cidade, em especial no Centro Velho.

Mario Leal considerava que para se entender a evolução da cidade era necessário investigar o passado. Assim além de planejar as ações urbanísticas que modernizaria Salvador, ele entendia que era dever do grupo de trabalho identificar e entender o curso histórico da cidade. O plano era extremamente ambicioso, detalhado e minucioso. Considerava fatores econômicos e sociais, além de dar ênfase aos aspectos físicos do uso e ocupação do solo. Discutia e indicava a elaboração de um plano viário; a construção de uma clínica fisiológica anexa ao Hospital das Clínicas; a construção de uma penitenciária, de uma escola modelo, de um teatro e um grande hotel<sup>71</sup>; ainda, o saneamento do rio Camurujipe. O grupo percebeu a necessidade da realização de entrevistas<sup>72</sup>

---

<sup>69</sup> Composta por engenheiros, arquitetos, historiadores, advogados, sociólogos, antropólogos e médicos.

<sup>70</sup> Antes do EPUCS o planejamento de Salvador só foi pensado na sua gênese. A novidade do Escritório, o que o tornou marco no planejamento urbano do país, foi que, pela primeira vez, se planejava e projetava a evolução e o desenvolvimento de uma cidade brasileira.

<sup>71</sup> Penitenciária Lemos de Brito, Escola Parque, Teatro Castro Alves e Hotel da Bahia.

<sup>72</sup> Foram entrevistadas 4.500 famílias.

com famílias, de várias áreas da cidade, para que se pudesse elaborar pesquisa diagnóstica dos aspectos físicos e sociais, que foi denominada “*Investigação histórica e científica dos fatores responsáveis pela atual fisionomia da cidade*”<sup>73</sup>, o que era uma grande novidade neste tipo de trabalho. Essa grande proposta inviabilizou os prazos, não sendo possível divulgar os resultados no tempo programado<sup>74</sup>.

No mês de março de 1947 morre Mário Leal Ferreira. O prefeito Helenauro Sampaio chama o arquiteto Diógenes Rebouças para assumir o comando do Escritório, que passa a ser chamado Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, com a função de concluir a pesquisa. O ritmo dos trabalhos diminuiu bastante, chegando ao meado de 1950 sem que a CPCS tivesse sido estruturada, funcionando apenas precariamente neste período<sup>75</sup>.

Ainda na efervescência das idéias do EPCS, entre 1938 e 1942<sup>76</sup>, a tão sonhada remodelação do bairro da Sé e entorno continava alargando ruas, demolindo casas... motivando discussões, debates, prós e contras na Rua Chile.

A Silva Jardim, que foi alargada, calçada de paralelepípedo e construída toda a infra-estrutura sanitária, era a principal via de ligação entre a cidade alta e a cidade baixa, a mais usada pelos trabalhadores que fugiam das tarifas dos ascensores. Por isso mesmo, tais obras era velha aspiração dos soteropolitanos de camadas médias e pobres. No relatório de fim de mandato (1942), o Prefeito afirma:

Essa artéria com 10 metros de largura já está com os respectivos serviços quase concluídos, faltando, apenas, a demolição dos prédios n<sup>os</sup>. 1 e 5, em acôrdo com os respectivos proprietários, para complementar o alargamento.

---

<sup>73</sup> PLANDURB. *EPUCS – uma experiência de planejamento urbano*. p. 39.

<sup>74</sup> Por isso foi solicitado extensão de prazo, por oito meses e posteriormente, em janeiro de 1947 um novo adiamento.

<sup>75</sup> Ao fim da década de 50 é extinta a Comissão sem que os trabalhos tivessem sido concluídos. Embora o modelo nunca fosse executado em sua íntegra, é comum afirmar-se que o progresso e a modernidade urbana de Salvador decorrem da ação pessoal ou da gestão da cidade, a partir de 1967, quando da administração de Antonio Carlos Magalhães à frente da Prefeitura Municipal. Nesse período, volta-se ao modelo “bota abaixo”, não mais na área antiga e tradicional da cidade, e sim nas áreas de habitação popular. Tais ações não constituíram um novo modelo de modernidade, mas a continuação do antigo.

<sup>76</sup> Gestão de Durval Neves da Rocha,

Neves da Rocha considerava que o maior problema da cidade era descongestionar o tráfego, que dia-a-dia se intensificava. Para ele a interferência pública deveria se concentrar em alargar e construir artérias, mesmo que para isso fosse necessário demolir, extinguir, deitar abaixo<sup>77</sup>.

O apagamento da face colonial soteropolitana continuava em voga, destruindo-se vários prédios seculares para a construção de outros mais modernos. Em 1949, na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa, Otávio Mangabeira, então Governador do Estado, na sua Mensagem Relatório descreve a cidade:

A cidade de Salvador, tão digna, por todos os títulos, de que tenhamos por ela os maiores extremos, é de fato uma cidade que, pelos seus encantos naturais, e outros predicados que a distinguem, pode e deve tornar-se agradável para os que nela habitam e, com vantagem, adaptar-se ao turismo, nacional e internacional. [...]

Uma cidade com serviços deficientes, para não dizer lastimáveis, de iluminação, de abastecimento de água, e em geral de saúde pública, e igualmente de assistência; uma cidade mal tratada, na limpeza, no calçamento das ruas, na manutenção dos jardins e onde o acesso a pontos pitorescos se apresente, não raro, difícil, quando não mesmo impossível, ou, pelo menos incomodo; desprovida de hotéis, restaurantes, cafés ou bares, cinema, teatro – não basta que tenha bela a natureza, templos, antiguidades, tradições, para que proporcione aos seus moradores, sobretudo aos seus visitantes, porventura habituados ao conforto da vida moderna, o agrado, os atrativos, que a façam realmente sedutora, como convém, principalmente, ao turismo.

A mensagem de Mangabeira vai ao encontro da cidade descrita em todo texto da tese. Uma cidade que, ao longo da primeira metade do século XX, tentou embelezar-se extinguindo o que ainda poderia lhe dar insígnia de capital colonial, ou modernizar-se remendando, costurando, mascarando aquilo que já existia<sup>78</sup>. Não foi preocupação resolver os graves problemas de infra-estrutura,

---

<sup>77</sup> Na administração Juracy Magalhães (1931-39) o Campo da Pólvora foi o local escolhido para sediar o “Palácio da Justiça”. Foram desapropriados e demolidos vários imóveis. As dificuldades políticas e financeiras do Estado Novo, no entanto, impediram sua construção, e somente na gestão Neves da Rocha foi inaugurado, no bairro de Santana, de maior densidade populacional desde o início do século. Compunha imponente obra urbanística o prédio que recebeu nome de Fórum Rui Barbosa, e um parque com modernos jardins.

<sup>78</sup> O urbanismo cirúrgico em Salvador, só teve freio com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, e a aprovação de Lei Federal específica de proteção aos Bens Culturais no Brasil.

nunca se criou um plano para a cidade. Também chama atenção para os equipamentos que foram sendo destruídos, mas não reconstruídos como o Teatro São João e os Cinemas Politeama e Avenida, como tratado no Capítulo 3.

Na década de 40, verifica-se, ainda, que há um espantoso aumento no número de loteamentos em diversas partes da cidade e seus arredores. Aqui duas observações devem ser feitas: há uma expansão da cidade e uma maior oferta de habitações, diferente de outras épocas.

Insalubridade e falta de infra-estrutura são características de cidades incivizadas. O olhar cético sobre Salvador pode julgar que, até os anos trinta, pouca mudança tenha ocorrido. Porém, não parece uma apreciação consistente, desde quando entre os anos 30 e 50 era possível identificar crescimento territorial, novos traçados no arruamento, transformação dos usos sociais, alteração da malha de transportes, mudança da visão geral da cidade.

O aumento da população<sup>79</sup> só agravava a crise por moradia, as dificuldades de tráfego<sup>80</sup>, o aumento de índices de doenças infecto contagiosas, a piora da falta de água, iluminação, de transporte público, além do alto custo dos alimentos. Se até os anos 20 via-se uma insuficiência de residências por toda a cidade, a subida dos aluguéis e a valorização excessiva dos imóveis, os loteamentos iniciam um surto de construções de residenciais e a abertura de novas ruas e bairros. A partir desse momento o que se encontra é uma Rua Chile, e entorno, caracterizada como área comercial, tendo apenas residências de baixa renda, em sobrados decaídos, em suas ladeiras, becos e vielas.

Um dos marcos territoriais da nova urbe (1932) foi a abertura dos loteamentos Cidade Balneária de Amaralina, Cidade Balneária de Ondina e Fazenda Ubaranas, na orla. Contudo, para todos os lados da cidade, durante os anos 30 e 40, viam-se esse tipo de empreendimento (Anexo 07).

Chama atenção que a maioria desses loteamentos originou-se do desmembramento de fazendas localizadas nos bairros de Brotas, Santana, Barra, Liberdade, Barbalho, Mares, Dendezeiros, Rio Vermelho, Federação, São

---

<sup>79</sup> Verifica-se entre os censos de 1920 a 1940 a taxa anual de crescimento da população soteropolitana de 0,16%, passando de 283.422 para 290.433; no de 40 para 50, encontra-se o percentual 3,7% passando para 417.235 soteropolitanos.

<sup>80</sup> Quase todo transporte inter municipal e interestadual era ainda feito por mar, como relata, Pierre Verger, visto que praticamente não havia estradas vindo ou indo ao interior do país. A rodovia Feira de Santana não era nada mais do que uma trilha de terra batida.

Caetano, Barris, dentre outros. As residências passaram a ser construídas como bangalôs.

No entanto, observa-se nos relatórios, dirigidos ao Interventor Federal pelo alcaide Elísio Lisboa (1942-45), a reclamação de escassez de material para construção civil e o conseqüente atraso ou interrupção das obras e projetos públicos. A Guerra limitava as ações urbanísticas da Prefeitura.

Parece, então, que os estudos do Plano Urbanístico, que estavam sendo elaborado pelo EPUCS/CPUCS, vinham bem a calhar. Não se podendo imprimir ritmo a execução de obras, novas idéias sobre urbanismo e sobre a cidade do Salvador eram engendradas.

Como nas décadas anteriores, a Bahia ainda possuía poucos recursos. Na palestra proferida pelo professor Rui Simões, no Museu Eugênio Teixeira Leal, intitulada *O capitalismo baiano e a filosofia na década de 40*<sup>81</sup>, ele nos conta que:

O proletariado – classe que é rica, apenas em prole – como hoje, recebia fraca-contraprestação à sua força-trabalho. Quase 50 mil assalariados – caixeiros, como se dizia, e operários – ganhavam, oficialmente, o salário mínimo da região, recém-implantado no Brasil: 150 mil réis, isto é 5 mil réis-dia, 625 réis-hora.

O cigarro mais barato – o mata-rato – fosse “Colomy”, “Olinda” ou “Trocadero”, que eram ovais e acondicionados em carteiras; ou “Aromáticos” e “Z9” que eram roliços e apenas cintados, os maços custavam 300 réis.

A passagem de bonde – eram escassas e irregulares as marinetes – por exemplo, dos terminais dos bairros do Distrito da Vitória para o Campo Grande, menos Amaralina, custava 200 réis. Passagem inteira, até o terreiro, duas secções, portanto, era o dobro: 400 réis – no vocabulário da época, um cruzado. [...]

Existia, é verdade, o pão de tostão (100 réis) – bom de gosto e de bom tamanho. Três queimados de pêra-maçã, cinco de mel de abelha ou de queijo – enrolados em corda-de-xangô de papel arrenqueiro – custavam também um tostão. E um tostão de amendoim cozido dava para fartar o desejo. O sorvete menor de cantimplora – custava duzentos réis; o mesmo preço de um passe de bonde ou de uma ficha do elevador ou “charriot”, que por este mesmo valor, eram aceitos por queimadeiros, sorveteiros e pelos “caixeiros” da padaria.

A economia baiana, ao longo da primeira metade do século XX ainda era agro-exportadora, baseada principalmente no açúcar, fumo, café e cacau. A partir de 1925 o cacau assume a liderança, abrindo uma nova fase. No campo

<sup>81</sup> Salvador, dia 26 de setembro de 1984.

industrial se destacava a indústria têxtil, em meio a pequenas e médias oficinas artesanais de velas de cera, chapéus, cigarros, charutos e calçados.

No decurso da Primeira Guerra Mundial a Bahia sofrera com as restrições comerciais. Quando achou que estaria se recuperando, fora atingida pela crise de 1929. Dos anos 30 em diante continuou dependendo da exportação do cacau para equilibrar sua balança comercial. Só depois dos anos 50 a indústria se transforma em setor mais dinâmico.

A 2ª Guerra traz tempos de escassez e falta de recursos financeiros para a Bahia. Em 21 de janeiro de 1939, parece que uma brisa de prosperidade sopra nesse território – o petróleo jorra em Lobato.

Do entusiasmo causado por essa primeira descoberta, resultaram outras nos campos de Candeias, Aratu, Dom João e Água Grande<sup>82</sup> (a partir de 1941). No entanto, pujança econômica, realmente, só acontecerá com a criação da Petrobrás, na década de 50, e a conseqüente exploração comercial do petróleo. Com isso, surgiram 24.000 postos de trabalho, na região metropolitana de Salvador e Recôncavo, a partir da década de 60.

Com olhar estrangeiro, em 1946 Pierre Verger, assim apresenta Salvador:

As atividades comerciais como a exportação, importação e bancárias estavam concentradas entre a Igreja Conceição da Praia e a Associação Comercial. As pessoas tinham o hábito de conversar sobre seus negócios nas ruas calmas onde circulavam poucos carros. O ar condicionado não era ainda de uso corrente e as ruas eram infinitamente melhor ventiladas que os escritórios. A Bahia continuava provinciana e o ritmo de vida permanecia sujeito aos hábitos estabelecidos no início do século. Os telefones funcionavam mal e as pessoas preferiam tratar de seus negócios de viva voz, nos cantos de determinadas ruas, escolhidas por serem mais frescas a certas horas do dia. Fazia parte dos hábitos reunirem-se nas proximidades dos cafezinhos, saboreados à mesa e acompanhados de grandes copos de água gelada.

Muitos desses cantos, cafés, bares, estavam localizados na Rua Chile e seu entorno. Desde o primeiro capítulo utilizamos o sentido de Rua ampliado. Aqui, 'rua' foi entendida como área ou região, pois expressa mais que um espaço delimitado. Quando falamos da Rua mote da pesquisa, estamos nos referindo a

---

<sup>82</sup> Até hoje os maiores campos terrestres já encontrados no Recôncavo.

uma parte da cidade, a um lugar social, a mais do que os seus 400 metros, conceituada pelas pessoas que nela viveram experiências em cidade.

Os textos de Rui Simões e Pierre Verger, muito além de preços e relações econômicas, apresentam os *habitus* dos soteropolitanos. Como ensina Walter Benjamin<sup>83</sup>, as lembranças de festas, cadeiras nas calçadas, comidas, arrumação de casas, lazeres, ordenamento da cidade, memórias superpostas expõem as singularidades e as interpretações simbólicas da Cidade e da Rua. Alargando-se para o conjunto de usos, abusos e funções, a Rua Chile, às vezes, é vitrine, palco, cenário, lugar de trabalho, ponto de encontro, lugar para ser visto e ver.

### **Rua Chile: Coração**

Ao referir-se à Rua Chile como Coração, Jorge Amado a trata como órgão vital que faz pulsar a cidade. Conversas, namoros, negócios, brilho e exibição, as mulheres a mostrar seus novos vestidos e adereços; os desocupados (ricos e pobres) alimentam o coração da cidade.

A Rua Chile era o coração de Salvador. Ia-se às compras usando chapéu e luvas. Sendo do interior, eu vinha sempre passar férias na capital e fazia compras nas casas comerciais da Rua Chile, loja Sloper, Duas Américas, Sapataria Clark, Adamastor<sup>84</sup>.

É considerada coração, o centro, o lugar que agrega; onde os políticos tramam suas campanhas, onde o Governador e o Prefeito passam após o expediente, onde representantes dos vários segmentos sociais, e de interesses diversos vão observar e fazer suas críticas.

Sentimentos são comemorações, festividades e movimentos que tiveram a Rua Chile como palco. No capítulo anterior vê-se que parte das festas populares de Salvador está circunscrita à península de Itapagipe. No entanto, o Centro Antigo era o cenário preferido para as manifestações sociais, culturais,

---

<sup>83</sup> Walter Benjamin. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>84</sup> Depoimento da sra. Odete Menezes Bastos ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

religiosas e políticas. Seguindo o calendário, depois da “segunda-feira gorda da Ribeira”, as comemorações retornam para a cidade alta<sup>85</sup>.

O mês de fevereiro sempre se iniciava com as discussões e preparativos para o carnaval. Eram montadas comissões para organização da festa, visto que cabia aos comerciantes<sup>86</sup> todo o trabalho. Encontram-se tais comitês no Terreiro de Jesus, Misericórdia, Rua Chile, J. J. Seabra, Avenida Sete, Campo Grande, todas as áreas comerciais onde aconteceria a folia. Os preparadores do evento sempre reivindicavam da Prefeitura que os ajudassem com a iluminação, segurança e recursos financeiros, mas na maioria das vezes não eram atendidos. Todo ano se ameaçava a não realização da brincadeira, e todo ano a festa ficava maior e mais concorrida.

Havia uma rivalidade entre as comissões, cada uma querendo se sobressair mais na decoração, na participação e animação; por isso, em 1930 o jornal A Tarde sugere que se faça uma única comissão, porém os organizadores da Rua J. J. Seabra (Baixa dos Sapateiros) se apressam e iniciam os ensaios dos carrões<sup>87</sup>, antes mesmo de ser tomada qualquer decisão sobre o consórcio momesco.

A Rua Chile por toda a década e muitos anos mais foi o ponto central das comemorações de Momo. Lá passavam sem parar as agremiações; estavam a melhor iluminação e os mais belos enfeites; se realizavam as batalhas renhidas; ninguém podia se mexer.

A sensação do Carnaval desta época eram as marchinhas importadas do Rio de Janeiro pela Casa Milano, da Rua Chile, e tocadas pelas diversas bandas militares, civis e fanfarras. Em 1938, a parte artística da festa de coroação da Rainha do Carnaval foi confiada a Dermeval Costres e Meio, Muricy, Lourdes Cardoso, Júlio Moreno, Dorival Caymmi, dentre outros, que constituíam os melhores dos melhores. Afirma A tarde de 22 de fevereiro que a cada número apresentado ouvia-se o pedido de bis.

Desde os tempos do entrudo já havia a laranjinha e o limão de cheiro que, segundo Antonio Vianna, substituíram os baldes, potes e seringas de água,

---

<sup>85</sup> Com seus Ternos de Reis, a festa da Lapinha foi a primeira delas.

<sup>86</sup> Em 1930, os comerciantes da Rua Chile têm dificuldade para bancar a fuzarca, pois além da crise do comércio, a principal mercadoria – o lança perfume, teve sua taxa triplicada, passando para trezentos e sessenta mil réis.

<sup>87</sup> Pregões de festas. Veículos de grande porte, que ornamentados, levavam foliões e músicos e anunciavam a festa.

muitas vezes suja, jogadas nos incautos transeuntes. O lança-perfume, feito de material mais elegante e de custo mais alto, é a versão mais requintada das esferas de cera cheias de água aromatizadas. Os rapazes, de tubos em punho, costumavam provocar as moças que por sua vez atiravam-lhes confetes da tentativa de se livrar do assédio. Os mais abastados preferiam o lança-perfume Royal, o mais famoso de todos.

Por algum tempo, o palco principal das batalhas (lança-perfume, confete e serpentina) foram os jardins do Hotel Sul-Americano e do Hotel Paris, depois passando para a Praça Castro Alves, chegando à Rua Chile. Vianna<sup>88</sup> relembra:

Teciam-se verdadeiras redes aéreas multicores, gratas, em particular, às crianças que rebocavam os montes de confetes perdidos no solo e colhiam as fitas quebradas no impulso do arremesso.

Quem não se mascarava desfilava nos clubes, em carros abertos, em blocos ou em pranchas; usava roupa nova da melhor qualidade; saía fantasiado de mulher ou de diabo.

A partir de 1936, na segunda feira de carnaval, as Ruas Chile e São Pedro, e a Praça da Piedade passavam a assumir o nome das Rainhas do Carnaval, do Clube Inocentes em Progresso e Fantoches da Euterpe, respectivamente. Em 1934, o bloco que ganhou o maior número de prêmio foi o “Maria Rosa”, que reunia “tentadores travestidos”.

No sábado de Aleluia realizava-se desfile de mascarados, corso e blocos; bailes nos clubes. Era o segundo carnaval do ano, a Micareme.

Além da festa de Momo a mais importante era a semana Santa, como visto no Capítulo I, em especial a procissão do Senhor Morto. Seu percurso incluía a ladeira do Carmo, a do Pelourinho, passava pelo Terreiro de Jesus, Rua da Misericórdia, Praça Municipal, Rua Chile, retornando pela Rua da Ajuda. Além desta as procissões em honra a Corpus Christi, São Francisco, Nossa Senhora da Ajuda, Santo Antonio de Pádua, dentre outras passavam também pela Rua Chile.

---

<sup>88</sup> *Casos e coisas da Bahia*. 1984. p. 49.

As manifestações cívicas e de protesto também, tomam a Rua e fazem dela língua, cérebro e/ou coração. O 2 de Julho sempre foi reverenciado e comemorado com grande entusiasmo. Nesta época, aumentava a polêmica sobre o necessário reconhecimento da importância desta data para a História do Brasil que, somente no centenário da Independência Baiana foi considerada feriado Nacional. Mesmo assim, ignorando o pouco prestígio, a cidade parava para homenagear um dos símbolos do movimento libertário do domínio português – o Caboclo e a Cabocla<sup>89</sup>, que desfilavam em seus carros alegóricos<sup>90</sup>. Além dos festejos em que participavam as autoridades, pipocavam pela cidade fogos de artifício, realizavam-se concertos musicais, iluminavam-se avenidas, as vitrines das lojas e as sacadas dos sobrados eram enfeitadas.



Figura 55 – Campo Grande. Festa ao 2 de Julho, 1901. Coleção Ewald Hackler.

Em 1931, por exemplo, a Prefeitura mandou instalar na Praça Duque de Caxias, no Parque de Nazareth, no Largo da Madragôa, Praça dos Veteranos, Praça da Piedade, sede da Prefeitura Municipal e Praça dos Barris radiolas (uma grande novidade e modernidade) para que se pudesse ouvir o concerto da orquestra do maestro De-Vecchi. O cortejo que partia da Lapinha até o Campo Grande era acompanhado por centenas de pessoas, e concentrava tantas outras

<sup>89</sup> Simbolizam o Exército Pacificador composto por índios, negros, escravos forros, mestiços e brancos empobrecidos. Tendo participado das lutas para expulsão dos portugueses, esses indivíduos foram considerados os verdadeiros brasileiros, os “donos da terra”. Wlamira de Albuquerque em *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia, 1889-1923* reafirma a existência de variados significados do Caboclo como representação baiana de utopia popular (sonho de liberdade, força do povo). É também elemento da religiosidade afro-brasileira, considerada uma “entidade encantada”.

<sup>90</sup> Integram os carros: lança de madeira apontada para a serpente, cornetas, rifles, espingardas, armadura de ferro em estilo medieval, balas de canhão; anjos barrocos, alforjes, bandeiras. Eram ornamentados com folhagens diversas.

nas escadarias do prédio da Câmara Municipal, nas portas do Palácio Rio Branco e nos passeios da Rua Chile.

As manifestações político-sociais quando não estavam diretamente na Rua Chile passavam por ela, como a parada Integralista de 21 de abril de 1934, que contava com mais ou menos cem integrantes uniformizados, usando camisas verde-oliva e entoando hinos cívicos<sup>91</sup>.

Como já abordado neste e em outros capítulos, as diversas manifestações dos trabalhadores em greve e as proposições de melhoria dos serviços urbanos aconteceram ou transitaram no principal logradouro da cidade - a Rua Chile.

Em dias comuns, o lazer estava nas *matinéés* do Cine-Teatro Jandaia, inaugurado em 02 de julho de 1931; dos Cinemas Bahia, Ideal e Olympia<sup>92</sup>, que faliram em abril de 1934; e do Cine Guarany. Também já estavam em pleno funcionamento os cassinos que, às tardes competia com o chá da Confeitarias Chile e Triunfo, da Casa Duas América e do Hotel Palace<sup>93</sup>.

Os boêmios se questionavam onde comeriam após as noitadas nos cassinos, boates e bordéis. Por toda a área havia referências: Joaquim do Chapéu (vendia carne do sol assada em álcool, sem fazer fumaça); Miquelina (vendia mocotó no largo do Saldanha); Mamãe-Bote (servia arroz com caruru e milho cozido com côco); Chico Pronto (vendendo bacalhau cru com azeite, vinagre e cebola; badofe, baleia moqueada, aberém, acarajé e abará; peixe frito com feijão de leite; frigideira de carne de porco no pão de duzentos gramas); tudo acompanhado por vinho Figueira.

O coração que bate na Rua Chile acelera ao se deparar, no final dos anos 30 com as bandeirolas feitas de toalhas de banho desfraldadas nas janelas do Grande Hotel, ou quando se deparam com a mendicância de velhos e crianças.

As pessoas, suas atividades, seus comportamentos são tão importante para o entendimento dos fenômenos urbanos quanto espaço físico. A Rua Chile, como visto, é fruto de muitos construtores sociais que lutaram pela dinâmica produzida pela história do lugar. Assim, não é possível olhá-la a partir de um

---

<sup>91</sup> Os comícios e panfletagem das eleições também eram realizados na área.

<sup>92</sup> Em 1915, surgiram os cinemas Petit, nas Pitangueiras, da Barra, na Rua Barão de Sergy, e o Olimpia, na Baixa dos Sapateiros.

<sup>93</sup> Em 29 de abril de 1935, foi inaugurado mais um cassino, o Tabaris à rua da Ajuda n. 05.

grupo ou camada social, mas se faz necessário abordá-la como expressão simbólica de Salvador.

Quando se fala da Rua Chile, também se está falando da emoção de ver e lembrar. Boris Kossoy afirma que “é a fotografia intrigante visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções”<sup>94</sup>. Nas fotografias, então, se podem encontrar múltiplos sentimentos. Os aspectos físicos: largura, distância, feição arquitetônica, obstáculos, produtos comercializados, lojas existentes; ainda, os comportamentos e os usos que se fez da Rua, tudo, aos poucos, remoldado por Josefinas, Josés, Olisas, Jesuinos, Marias Vectalinas, Alpidas, Marias do Carmo, Clóvis, dentre outros, no curso das suas histórias pessoais associadas à história do lugar resumem o coração multiforme presente na Rua Chile.



Figura 56 – Rua Chile durante o dia. Acervo Coelba. [190-].



Figura 57 – Rua Chile à noite. Acervo Coelba. [194-].

As várias faces da Rua, antes da reforma no início do século XX (Figura 56) e a bela iluminação dos letreiros das casas comerciais, no início dos anos 40 (Figura 57) são questões percebidas e lembradas pelas fotografias do espaço, pela síntese das experiências, apreensão através do olhar de quem quer forjar uma imagem para a Rua ou de quem, ao ser arrebatado por ela, cria o discurso sobre o que é visto.

São imagens que acomodam sentidos e significados dos comportamentos, dos sentimentos, das demonstrações, do fazer urbano dos soteropolitanos. A emoção exposta pelos muitos instantâneos, retratos e postais

<sup>94</sup> Boris KOSSOY. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê, 2001. p. 16.

distingue o que se vê, daquilo que é elaborado como conceito, explicação, valoração da cidade, do lugar, ou mesmo da Rua.

A Rua Chile é sentida através das imagens do espaço físico, dos estabelecimentos e das pessoas. Ao olhar o prédio de número 08, construído em 1914; as propagandas no jornal das lojas A Perola e Mobiliaria Chic; a rua pela manhã com seu movimento discreto; ou pela tarde com um vai e vem intenso de pessoas e veículos; ou ainda, os novos arranha-céus, dentre outras imagens que estão nos diversos capítulos dessa tese vê-se a substância que compõe os *habitus* da e na Rua Chile.



Figura 58 – Edifício de no. 08. Rua Chile. Figura 59 – Anúncio no Jornal de Notícias. Acervo da Biblioteca Central do Estado da Bahia. Figura 60 – Rua Chile. [193-]. Acervo da Coelba. Figura 61 – Rua Chile. [195-]. Acervo da Coelba.

Em se tratando da memória que emerge das imagens, recorre-se a Edgar de Decca:

[...] enquanto a memória esforça-se para assegurar o sentido de identidade de grupo ou de grupos, a história desfaz identidades e põe em crise o próprio enunciado do sujeito histórico<sup>95</sup>.

É plausível afirmar que a leitura dessas figuras e as lembranças que fazem surgir são leituras limitadas, pois construídas e reconstruídas pelas tramas e narrativas de quem as produziu, necessitam ser analisada como transitórias, dinâmicas no tempo e no espaço. Ainda assim, pode-se interpretar aquela artéria como lugar onde homens, mulheres e crianças desempenham papéis, sociabilizam-se, desejam e se expressam; como a rua fútil, 'feminina', animada, rica, onde a perfídia envenena tudo, onde as mentiras viram verdades, e as verdades não parecem envergonhar.

---

<sup>95</sup> Edgar de DECCA. *Memória e cidadania*. In.: O direito à memória. São Paulo: Patrimônio Histórico e Cidadania. Sec. Municipal de Cultura. Dept. do Patrimônio Histórico, 1992.

## Capítulo 5

### Considerações Finais

Êta, pedacinho de rua é essa Rua Chile! Tendo sido batizada várias vezes, por conta da passagem de uma esquadra, há mais de cem anos tem esta toponímia. Ela é “boa para pensar”<sup>2</sup>, para sentir, para ter na memória, pois histórias essa Rua Chile tem demais!

Ao chegar às últimas palavras dessa tese reconheço a quantidade de informações e as possibilidades de abordagens que a Cidade do Salvador e a Rua Chile proporcionam. Talvez esse maço de elementos assuste os que dela queiram tratar<sup>3</sup>.

Com certeza, o estudo aqui elaborado é apenas uma das possibilidades. Pressionada pelo esquema de investigação acadêmico-científica, pela utilização de metodologias analíticas que me conduziram a examinar este espaço como instrumentalizador ou clarificador criei outras questões difíceis de vencer. Só foi possível ultrapassá-las ampliando o problema inicial da pesquisa e seus marcos de referência, além de trabalhar subjetivamente com os dados apresentados pelas fontes. Do projeto inicial talvez tenha sobrado um pouco mais que o desejo de descobrir a Rua pra lá das memórias que me cercava.

Trilhando um novo percurso, a pretensão foi apreender as sociabilidades, os conflitos e os desejos nas relações sociais na transformação da cidade. Escolhi entender a Rua Chile como via de passagem, desejos e conflitos – onde as sociabilidades ocorriam com intensidade, lócus em que os soteropolitanos percebiam mais sua própria cidade e intensificavam suas identidades, fosse pelo cotidiano da própria Rua, fosse pelas relações e representações sociais travadas naquele espaço.

Diz-se que a Rua Chile era a representação do feminino; ao mesmo tempo bela, iluminada, enfeitada, moderna, forte, avançada nos comportamentos,

---

<sup>2</sup> Parafrazeando Claude Lewis-Staruss, Totemismo hoje. Petrópolis: Vozes, 1975.

<sup>3</sup> Confesso que comigo não é diferente! E talvez por isso não tenha havido outros trabalhos sobre essa via.

ou frágil, doméstica, familiar... Por contraste, demonstrava seu o lado masculino representado como virilidade, altivez, arrogância, opulência, beligerância, subversão...

A vida toda se condensou na Rua Chile; parece que fóra da Rua-Chile tudo morreu, desapareceu, se aniquilou... É mesmo: a Rua-Chile é a mulher... É portanto a alma alucinada e linda da cidade<sup>4</sup>.

Realmente, homens e mulheres de todas as idades, riquezas, raças e credos residiam, trabalhavam, freqüentavam, interferiam na dinâmica, decodificavam, davam sentido ao logradouro. A leitura da documentação trabalhada fez surgir uma artéria de 400 metros, cenário e atriz no espetáculo urbano de Salvador. A sua sinopse apresenta um espaço que, se enredando de tal forma na vida das pessoas, faz emergir sociabilidades, conflitos e desejos, relações, transformações, conformações e apreensões.



Figura 61 – Rua Chile. Pierre Verger [1946?].

---

<sup>4</sup> Revista Única. Ano 04, no. 01. Bahia, 01 de jul de 1932, sem pagina.

Como última imagem do trabalho, a Figura 61<sup>5</sup> é emblemática. Datada do final do período do trabalho, apresenta uma intensa agitação para o cotidiano de Salvador – a Rua significou movimento; põe à vista belas edificações de estilo moderno que não abandonaram ornamentos da fase arquitetônica anterior – a Rua resumiu a civilidade e o progresso pretendidos; automóveis convivendo com os trilhos de bondes e com carroças – a Rua expôs a relação da tradição/modernidade.

A Rua Chile não evoca apenas a análise e a curiosidade sobre si própria, mas aguça as preocupações sobre das transformações sociais na cidade do Salvador, do início do século XX. A Cidade e a Rua se apresentaram de forma imbricadas, ora uma se sobrepondo a outra, ora uma emprestando identificações à outra, ora uma ganhando mais visibilidade que a outra, tudo em consequência uma da outra.

Na busca da percepção social dos processos históricos da Rua Chile, este estudo focalizou também a cidade. Ao tentar decodificá-la, desejei entender o comportamento social e os códigos que os significam, através das práticas, estratégias, conflitos, rupturas e/ou descontinuidades das relações, que sociabilizam os sujeitos em Salvador e na Rua. Foram nessas interseções que repousou o foco do trabalho.

As observações do sentido progressista de lugar envolveram o entendimento de que os espaços não têm fronteiras. A definição da Rua não foi feita pelo seu limite físico ou pela contraposição do externo; trabalhei todo tempo com as escalas: região e comunidade, considerando as particularidades e as diferenças.

Entendendo que a vida das pessoas é constituída em espaços, e que o fazer-se dos papéis sociais não se dá apenas no imaginário coletivo, mas consolida-se em lugares concretos, estudar a Rua Chile foi observar Josephinas, Josés, Joaquins, Olisas, Jesuínos, Maria Vectalianas, Alipidas, Marias do Carmo, Clóvis, Antonios, Rittas, Estella, Zacharias, Franciscos, Theodoras suas experiências, suas vidas, o cotidiano.

---

<sup>5</sup> Pierre Verger. *Retratos da Bahia. 1946 a 1952.* p. 26.

O trabalho, assim, faz a aproximação com a noção de Bachelard<sup>6</sup> entendendo que este é um sítio povoado por afetividades, intimidades, desejos, estranhamentos. Memórias e imagens que quase todos os baianos, soteropolitanos ou não, retiram da penumbra e se encontram com o *glamour*, as lojas, o *footing*, as festas, ou vão à decadência da Rua.

Deparei-me com as elites se utilizando daquela área da cidade, exercendo poderes, demarcando territórios, concebendo políticas, produzindo econômica e intelectualmente, com muita sede de ver, ser visto, ouvir e falar. Mas não deixei de encontrar os demais soteropolitanos, das mais variadas camadas sociais, sem muito para gastar, se apropriarem dela da mesma forma, vivendo relações sociais características desta cidade e dessas pessoas.

Não só o espaço é característico de Salvador e da Rua Chile, nos quarenta primeiros anos do século XX, mas também o tempo. Relacionando a Rua com a idéia de tempo e temporalidade é possível configurar um medidor partir da experiência das pessoas – um relógio próprio para ela, dividindo o dia em três períodos de oito horas<sup>7</sup>.

No trecho mais vibrante da cidade, para onde tudo e todos convergiam, o dia era das senhoras, senhorinhas casadoiras, famílias, rapazes, estudantes, profissionais liberais, políticos, comerciantes, fazendeiros, trabalhadores formais. Das oito da manhã às duas da tarde era possível encontrar na Rua Chile vários trabalhadores que abasteciam as lojas, ou levavam produtos para serem entregues aos fregueses; pessoas que transitavam dirigindo-se aos consultórios, escritórios, repartições públicas ou bancos, e que pouco podiam ver ou especular as novidades da moda, muito menos discutir a situação econômica e política, e o dia-a-dia da cidade.

Das duas da tarde às dez da noite era o período mais agitado. O transitar pelos passeios, o entrar e sair nas lojas, os movimentos nos cafés e nas confeitarias se intensificava; os bondes passavam mais cheios, as buzinas dos automóveis eram mais freqüentes. As piscadelas ou o simples o olhar trocado entre moças e rapazes faziam parte dos namoros ligeiros, do flerte, do *footing*. Dizia-se: “Queres encontrar alguém na Bahia e não possuis o endereço? Ide à rua

---

<sup>6</sup> PESSANHA, José Américo Motta. Bachelard e Monet: o olho e a mão. In: NOVAES, Aduino et al. O Olhar. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

<sup>7</sup> Podem ser usados os relógios do Edifício Antonio Ferreira, localizado na Rua Chile, embora estes, muitas vezes, estejam atrasados, adiantados e/ou não estejam funcionando.

Chile às cinco horas da tarde e com certeza encontrareis a pessoa que procurais”<sup>8</sup>.

Das dez da noite às oito da manhã – o terceiro período, quando as pessoas não queriam ser reconhecidas, quando pouco importava a polidez, a roupa moderna, o automóvel mais novo... Horário em que poucos estavam nas ruas, em que as famílias e os sujeitos de moral deviam estar recolhidos; mas que os boêmios, jogadores, as “moças de fino trato”, aqueles que precisavam agir às escusas, sorrateiramente, perambulavam pela área central da cidade, em especial pela Rua Chile; que buscavam se distrair com as diversas Orquestras<sup>9</sup>; iam às mútuas, aos cassinos, como o do Hotel Palace, aos *dancings*, ou aos cantos onde se vendiam comidas.

As temporalidades da Rua Chile não são guiadas apenas pelos processos econômicos, políticos e demográficos. Esses são importantes para seu entendimento, porém devem ser analisados através das relações que fazem as singularidades do viver em Salvador.

Sendo uma rua de características comerciais, esse trabalho nunca se propôs a entendê-la apenas por esse viés. Desde o início considerou a miopia do *habitus* de Salvador expressa na Rua Chile, tratou de trazer a tona o contexto, as circunstâncias e os avanços sócio-econômicos da Bahia e da Cidade do Salvador. A tese partiu da idéia de que na Rua Chile há cultura.

Nada é novidade nos dados quantitativos apresentados, porém analisei que nessas conjunções e em seus significados é possível perceber as marcas, as transformações, as dinâmicas do ambiente e das pessoas.

Não me preocupei em trabalhar o emoldurar ou o constituir do mito da Rua Chile, nem fazer o caminho da desconstrução de uma dada alegoria. Porém, ao fim do trabalho fica claro que na memória e no imaginário das pessoas ela é um ideal de Rua, um ‘fetiche’. Na realidade, no período da pesquisa, ela se mostrou muito mais, sendo também desarrumada, insalubre, abrigando conflito e celebrações.

Talvez essa “rua-ideal” ainda seja encontrada (ou não); é preciso que outra pesquisa se proponha a fazê-lo. Por isso, é penso ser hora de encerrar e deixar para que em outro momento se abra novo espaço de estudo.

---

<sup>8</sup> Nelson, GALLO. *Bahia de todas as doçuras*. Bahia: Progresso, [195-].

<sup>9</sup> Na década de 50 a de Sandoval, Jaze Jones, ou ainda, Britinho e seus Stukas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AGOSTINHO, Pedro. *Comida e presentes em tempo de passagem: aniversários de criança em Salvador, Bahia*. Salvador: UFBA. Estudos Baianos, n. 14, 1983.

ALMEIDA, Mônica Piccolo, *O Rio de Janeiro como hospedaria do poder central – luta autonomista: elite política e identidade carioca*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Dissertação de Mestrado.

AMADO, Jorge. *Bahia de todos os santos: guia de ruas e mistérios*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador: 1811-1860*. São Paulo: Curripio, 1988.

ARANTES, Antônio Augusto. *A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e limites no espaço urbano*. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1994.

ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papyrus, 2000.

\_\_\_\_\_. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: EDUSP, 1993.

ARAÚJO, Heloisa Oliveira. *Inventário da legislação urbanística: 1920/1966; as novas regras do jogo para o uso e abuso urbano*. Salvador: UFBA. Faculdade de Arquitetura. 1993.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo: PUC, 1989. Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO, Rosa M. Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de (Org.). *Salvador era assim: memórias da cidade*. Salvador Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1999.

- ARINOS, Afonso et al. *Um praticante da democracia: Otavio Mangabeira*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1980.
- ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Memória urbana: a grande São Paulo até 1940*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2001.
- ASCHER, François. *Metropolis a cerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta, 1998.
- ATHAYDE, Joildo Lopes de. *La ville de Salvador au XIX siècle: aspects démographiques (d'après les registres paroissiaux)*. Paris: Université Paris-X, 1975. Tese.
- AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papirus, 1993.
- AZEVEDO, Thales. *Ciclo da vida: ritos e ritmos*. São Paulo: Ática, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Um movimento da vida intelectual na Bahia: a presença e influência do Pe. Luiz Gonzaga Cabral S.J.* Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1986.
- \_\_\_\_\_. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Povoamento da cidade de Salvador*. Salvador: Itapuã, 1969.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994.
- BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- BERGER, Peter I. et al. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- BESSE K. Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- BETTANINI, Tonino. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1982.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BORGES, Jafé (Org.). *Salvador era assim*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2001. v. 2.

- BORNHEIM, G. A. *et al.*. *Cultura brasileira: tradição-contradição*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- BRESCIANI, M. Stella (Org.) *Imagens da cidade*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.
- BRUYNE, Paul *et al.* *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- BURKE, Peter *et al.* *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia. das Letras. 1996.
- CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos? O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1992.
- CANDIDO, Antonio. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- CARDOSO, Luiz A. Fernandes. *Entre vilas e avenidas: habitação proletária em Salvador, na Primeira República*. Salvador: UFBA. Faculdade de Arquitetura, 1991. Dissertação de Mestrado.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CARVALHO, Ilce Maria Marques de. *A centralidade em Salvador: parâmetros para um debate*. Salvador: UFBA. Faculdade de Arquitetura. 1997.
- CARVALHO, José Antonio de (Org.). *Salvador: cidade repartida. Violência: diagnóstico e o fortalecimento da cidadania*. Salvador: Gráfica do Sindicato dos Bancários, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- CARTILHA HISTÓRICA DA BAHIA. Rio de Janeiro: Cívica, [19--].

CASTRO, Dinorah. *A mulher submissa: teses da Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX*. Salvador: Press Color, 1996.

CASTRO, Iná Elias de. Gomes, P. C. C. Corrêa, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Unicamp, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papius, 1995.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 1 e 2*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DEFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CIDADE. Revista do Museu da Cidade de São Paulo, n. 01, 1994.

CIDADE. Revista do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (RJ), n. 23, 1994.

COELHO, Maria Beatriz Ramos de Vasconcellos Coelho. *A construção da imagem da nação brasileira pela fotodocumentação: 1940-1999*. São Paulo: USP, 2000. Tese de Doutorado.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

\_\_\_\_\_. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. *EKABÔ! Trabalho escravo – condições de moradia e reordenamento urbano de Salvador no século XIX*. Salvador: UFBA. Faculdade de Arquitetura, 1986.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal. 1989.

COSTA, Paulo Segundo da. *Hospital da Caridade da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria. *Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana, São Paulo, 1890-1915*. São Paulo: USP – Departamento de História, 1994. Tese de Doutorado

CUNHA, Maria Clementina P. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

\_\_\_\_\_. *Espaço, casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DA REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR. Salvador: SENAC, 1983

DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana Fani A., SEABRA, Odette C. de. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DINIZ, Eli (Org.). *Políticas públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DONNE, Marcella Delle. *Teorias sobre a cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DOWBOR, Ladislau. *Introdução ao planejamento municipal*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades*. Pesquisa em História. Programa de História da PUC-SP. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1999.

FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio. (Orgs.). *Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA. Faculdade de Arquitetura / ANPUR, 1992.

FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio, SAMPAIO, Heliódório. *A constituição do urbanismo moderno na Bahia (1900-1950): construção institucional, formação profissional e realizações*. Salvador: UFBA. Fac. de Arquitetura, 1993. Não editada. Circulação restrita.

FERNANDES, Rosali Braga. *Las políticas de la vivienda en la ciudad de Salvador y los procesos de urbanización popular en el caso del Cabula*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2001. Tese de Doutorado.

FERRAZ, J. C. de Figueiredo. *Urbs nostra*. São Paulo: EDUSP, [19--].

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita*. Salvador: UFBA, 1994. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_. *Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos: maternidade e pobreza, Salvador, 1890-1940*. Salvador: EDUFBA, 2003.

FERREIRA, M. M. et al. (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Osvaldo Cruz/CPDOC, 2000.

FERREIRA, Vítor Matias. *A cidade de Lisboa: da capital do império a centro da metrópole*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

FISCHER, Tânia (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC/IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir – nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 1996.

FRANCASTEL, Pierre. *Imagem, visão e imaginação*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Pintura e sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: EDUSP, 2005.

FREUND, Gisele. *La fotografia como documento social*. Barceleona: Gustavo Gili, 1976.

FRITSCH, Lílian de Amorin. *Palavras ao vento: a urbanização do Rio imperial*. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, mai-ago., 1986.

- FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISA E ESTUDOS - CPE (Bahia). *A inserção da Bahia na evolução nacional, 2ª etapa: 1890-1930*. Salvador, 1980.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Estudos históricos. Cultura e história urbana n. 16*. Rio de Janeiro, 1995.
- GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- GARZEDIN, Maria Aruane Santos. *As calçadas de Salvador: configurações espaciais e sociais do cotidiano*. Salvador: UFBA. Faculdade de Arquitetura, 1996.
- GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Campinas: Papyrus, 1994.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- GOFFMAN, Erwing. *A representação do eu na vida cotidiana*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.
- GOITIA, Fernando. *Breve história del urbanismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- GOMES, Marco Aurélio A. Filgueiras (Org.). *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: UFBA. / Fac. Arquitetura, 1995.
- GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades: a cidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC-IPHAN, 1996.
- GONÇALVES, Maria Flora (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HAESBAERT, Rogério. *Região, diversidade territorial e globalização*. **Geographia: Revista de Pós-Graduação em Geografia da UFF**, RJ, v. 1, n. 1, p. 15-38, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Edward. *A dimensão oculta*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid: Siglo XXI, 1979.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HERCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos A. Messeder (Orgs.). *A invenção do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HISTÓRIA, SP, v.22, n. 1, 2003.

HOBBSBAWN, Eric. *O novo século*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

HOLSTON, James. *A cidade modernista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JANCSÓ, István e KANTOR, Íris (Orgs.). *Festa: cultura e sociedade na América Portuguesa*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP/Imprensa Oficial SP/ FAPESP, 2001. V. 1 e 2.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

\_\_\_\_\_. *Realidade e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KOWARICK, Lúcio (Org.) *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papyrus, 1988.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade em transição: Santos, 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, 1996.

LE GOFF, Jacques. *Memória/História*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 50.

\_\_\_\_\_. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

LEAL, Geraldo da Costa. *Perfis urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*. Salvador: Gráfica Santa Helena, 2000.

LEÃO, Sonia de Oliveira. *Padrões espaciais de desenvolvimento urbano, 1500-1930*. In: SILVA, Sylvio C. B. de Melo, LEÃO, Sonia de O., & SILVA, Bárbara C. N. *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: EDUFBA, 1989.

LEITE, Marcia Maria B. S. *Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930*. Salvador: UFBa., 1997. Dissertação de Mestrado.

LEITE, Rinaldo Cesar N. *E a Bahia civiliza-se... ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador, 1912-1916..* Salvador: UFBa, 1996. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_. *A Rainha destronada. Discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. São Paulo: PUC, 2005. Tese de Doutorado.

LECHTE, John. *50 pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à modernidade*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

LIMA, Nísia Trindade, HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. 252 p.

LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. *Avenida Paulista: as imagens da metrópole*. São Paulo: EDUC, 1997.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC. 1978. 2 v.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MACEDO, Joaquim Manuel. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 2005.

MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (Org.) *Na sombra da cidade*. São Paulo: Escrita, 1995.

MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagem: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

MARIANI, Ricardo. *A cidade moderna entre a história e a cultura*. São Paulo: Nobel/Instituto Italiano di Cultura di São Paulo, 1986.

MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MATOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

MOREIRA, Regina da Luz, *Os cariocas estão mudando de cidade sem mudar de território: Augusto Malta e a construção da memória do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Dissertação de Mestrado.

MORIN, Edgard. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre, Sulina, 1999.

MOURA, Edgar. *Câmera na mão: som direto e informação*. Rio de Janeiro: Bolsa de Valores do Rio de Janeiro; FUNARTE/Instituto Nacional de Fotografia, 1985.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins, 1982.

NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; BARREIRA, Irllys Alencar F. (Org.) *Brasil urbano: cenário da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notyra; Fortaleza: SUDENE, 1993.

NASCIMENTO, Valdinei Lopes do. *Salvador na rota da modernidade (1942-1965): Diógenes Rebouças, arquiteto*. Salvador: UFBA. Faculdade de Arquitetura. 1998.

NEVES, Maria Helena Franca. *De La Traviata ao maxixe: variações estéticas da prática do Teatro São João*. Salvador: SCT, FUNCEB, EGBA, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Neivalda Freitas de. *Representações e práticas de gênero em distratos de casamentos – Salvador, 1890 a 1920*. São Paulo: PUC, 1999. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Waldir Freitas, LIMA, Vivaldo da Costa. *Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos: de 04 de janeiro de 1936 a 06 de dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.

PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PALEN, J. John. *O mundo urbano*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

- PASSOS, Maria Lúcia Perrone (Coord.) *Evolução urbana da cidade de São Paulo. 1872-1945.* (Bibliografia de São Paulo). São Paulo: Eletropaulo, 1989.
- PASSOS, Edilenice *et al.* *Dados bibliográficos dos senadores baianos.* Brasília: Senado Federal, 1996.
- PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia.* 2. ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1946.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas.* São Paulo: SENAC/Marca d'Água, 1996.
- PEÑA, Jorge Villota. *A imagem ambiental urbana do comércio no século XIX.* Salvador: UFBA. Faculdade de Arquitetura. 1994.
- PERES, Fernando Rocha. *Memória da Sé.* Salvador: Conselho de Cultura do Estado da Bahia, 1999.
- PERROT, Michelle. *Excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *República: verso e reverso.* Rio Grande do Sul: UFRS, 1989.
- PHILIPPE, Áries. *História da morte no ocidente.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, Francia y Bahía: la difusión y adaptación de los modelos urbanos europeos.* Barcelona: Universidad Politécnica de Cataluña, 1998. Tese de Doutorado.
- \_\_\_\_\_. *Intervenções públicas na freguesia da Sé em Salvador de 1850 a 1920: um estudo de modernização urbana.* Salvador: UFBA. Faculdade de Arquitetura. 1992.
- PIQUET, Rosélia. *Cidade Empresa. Presença na paisagem urbana brasileira.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. PLANDURB. *EPCS: uma experiência de planejamento urbano.* Salvador, 1976. (Série Estudos Informativos, n. 1)
- RAGO, Margareth, ORLANDI, Luiz B. Lacerda, VEIGA-NETO, Alfredo. *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas.* Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- REIS, Nestor Goulart. *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- RELPH, Edward. *A paisagem urbana moderna*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, Salvador, n. 17, 1998.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro: Jordam, 1996.
- RIBEIRO, Luiz César Queiróz; PECHMAN, Roberto (Orgs.) *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização, 1996.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradias nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, [19--].
- ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar*. São Paulo: FAU/USP, 1981. Dissertação de Mestrado. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. História urbana: história da cidade? In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. (Orgs.). *Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA. Faculdade de Arquitetura, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- RUY, Afonso. *História da Câmara Municipal da Cidade de Salvador*. 3. ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 2002.
- RYBCSZINSCKI, Witod. *Vida nas cidades: expectativas urbanas no novo mundo*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- SAMPAIO, Consuelo Novaes. *Poder & representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.
- SAMPAIO, Heliodório Lima. *Forma urbana: cidade-real & cidade-ideal*. São Paulo: USP. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1998. Tese de doutorado.
- SAMPAIO, Teodoro Sampaio. *História da fundação da cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949.

SANTOS, Carlos José Ferreira. *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza: 1890-1915*. São Paulo: Annabrum/FAPESP, 2003.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. *O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade*. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, RJ, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

SANTOS, Mário Augusto da S. *Sobrevivência e tensões sociais: Salvador, 1890-1930*. São Paulo: USP, 1982. Tese de Doutorado.

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador*. Salvador: Progresso, 1959.

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, HUCITEC, 1997.

SCHMIDT, Benício, FARRET, Ricardo. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SCHMITT, Jean Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo da miscigenação*. São Paulo: Abril, 1994. Estudos Avançados, v.8., n. 20.

SEABRA, Odete, CARVALHO, Mônica, LEITE, José Corrêa. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SEGRE, Roberto. *Arquitetura e urbanismo da revolução cubana*. São Paulo: Nobel, 1987.

SENNET, Richard. *O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada*, v.3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SILVA, Adriano Rosa da. *Rio de Janeiro, cidade alma: o relato de uma construção simbólica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Bárbara-Cristine N., SILVA, Sylvio C. B. de Mello. *Cidade e região no Estado da Bahia*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: EDUSP/Ed. Petrópolis, 2003.

SILVA, José Calasans Brandão da. *A Revolução de 1930 na Bahia*. Salvador: UFBA., 1980. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Lúcia. A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização e vida urbana. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org). *Cidades*. São Paulo: PUC/Olho d'Água, 1999. Programa de Estudos de Pós Graduação em História. Série Pesquisa em História.

SILVA, Marcos Antonio da (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1996.

\_\_\_\_\_. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1996.

SILVA, Mônica Mac-Allister da. *Shopping center na subversão do consumo – uma versão da cidade de Salvador*. Salvador: UFA. Faculdade de Arquitetura. 1994.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

SOARES, Cecília. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUNEB, 2007.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ática. 1987.

TEIXEIRA, Cid. *Bahia em tempo de província*. Salvador: Fund. Cultural Estado da Bahia, 1985.

THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

TRINCHÃO, Gláucia. *O parafuso: de meio de transporte a cartão postal*. Salvador: UFBA. Fac. Arquitetura, 1999. Dissertação de Mestrado.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Núcleo de Antropologia e Imagem. *Cadernos de Antropologia e Imagem n. 1*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Arquitetura. *Informativo do Programa de Pós Graduação de Arquitetura*, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Arquitetura. Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia. *Evolução física de Salvador*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979. Estudos Baianos, v. 1 e 2.

VASQUEZ, Pedro Karp. *A fotografia no Império*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *Trocando olhares. uma Introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: EDUC, 2000.

VELHO, Gilberto. *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. *A utopia urbana: um estudo de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, Gilberto, KUSCHNIR, Karina. *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

VELLOSO, Verônica Pimenta. *Cartões postais: fragmentos da memória familiar*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1999. Dissertação de Mestrado.

VERGER, Pierre. *Retratos da Bahia 1946-1952*. São Paulo: Currupio, 1980.

VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador: Fund. Cultural do Estado da Bahia, 1984.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969.

YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fani A., CRUZ, Rita de Cássia A. (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

WILLEMART, Philippe. *Urbanismo e inconsciente em São Paulo*. *Leitura*, SP, v. 19, n. 12, p. 38-50, dez. 2001.

## Fontes

### **1 – Jornais**

A Bahia – 1900 a 1911  
 A Cidade – 1916, 1918  
 A Coisa – 1900, 1901, 1902, 1904  
 A Lanterna – 1902  
 A Tarde - 1914, 1930-1960;  
 Arco Íris – 1949, 1952  
 Correio da Tarde – 1902-1903,  
 Cidade de Salvador - 1936  
 Correio do Brasil – 1903 a 1905  
 Diário de Notícias – 1902, 1912, 1913, 1915, 1916, 1920-1923, 1930 a 1960;  
 Diário da Bahia – 1902, 1912, 1915, 1916, 1920, 1930-1939, 1947, 1951, 1957;  
 Foia dos Rocero – 1900, 1901, 1948  
 Gazeta do Povo – 1913, 1915  
 Jornal Batista – 1902  
 Jornal de Notícias – 1902, 1912, 1916,  
 O Imparcial – 1922-1924,  
 O Norte – 1905, 1906, 1907 a 1916  
 A Ordem (Cachoeira) – 1902  
 O Tempo – 1901

### **2 - Revista (1930–1960)**

A Voz  
 Bahia Ilustrada  
 Revista Única  
 O Cruzeiro  
 Manchete

### **3 – Outros Impressos por Instituições**

#### **3.1. Arquivo Público do Estado da Bahia**

Livros de Notas do Município de Salvador - Livros de Tabelionato.  
 Planta da Cidade de Salvador  
 Boletim Estatístico do Estado da Bahia  
 Seção Judiciária Criminal

#### **3.2. Arquivo Publico Municipal de Salvador – Fundação Gregório de Matos**

Caixas Requerimentos, Obras Publicas  
 Livros de IPTU  
 Relatório do Prefeito Durval Neves da Rocha, 1938-1940

Relatório do Prefeito Elísio Lisboa, 1942-1945  
Regimento do Governador e Capitão Geral Tomé de Souza dado em Almerin, Portugal, a 17 de dezembro de 1548.

3.3 Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador - CONDER

Projetos de Urbanização para a Cidade de Salvador  
Plantas e Mapas

3.4 Companhia de Energia Elétrica da Bahia - Coelba  
Fundo da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

3.5. Fundação Clemente Mariane

Revistas  
Coleção de memorialistas sobre a cidade de Salvador

3.6. Fundação Pedro Calmon

Revistas

3.7. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia  
Censo Demográfico de 1940

3.8. Mosteiro de São Bento

Anotações dos ofícios litúrgicos  
Anotações da Inspetoria Geral de Higiene

3.9. Órgão Central de Planejamento - OCEPLAN

Projetos de Urbanização para a Cidade de Salvador  
Plantas e Mapas

3.10. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC

Projetos de Urbanização para a Cidade de Salvador  
Plantas e Mapas

#### 4 - Livros e Artigos

AZEVEDO, Ana Maria C. de. A Sedução da Rua Chile – Anos 50. In: Boletim do Museu. Salvador: Fundação Museu Carlos Costa Pinto.vol. 22. 1999.

BENJAMIM, José Botelho. *Breve Notícia sobre o Estado da Bahia*. Diário da Bahia. Bahia. 1894.

CABALLERO, Gimenez. *Bahia de Todos os Santos e de Todos os Demônios*. Salvador: Livraria Progresso Editora, s/d

CARVALHO, Carlos Alberto de. *A locomoção da cidade através dos tempos*. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador. V. 66, p 77-108. 1940.

Da Revitalização do Centro Comercial Histórico de Salvador. Federação do Comércio do Estado da Bahia. 1971.

- FONTES, Oleone Coelho. *Rua Chile. Uma época de Charme, Glamour e Fantasia*. Salvador: Ponto e Virgula. 2004.
- GALLO, Nelson. *Bahia de todas as doçuras*. Bahia: Progresso, [19--].  
*LA Lira chilena*. Ano V – Tomo II no. 42.
- LEAL, Geraldo da Costa. *Pergunte ao seu avô: histórias de Salvador, cidade da Bahia*. Bahia: [s.n.], 1996.
- MAGALHÃES Jr., R. *Theodoro Sampaio e o Petróleo*. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador. V. 79, p 57-59. 1955.
- MATTOS, Cyro de. *O Mar da Rua Chile e outras crônicas*. Ilhéus: Editus. 1999.
- NEVES, Maria Helena França. *de La Traviata ao Maxixe. Variações Estéticas da Prática do Teatro São João*. Salvador: SCT, FUNCEB, EGBa. 2000.
- OTT, Carlos. *Pré-História da Bahia*. Salvador: Livraria Progresso. s/d.
- PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. 2ª. Edição. Livraria AGIR Editora. Rio de Janeiro. 1946.
- PINHEIRO, Osmar. *Meu Colégio, Minha Vida*. Salvador: Contemp Editora Ltda, 1986.
- PINHO, José W. de Araújo. *A Igreja da Sé*. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador. V. 51, p 81-91. 1925.
- ROCHA, A. I. de Oliveira. *A Igreja da Ajuda*. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador. V. 28, p 143-149. 1901-03.
- SILVA, Cecília Luz da. *A Cidade do Salvador nos seus 454 anos*. Salvador: EGBa, 2006.
- TORRES, João N. & Alfredo de Carvalho. *ANNAES da Imprensa da Bahia. 1º Centenário 1811 a 1911*. Salvador: Typ. Bahiana, 1911.
- VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.
- VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*. Salvador: FG, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Antigamente era Assim*. Rio de Janeiro: Record. 1994.

## 5 - Fotos e Filmes

### 5.1 Museu dos Postais - TEMPOSTAL

CRCO 073  
 CRCO 071  
 COO 683  
 COO 685  
 COO 225  
 COO 232  
 COO 227  
 COO 661  
 CO 2197  
 COO 662  
 CO 2177  
 CO 2161  
 CO 2006  
 CO 2164

CO 1657

5.2 Companhia de Energia Elétrica da Bahia - Coelba

- I.F.1.270 Título - LD Barra do Pojuca – Praia do Forte  
Mata de São João/RD Praia do Forte  
Período – 00/00/51 – 00/0081
- I.F.1.275 Título – Equipamento: Gerador  
Período – 00/00/63 – 00/00/67
- I.F.1.384 Título – Treinamento: Combate a Incêndio  
Período – 00/00/60 – 00/00/75
- I.F.1.393 Título – Diretoria Executiva: Presidentes  
Período – 00/00/60 – 00/00/91
- I.F.1.406 Título – Diretoria Executiva: Presidentes  
Período – 00/00/60 – 00/00/91
- I.F.1.443 Título – Sé Matatu  
Período – 00/00/60 – 00/00/60
- I.F.1.444 Título – Poste: Relocação  
Período – 00/00/60 – 00/00/60
- I.F.1.466 Título – Se Mansangano II  
Período – 00/00/60 – 00/00/60
- I.F.4.008 Título – Evento Sócio-Cultural: Natal 56  
Período – 21/12/56 – 21/12/56
- I.F.4.013 Título – Evento Sócio-Cultural: São João 58  
Período – 00/06/58 – 00/06/58
- I.F.4.014 Título – Se Gasômetro: Equipamento  
Período – 28/12/42 – 28/12/42
- I.F.4.015 Título – Equipamento: Coletor de Usina  
Período – 00/00/42 – 00/00/42
- I.F.4.017 Título – Comissão Para Prevenção de Acidentes: Reunião  
Período – 07/07/43 – 07/07/43
- I.F.4.020 Título – Comissão Para Prevenção de Acidentes: Reunião  
Período – 29/09/43 – 29/09
- I.F.4.026 Título – Iluminação Pública: Salvador  
Período – 00/00/60 – 00/00/60
- I.F.4.029 Título – Iluminação Pública: Salvador  
Período – 22/08/45 – 22/08/45
- I.F.4.030 Título – Cabo Submarino: Instalação  
Período – 11/06/35 – 15/06/35
- I.F.4.032 Título – Transporte  
Período – 00/00/50 – 00/00/71
- I.F.4.036 Título – Centro de Treinamento de Pessoal  
Período – 00/00/50 – 00/00/50
- I.F.4.037 Título – Posto Itapoã  
Período – 00/00/50 – 00/00/50
- I.F.4.040 Título – Se Gasômetro  
Período – 28/12/42 – 28/12/42
- I.F.4.042 Título – Elevador Lacerda: Construção

- Período – 10/08/29 – 08/03/30
- I.F.4.046 Título – Setor Comercial e de Tarifas: Anúncios  
Período – 00/06/57 – 00/07/57
- I.F.4.047 Título – Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho  
Período – 24/11/58 – 29/11/58
- I.F.4.048 Título – Elevador Lacerda: Construção  
Período – 08/03/30 – 10/05/30
- I.F.4.062 Título – Campanha: Rádio  
Período – 28/06/35 – 28/06/35
- I.F.4.064 Título – Salvador: Logradouros  
Período – 00/00/49 – 00/00/49
- I.F.4.065 Título – Salvador: Logradouros  
Período – 00/00/40 – 00/00/40
- I.F.4.068 Título – UTE Dique: Equipamentos  
Período – 00/00/29 – 00/00/29
- I.F.4.068 Título – UTE Gasômetro: Equipamentos  
Período – 02/10/29 – 23/09/30
- I.F.4.080 Título – Salvador: Logradouros  
Período – 00/00/30 – 00/00/60
- I.F.4.081 Título – Iluminação Pública: Salvador  
Período – 00/00/40 – 00/00/40
- I.F.4.083 Título – Salvador: Logradouros  
Período – 00/00/50 – 00/00/50
- I.F.4.084 Título – Iluminação Pública: Salvador  
Período – 00/00/57 – 00/00/57
- I.F.4.087 Título – Distribuição: Salvador  
Período – 00/00/41 – 00/00/49
- I.F.4.088 Título – Plano Inclinado Gonçalves: Reforma  
Período – 16/05/31 – 16/08/31
- I.F.4.098 Título – Elevador Lacerda  
Período – 00/00/30 – 00/00/30
- I.F.4.099 Título – Bondes: Acidentes  
Período – 00/00/40 – 00/00/40
- I.F.4.100 Título – Escritório Central  
Período – 00/12/29 – 00/12/29
- I.F.4.130 Título – Rio Jequiçá: Aproveitamento Hidrelétrico  
Período – 02/09/29 – 02/09/29
- I.F.4.135 Título – Distribuição: Salvador  
Período – 00/00/60 – 00/00/60
- I.F.4.138 Título – RD: Equipamento  
Período – 00/00/50 – 00/00/50
- I.F.4.156 Título – Se Fazenda Matatu  
Período – 00/04/52 – 00/04/52
- I.F.4.159 Título – RD Salvador  
Período – 00/00/50 – 00/00/50
- I.F.4.168 Título – Evento Sócio Cultural: Festa Religiosa  
Período – 00/00/41 – 00/00/41

- I.F.4.176 Título – Centro Telefônico de Roma  
Período – 00/10/30 – 00/10/30
- I.F.4.180 Título – Embasa: Sistema Hidráulico  
Período – 00/07/27 – 00/07/27
- I.F.4.181 Título – Bondes: Acidentes  
Período – 03/12/40 – 03/12/40
- I.F.5.001 Título – Bondes: Linhas - Reparos  
Período – 00/00/36 – 00/00/36
- I.F.5.002 Título – Bondes: Linhas - Reparos  
Período – 28/02/36 – 28/02/36
- I.F.5.003 Título – Bondes: Linhas - Reparos  
Período – 00/00/36 – 00/00/36
- I.F.5.004 Título – Bondes: Linhas - Reparos  
Período – 00/00/36 – 00/00/36
- I.F.5.005 Título – Bondes: Linhas - Reparos  
Período – 00/00/36 – 00/00/36
- I.F.5.006 Título – Bondes: Linhas - Reparos  
Período – 00/00/36 – 00/00/36
- I.F.5.008 Título – Bondes: Linhas - Reparos  
Período – 00/00/36 – 00/00/36
- I.F.5.010 Título – Bondes: Linhas - Reparos  
Período – 00/00/36 – 00/00/36
- I.F.5.011 Título – Bondes: Linhas - Reparos  
Período – 00/00/36 – 00/00/36
- I.F.5.012 Título – Salvador: Logradouros  
Período – 00/00/20 – 00/00/20
- I.F.5.013 Título – Plano Inclinado do Pilar  
Período – 00/00/11 – 00/00/20
- I.F.5.014 Título – Elevador Lacerda  
Período – 00/00/889 – 00/00/889
- I.F.5.015 Título – Elevador do Taboão  
Período – 00/00/897 – 00/00/29
- I.F.5.016 Título – Elevador Lacerda: Torre  
Período – 00/03/29 – 00/08/29
- I.F.5.018 Título – Plano Inclinado Gonçalves  
Período – 00/00/889 – 00/00/889
- I.F.5.023 Título – Salvador: Cais do Porto  
Período – 00/00/24 – 00/00/24
- I.F.5.024 Título – Salvador: Palácio da Aclamação  
Período – 00/00/24 – 00/00/24
- I.F.5.025 Título – Bondes: Linhas - Reparos  
Período – 00/00/05 – 00/00/05
- I.F.5.030 Título – Bondes: Carro Funerário  
Período – 00/00/05 – 00/00/05
- I.F.5.038 Título – Bondes: Trajeto  
Período – 00/00/38 – 00/00/38
- I.F.5.044 Título – Energia Circular Sport Clube: Sede

- Período – 03/03/37 – 03/03/37
- I.F.5.046 Título – Bondes: Linhas - Reconstrução  
Período – 00/00/37 – 00/00/37
- I.F.5.057 Título – Energia Elétrica: Instalações  
Período – 00/00/29 – 00/00/29
- I.F.7.001 Título – Sede  
Período – 00/00/56 – 00/00/56
- I.F.8.048 Título – Telefonia: Rede  
Período – 00/00/29 – 00/00/29
- I.F.8.052 Título – Salvador: Logradouro  
Período – 00/00/29 – 00/00/29
- T.1.1.223 Título – UHE Paulo Afonso I: Construção  
Período – 00/00/29 – 00/00/29
- T.5.1.056 Título – Contas: Liquidação  
Período – 00/00/29 – 00/00/29
- T.5.1.099 Título – Bondes: Propaganda  
Período – 20/06/36 – 20/06/36
- T.5.1.101 Título – Bondes: Melhorias  
Período – 26/11/45 – 30/07/46
- T.5.1.124 Título – Bondes: Acidentes  
Período – 10/06/40 – 06/02/41
- T.5.1.125 Título – Bondes: Tarifa  
Período – 15/10/52 – 17/11/52
- T.5.1.131 Título – Elevador Lacerda: Impermeabilidade  
Período – 29/01/37 – 04/02/37
- T.5.1.144 Título – Bondes: Serviços  
Período – 03/05/32 – 03/05/32
- T.5.1.164 Título – Emprego: Dissídio  
Período – 27/04/45 – 11/06/45
- T.5.1.175 Título – Bondes: Acidentes  
Período – 29/12/45 – 06/06/45
- T.5.1.180 Título – Elevador Lacerda: Locação  
Período – 27/07/38 – 27/09/38
- T.5.1.226 Título – Bondes: Tarifas  
Período – 05/04/47 – 10/04/47
- T.5.1.229 Título – Transporte Coletivo  
Período – 15/02/53 – 15/10/53
- T.5.1.254 Título – Bondes: Acidentes  
Período – 15/12/24 – 03/10/29
- T.5.1.259 Título – Plano Inclinado Gonçalves: Obras  
Período – 17/08/31 – 03/09/31
- T.5.1.262 Título – Bondes: Tarifas  
Período – 26/11/47 – 16/11/48
- T.5.1.264 Título – Encampação  
Período – 31/03/54 – 28/02/56
- T.5.1.290 Título – Encampação  
Período – 21/12/55 – 23/12/57

- T.5.3.517 Título – Bondes: Linhas - Traçado  
Período – 00/00/50 – 00/00/50
- T.5.4.201 Título – Vias Publicas: Melhorias  
Período – 24/10/32 – 05/11/32
- T.5.4.297 Título – Bens Patrimoniais: Administração  
Período – 14/12/42 – 14/12/42
- T.5.4.312 Título – Terceiros: Imóveis - Expropiação  
Período – 27/06/33 – 27/06/33
- T.5.4.325 Título – Bondes: Linhas - Reconstrução  
Período – 14/11/35 – 14/11/35
- T.5.4.390 Título – Vias Públicas: Construção  
Período – 10/07/30 – 10/07/30
- T.5.4.454 Título – Bens Patrimoniais: Arrendamento  
Período – 07/10/40 – 02/06/47
- T.5.4.500 Título – Elevador Lacerda/Plano Inclinado Gonçalves: Propaganda  
Período – 30/08/33 – 30/08/33
- T.5.5.250 Título – Empregado: Questão Trabalhista  
Período – 13/09/47 – 13/09/47
- T.5.5.337 Título – Bondes: Serviços  
Período – 04/06/36 – 04/06/36
- T.5.5.337 Título – Bondes: Serviços  
Período – 04/06/36 – 04/06/36
- T.8.6.090 Título – Telefonia: Sistema  
Período – 00/00/30 – 00/00/30

### 5.3. Fundação Gregório de Matos

- Pasta 033 F 8863
- Pasta 033 F 03560
- Pasta 033 F 8875
- Pasta 033 F 6521
- Pasta 253 F 1277-5
- Pasta 253 F 1277-7
- Pasta 253 F 1558.13
- Pasta 253 F 1563
- Pasta 253 F 5192
- Pasta 253 F 5193
- Pasta 253 F 5814
- Pasta 253 F 1566
- Pasta 253 F 5770
- Pasta 215 F 2513
- Pasta 1097 F 1276.2
- Pasta 1097 F 1275.1
- Pasta 1097 F 1279.1
- Pasta 1097 F 2439.3
- Pasta 1097 F 2439.5

- Pasta 1097 F 1097
- Pasta 1097 F 2439.2
- Pasta 253 F 1564
- Pasta 1098-1 F 10876
- Pasta 1118 F 2232.1
- Pasta 1118 F 2235.2
- Pasta 1118 F 2233.1
- Pasta 1118 F 2230.1
- Pasta 019 P 0383
- Pasta 018 P 01383
- Pasta 018 P 0653

#### 5.4 Diversos

Rua Chile antes do alargamento postal Litho-typ Almeida – Coleção Toscano de Brito.

Rua Chile com Hotel Palace – autor desconhecido – acervo fotográfico de Josué Ribeiro.

Festa em homenagem aos Chilenos, 1902 – Museu Tempostal – Fundação Cultural do Estado da Bahia, Secretaria da Cultura e Turismo – Governo da Bahia.

Reclames publicados na revista A Bahia, Anno I, 20 de abril de 1915.

Rua Chile: Salvador-Ba. S/d. Pasta 6 Reg. 0408.

Rua Chile: Salvador-Ba. S/d. Pasta 24 Reg. 2563.

Rua Chile: Prédio da Pastelaria Triunfo. S/d. Pasta 24 Reg. 2543.

Películas da Cidade de Salvador – Arquivo Municipal.

## 6 – Fontes Orais

### 6.1 Museu Eugênio Teixeira Leal

Projetos História Oral e Série Palestra

- Sítio do Pelourinho - Cid Teixeira – 28/08/1985
- O capitalismo baiano e a filosofia na década de 40 – Ruy Simões – 26/09/1985
- Fui caixeiro da Casa Tude – Thales de Azevedo – 17/10/1985
- Thomas Lindley e o comércio baiano – Renato Bebert de Castro – 24/04/1986
- Humorismo a sombra da economia – Cláudio Veiga – 31/07/1986
- O que se conserva na memória – Noberto Odebrech – 04/09/1986
- Gregório de Matos e a Sé – Fernando Peres – 16/10/1986
- Frederico Edelwaiss: do homem de comércio ao intelectual – Consuelo Ponde de Sena – 21/10/1987
- A riqueza dos baianos no século XIX – Kátia Mattoso – 28/04/1988
- A constituição e a cultura – Josaphat Marinho – 21/09/1988
- A poesia como expressão do cotidiano – Mirian Fraga – 20/03/1989
- Perspectiva histórica da propaganda baiana – Nelson Cadena – 20/04/1989
- Trinta anos do CEAO – Climério Ferreira – 20/09/1989
- Arquivos Públicos e a República – Vitor M. Fonseca/Consuelo P. Sena – 03/11/1989

6.2 ARAÚJO, Ubiratan Castro (org.) *Salvador Era Assim*. Memórias da Cidade. Vol. 1 e 2. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1999.

## **Anexo**

**Anexo 01** - Núcleo central, destacando a Rua Chile. Grifo nosso. PLANDURB. Acervo Fundação Mario Leal Ferreira. Prefeitura Municipal do Salvador. OCEPLAN, [198?].

## Anexo 02 – Tabela de Situação de Imóveis

### Situação dos Imóveis na Rua Chile - 1912

Número	Proprietário	Inquilino	Tipo de Prédio	Observações
S/N	Governo Federal	O Proprietário – Delegacia Fiscal	Sobrado	
01	Santa Casa de Misericórdia	Andar e loja – João Moreira Rios	Sobrado	Transferido para a Companhia de Melhoramentos
02	Maria Augusta Andrea dos Santos	1º Andar – Balduino Lessa 2º, 3º Andares e Loja – Augusto Sawalin	Sobrado	Transferido para a Companhia de Melhoramentos, em 19 de julho de 1912
03	Joaquim Gonçalves Maia	Andar Enedina Mello; Loja – Vieira e Cia.	Sobrado	Transferido para a Companhia de Melhoramentos
04	Pedro Vellozo Gordilho	1º Andar – Guilhermina do Nascimento 2º Andar – Francisco Ramos de Oliveira 3º Andar – Luiza Pereira Loja – João Baptista de Lima	Sobrado	Transferido para a Companhia de Melhoramentos, em 19 de julho de 1912
05	Domingos Gonçalves Presa	1º Andar e loja – Manuel Lopes Roiz; 2º Andar – Herculano Leite; Sótão – Hespanhões	Sobrado	Transferido para a Companhia de Melhoramentos
06	Francisca Prager Frois	1º Andar – O proprietário - Consultório médico de João A C Frois e Francisca P. Frois; 2º Andar – Umbelino A. Alves; 3º Andar – Manoel Pedreira Cerqueira Loja – Camerino Leite	Sobrado	Transferido para a Companhia de Melhoramentos, em 01 de julho de 1912
07	Eloy de Oliveira Guimarães	Andar e loja – Sloper e Irmãos	Sobrado	

08	Pedro Gonsalves da Silva	Andar – O proprietário; 1º Loja – Capitão Arthur Balthazar da Silveira; 2º Loja – João B. de Lima 3º Loja – Manoel Pedreira Cerqueira	Sobrado	
09	Eloy de Oliveira Guimarães	Andar e loja – Sloper e Irmãos	Sobrado	
10	Bertollino Pinto de Almeida Castro	2 Andares e loja – Alex Andréa e Maria	Sobrado	Transferido por despacho do Diretor do Tesouro Municipal para a Companhia de Melhoramentos
11	Eloy de Oliveira Guimarães	Andar e loja – Companhia d' Eclairaige	Sobrado	
12	Convento Santa Clara do Desterro	2 Andares e loja - João Mercuri	Sobrado	Transferido para a Intendência Municipal da Bahia e depois para João Mercuri
13	Santa Casa de Misericórdia	Andar – Antonio Baptista dos Anjos; Loja - João Pedroza	Sobrado	
14	Firmino Pedreira do Couto Ferraz	2 Andares – Baptista Dumer; Loja – Chistovam Florêncio Lopes	Sobrado	
15	Santa Casa de Misericórdia	Andar e Loja – Miguel Rotandamo.	Sobrado	
16	Manoel Garrido Oubinhas	1º e 2º Andar – Maria Geltrudes Soares; 3º Andar – Venceslau Vasques; Loja – Venceslau Vasques.	Sobrado	
17	Cláudio Araújo Góes	1º Andar – Carlos Amoroso 2º Andar – Alfredo Macário 3º Andar - ausente Loja interna – Lourenço Loja de frente – Clarck.	Sobrado	
18	Cláudio de Araújo Góes	3 Andares, loja e loja – Eduardo Pepe	Sobrado	Transferido para a Companhia de Melhoramentos, em 1910

19	José de Souza Santos Moreira	Andar - Escola Comercial Loja – Theodora Muylant Loja - Exuperio da S. Braga	Sobrado	
20	Cláudio de Araújo Góes	3 Andares, loja e loja – Eduardo Pepe	Sobrado	Transferido para a Companhia de Melhoramentos, em 1910
21	Eloy de Oliveira Guimarães	2 Andares – O proprietário; Loja – Alberto Halsch.	Sobrado	
22	Firmino Pedreira do Couto Ferraz	1º Andar – José Paulo de Moraes 2º Andar – Thereza de Jesus Loja – Estação Telegráfica	Sobrado	Transferido para a Companhia de Melhoramentos, em 1910.
23	Cláudio de Araújo Góes	3 Andares – Dr. Bonifácio Costa; Loja – Maria Isabel L. Rodrigues.	Sobrado	Incendiado em 10 de janeiro de 1912.
24	Barão de Itapuan	2 Andares – Dr. Cerqueira Lima; Loja – Vicente F. da Costa.	Sobrado	Transferido por despacho do Diretor do Tesouro Municipal para a Companhia de Melhoramentos
25	Barão de Paraguassú	1º andar – Álvaro Barbosa 2º e 3º andar – Jesuíno R. de Souza; Loja - Rafael Buffone.	Sobrado	
26	Barão de Itapuan	Andar – Osias dos Santos; Loja da frente – Thomaz Joaquim dos Santos Loja da frente – Companhia de Éclairage Loja do lado ausente	Sobrado	Transferido para Pedro Velloso Gordilho. Vazio e em começo de demolição por despacho do Intendente de 09 de outubro de 1912.
27	Antonio Joaquim de Cerqueira Mendes	1º andar – Grêmio Literário 2º andar – José Pereira Soares Sobrinho Loja – Hermelino Ribeiro Loja – Emilio Gandopho Loja – Auuads Assemany	Sobrado	
28	Alfredo Carvalho da Silva	2 andares – O proprietário; 1ª Loja – Livino Argollo; 2ª Loja – O proprietário.	Sobrado	Transferida para a Companhia de Melhoramentos por escritura em 19 de julho de 1912

30	Maria Januária Fonseca	Andar – A proprietária Loja – Eugenio Liza	Sobrado	
32	Theophanes Maia Gil	1º andar – O proprietário 2º andar – Belundo Belmonte Loja – Annibal Petersen	Sobrado	Transferida para a Companhia de Melhoramentos por escritura em 19 de julho de 1912
34	Manoel Correia de Bittencourt	1º e 2º andar - Dr João Martins Loja – Carlos Amoroso	Sobrado	
36	Germano Francisco de Assis	1º e 2º andar Dr. Pedro Ramos; Loja Fausto Manoel dos Santos.	Sobrado	Transferido para a Companhia de Melhoramentos por escritura em 30 de julho de 1912
38	Orphãos de São Joaquim	1º, 2º andar e loja – Madame Lauriana di Carvalho.	Sobrado	
40	Gabinete Portuguez de Leitura	Andar - O Proprietário; 1ª Loja - Emilia Osório; 2ª Loja – Ausente.	Sobrado	
42	Bráulio Xavier da Silva Pereira	Andar e loja - Domingos Magalhães Costa; Andar - Syllo Boccanera; Loja - Margarida Malbissen Loja – Salomão Attar.	Sobrado	
44	Bráulio Xavier da Silva Pereira	Andar e loja - Domingos Magalhães Costa.	Sobrado	

### Anexo 03 – Tabela de Situação de Imóveis

#### Situação dos Imóveis na Rua Chile 1913, 1914, 1915 e 1916.

Número Municipal	Situação em 1913	Situação em 1914	Situação em 1915	Situação em 1916
S/N	- O mesmo que 1912	- Sem Informação	- O mesmo de 1913	- Sem Informação
01	- O mesmo que 1912	- Sem Informação	- Diversos inquilinos	- Sem Informação
02	- Propriedade da Companhia de Melhoramento - Demolido	- Sem Informação	- Sem Informação	- Sem Informação
03	- Transferido para Anselmo Martins de Carvalho	- Sem Informação	- Anselmo Martins de Carvalho	- Sem Informação
04	- Propriedade da Companhia de Melhoramento - Demolido	- Sem Informação	- Sem Informação	- Sem Informação
05	- 1º Andar e loja – negócios Lopes Rodrigues; - 2º Andar – Herculano Leite; - Sótão – Empregados no Comércio	- Diversos Inquilinos	- O mesmo proprietário com Inquilinos Rodrigues e Comp,	- Sem Informação
06	- Propriedade da Companhia de Melhoramento - Demolido	- Sem Informação	- Sem Informação	- Sem Informação
07	- O mesmo que 1912	- Telegrafo Nacional	Mesmo proprietário tendo como inquilino o Telegrafo Nacional	- Sem Informação
08	- 3 andares – O proprietário - Loja – Eduardo Pepe	- Sem Informação	- Propriedade Pedro Gonsalves da Silva, tendo como inquilinos o proprietário e Miguel Habib - Continua em construção	- o mesmo de 1915

09	- O mesmo que 1912	- O mesmo que 1912	- O mesmo de 1913	- Sem Informação
10	- Propriedade da Companhia de Melhoramento - Demolido	- Sem Informação	- Propriedade da Companhia de Melhoramento, trnsferido para Salvador Mattos Souza	- Propriedade de Salvador Mattos Souza tendo como inquilinos Dr Eduardo de Moraes, Salomão Attar, Felipe Salomão, e Thomaz Costa
11	- Andar e loja – Companhia d'Éclairage	- o mesmo	- Mesmo proprietário com inquilino a Intendência Municipal	- Mesmo proprietário com inquilino Felice Deminco
12	- Propriedade de João Mercuri - Demolido	Sem Informação	- Propriedade de João Mercuri	- Propriedade de João Mercuri, tendo como inquilinos o proprietário na loja e Inquilinos diversos
13	- Andar – Antonio Baptista dos Anjos; - Loja - João Pedroza	- o mesmo	- O mesmo de 1913	- O mesmo de 1915
14	- Propriedade da Companhia de Melhoramento - Demolido	- Sem Informação	- Sem Informação	- Sem Informação
15	- Andar e Loja – Miguel Rotandamo	- Andar e Loja – Miguel Rotandamo	- O mesmo de 1913	- O mesmo de 1915
16	- Demolido	- Não existe	- Sem Informação	- Sem Informação
17	- 1º Andar – Carlos Amoroso - 2º Andar – Alfredo Macário - 3º Andar – Julio de Almeida Santos - Loja interna – Álvaro Ribeiro - Loja de frente – Clarck	- Diversos Inquilinos	- Mesmo proprietário e inquilinos Hermelino Amoroso e Lojas Clark	- Propriedade de Manoel Herculano de Almeida Cunha com inquilinos Carlos Amorozo, Maria Costa e Comp. de Calçados Clark

18	- Propriedade da Companhia de Melhoramento - Demolido	- Propriedade da Companhia de Melhoramento - Em Construção	- Sem Informação	- Sem Informação
19	- Andar – Cristina Santos - Loja – Alberto Muylant - Loja - Exupério da S. Braga	- Diversos Inquilinos	- O mesmo de 1913	- O mesmo proprietário com os inquilinos Maria H. Constanzi, Exupério da S. Braga, e Theodora Muylant
20	- Propriedade da Companhia de Melhoramento - Demolido	- Propriedade de João Mercuri - Em Construção	- Sem Informação	- Sem Informação
21	- Sem Informação	- Dr Apolinário Frost	- Propriedade de Eloy de Oliveira Guimarães tendo como inquilino Apolinário Frost	- O mesmo de 1915
22	- Demolido	- Sem Informação	- Sem Informação	- Sem Informação
23	- Continua em ruínas	- Sem Informação	- Sem Informação	- Sem Informação
24	- Propriedade de Pedro Velloso Gordilho - Demolido	- Sem Informação	- Sem Informação	- Sem Informação
25	- Transferido para Sloper e Irmãos - Incendiado em 10 de janeiro de 1912	- Sem Informação	- Sem Informação	- Sem Informação
26	- Propriedade de Pedro Velloso Gordilho - Demolido	- Em Construção	- Propriedade de Pedro Velloso Gordilho, tendo como inquilinos Sociedade Italiana, Herculano M. Leite, Emilio Jorge Sâmara e loja para alugar	- Propriedade de Pedro Velloso Gordilho, tendo como inquilinos Herculano Leite, Sociedade Italiana, Tribunal de Contas, Machado e Smena, Secretaria da Agricultura

27	- 1º andar – Grêmio Literário - 2º andar – Hermelindo Ribeiro - Loja – Hermelino Ribeiro (Farmácia) - Loja – Mario Paraguassu - Loja – Aouades e Assemany		- Propriedade de Antonio Joaquim de Cerqueira Mendes, tendo como inquilinos Grêmio Literário, Manoel Ribeiro, Manoel Pedrosa e Faez Assemany	- Propriedade de Antonio Joaquim de Cerqueira Mendes, tendo como inquilinos Grêmio Literário, Faez Assemany, Amelia R de Carvalho e Domingos de Cerqueira
28	- Demolido	- Propriedade da Companhia de Melhoramento - Em Construção	- Propriedade da Companhia de Melhoramento - Em Construção	- Companhia de Melhoramento transferido para João Joaquim de Souza Sobrinho
30	- Loja – Livino de Argolo	- Não existe	- Propriedade de Maria Januária da Fonseca tendo como Inquilino Livino de Argolo	- Propriedade de Maria Januária da Fonseca tendo como Inquilinos 1º andar Dr Baldoino Lessa, 2º Dito Claudenor Ribeiro, Loja Arthur Ronnaldo
32	- Demolido	- Sem Informação	- Sem Informação	- Propriedade de Bráulio Xavier da Silva Pereira, com os seguintes inquilinos 2 andares e sobreloja Arlindo Luiz Alves, Loja Thereza Savabini, Dita e sobreloja Kateb e Compa., Loja César Albertazzi, Dita Jean Aoaud, Dita e sobreloja Dr. Hermínio Netto
34	- Negocio no 1º andar e loja de Hermelinda Amoroso - Demolido	- Não existe	- Sem Informação	- Sem Informação
36	- Demolido	- Sem Informação	- Sem Informação	- Sem Informação
38	- Demolido	- Não existe	- Sem Informação	- Sem Informação
40	- Demolido	- Não existe	- Sem Informação	- Sem Informação

42	- Demolido	- Sem Informação	- Sem Informação	- Sem Informação
44	- Demolido	- Sem Informação	- Sem Informação	- Sem Informação

**Observação:**

Aparecem os imóveis de número 29, 31, 33 e 35 com as seguintes informações:

- O n. 29 propriedade de João Mercuri tem como inquilinos João Paulo Abud no andar e loja.
- O n. 31 de proprietário e de uso de João Mercuri.
- O n. 33 de propriedade do Convento da Lapa, com os dois andares e loja sendo utilizados por Manoel Lopes Rodrigues.
- O n. 35 de propriedade de Martins de Souza Correia é transferido para Manoel Correia da Cunha; tem como inquilinos nos andares e loja Antonio Campos.

## Anexo 04 – Tabela de Situação de Imóveis

### Situação dos Imóveis na Rua Chile 1930.

Número Municipal	Proprietário	Inquilino	Tipo de Prédio	Observações
S/N	Governo Federal	O Proprietário – Delegacia Fiscal	Sobrado	Isenta pela Lei no. 920
01	Santa Casa de Misericórdia	- 2º Andar – David Benoan - 1º Andar – Baldoino Lessa; - Loja – Antonio Metidiere	Sobrado	Isenta de imposto pela lei colonial n.º. 1808
02	Sem Informação	Sem Informação		Sem Informação
03	Antonio Ferreira de Souza	- 2º Andar - Diversos - 1º Andar – D <sup>r</sup> Atilla do Amaral; - Loja – Fontes Lima e Comp <sup>a</sup>	Sobrado	
04	Sem Informação	Sem Informação		Sem Informação
05	Antonio Ferreira de Souza	- 2º Andar – Etelvina Farani - 1º Andar -Dr. Adelaido Ribeiro - loja – Freitas e Moreira	Sobrado	
06	Sem Informação	Sem Informação		Sem Informação
07	D <sup>r</sup> Eloy de Oliveira Guimarães	- Andar – José Peres e Comp <sup>a</sup> . - Loja – Leibovitch e Samuel	Sobrado	Isenta lei colonial n.º. 1808
08	Bernardina Siqueira da Silva	-2ª Andar - Carlos Janetzky - 1º Andar – Manuel Pereira; - 1º Andar – Divino Pereira; - 1º Andar – Pedro Bastos - Loja – José F. Estefan	Sobrado	

09	D <sup>r</sup> Eloy de Oliveira Guimarães	- Andar – José Peres e Comp <sup>a</sup> . - Loja – Zimelson e Grosmann	Sobrado	Isenta lei colonial n.º. 1808
10	Salvador Mattos Souza	- 3º Andar – Justiniano Grange - 2º Andar – M <sup>me</sup> Ayda - 1º Andar – D <sup>r</sup> Fernando Luz - Loja C. Cunha e Comp <sup>a</sup>	Sobrado	
11	D <sup>r</sup> Eloy de Oliveira Guimarães	- 1º, 2º Andares e loja – Felice Deminco e Cia	Sobrado	
11 A	Guiomar de Carvalho Damaso (Usufrutuária)	- 2º Andar – Carlos Cruz - 1º Andar – Dr Colombo Spinola - Loja – Affonso Martinez e Cia.	Sobrado	
12	João Mercuri	- 3º Andar – Agencia Americana - 2º Andar – Margarid Bence - 1º Andar – Dr. João Pondé - Loja Irmãos Mercuri e Cia	Sobrado	
13	Santa Casa de Misericórdia	- Andar – Antonina B. dos Anjos Casaes; - Loja – Rafael Barky	Sobrado	
14	Carlos Martins Catharino (Usufrutuário)	- 2º Miguel Habib - 1º Dirversos - Loja – Miguel Habib e Irmão - Loja – O Propietario	Sobrado	
15	Santa Casa de Misericórdia	Biagio Rotandano	Sobrado	
16	Sem Informação	Sem Informação		Sem Informação
17	Manuel Herculano de Almeida Cunha	- 1º Andar – Dr. Prado Valadares - 2º Andar – O Proprietário - 3º Andar – Eliza Martins da Costa - Loja – Tillemont da F. Andrade	Sobrado	

18	Sem Informação	Sem Informação		Sem Informação
19	José de Souza Santos Moreira, Emilia de Almeida Brandão Santos Moreira. Usufrutuários de 84, 63% e S.C. 15, 37% de seus valores.	- Andar e loja – Armando e Ferreira	Sobrado	
20	Sem Informação	Sem Informação		Sem Informação
21	Eloy de Oliveira Guimarães	- Andares e loja – fechado	Sobrado	
22	Sem Informação	Sem Informação		Sem Informação
23	Sloper e Irmão	Os Proprietarios	Sobrado	
24	Sem Informação	Sem Informação		Sem Informação
25	Sloper e Irmão	Os Proprietarios	Sobrado	
26	Alberto Moraes Martins Catharino (Usufrutuário)	- 2º Andar - P <sup>te</sup> Elvia Brown - 2º Andar - P <sup>te</sup> Joaquim Souza - 1º Andar – Diversos - 1º Andar – Agencia Americana - 1º Andar – Jorge Palatinik - Loja – Irmãos Soares da C <sup>a</sup> e Comp <sup>a</sup> - Loja – Leibovitch e Samuel - Loja – Elizabeth Vidal - Loja – Avriod e Comp <sup>a</sup> - Loja – João Ferreira		
27	D <sup>r</sup> . Eduardo Rodrigues de Moraes	- 1º andar – Dr. Antonio Borja - 1º andar – O Proprietário - 2º andar – Alcides Victoria - 2º andar - Fechado - Loja – Naban e Comp <sup>a</sup> . - Loja – Souza Teixeira e Comp <sup>a</sup> .	Sobrado	
28	João Joaquim de Souza Sobrinho	- Andar – F.F.Fernandes - Loja – Calçados Clark - Loja Souza e Bastos	Sobrado	

29	João Mercuri	O. Sobral e Comp <sup>a</sup> .	Sobrado	
30	Maria Januaria da Fonseca	- Andar – F.F.Fernandes - Loja Abreu e Pinto	Sobrado	
31	João Mercuri	Cassimeira R. da Conceição	Sobrado	
32	Sem Informação	Sem Informação		Sem Informação
33	D <sup>r</sup> . Eduardo Rodrigues de Moraes	- 1º andar - Diversos - 2º andar – José Mastragelo - Loja – Nicolin Sarly		
34	Sem Informação	Sem Informação		Sem Informação
35	Manoel Correia da Cunha	Em Ruínas		Em Ruínas
S/N	Cons <sup>o</sup> Braulio Xavier da Silva Pereira	- 1º e 2º Andares – Jose Cervin Andeon - Loja - Raphael D. dos Reis - Loja – Manoel Pedreira	Sobrado	
S/N	Bernardo Martins Catharino	Fechado	Sobrado	Insenta do imposto immoveis até o 2º semestre de 1944.
S/N	Bernardo Martins Catharino	- 6º Andar – Empregados do prop <sup>o</sup> - 5º Andar – Joanna Campitelle - 4º Andar – Diversos - 3º Andar – Diversos - 2º Andar – Diversos - 1º Andar – Diversos - Loja Salomão Bisusse - Loja Sampaio e Irmão - Loja Os mesmos - Loja Manso e Comp <sup>a</sup> - Loja Antonio Sanche Valente - Loja Jose Martrangelo - Loja Maria Jose de Souza - Loja Lutz Fernandes e Comp <sup>a</sup>	Sobrado	

## Anexo 05 – Anúncios de jornais e ocupação dos imóveis na Rua Chile

**TABELA REFERENTE AO PERÍODO DE 1920-1924**  
**Ocupação X Especialidade - Informações dos jornais**

Nº	CASA COMERCIAL OU SERVIÇO	ESPECIALIDADE	JORNAL	ANO	OBSERVAÇÃO
1	Consultório Médico e Residência Lá Renommée Pharmacia Agrário	Saúde/Serviço Moda/Comércio Saúde/Comércio	D. de Notícias	1920	Dr. Vidal da Cunha; De João Barbosa e C.
2	Pharmacia Chile	Saúde/Comércio	O Imparcial	1923	
5	Casa Harley Consultório Médico	Moda/Comércio Saúde/Serviço	D. de Notícias	1920 1921	Casa de depósito; Prof. Dr. Aristides Maltez; Prof. Dr. José Olympio da Silva; Dr. Guilherme de Castro
8			D. de Notícias	1920	Lançamento de Imposto para a casa de comércio em nome de Habib Nejour e Cia.
9	Mobiliária Chic	Comércio	D. de Notícias	1920/23	Antiga Sloper
10	Casa Atlas  Escritório de Fazendas	Moda/Comércio	D. de Notícias  O Imparcia	1920  1921	Alberto Ellias, 1º andar
11	Marcenaria e Carpintaria A Predilecta  Calçados Ideal Oficina de Estucador	Serviço Comércio  Moda/Comércio Serviço	D. de Notícias  O imparcial	1920 1921/22  1921 1924	Antonio Marcelino, Rua Chile, 11 A; "Aluga-se um Magnifico 2º andar"; José Pinto Parente
12	Chapelaria Mercuri  Consúltorio Médico	Moda/Comércio  Saúde/Serviço	D. de Notícias	1920  1923	Dr. Menandro Filho; Dr. José Ponde; Claudelino Sepúlveda
13	A Pérola		O Imparcial	1921	

14	Consultório Médico Alfaiataria Thesoura	Saúde/Serviço Moda/Comércio	D. de Notícias	1920 1923	Dr. Eutychio Bahia
17			D. de Notícias	1921	Aluga-se 2º andar com agua encanada, luz electrica e vista para o mar
19	A Moda Loja Mottau  Pensão Central	Moda/Comércio  Serviço	D. de Notícias  D. de Notícias e O Imparcial	1920 1921  1920 1921	Pertencente a firma Costa Ferreira e Damaso; De Exupério Braga; Mandou- se dar baixa nos lançamentos dos impostos de indústria e profissões em nome de Sampaio e Irmãos.
21	Advogado/ Foto Bahia	Serviço	O Imparcial	1923	Mello Barretto Filho 1º andar
23	Casa Sloper	Moda/Comércio	D. de Noticias	1920	
26	Consultório Médico  Duas Américas  Consultório Médico	Saúde/Serviço  Comércio  Saúde/Serviço	D. de Notícias  O imparcial  D. de Notícias	1920  1921  1923	Prof. Dr. Clementino Fraga; Dr. Alexandre Pedreira, 1º andar; Dr. S. Boccanera Neto; Dr. Aristides Novis; Drs. Colombo Spinola e Alexandre Affonso de Carvalho; Prof. Dr. Mario Leal; Dr. Gonçalves Martins, Dra. Eurydice Seixas e Dr. Canna Brazil; Em 1923 o trecho que vai das Duas Américas à esquina da rua das Vassouras será pleteiado para construção do ed. dos telegraphos; Prof. Martagão Gesteira
27	Consultório Médico  A Princeza  Pharmacia Freitas	Saúde/Serviço  Moda/Comércio  Saúde/Comércio	D. de Notícias	1920  1921  1923	Prf. Dr. Antonio Borja; Prof. Dr. Eduardo Rodrigues de Moraes, 1º andar; Nabhan & C.
28	Laboratorio e Pharmacia  Homeopathica Consultório Médico  Casa Clark	Saúde/Comércio  Saúde/Serviço  Moda/Comércio	D. de Notícias	1920	Prop. Alfredo Soares da Cunha Filho; O Dr. Muryllo Soares da Cunha, atende na própria Pharmacia.

29	Club de Roupas da Alfaiataria Chile	Moda/Comércio	D. de Notícias	1923	
30	Alfaiataria Thesoura	Moda/Comércio	J. de Notícias	1919	Depois se muda para casa 14
33	Consultório Médico	Saúde/Serviço	D. de Notícias	1923	Prof. Dr. Lopes Pontes; Dr. Carlos Levindo.
35	Pensão Vera Cruz	Serviço	D. de Notícias	1923	Há um fabricante de cerveja, no quarto nº 6 que procura sócio para montar fábricas em Bahia, Sergipe e Espirito Santo.
38	Consultório Médico	Saúde/Serviço	D. de Notícias	1923	Dr. Alvaro Bahia
45	Mobiliaria Carioca	Casa de Móveis	O Imparcial	1922	Proprietário: Isac Solter
84	Casa Trocadeiro		Imparcial	1921	
88	Alfaiataria Colonial Consultório Médico Advogado	Moda Saúde/Serviço Serviço	D. de Notícias	1923	Bertinho Carvalho; Deraldo Dias; Hermes Lordêllo, 1º andar
90/ 92	Pastelaria Chile	Alimentação	D. de Notícias	1920	Sócios: Antonio Soledade e H. Sawabini
s/n	Nova Japonesa	Moda/Comércio	D. de Notícias	1920	
s/n	Pyramide	Moda/Comércio	D. de Notícias	1920	
s/n	Loja Noiva	Moda/Comércio	D. de Notícias	1920	
s/n	Hotel Meridional	Serviço	D. de Notícias	1921	
s/n	Sede da Agencia Americana		D. de Notícias	1922	

s/n	Pharmacia Vitalis Consultório Médico	Saúde/Comércio Saúde/Serviço	D. de Notícias	1922	Drs. Cyro Teixeira de Assis e Amaral Muniz
-----	---	---------------------------------	-------------------	------	---

**Observação:**

Em 10 de outubro de 1921, uma Fábrica de Caixas, cujo proprietário é Exupério Braga, pegou fogo. A Loja Mottau, também de mesmo proprietário, a Pensão Central<sup>1</sup> de propriedade da Sra. Ura Senitinsch, se envolvem no sinistro. As Casas de Exupério Braga estavam no seguro, e lhe renderam 85:000\$000. “A Moda”, sofreu algumas avarias por causa do fogo e da água. A Notícias saiu tanto no Diário de Notícias, quanto em O Imparcial.

---

<sup>1</sup> Localizada também na casa 19, no 1º andar.

## Anexo 06 – Anúncio da Casa Clark, em 1916.

THE  
*Clark*  
Shoe



SEMPRE O PRIMEIRO



CALÇADO PAULISTA  
PREÇOS  
Homens 13\$ a 15\$  
Senhoras: 12\$ a 15\$  
Meninos: 10\$ e 11\$  
Crianças: 4\$ a 6\$

CASA CLARK

Rua Formosa, 13—Rua Chile, 17

## Anexo 07 – Afazeres da população baiana por sexo<sup>2</sup>

### Atividade laboral e população masculina e feminina

Atividades	Homens	Mulheres
Agricultura, criação, caça e pesca	13.324	1.325
Atividade industrial	25.418	18.698
Comércio	14.283	1.497
Transporte	9.401	93
Força Pública	2.866	0
Administração	3.849	230
Profissões liberais	3.690	2.242
Serviços domésticos	2.214	9.033
Atividades diversas	9.393	2.456
Sem Profissão ou não declarada	47.690	115.720
<b>Total</b>	<b>132.128</b>	<b>151.294</b>

<sup>2</sup> Informação do IBGE. Censo de 1920.

**Anexo 08 – Loteamentos residenciais lançados em 1923, Salvador-Ba.****Loteamentos Residenciais**

Loteamento	Localização	Ano
Vila Santa Rita	Brotas	1932
Vila Rio Branco	Dois Leões	1932
Boulevard Suíço	Santana	1932
Chácara São Miguel	Brotas	1933
Vilino Elsópolis	Brotas	1933
Vila Matos	Rio Vermelho	1935